



Imagens - Folha de São Paulo
Produção Gráfica - Bárbara Luppi

TESE DE DOUTORADO
PPGCP/DCP-UFMG

DAS SUFRAGISTAS ÀS ATIVISTAS 2.0:

FEMINISMO, MÍDIA E POLÍTICA
NO BRASIL (1921 a 2016)

RAYZA SARMENTO

Liberdade, ainda que demo...
8 de m... Dia Inter... da Mulher

RAYZA SARMENTO

DAS SUFRAGISTAS ÀS ATIVISTAS 2.0:

FEMINISMO, MÍDIA E POLÍTICA NO BRASIL (1921 a 2016)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito para a obtenção do título de Doutora em Ciência Política.

Área de Concentração: Inovações da Democracia no Século XXI.

Linha de Pesquisa: Reconhecimento, gênero e feminismo.

Orientador: Prof^o Dr. Ricardo Fabrino Mendonça

Belo Horizonte
2017

320 Sarmiento, Rayza
S246 Das sufragistas às ativistas 2.0 [manuscrito] : feminismo,
2017 mídia e política no Brasil (1921 a 2016) / Rayza Sarmiento. -
2017.
220 f. : il.
Orientador: Ricardo Fabrino Mendonça.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais,
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
Inclui bibliografia.

1.Ciência política – Teses. 2. Feminismo – Teses.
3. Brasil – Política e governo – 1921-2016 – Teses. I.
Mendonça, Ricardo Fabrino. II. Universidade Federal de
Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III.
Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

UFMG

ATA DA DEFESA DE TESE DA ALUNA RAYZA SARMENTO DE SOUSA

Realizou-se, no dia 03 de maio de 2017, às 14 00 horas, na sala da Congregação, 1º andar da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal de Minas Gerais, a defesa de tese, intitulada "*Das sufragistas às ativistas 2.0: Feminismo, mídia e política no Brasil (1921-2016)*", apresentada por RAYZA SARMENTO DE SOUSA, número de registro 2013664332, graduada no curso de COMUNICAÇÃO SOCIAL, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutora em CIÊNCIA POLÍTICA, à seguinte Comissão Examinadora: Prof. Ricardo Fabrino Mendonça - Orientador (DCP/UFMG), Profa. Marlise Miriam de Matos Almeida (DCP/UFMG), Profa. Danusa Marques (UnB) - VIDEOCONFERÊNCIA, Profa. Alessandra Aldé (UERJ), Prof. Cristiano dos Santos Rodrigues (DCP/UFMG).

A Comissão considerou a tese:

Aprovada

Reprovada

Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada pelos membros da Comissão.

Belo Horizonte, 03 de maio de 2017.

Prof. Ricardo Fabrino Mendonça
Orientador (DCP/UFMG)

Profa. Marlise Miriam de Matos Almeida
(DCP/UFMG)

Profa. Danusa Marques
(UnB) - VIDEOCONFERÊNCIA

Profa. Alessandra Aldé
(UERJ)

Prof. Cristiano dos Santos Rodrigues
(DCP/UFMG)

Dedico esta tese:

*Para minha mãe.
Pelo ventre e pelo verbo.
Pela minha parte forte.
Por tudo.*

*Para meu pai.
Pela poesia e pela política.
Pela minha parte terna.*

Para o meu querido tio Bastos (in memoriam), que se foi antes de me ver doutora.

AGRADECIMENTOS

A escrita de uma tese é como o bordar uma longa colcha. Precisamos de muitos metros de linha, que vêm de escolhas próprias, de empréstimos e doações de outras pessoas. O bordado desanda e precisa ser refeito, cansa algumas vezes, a gente pensa em desistir. Outra hora recomeça... A todos os fios que se cruzaram nesse trabalho e na minha vida, agradeço:

A Belo Horizonte, que aprendi a gostar com o passar do tempo, por ter fortalecido meu olhar e meus passos nas escaladas de suas íngremes paisagens. Calvino estava certo: “de uma cidade, não aproveitamos as suas sete ou setenta e sete maravilhas, mas as respostas que dá às nossas perguntas”.

À UFMG e à FAFICH, pela formação que tive na pesquisa, no estágio-docência e na extensão. Minha experiência não poderia ter sido mais completa!

À pessoa que proporcionou muitas das oportunidades profissionais desses anos, meu orientador Ricardo Fabrino. Já seria muito grata pela condução cuidadosa, indicações e correções específicas da tese. Mas, para além disso, devo ao Ricardo minha formação como pesquisadora, ensinamentos de como preparar aulas, disciplinas e fazer avaliações, de como produzir pesquisa de forma séria, honesta e ainda com ternura. Agradeço também pela amizade sincera construída entre o percurso de mestrado e doutorado.

Ao Margem – Grupo de Pesquisa em Democracia e Justiça, que eu vi nascer como “o grupinho”, cujas reuniões já couberam um dia na sala do Ricardo. Vê-lo crescer com tantas contribuições é motivo de imensa alegria. Sou muito grata a todos os colegas pelos debates instigantes e pela minha formação complementar em festa-surpresa! Um “obrigada, gente!” aos mais queridos: Filipe Motta, Luíza, Laura Rennó e Ana Karina. Às professoras Eleonora Cunha e Angela Marques, pelas palavras sempre gentis e acolhedoras, que tornam a academia um lugar menos duro. Mais recentemente, a presença do professor Cristiano Rodrigues conosco também é fonte de intensos aprendizados. Também sou grata às gerações de bolsistas de iniciação científica que acompanhei, pela convivência e partilhas: do Fernando à Laura Lima, passando pela Selene e Davi, chegando ao João, Júlia e Renato. Saudades de ocupar o “meu cantinho” da sala na companhia de vocês! No grupo, também ganhei duas grandes amizades, Stephanie e Wesley, que foram os meus pés quando, literalmente, não pude andar. Obrigada por terem me ensinado o que era a *dádiva*!

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFMG, por tantos aprendizados. A todos os professores e professoras pelas disciplinas e reflexões, em especial a Leonardo Avritzer, Claudia Feres, Ernesto Amaral, Fernando Filgueiras e Marcus Abílio. À Marlise Matos, por tantas disciplinas fundamentais para nós, cientistas feministas, pela presença que desconcerta e instiga e, ainda, por ter me levado

para o Jequitinhonha, no Fórum das Mulheres do Vale, experiência de extensão marcante na minha vida doutoral. Agradeço também ao Alessandro e Thaís, pelo atendimento na secretaria da pós. Preciso agradecer às professoras Rousiley Maia e Yumi Santos, com quem cursei disciplinas na Comunicação e na Sociologia, respectivamente. À Yumi, junto do professor Elton Antunes, também devo as contribuições da banca de qualificação.

À banca examinadora por ter aceitado avaliar esta tese. Admiro profundamente o trabalho de todas vocês!

Minha gratidão imensa às várias amizades que fiz ao longo de todos esses anos no PPGCP/UFMG, em diferentes turmas. Em especial, as que vieram antes e são amigas-doutoras inspiração: Carol Ogando, Aninha, Ana Paola e Mariah. Sou grata por todas as trocas com Pri Delgado, Laurinha e Johanna. Marina foi a personificação da acolhida nos primeiros meses em BH. Lu Andrade é parceria forte dentro e fora da universidade e agradeço por todas as divisões de textos, angústias e alegrias. Daniela Rezende foi a irmã mais velha que ganhei por aqui, pelas intensas semelhanças que me confortam e pelas nossas diferenças que tanto me ensinam, sou muito grata. E o que falar de Mari Sales e Isis, minhas companheiras presentes desde as primeiras aulas do mestrado?! Vocês foram fonte de apoio e muitas risadas ao longo desses anos e agradeço, especialmente, pelo colo nas semanas difíceis antes do término da tese. A Comunicação da UFMG também me deu duas amizades incríveis: Vanessa Veiga e Rodrigo Campa. Os gts e pós-gts dos eventos acadêmicos trouxeram gente querida, como o João Guilherme e o Viktor. Sou grata ainda às colegas com quem dividi apartamento em BH, especialmente à Bárbara Luppi, pela convivência e por ter me presenteado com a arte da capa!

À Fapemig, pela bolsa no país e no exterior. A temporada de doutorado sanduíche na Faculty of Arts, Design and Social Science da Northumbria University em Newcastle/UK foi, certamente, uma das experiências mais enriquecedoras dessa caminhada. Agradeço à minha supervisora, Dra. Karen Ross, referência nos estudos feministas de mídia, pelo seu olhar ao meu projeto e pela oportunidade de acompanhar uma disciplina sua. Sou grata aos colegas do Glenamara PhD room pelo apoio na universidade, em especial ao Mike, Jen e Jess e à Anna Kennolty, por me ajudar com o *geordie accent*. Encontrar conterrâneos foi fundamental para que me sentisse menos sozinha e a amizade da Rosi foi um alento, entre pudins e pastéis, em vários dias de inverno.

Agradeço aos meus alunos e alunas que, em diferentes momentos, foram fonte de energia para esse trabalho, na graduação da PUC-Minas ou nas turmas de especialização da Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais (ESP-MG). Aos meus orientandos e orientandas de monografias na ESP-MG e no PRODEP-UFMG, que me colocavam do outro lado e me ajudavam a refletir sobre as minhas próprias experiências e exigências. Nunca vou esquecer-me de uma delas dizendo que escrevera um capítulo brincando no parquinho com a filha! Um agradecimento ao meu coordenador Jean e toda equipe da ESP-MG, pela confiança no meu trabalho.

À Lucia R., que me ajudou a tomar a decisão de tentar o doutorado. Ao Grupo Espírita de Fraternidade Albino Teixeira de BH. Aos meus guias espirituais.

Volto ao Pará e agradeço aos meus professores e professoras da graduação em Comunicação na Universidade da Amazônia: Marise, Danila, Marcelo e Relivaldo. Aos meus ex-chefes do jornalismo pelas lições que ressoam até hoje, em especial ao Edyr. À Mônica Conrado, professora da UFPA, por ter me apresentado o gênero como campo.

Às minhas amigadas de longa data, agradeço a companhia e me desculpo pelas ausências. Um abraço bem apertado na Camila, Brenda, Ize e Aline Sandy - sou muito feliz de ter vocês! Um agradecimento especial à tia Laura e Mari Almeida, pelo porto seguro em Belém sempre que preciso e à Lu Rayol, com quem sei que posso contar.

Agradeço à minha família de Vigia, em especial, à tia Áurea, ao Frank, Elton e Deivson, Diene, Eliana, Maiara e ao nosso Tônico. Agradeço também a torcida da Tia Silvia, do Berê e do Júnior. Aos tios Lobão e David, pelos abraços sempre carinhosos e interesse nos meus estudos. Ao tio Neto, pelas tantas idas e vindas entre o aeroporto de Belém e a estrada de Vigia, em horários nem sempre agradáveis. Ao meu avô, Benzinho, pelos banhos, bênçãos, rezas e curas.

Ganhei outra família nas Minas Gerais: Seu Paulo, Tia Lé e Ia, obrigada pelo cuidado, pelos cafés e comidinhas!

Ao meu pai, Toninho, agradeço por todo o incentivo e por me ensinar um jeito mais leve de lidar com as adversidades. Por encher a minha vida de arte e poesia sempre. Por ter me apresentado à política desde muito cedo.

Ao Daniel, o melhor *acontecimento* desses anos. Pelo ensinamento do amor sem reservas, pela vivência de uma relação mais igualitária. Por dividir comigo esse percurso, enquanto também escrevia sua tese. “*Tudo fica mais bonito quando você está por perto!*”.

Termino agradecendo à minha mãe, Aldenora Sarmiento, que entrou no tão sonhado ensino superior quando eu embarcava para o sanduíche... me ensinando, como sempre, que a vida das mulheres é um eterno desconstruir de limites. Meu exemplo, meu amor.

"Boazinha nunca fui, como dizem, mas procuro ser um ser humano cheio de ternura humana (...) Estou de corpo e alma em uma frase de Máximo Górkki: "vim ao mundo para não me resignar" (...)

Mas, repito, mansa nunca fui!"

(Eneida de Moraes, escritora paraense e ativista política)

RESUMO

Esta tese discute a relação entre feminismo, política e mídia no Brasil, a fim de compreender a construção discursiva sobre o movimento no cenário de visibilidade midiática e as formas como as ativistas feministas interagem com esses discursos públicos. Nosso aporte teórico é oriundo de dois caminhos: a teoria política feminista e os estudos feministas de mídia. Revisamos a forma como os estudos de gênero interpelaram questões centrais do pensamento político e do cânone democrático, defendendo que os debates sobre de *sujeito e público x privado* são centrais para a compreensão das hierarquias de gênero dispostas em diferentes âmbitos da vida política. Empiricamente, a partir da aplicação qualitativa de enquadramento, realizamos a análise de notícias, reportagens e textos opinativos veiculados no jornal Folha de São Paulo, no período de 1921 a julho de 2016, a fim de abarcar as grandes fases – ou ondas – do ativismo feminista nacional. A partir de uma amostra estatística, foram selecionados 579 textos, organizados em três diferentes momentos: a primeira onda (1921-1959), a segunda onda (1960-1989) e a terceira onda (1990 – 2016). Junto do exame das matérias, realizamos entrevistas com 12 mulheres ligadas a várias faces e gerações do feminismo brasileiro, tais como negras, lésbicas, travestis, ativistas 2.0, profissionais de organizações não-governamentais feministas, dentre outras. Essas noções foram utilizadas como categorias de análise do material empírico. Esta pesquisa se soma à tradição, pouco consolidada em solo nacional, dos estudos feministas de mídia, que têm se preocupado com padrões de cobertura jornalística sobre mulheres nos âmbitos do sistema político e da sociedade civil.

Palavras-chave: feminismo, mídia, política.

ABSTRACT

This thesis discusses the relationship between feminism, politics and the media in Brazil in order to understand the discursive construction of the movement in the media and the ways in which feminist activists interact with these public discourses. Our theoretical contribution comes from two paths: feminist political theory and feminist media studies. We review how gender studies have addressed central issues of political thinking and the democratic canon, arguing that the debates about *subject* and *public versus private* are central to understanding the hierarchies of gender arranged in different spheres of political life. These notions were used as categories of empirical material analysis. Empirically, we conducted qualitative frame analysis of news in the Folha de São Paulo, from 1921 to July 2016, in order to cover the great phases - or waves - of feminist activism. From a statistical sample, 579 texts were selected, organized in three different moments: the first wave (1921-1959), the second wave (1960-1989) and the third wave (1990 - 2016). Also, we interviewed 12 women linked to various faces and generations of Brazilian feminism, such as blacks, lesbians, trans, activists 2.0, feminist non-governmental organizations, among others. This research joins the tradition of feminist media studies, which have been concerned with journalistic coverage of women in the political system and civil society.

Keywords: feminism, media, politics.

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

Figura 1: Filme “Um triângulo diferente”, FSP, 02/07/1986, Ilustrada p.6.....	120
Quadro 1: Lista de palavras-chave.....	84
Quadro 2: Construção do banco de dados das notícias.....	88
Quadro 3: Sistematização dos enquadramentos por onda.....	159
Quadro 4: Organizações que aparecem no jornal Folha de São Paulo em cada período analisado.....	160
Quadro 5: Descrição e identificação das mulheres entrevistadas por organização, idade, gênero e raça.....	165-166

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Número de páginas por década.....	85
Tabela 2: Número de páginas por onda.....	87
Tabela 3: Temas/assuntos mais recorrentes na primeira onda.....	107
Tabela 4: Temas/assuntos mais recorrentes na segunda onda.....	121
Tabela 5: Temas/assuntos mais recorrentes na terceira onda.....	141

LISTA DE SIGLAS

CFEMEA - Centro Feminista de Estudos e Assessoria

CIM - Centro Informação Mulher

CNDM - Conselho Nacional de Direitos da Mulher

FENAJ - Federação Nacional dos Jornalistas no Brasil

FNMN - Fórum Nacional de Mulheres Negras

FSP – Folha de São Paulo

LBL – Liga Brasileira de Lésbicas

MMM – Marcha Mundial das Mulheres

ONGs – Organizações não-governamentais

ONU - Organização das Nações Unidas

SOS Corpo – Instituto Feminista para Democracia

UMB - União de Mulheres Brasileiras

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1 – ATRAVESSANDO A PONTE: RELAÇÕES ENTRE FEMINISMO E POLÍTICA.....	20
1.1 A CIÊNCIA POLÍTICA E A <i>OUTRA</i> : A SUBVERSIVA TEORIA FEMINISTA NO ÂMBITO DO CONHECIMENTO POLÍTICO.....	21
1.1.1 O debate sobre público e privado.....	26
1.1.2 O debate sobre o(s) sujeito(s) do(s) feminismo(s)	34
1.1.3 Grandes questões empíricas	42
CAPÍTULO 2: MÍDIA, POLÍTICA E FEMINISMO.....	50
2.1 OS OLHARES SOBRE MÍDIA E FEMINISMO.....	51
2.2 OS ESTUDOS FEMINISTAS DE MÍDIA	56
2.3 ESTUDOS POLÍTICO-FEMINISTAS DE MÍDIA.....	62
2.3.1 Por que o jornalismo?	62
2.3.1.1 As mulheres no contexto de produção jornalística.....	65
2.3.1.2 As mulheres nas notícias, as notícias sobre mulheres	68
2.3.1.2.1 Cobertura de mulheres políticas	69
2.3.1.2.2 Cobertura do feminismo	71
CAPÍTULO 3: DEFINIÇÕES METODOLÓGICAS	79
3.1 DEFINIÇÕES SOBRE O CORPUS	81
3.2 ENQUADRAMENTO.....	89
3.2.1 O que são quadros e enquadramentos.....	90
3.2.2 Onde estão, quem detém e para que os quadros são utilizados.....	92
3.2.3 Como os quadros são encontrados.....	94
3.2.4 Afirmando escolhas e procedimentos	95
CAPÍTULO 4 – O FEMINISMO NO JORNALISMO (1921 – 2016)	101
4.1 “QUEM TEM MEDO DE MULHER VOTADEIRA?” - A PRIMEIRA ONDA DO FEMINISMO NO JORNAL (1921 A 1959)	102
4.1.1 Sujeito	110
4.1.2 Público x privado	114
4.2 “NÃO QUE TENHA SIDO UM MAR DE ROSAS, MAS O ESPAÇO É NOSSO” - A SEGUNDA ONDA DO FEMINISMO NO JORNAL (1960 A 1989).....	117
4.2.1 Sujeito	128

4.2.2 Público x privado	135
4.3 “O FEMINISMO ESTÁ ULTRAPASSADO?”: A TERCEIRA ONDA DO FEMINISMO NAS NOTÍCIAS (1990 A 2016)	138
4.3.1 Sujeito	148
4.3.2 Público x privado	153
4.4 DISCUSSÃO	159
CAPÍTULO 5: O OLHAR DAS FEMINISTAS	163
5.1 PERCURSO DAS ENTREVISTAS.....	163
5.2 ENCONTROS COM O FEMINISMO E PERFIS DE LUTA	167
5.3 OS SUJEITOS: MÍDIA E FEMINISMO NA MÍDIA	169
5.3.1 A mídia pelas feministas	170
5.3.2 As feministas na mídia pelas feministas	172
5.4 RELAÇÃO PÚBLICO X PRIVADO: O OLHAR DAS ATIVISTAS	177
5.5 INTERAÇÕES DAS FEMINISTAS COM A MÍDIA.....	180
5.6 DISCUSSÃO	183
CONSIDERAÇÕES FINAIS	186
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	191
ANEXOS	211

INTRODUÇÃO

Não poderia começar a escrita desta tese sem situar-me como mulher. O *natural* seria iniciar um trabalho em Ciência Política falando um pouco do cânone democrático, apresentando desapaixonadamente minhas questões e construindo uma pesquisa com o que se aprende em um doutorado, com uma gramática e linguagem peculiares atribuídas ao saber e à fala científicos. Peço licença, contudo, a quem procurava encontrar aqui um texto sem corpo. A forma como o feminismo, a política e a comunicação se cruzam nesse texto é fruto não apenas de um caminho acadêmico, e sim permeada por experiências, vivências e saberes pessoais, questionados e questionadores do que escrevem as grandes autoras com quem tive contato nessa formação.

Por isso, parto daqui informando que as linhas que se seguem se inscrevem no que Donna Haraway chama de *conhecimento situado*, ou no que Catherine MacKinnon entende por *conhecimento vivido*, ou ainda aquilo que me atravessa e se inscreve no que sou e penso, nos termos de Iris Young, o *corpo vivido*. Meu lugar de fala é de uma mulher de 26 anos, jovem, branca, heterossexual, paraense, de origem pobre, jornalista de formação e que encontrou o feminismo quando aprendia, e ao mesmo tempo questionava, a prática jornalística e sua cobertura sobre questões de gênero. Quando ingressei no mestrado no PPGCP/UFMG, no já longínquo ano de 2011, desejava estudar gênero para ser uma jornalista melhor. O doutorado, por sua vez, era só um horizonte muito distante. Contudo, as questões que circunscrevem esta tese foram crescendo. Aos poucos, esse lugar de fala foi tensionado, delicada ou firmemente, pelo feminismo, e os estudos de gênero se tornaram não só o interesse adicional ‘à’ outra coisa, mas o solo e o fim das reflexões que me instigavam.

Situar-me neste início é também uma forma de dizer do que não consigo no texto que segue. Há um esforço pessoal e de aluna de doutorado em tentar conhecer ao máximo o campo em que me inseri. Isso nem sempre (ou nunca) é possível. É por isso que, logo nessas primeiras páginas, também é necessário reconhecer as lacunas que virão, de não conseguir, embora tente, compreender e escrever sobre a diversidade dos feminismos, sobre as diferenças dos seus sujeitos, sobre as lutas que corporalmente eu não dou conta (e nem sei se deveria) de entender e tornar palavra. A interseccionalidade, mais como prática política e menos como um conceito específico, é um norte perseguido pelo olhar cotidiano, mas nem sempre alcançado. Dito isto, é hora de

apresentar este trabalho; parte do caminho de uma jornalista que, agora, também se percebe como cientista política.

Esta tese é sobre uma relação ainda pouco estudada no Brasil, embora fartamente tratada em opiniões apresentadas em diversas arenas da vida social. A pesquisa trata da relação entre mídia e movimento feminista. Não é uma análise sobre a relevante produção de conteúdo midiático feita pelas próprias ativistas, como nos estudos de imprensa feminista. É uma investigação sobre os modos de visibilidade do movimento de mulheres ao longo do tempo na chamada mídia de massa, mais particularmente no jornalismo, na grande imprensa. Essa visibilidade, disposta no conjunto de textos analisados, é colocada ao lado das opiniões de ativistas feministas de diferentes gerações.

Empiricamente, foi realizada a análise de notícias, reportagens e textos opinativos sobre o feminismo brasileiro veiculados no jornal Folha de São Paulo, no período de 1921 a julho de 2016, a fim de abarcar as grandes fases – ou ondas – pelas quais passou esse ativismo. A partir de uma amostra estatística, foram analisados 579 textos, organizados em três diferentes momentos: a primeira onda (1921-1959), a segunda onda (1960-1989) e a terceira onda (1990 – 2016). Todas as definições sobre a escolha do corpus, do jornal e da divisão temporal estão no capítulo metodológico.

Junto da análise das matérias, há entrevistas com 12 mulheres ligadas a várias faces do feminismo brasileiro. Negras, lésbicas, travestis, ativistas 2.0, profissionais de organizações não-governamentais feministas, dentre outras, responderam nossos questionamentos acerca de como leem as narrativas sobre o ativismo feminista nos meios de comunicação, bem como revelaram a forma como a mídia atravessa suas compreensões pessoais e a prática política.

A análise é assentada em dois caminhos: a teoria política feminista e os estudos feministas de mídia. Emprestei as lentes teóricas da teoria feminista para somar aos esforços dos estudos preocupados com as desigualdades de gênero na mídia. Exponho a seguir a estrutura do trabalho.

O **Capítulo 1** apresenta as discussões teóricas que me formaram enquanto doutoranda em Ciência Política sobre a relação entre o feminismo e a política. Ele fornece os conceitos-chave que serão utilizados para a análise da cobertura jornalística sobre o feminismo. O capítulo começa com a forma como as questões de gênero e o próprio movimento são entendidos em nossa área de conhecimento, apresenta um estado da arte das reflexões do campo e os movimentos das pesquisadoras da área na

inserção dessas preocupações. Segue defendendo que a teoria política feminista, a nosso ver, tem duas preocupações centrais: os debates sobre público x privado e aqueles acerca do sujeito do feminismo. Essas duas noções guiarão a incursão empírica. Elas jogam luz em diferentes relações da vida social e política e se mostraram ferramentas úteis para compreensão dos meios de comunicação. O capítulo termina mostrando quais as principais preocupações empíricas das pesquisadoras de gênero na Política e defendendo que, embora com robustas iniciativas pontuais, os meios de comunicação ainda não são sistematicamente um objeto para o qual se debruçam os estudos.

A fim de mostrar que há uma gama de trabalhos, desde os anos de 1970, constituindo o que se chama de *feminist media studies*, o **Capítulo 2** revisa uma ampla literatura acerca dessas pesquisas. Apresento nele as principais preocupações e autoras da área, bem como o foco nos estudos que têm uma dimensão política fundante. Especial atenção é dedicada aos estudos preocupados com a representação midiática de mulheres candidatas e ou eleitas e com as ativistas feministas. Uma série de pesquisadoras feministas de mídia tem chamado a atenção para a ampla preocupação com as elites políticas em detrimento da discussão sobre o papel do movimento na mídia. O capítulo 2 é finalizado especialmente com essa literatura, com achados sobre os modos de visibilidade do feminismo, especificamente nos solos norte-americano e europeu. Esses estudos também nos auxiliam a justificar a importância de observar a relação entre a grande imprensa e o movimento. Por outro lado, o contato com essa literatura também revelava que poucas ferramentas da teoria feminista se mostravam como um “arsenal” analítico forte e, por isso, os dois primeiros capítulos se conjugam dessa forma. O primeiro oferece as construções teóricas fundamentais para que se possam pensar análises que se ligam, mas também se afastam, daquelas revisadas no segundo.

No **Capítulo 3**, estão as discussões epistemológicas e metodológicas da pesquisa, a definição do corpus, procedimentos de coleta e análise. Mobilizamos a literatura de análise de enquadramento qualitativa, metodologia fartamente empregada nas Ciências Sociais e na Comunicação.

No **Capítulo 4**, apresentamos os achados da análise empírica do material jornalístico. Os 95 anos de textos são divididos pelas já supramencionadas fases. Cada momento é antecedido de uma breve contextualização histórica do país, do jornalismo do período e do próprio movimento. Em seguida, são apresentados os quadros encontrados sobre a *relação público e privado* e o *sujeito* do feminismo em cada onda.

O capítulo é concluído com as discussões sobre as ausências e permanências que atravessam as diferentes fases.

O **Capítulo 5**, por sua vez, contém as entrevistas com 12 feministas brasileiras de diferentes gerações e organizações. A ideia com essas entrevistas é, a partir da pluralidade constitutiva do feminismo, entender as formas de percepção dessas mulheres sobre o movimento na mídia. Não se pretende, dado o corpus, encontrar achados generalizáveis para todo o movimento, mas colaborar para esclarecer alguns pontos necessários dessa relação entre o feminismo e os meios de comunicação.

A ideia de um espelho talvez contribua para entender a construção deste trabalho: é a mídia refletindo sobre o feminismo e o feminismo refletindo sobre a mídia. Não se trata de sentenciar verdades ou hierarquizar esses reflexos, mas entender esses modos de ver.

CAPÍTULO 1 – ATRAVESSANDO A PONTE: RELAÇÕES ENTRE FEMINISMO E POLÍTICA

Todas as vezes que tentei entender as distintas, e por vezes conflituosas, interpelações que o feminismo fez à Ciência Política, e especialmente à Teoria Política, vinha-me à cabeça a imagem de uma ponte. De um objeto que liga dois espaços, mas que também é espaço. Por onde se atravessa para chegar a algum ponto, mas que também se faz solo de uma andança. Ao ser atravessada, reconfigura o andante e recebe suas marcas, de formas leves ou agressivas. Para mim, que nasci em uma cidade da costa do Norte do país, pontes atravessam rios imensos, caudalosos e encurtam tempo e energia de algumas longas viagens de barco, pelas quais atravessam pessoas, coisas, ideias e tradições.

As primeiras autoras mulheres a questionarem a construção da política a partir de um olhar voltado para a dominação masculina e opressão feminina me parecem esses barcos. É assim que enxergo os esforços de pessoas como Mary Wollstonecraft, Olympe de Gouges, Flora Tristán, Nísia Floresta e até mesmo Simone de Beauvoir. Na tentativa de deslocarem um lugar em que foram colocadas como mulheres, de falarem sobre suas experiências em contextos sócio-históricos ainda avessos a qualquer discussão mais densa sobre direitos femininos, as viagens difíceis que elas fizeram ajudaram também a delinear a construção de uma ponte, o caminho que se deveria traçar. Ponte essa que entendo, aqui, como o adensamento das discussões feministas na academia, especialmente a partir do final dos anos de 1970 e início dos de 1980 ou como a constituição de uma *teoria política feminista*.

A teoria política feminista seria esse lugar de atravessamento mais firme, embora mais novo, dessas interpelações. O lugar de onde se parte, geralmente, é de uma construção machista, misógina e de invisibilidade feminina, dadas como natural na construção do conhecimento político. O lugar em que se pretende chegar é menos factível de delimitar. Além disso, a construção dessa ponte não se deu sem a necessidade de resistências e enfrentamentos no campo científico.

A revisão das principais correntes dessa teoria e de suas preocupações centrais será fundamental para análise empírica da relação entre feminismo e mídia, bem como para justificar a necessidade de olhar mais detidamente para os meios de comunicação como arenas que colaboram para a ratificação da opressão feminina ou mesmo que

podem ajudar na construção de novos sentidos sobre as relações políticas e sociais entre mulheres e homens.

1.1 A CIÊNCIA POLÍTICA E A *OUTRA*: A SUBVERSIVA TEORIA FEMINISTA NO ÂMBITO DO CONHECIMENTO POLÍTICO.

Este subtítulo faz alusão a um texto já famoso no campo de gênero - “*A feminista como o Outro*”, da filósofa Susan Bordo (2000). Nele, é questionado o lugar “concedido” ao conhecimento produzido pelas feministas, tornando esse espaço “do Outro” o único a ser ocupado por essa parcela da produção acadêmica. Marca-se, segundo a autora, “o lugar de sua diferença” e constrói-se uma dualidade bastante comum e perversa “ou se trabalha com gênero ou se desenvolve uma crítica de amplo escopo – escolha uma”, ironiza Bordo (2000, p.11). O gênero não se torna apenas mais uma especialidade com a qual academia constrói seu modo de operar, mas é isolado, como se a crítica desenvolvida sobre a desigualdade entre homens e mulheres não informasse quase todas as relações políticas e sociais. Ou como pontua Hawkesworth (2010, p. 689), a teoria política feminista é apenas “alguma coisa” diferente da teoria política real, verdadeira.

A defesa de Bordo é a de que devemos resistir “à guetoização da perspectiva feminista – em conferências, coletâneas, no currículo” (Bordo, 2000, p. 24). Sabemos que a vivência como aluna de pós-graduação em Ciência Política é bastante reveladora das provocações de Bordo (2000). Se você é uma mulher e estuda gênero, geralmente, é entendida como uma estudante monotemática (como se a complexidade do que trabalha o feminismo fosse apenas um ‘tema’), não só por pesquisar, como os demais, algo muito específico para uma dissertação ou tese, mas, sobretudo, por, historicamente, essas discussões terem sido colocadas *ao lado* ou *atrás* das grandes preocupações da área ou cânone, e não *com* elas.

Se esse lugar ‘do Outro’ é bastante recorrente na academia, como sustenta Bordo (2000), ele não pode ser limitador da expressão dos estudos políticos de gênero. O lugar de outro ou *outra* que acreditamos ser necessário partir para entender as contribuições da teoria feminista está junto da discussão de Benhabib (1987). Para esta autora, toda a filosofia moral moderna amparou-se em uma construção de alteridade universal, disposta na condição de igualdade de todos os cidadãos, no masculino, criando um *outro generalizado*. O que o feminismo faz é mostrar a incoerência de tal

perspectiva para entender a política, passando a dar corpo aos sujeitos. Até então, afirma Benhabib (1987, p. 96), a mulher aparecia sendo “tão somente o que os homens não são”. A defesa da autora é que passemos a entender a necessidade de pensar um *outro concreto*, este sendo “um conceito crítico que designa os limites ideológicos do discurso universalista” (Benhabib, 1987, p. 103). Essa concretude da alteridade evidencia, assim, o “não pensado, o não visto e o não ouvido” pelas teorias da moral e política (Benhabib, 1987, p. 103).

Que *outra* é esta que interpelou o *outro generalizado* da Ciência Política canônica? Uma passagem de Krause (2001) responde de forma bastante interessante a essa questão¹.

Uma vez eu mencionei a uma proeminente pesquisadora feminista que eu estava usando um de seus livros em meu curso sobre feminismo e teoria política. Ela me olhou surpresa por um momento e depois respondeu: “Feminismo e teoria política? Eu pensei que o feminismo fosse teoria política”. Ela estava certa, é claro; em certo sentido, teoria feminista é também teoria política. O feminismo ilumina as relações de poder de gênero na política e na vida social e contribui (ainda que indiretamente) para o projeto maior de transformá-las. Desde o surgimento do feminismo da “segunda onda” na década de 1970, as teóricas feministas reformularam a teoria política como uma disciplina, movendo questões cruciais das margens do campo para seu centro, questões sobre equidade e justiça de gênero, a constituição do sujeito político, as demandas da diferença, as dinâmicas interseccionais de dominação, os efeitos diferenciais da globalização e as condições de liberdade, entre outras coisas. (Krause, 2001, página 105-106)

Em “*Feminist Political Theory*”, Bryson (2003, p. 1) defende a existência de tal corrente como “qualquer teoria que olhe a relação entre os sexos como desigualdade, subordinação ou opressão, que veja isso um problema de poder político e não um fato da natureza”². Para Jaggar (1983, p. 354), toda a produção feminista nas diferentes áreas é fundamental para descortinar a subordinação, todavia as teóricas políticas feministas analisam de forma mais profunda os argumentos sobre a constituição do que é entendido como justiça e vida boa, bem como sobre a liberdade das mulheres. Embora

¹ No original: “I once mentioned to a prominent feminist scholar that I was using one of her books in my course on feminism and political theory. She looked at me blankly for a moment and then replied, “Feminism and political theory? I thought feminism is political theory.” She was right of course; in some sense, everything that is feminist theory is also political theory. Feminism illuminates gendered relations of power in politics and social life, after all, and it contributes (however indirectly) to the larger project of transforming them. Moreover, since the rise of “second wave” feminism in the 1970s, feminist theorists have significantly reshaped political theory as a discipline, moving crucial questions from the margins of the field to its center, questions about gender equity and justice, the constitution of the political subject, the demands of difference, the intersecting dynamics of domination, the differential effects of globalization, and the conditions of freedom, among other things” (Krause, 2001, p. 105-106).

² No original: “to any theory or theorist that see the relationship between the sexes as one of inequality, subordination or oppression, that sees this a problem of political power rather than a fact of nature”.

as várias autoras converjam na crítica à opressão, a teoria política feminista é atravessada por discordâncias. As causas e os remédios para o enfrentamento à desigualdade, como pontua Jaggar (1983), seguem por caminhos diferentes.

Zerilli e Carroll (1993), em “*Political Science: the state of discipline*”, atestam que as publicações sobre feminismo na Ciência Política iniciaram na década de 1970, mas o aumento significativo se dá no final dos anos 1980 e início dos 1990, como ocorreu em várias disciplinas das humanidades. Para as autoras, a produção se inscreve em três movimentos, que não possuem uma perspectiva de progresso.

O primeiro deles é (a) *crítica à exclusão, invisibilização ou apolitização das mulheres como atores políticos*, com a naturalização de papéis sexuais, aceitação sem questionamento da dicotomia “público x privado” e a reiteração, em teorias ou pesquisas empíricas, do pouco interesse ou envolvimento feminino com questões públicas. O que se reflete também na pouca presença de mulheres como autoras de referência no campo disciplinar.

Um segundo movimento é o que as autoras chamam de (b) *introdução das mulheres no sistema científico a partir dos enquadramentos dominantes*, com produções feministas que passaram a provocar o conhecimento construído pelo *mainstream*, apontando como este não refletia a experiência específica das mulheres. Os trabalhos sobre a necessidade de cotas eleitorais são ilustrativos desse momento.

O terceiro é a (c) *reconceitualização de questões centrais*, com não só o diagnóstico da ausência, mas a estruturação de instrumentos e conceitos específicos para entender a hierarquia de gênero que marca as práticas democráticas. “Não se trata de um corpo teórico alternativo ou da introdução da categoria ‘gênero’ como um adendo às preocupações tradicionais da teoria política”, afirmam Miguel e Biroli (2012, p.9); mais que isso, as autoras adicionaram questões antes não tematizadas pela teoria, convocando a partir, das lentes do gênero (mas não esgotadas por ela) a revisão dos esforços de pluralização da democracia e efetivação da justiça social (Kylimcka, 2006). Zerilli (2006, p.110) afirma que não é simplesmente adicionar as mulheres, mas “alterar a própria estrutura em que os conceitos foram desenvolvidos”³.

Swako e Adelman (2010) trabalham com periodização semelhante, entendendo os anos de 1970 e 1980 como épocas de tensionamento dos pilares do

³ “It is incumbent upon feminists to rethink core concepts of “malestream” political theory, then, not by adding women into the mix, but rather by altering the very framework of politics in which the concepts were first developed and the so-called woman question has been posed” (Zerilli, 2006, p.110).

pensamento político e marcação da misoginia nos clássicos, e a década de 1990 como sendo distinguida menos por discussões sobre grandes obras e mais por debates internos, especialmente sobre o universalismo do sujeito político sobre o qual falava o feminismo.

Ainda que toda e qualquer categorização do feminismo seja problemática, como alerta Tong (2009), esses esforços deixam algumas pistas de como as discussões podem ser inseridas em um pensamento mais ampliado, que ajuda a esclarecer como são moldadas as diferentes explicações e soluções feministas para a construção de novas relações de gênero em diferentes cenários. Esses “rótulos” analíticos também colaboram para apontar a pluralidade da crítica feminista: “eles sinalizam ao público que o feminismo não é uma ideologia monolítica e que todas as feministas não pensam da mesma forma” (Tong, 2009, p. 2)⁴.

Em Tong (2009), a teoria feminista é organizada a partir de oito desses rótulos: Feminismo Liberal, Feminismo Radical, Feminismo Marxista e Socialista, Feminismo Psicanalítico, Feminismo focado no cuidado, Feminismo Global, Multicultural e Pós-colonial, Ecofeminismo e Feminismo pós-moderno. Outra categorização possível, a exemplo da feita por Eagleton (2003), é aquela ligada às temáticas. Tempo, espaço, classe, raça, sexualidade, sujeitos, linguagem são alguns conceitos explorados a partir de diferentes perspectivas feministas. Outras obras focam na crítica a autores específicos, como aquelas organizadas por Meehan (1995/ “*Feminists read Habermas*”) e Lange (2002/ “*Feminist interpretation of Jean Jacques Rousseau*”). Dietz (2003) é uma das autoras que traduz as controvérsias atuais da teoria política feminista em uma questão específica, a saber, quem é o sujeito do feminismo. Para ela, ao assumir um sujeito, três grandes linhas de investigação podem ser identificadas: o feminismo da diversidade, o da diferença e o da desconstrução.

McLaughlin (2003) defende que as abordagens mais clássicas da política não dão mais conta de pensar as prioridades e as novas disputas do feminismo, tanto que sua obra, “*Feminist Social and Political Theory*”, irá elencar os debates mais atuais com os quais a teoria feminista se confronta e é confrontada, a exemplo das suas relações com a teoria *queer*, com a tecnologia e com os debates sobre pós-modernidade, questionando especialmente a incorporação da diferença.

⁴ Do original: “they signal to the public that feminism is not a monolithic ideology and that all feminists do not think alike” (Tong, 2009, p. 2).

No Brasil, Miguel e Biroli (2013 – “*Teoria política feminista: textos centrais*”) sistematizaram um conjunto de textos até então não traduzidos que oferecem um mapeamento das implicações das teorias feministas à teoria política a partir de quatro eixos de discussão: a relação entre público e privado; entre igualdade e diferença; identidade; e autonomia. Em obra mais recente (2014 – “*Feminismo e política*”), um esforço autoral bastante importante em língua portuguesa, eles constroem capítulos específicos sobre essas questões, adicionam ainda disputas atuais tais como as que envolvem as matérias de aborto, pornografia, prostituição e representação política. Os autores se preocupam em demonstrar os debates internos que atravessam um conjunto de autoras.

A organização de Arneil (1999), em “*Politics & Feminism*”, parece-nos bastante interessante, dado que a autora se vale do debate clássico entre as feministas e as correntes famosas do pensamento político, organiza-as em diferentes ondas, mas atesta também que há uma construção singular a partir dos anos de 1980. As duas primeiras ondas de pensamento, segundo a autora, operavam com um caráter mais dualista, opondo mulheres a uma dominação masculina, sem questionar de forma mais central as identidades. A primeira onda é marcada por autoras como Mary Wollstonecraft, Harriet Taylor e Sojourner Truth. Na segunda, começa a aparecer o que Arneil (1999, p. 152) chama de *feminismo hifenizado*, isto é, como um *casamento* com uma escola de pensamento, sendo, na escrita do inglês, apenas o segundo termo (ex: liberal feminism, radical feminism etc). Aparecem, aqui, autoras existencialistas tais como Simone de Beauvoir, feministas radicais como Adrienne Rich, Sulamith Firestone, Kate Millet, as psicanalistas como Juliet Michel e liberais como Betty Friedan.

Em rápidas palavras, pode-se se afirmar que o feminismo tencionou noções caras ao liberalismo, como o indivíduo racional, o contrato social como base para pensar direitos e a noção de justiça e igualdade que oculta diferenças (Arneil, 1999, p. 127). Em relação ao socialismo, a crítica principal foi quanto ao descolamento da produção material como base da história e o desvelamento da relação intrínseca entre patriarcado e capitalismo, com a discussão forte sobre divisão sexual do trabalho e a crítica ao determinismo histórico. No tocante ao comunitarismo, as feministas enfrentaram uma pretensa unidade política disposta no ideal de comunidade, marcando a presença além do gênero, de questões de raça e classe.

É nos anos de 1980 que Arneil (1999) também identifica a construção de um terreno mais próprio da teoria política feminista, marcado com força pela discussão pós-estruturalista, mas não somente por ela. É essa produção que nos interessa mais detidamente.

Nossa tarefa, a partir daqui, é mostrar os elementos constituidores da teoria política feminista, categorizada de formas distintas, conforme mostramos acima. Apesar dos riscos contidos nesta escolha, optamos por apresentar um percurso mais próprio em vez de seguir uma dessas categorizações propostas. Embora bem menos complexo, nosso percurso é também um jeito de dizer que o entendimento ou *o modo de conhecer algo* possui uma dimensão atravessada pela experiência pessoal que não pode ser descartada. Nosso caminho não é o de uma organização de correntes distintas, nem o de uma sequência cronológica, mas o de questões fundamentais do feminismo.

Nossa organização entende que duas questões são centrais para os estudos político-feministas de gênero: a) o debate sobre público e privado e b) a discussão sobre o sujeito do feminismo. Tais discussões abrem este capítulo, finalizado pelo que chamamos de c) questões empíricas, ou as principais preocupações que têm sido objeto de discussão no campo. Essas três seções se ligam diretamente com a proposta geral desta tese. Elas fornecem os conceitos que irão guiar a construção de nossa análise para entender os modos de visibilidade do feminismo ao longo do tempo e a relação das feministas com a mídia, a partir das dimensões de sujeito e das relações entre público e privado.

É importante sinalizar a dificuldade de trabalhar com uma filiação disciplinar ou circunscrever aquilo que é produzido campo da Ciência Política *stricto sensu*. O conhecimento político recebe questionamentos, contribuições e observações de autoras vindas das mais diversas áreas das humanidades e a própria teoria política feminista se beneficia dessa troca.

1.1.1 O debate sobre público e privado

A primeira discussão fundamental da teoria política feminista com a qual tive contato veio da crítica de Fraser (1987) ao trabalho de Jürgen Habermas. Aquele texto

clássico⁵, em que a autora questiona a imparcialidade da esfera pública e propõe seus *counterpublics*, trazia também uma crítica à distinção fundamental da obra habermasiana, entre *sistema e mundo da vida*. Simpatizante da teoria deliberacionista e bastante convencida dos processos de diferenciação social explicados pelo autor alemão, demorei um pouco para entender onde se ancorava aquela ponderação da americana.

Não só a Habermas, mas a todos os clássicos autores da Política, dos antigos até os contemporâneos, o feminismo de Fraser (1987) atacava ao sinalizar uma das características marcantes da compreensão sobre a vida política: a dicotomia entre público e privado. A discussão sobre essa relação é entendida por várias autoras como uma das próprias razões de ser do feminismo (Pateman, 1996). É por isso que, para retomar a metáfora da ponte que abriu o capítulo, entendemo-la como o próprio caminho, pois independente da interpretação que se lance, ela irá situar todo o processo de atravessamento de uma teoria cega ao gênero para um percurso feminista.

Nem iniciado, nem esgotado na perspectiva de Fraser (1987), que me abriu os olhos, o debate sobre público e privado assume facetas bastante diversas na produção feminista. A primeira delas é o enfrentamento da própria noção liberal que separou as duas esferas, com a crítica principal de que a construção do homem público e dos processos morais e políticos ensejados por ela se deu a partir da marginalização das mulheres ao privado. Aqui aparecem obras como a de Carole Pateman e o seu “*O Contrato Sexual*” (1993).

Pateman (1993) mostra como o entendimento canônico de um contrato social, uma ficção que inaugura a sociedade, ignora as relações sexuais hierárquicas que a definem. A sujeição feminina é uma das características, de acordo com a autora, da construção do direito político masculino. Ao mostrar o entendimento dos filósofos modernos como Rousseau, Locke e Mill sobre essa relação contratual, Pateman (1993) descortina também o imbricamento entre o poder dos homens na esfera tida como privada e a construção das economias capitalistas. “As aptidões que permitem aos homens, mas não às mulheres, serem trabalhadores são as mesmas capacidades masculinas exigidas para se ser um indivíduo, um marido e um chefe de família” (Pateman, 1993, p. 63).

⁵ FRASER, Nancy. O Que é Crítico na Teoria Crítica: O Argumento de Habermas e o Gênero. In: BENHABIB, Seyla; CORNELL, Drucilla. *Feminismo como crítica da modernidade*. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1987, 38-65.

Silvia Walby (1990) também se alinha a essa ideia de estrita relação entre as duas esferas, ao defender a existência de um sistema patriarcal, não fixo ou a-histórico, incrustado em estruturas como as de trabalho, Estado e instituições simbólico-culturais, tais como mídia, igrejas e escolas. O transbordamento da submissão de espaços domésticos para arenas públicas, segundo Walby (1990, p. 178), é evidente e "as instituições consideradas convencionalmente como parte do domínio público são centrais na manutenção do patriarcado"⁶. No patriarcado público, a dominação não atua de forma individual especificamente, com a submissão de uma mulher a um homem, mas constringendo as possibilidades de ação das mulheres de formas coletivas e diferentes em cada esfera. É por isso que ganhos tidos no enfrentamento à desigualdade de gênero em uma esfera nem sempre se traduzem nas demais, pois "em diferentes épocas e lugares, algumas estruturas são mais importantes do que outras"⁷ (Walby, 1990, p. 177).

Outra perspectiva, mais assentada no pensamento liberal, é a de Susan Okin (1989) para quem essa distinção não existe, dado que a interferência de uma na outra define os horizontes de possibilidades ocupados pelos sujeitos, sendo estes claramente desfavoráveis às mulheres. Ela apresenta algumas razões pelas quais considera a distinção uma ficção. A primeira diz respeito à existência de relações de poder no seio da vida privada ou familiar (Okin, 1989). O poder, do marido sobre esposa ou crianças, por exemplo, é entendido em grande parte das teorias da justiça como natural e sua problematização é negligenciada. A própria noção do que é uma família, por sua vez, é atravessada por decisões políticas e tem forte imbricamento com o papel desempenhado pelos Estados. Além disso, para a autora, a família é "inegavelmente política" pois é o lugar inicial onde nos tornamos pessoas atreladas a um gênero específico⁸.

No outro extremo das autoras apresentadas acima, o público x privado encontra análises em correntes com as do maternalismo político e em uma parte do feminismo negro. Nas primeiras, tais como em Jeahn Elshtain e Carol Gilligan, o privado é entendido como um espaço fundamental para a constituição das mulheres, na qual desenvolvem uma ética específica e um senso de moralidade melhor do que o masculino

⁶ No original: "institutions conventionally regarded as part of the public domain are central in the maintenance of patriarchy" (Walby, 1990, p. 178).

⁷ No original: "in different times and places some of the structures are more important than others" (Walby, 1990, p. 177).

⁸ Okin (1989, p. 111): "the family is undeniably political because it is the place where we become our gendered selves".

– a chamada “ética do cuidado” – “o desenvolvimento das mulheres aponta em direção a uma história diferente do vínculo humano” (Gilligan, 2013, p. 105).

Cuidar dos outros e responsabilizar-se pelas tarefas relacionadas especialmente à esfera familiar não seria assim um problema para essas autoras, desde que as mulheres não fossem impedidas de ocupar outros lugares. Gilligan (2013, p. 117) fala da mudança de olhar as experiências como hierárquicas para entendê-las como uma teia de interconexão, mudando inclusive a linguagem que nomeia essas experiências – “(...) o ideal de cuidado é uma atividade de relação de ver e de responder à necessidade, cuidar do mundo ao sustentar a teia de conexão para que ninguém seja deixado só”.

Para autoras como Patricia Hill Collins, entender o privado como apenas um lugar de opressão desconsidera as relações de raça e classe que o atravessam. Collins (2000) mostra como a experiência de público e privado para as negras é bastante distinta. Primeiro, porque, ao precisar combater o racismo público, as famílias e os espaços domésticos se tornaram arenas importantes de construção do “eu” e do “nós”. Não que não o fossem em outras discussões, mas a sinalização aqui é a de que, dada a vivência do racismo público, o privado era arena de deslocamentos, por vezes, de reinvenção das relações. Além disso, por sempre estarem integradas ao trabalho nos lares das famílias brancas, a narrativa da saída para o público ou os enfrentamentos aos mitos da feminilidade não as interpelavam da mesma forma.

As mulheres negras questionam as contradições entre as ideologias dominantes da feminilidade americana e do status desvalorizado das mulheres negras dos EUA. Se as mulheres são supostamente passivas e frágeis, então por que as mulheres negras são tratadas como "mulas" e atribuídas tarefas pesadas de limpeza? Se boas mães deveriam ficar em casa com seus filhos, então por que as mulheres negras americanas são obrigadas a procurar trabalho e deixar seus filhos em creches? (...). Mas o legado de luta entre as mulheres negras norte-americanas sugere que um conhecimento de oposição das mulheres negras coletivamente compartilhado existe há muito tempo. Essa sabedoria coletiva, por sua vez, estimulou as mulheres negras norte-americanas a gerar um conhecimento mais especializado, a saber, o pensamento feminista negro como teoria social crítica (Hill Collins, 2000, p.10-12)⁹.

⁹ No original: Black women to question the contradictions between dominant ideologies of American womanhood and U.S. Black women’s devalued status. If women are allegedly passive and fragile, then why are Black women treated as “mules” and assigned heavy cleaning chores? If good mothers are supposed to stay at home with their children, then why are U.S. Black women on public assistance forced to find jobs and leave their children in day care? (...). But the legacy of struggle among U.S. Black women suggests that a collectively shared, Black women’s oppositional knowledge has long existed. This collective wisdom in turn has spurred U.S. Black women to generate a more specialized knowledge, namely, Black feminist thought as critical social theory (Hill Collins, 2000, p. 10-12).

Ao falar do papel de resistência do *homeplace*, bell hooks (1990, p. 42) também entende que essa dicotomia é construída sob uma perspectiva universalizante. O privado diz também da “construção de um lugar seguro onde os negros pudessem se afirmar uns aos outros e, assim, curar muitas das feridas infligidas pela dominação racista”¹⁰, dada a dificuldade de desenvolver amor e respeito por si mesma em um cultura branca discriminatória. Se o público se confunde com o racismo, na perspectiva da autora, o privado poderia ser o “espaço onde voltamos para renovação e auto-recuperação, onde podemos curar nossas feridas e nos tornarmos inteiros”¹¹ (hooks, 1990, p. 49).

A discussão sobre “público x privado” enseja na teoria feminista outros grandes debates, como aqueles relacionados à justiça nas famílias, já antecipado, e às práticas culturais (Nussbaum, 2013 [2000]). No texto de Okin (2013 [1999]), “*O Multiculturalismo é ruim para as mulheres?*”, os argumentos preservacionistas da cultura, acionados para a defesa de certas práticas, são contestados. Segundo a autora, ao defender a preservação cultural sem uma perspectiva crítica de gênero, vários discursos não observam a esfera privada como espaço de desigualdade por insistir na centralidade da cultura frente à vida pessoal dos sujeitos. Os grupos passam a ser tratados como monolíticos, e a defesa do multiculturalismo ratifica a opressão das mulheres. Se, por um lado, essa discussão pode soar como etnocêntrica; por outro, as provocações são relevantes para entender que desigualdades de gênero estão presentes mesmo em grupos que já sofrem profundas desvantagens sociais. As fronteiras entre privado e público, no contexto dessas práticas culturais, tornam-se ainda mais porosas.

A família é talvez a instituição sobre a qual esse debate se faz de forma mais firme. É aqui que se concentra a crítica de Fraser (1987) a Habermas (1987) que nos introduziu ao feminismo. Segundo a autora, o autor alemão teria uma visão romantizada das arenas que compõem o mundo da vida, tratando as famílias como espaços mais horizontalizados, diferentes daqueles de *ação estratégica* como Estado e mercado. Para Fraser, assumir tal perspectiva é desconhecer as disparidades que constroem os papéis de homens e mulheres no espaço do lar. Além de ignorar opressões como a violência doméstica.

¹⁰ No original: “construction of a safe place where black people could affirm one another and by so doing heal many of the wounds inflicted by racist domination” (bell hooks, 1990, p. 42).

¹¹ No original: “that space where we return for renewal and self-recovery, where we can heal our wounds and become whole” (hooks, 1990, p. 49).

O trabalho de Okin (1989), “*Justice, gender and family*”, apresenta, de forma bastante contundente, como os espaços familiares não são justos para as mulheres, muito em função das obrigações que se colocam na esfera privada. Seu debate é, centralmente, com a ideia de família rawlsiana, colocada como uma “primeira escola de desenvolvimento moral” ou “instituição privada”, que ignora a construção social que o sexo assumiu quanto as responsabilidades e funções. Ao se referir às teorias da justiça e a seus autores, ela afirma que os “homens, sujeitos das teorias, foram capazes de fazer a transição da vida doméstica para a vida pública com facilidade, em grande parte por causa, das funções desempenhadas pelas mulheres na família” (Okin, 1989, p. 8)¹². Embora as atividades desempenhadas pelas mulheres sejam fundamentais, continuam marginalizadas no pensamento sobre justiça, como se “acontecessem fora do escopo das teorias” (Okin, 1989)¹³.

Uma posição interessante nesse debate é assumida por Biroli (2014), de como é possível repensar o papel do Estado em relação à justiça no interior do mundo privado, no enfrentamento às disparidades, sem que ele signifique, todavia, uma interferência que reitere padrões opressores.

Um aspecto importante nessa discussão é que a ausência da ação direta do Estado em prol de relações mais justas e menos opressivas não significa ausência de regulação. O que existe sem essa ação não é a geração e reprodução espontânea das famílias e da intimidade. A família e as formas assumidas pela vida afetiva e pela intimidade são produtos sociais não apenas porque variam no tempo, de acordo com valores, práticas culturais e formas de organização da vida material, são também institucionalmente moldadas. Em sua suposta neutralidade, que na verdade toma como dadas algumas formas da vida familiar, ou pelo estímulo direto a determinados arranjos, o Estado e as normas vigentes estimulam alguns modos de vida e desestimulam outros. Isso ocorre, sobretudo, quando há proteção e vantagens para alguns arranjos e formas, que as relações e a vida cotidiana assumem, em detrimento de outros (Biroli, 2014, p. 43).

Esse foi o quadro, a partir dessas autoras, que se desenhou ao longo da nossa formação sobre o debate “público x privado”. Não é exagero dizer que quase toda grande obra ou escritora feminista tem algo a sinalizar sobre essa díade conceitual.

¹² No original: “men, the subjects of the theories, were able to make the transition back and forth from domestic to public life with ease, largely because of the functions performed by women in the family” (Okin, 1989, p. 8).

¹³ They must be assuming that women, in the gender-structured family, continue to do their unpaid work of nurturing and socializing the young and providing a haven of intimate relations—otherwise there would be no moral subjects for them to theorize about. But these activities apparently take place outside the scope of their theories. Typically, the family itself is not examined in the light of whatever standard of justice the theorist arrives at. (Okin, 1989, p. 8).

Algumas, entretanto, fazem-no de forma mais sistemática e contundente, como tentamos mapear.

Outras autoras têm procurado sistematizar essas discussões de forma a pensar também na viabilidade atual da teorização sobre a dicotomia. Gavison (1992) e Armstrong e Squires (2002) produziram reflexões importantes sobre o uso da distinção público e privado na teoria feminista. A primeira autora pensando, substancialmente, o papel da linguagem; as segundas, o papel do lugar e do espaço.

Para Gavison (1992), um dos principais desafios feministas, a respeito das correntes em que se inscrevem, é ter uma utilização mais parcimoniosa da linguagem, dada a profusão de usos e significações da relação entre público x privado. A autora sustenta que, por vezes, a utilização da dicotomia é descrita sem critérios normativos, provocando confusões linguísticas e podendo produzir efeitos danosos para a luta política. De acordo com ela, na literatura feminista, há três principais vertentes de discussão sobre a relação e cada uma encampa argumentos distintos.

A primeira delas defende que não há diferença entre público e privado, seja pela a) indeterminação do que é e o que pertence a cada uma das esferas, pela b) impossibilidade de afirmar o que é realmente privado, ou pela c) discussão mais famosa de que o pessoal é político e, portanto, a dicotomia não existe. A segunda vertente advoga a existência da divisão, defendendo que houve uma a) rejeição das mulheres ao privado e b) que a insistência na não diferenciação entre as arenas oprime ainda mais as mulheres, dado que as desigualdades não viriam à tona e elas continuariam marginalizadas de arenas públicas. A terceira vertente, segundo Gavison (1992), é constituída pela ideia principal de que não deve haver diferenças entre público e privado ou que essas devem ser paulatinamente reduzidas. Para a autora, das três correntes citadas, a terceira é que tem menos densidade na defesa do argumento, dado que várias vezes, quando necessário, apelam discursivamente para a força de um ou outro domínio.

Armstrong e Squires (2002) também organizam a literatura em três correntes, que se preocupam em a) eliminar as disparidades de gênero que identificam as esferas; b) repensar a conceituação de público e privado; c) desconstruir a dicotomia. Na primeira, estão as tentativas de minimizar os efeitos perversos da divisão entre público e privado, com a principal reclamação associada a entradas das mulheres no espaço público. As autoras criticam essa corrente afirmando que os trabalhos não usam a mesma régua para pedir a entrada dos homens no privado, além de comprarem uma

narrativa questionável sobre a experiência de privado universal de todas as mulheres, que não se mostra verdadeira, como vimos com as acadêmicas feministas negras.

Por sua vez, a segunda corrente, a exemplo da maioria das autoras tratadas acima, tematiza a conceituação dessas esferas, pensando especialmente na politização dos espaços privados e na ocupação do público pelas mulheres. A última corrente, endossada por Armstrong e Squires (2002), foca na desconstrução da distinção, a partir da compreensão relacional de lugar e espaço advindos da geografia feminista. De acordo com as autoras, a divisão público x privado é frequentemente utilizada como “estrutura conceitual para explicar a desigualdade” e “quadro normativo para defender políticas feministas” (p. 269), mas nem sempre se mostra uma ferramenta útil para essas explicações, dado que pode reforçar o próprio binarismo. A ideia também perderia força quando analisamos experiências como as de mulheres em situação de conflito civil, em que pouco é possível delimitar o que é público e o que é privado¹⁴.

Pensando em termos geográficos, as autoras propõem entender espaço e lugar de uma forma relacional, em um processo cujas construções são abertas e contestáveis (p. 273). Para defender tal perspectiva, Armstrong e Squires (2002) trazem as discussões sobre papéis de gênero, que podem ser performadas a depender das relações e a própria mudança dos espaços em que as desigualdades se configuram. “As fronteiras entre “o público” e “o privado” claramente não significam a mesma coisa para mulheres diferentes¹⁵” (Armstrong e Squires, 2002, p. 274).

Terminológicas-substantivas ou espaciais, os trabalhos sobre este par de conceitos são um grande exemplo da riqueza da produção feminista. No sentido de apresentar a direção que partilhamos em meio a tantas autoras, gostaríamos de encerrar esta seção com Jean Cohen (2012), que desenvolve uma discussão sobre público e privado que nos parece bastante adequada, dado que sua defesa tem implicações no caminho a ser percorrido nesta tese.

¹⁴ Armstrong e Squires (2002, p. 270): ‘Simona Sharoni, for example, notes that, ‘while the public–private dichotomy was originally invoked to challenge women’s exclusion, its uncritical use may reinforce the view that women have no power or political agency and that they are totally dependent on the existing social and political structures’ (Sharoni, 1998, 1063). She finds this particularly significant in relation to women’s role in the conflicts in Northern Ireland and Palestine/Israel, where the boundaries between household and communal space are practically erased. As Sharoni states: ‘the rich and complex stories of women’s political involvement in these communities at the height of the conflict underscore the need to redefine what is considered “political” in ways that transcend the public–private divide and its gendered underpinnings’.

¹⁵ No original: “The boundary between ‘the public’ and ‘the private’ clearly does not mean the same thing for different women” (Armstrong e Squires, 2002, p. 274).

Para Cohen (2012), não é salutar simplesmente abolir a distinção entre as duas esferas ou a própria necessidade de existência de um privado. Não basta, segundo a autora, apenas desconstruir os conceitos sem "redescrever o bem que é protegido pela privacidade". Longe de um discurso maternalista ou biologizante, Cohen (2012) situa no privado as relações pessoais mais necessárias para a constituição dos sujeitos. O problema para ela não é a existência em si da arena privada, mas as relações danosas que se constituem nela, garantindo “o direito de não ter as necessidades constitutivas de sua identidade violadas ou submetidas à interferência do Estado”, e não transgredindo o que autora chama como as “exigências de justiça” (Cohen, 2012, p.10).

Como uma das autoras feministas que não abandona o potencial crítico da esfera pública, embora teça suas severas críticas, Cohen (2012) atribui a essa revisibilidade permanente de estar e engajar-se no mundo de forma intersubjetiva a capacidade da definição das fronteiras entre os dois espaços. A linha entre as duas esferas é bastante tênue e aberta às revisões e contestações. “É no interior de um discurso público generalizado que se produz em última instância a determinação do que deve ou não deve ficar sob a capa protetora dos direitos de privacidade” (Cohen, 2012, p.10). Cabe, assim, especialmente ao movimento feminista articulado, reivindicar - como já faz - a porosidade entre as duas esferas, sem desmerecer as contribuições que pensar o privado tem para lutas importantes, como o direito ao próprio corpo.

Como as relações entre público e privado ganham visibilidade a partir da presença midiática do movimento feminista? Como essas esferas são articuladas ao longo do tempo na cobertura jornalística do movimento? A atuação histórica do movimento feminista gera narrativas diferentes sobre público e privado na mídia? Essas são algumas questões da tese que nos fizeram resgatar o debate e a construção desses conceitos e pensá-los como ferramentas para análise empírica. Eles serão úteis para entender a visibilidade midiática do ativismo de mulheres distendida no tempo.

De posse dessa primeira revisão teórica, passemos a uma segunda noção fundamental para o trabalho em tela, as disputas sobre o sujeito do feminismo.

1.1.2 O debate sobre o(s) sujeito(s) do(s) feminismo(s)

Foi só depois de ter lido Fraser (1987), para minha monografia de conclusão da graduação, que conheci Simone de Beauvoir e seu “*O Segundo Sexo*”. A frase mais

famosa da autora (“Não se nasce mulher, torna-se”) não me chamou tanta atenção, à época, quanto uma das suas afirmativas nas primeiras páginas do volume 1, que lia no ônibus entre um estágio e outro: “Um homem não começa nunca por se apresentar como um indivíduo de determinado sexo: que seja homem é natural” (Beauvoir, 1970, v.I, p.9). Eu estava formando e esperava uma contratação no jornal onde estagiava como repórter, mas o diretor de redação daqueles anos tinha profunda aversão por empregar mulheres. “Elas menstruavam e engravidavam”, argumentava. Não importava se o meu trabalho era igual ao dos colegas homens; eu era definida primeiro como mulher, depois como jornalista. E o primeiro qualificador impactava diretamente no segundo. Foi por ali que as primeiras discussões sobre o sujeito do feminismo (muito longe de ter essa nomenclatura exata) me interpelaram, sem a menor noção do que ainda estaria por vir.

Com Beauvoir (1970), começava a entender as raízes das construções desiguais de acesso à esfera pública que Fraser (1987) havia me apresentado. Foi um caminho muito lento para entender que as autoras falavam de mulheres distintas, que o feminismo era feito por essas distinções e que a própria categoria *mulher* é alvo de intensas disputas. Ao atravessar essa ponte, penso que o sujeito do feminismo é delimitado tanto por quem a constrói, quanto por quem nela caminha. Há a passagem de um pensar universalista sobre a mulher para a discussão mais robusta sobre as diferenças.

Situar esse debate é bastante difícil, dadas as caminhadas particulares das autoras, influenciadas por correntes filosóficas muito distintas. Por outro lado, é ilustrativo da própria história do movimento feminista, como âmbito dessas divergências sobre o seu sujeito. Há uma narrativa mais corriqueira de que a igualdade foi a bandeira fundamental do movimento feminista em suas primeiras manifestações. Autoras como Mary Wollstonecraft e Olympe de Gouges (século XVIII) são exemplos dessa perspectiva. A luta por direitos como voto, educação, trabalho fora do lar são marcantes dessa posição. No Brasil, já no final do século XIX, nomes como o de Nísia Floresta se destacam (Pinto, 2003; Miguel, 2014).

As mulheres assumindo-se como mulheres, enfatizando sua diferença biológica e criticando os papéis sociais que se assentaram sobre elas, admitiam então um

enfrentamento específico, denominado ora de patriarcado, machismo, dominação masculina ou desigualdade de gênero¹⁶.

Quem eram essas mulheres e contra o quê e quem elas lutavam foi, pouco a pouco, modificando a paisagem dos estudos feministas. A política de identidade e da diferença toma lugar na produção e na prática ativista. Se é possível identificar algumas trajetórias antes do século XX que já traziam dimensões como raça e classe, como atestam Miguel (2014a) e Haraway (1993) ao relatar a história de Sojourner Truth¹⁷, os anos de 1960 deram a tônica desse debate. Como pontua Fraser (2007; 2009), não é que a dimensão da cultura ou a identidade não tivessem aparecido no feminismo de outras décadas, mas, a partir daqui, ela chega de forma mais autônoma, com a ampliação das esferas de discussão sobre justiça social. A produção acadêmica foi se movendo de um universalismo de tratar as mulheres como um grupo coeso e unitário para um debate cada vez mais forte por questões de raça, classe, geração, etnia e sexualidade (Alvarez, 2014; bell hooks, 2013; Collins, 2000; Mohanty, 1991; Mouffe, 2013).

O feminismo negro trouxe contribuições fundamentais para esse deslocamento acerca *de* quem e *a* quem fala o feminismo. Collins (2000, p.9) afirma que as discussões teóricas trazidas por mulheres de grupos oprimidos não advêm de suas “imaginações”, mas são reflexos de suas experiências de intersecção. Próxima a ela, hooks (2013, p. 122) também sustenta que, mesmo se opondo aos monismos identitários, não “abre mão

¹⁶ Essas nomenclaturas têm dimensões políticas extremamente relevantes. Não é nosso objetivo reconstruir esse debate aqui, mas faz-se necessário clarear algumas dimensões para melhor compreensão dos argumentos. A categoria de análise “mulher”, de acordo com Piscitelli (2002), é tributária do feminismo radical, sobre a irreversibilidade da opressão baseada na reprodução. É com o trabalho de Gaye Rubin, de 1975, que o gênero passa a ser apropriado pelos - até então chamados de - “estudos de mulheres” e ganha força após o texto clássico de Joan Scott, da década de 1990 (“Gênero: uma categoria útil para análise histórica”). A nova categoria refere-se às relações sociais inscritas na diferença sexual, com a superação do determinismo biológico. No contexto francês, mais avesso ao termo gênero, o nome mais comum é “relação sociais de sexo”. Patriarcado, por sua vez, foi uma palavra ressignificada pelo feminismo de segunda onda, já que seu sentido anterior ao século XX estava ligado literalmente ao “poder do pai”. Ele diz de um sistema histórico e vertical de sujeição das mulheres (Delphy, 2009). Vamos nos juntar aqui à percepção de Miguel e Biroli (2013), para quem dominação masculina parece um termo mais adequado. Adicionando à defesa deles de que o patriarcalismo vinculado ao regime absolutista se reconfigurou, entendemos também que a dominação pode ser reconfigurada, assumir diferentes estágios e ser superada por relações horizontalizadas, impressões que não nos parecem caber nos debates do patriarcado. Para uma discussão em terreno nacional sobre patriarcado e pensamento político e social brasileiro, consultar as robustas obras de Neuma Aguiar (1997) e Ogando (2012).

¹⁷ Sojourner Truth se tornou um exemplar do feminismo negro ainda no século XIX, a partir de seu discurso famoso intitulado “Ain’t I a Woman?”, na Convenção dos Direitos da Mulher em 1851, em Ohio, enfatizando o lugar ocupado pelas mulheres negras na sociedade escravocrata. Suas falas “evocam os temas do servo sofredor para reivindicar o status de humanidade para a figura chocantemente imprópria e inapropriada da condição feminina negra no Novo Mundo” (Haraway, 1993, p. 283).

do poder da experiência como ponto de vista a partir do qual possa fazer uma análise ou formular uma teoria”. Essas autoras questionam uma suposta unidade experiencial das mulheres, que durante muito tempo ficou assentada no que era vivido pelas brancas.

A relação entre raça e gênero, contudo, não se deu de forma tranquila. hooks (2013, p.165) relata a tensão tanto com as feministas brancas quanto com os homens do movimento negro – “o que vinha primeiro, nossa feminilidade ou nossa negritude?”. Com as primeiras, enfrentava-se um receio de que a desconstrução da categoria “mulher” causasse desestabilização no feminismo. Com os negros, a dificuldade estava em eles assumirem que o patriarcado também lhes garantia formas de poder, “que embora relativas, permaneciam intactas apesar da opressão racista” (hooks, 2013, p.166).

hooks (2013) informa o impacto dessas relações no interior do ativismo e dos estudos acadêmicos de gênero. Em um texto bastante desconcertante (“*De mãos dadas com minha irmã*”), a autora relata como as mulheres brancas foram fundamentais para a cristalização sobre estereótipos de feminilidade e sexualidade das mulheres negras. A própria construção de uma irmandade feminista (ou sororidade) é questionada, como uma forma de negar a desigualdade entre as mulheres e também de ser cúmplice da exploração das negras. Nas reflexões teóricas, hooks (2013) sustenta que atualizamos as posições escravocratas de serva-senhora, com as brancas querendo escrever sobre a diferença sem refletirem sobre a sua própria branquitude. Se a narrativa teórica do feminismo que nós reproduzimos aqui diz de um avanço, com a tomada de consciência das brancas sobre o racismo, hooks (2013, p. 141) assegura que, para as negras, pouca coisa mudou, dado que “a dominação racista ainda é um fator nos contatos sociais”, especialmente na academia. É com as brancas pobres, que entendem outra forma de opressão que não apenas a de gênero, que esses contatos podem se dar de formas mais profunda, em espaços de “confrontação sincera”.

As mulheres vinculadas aos estudos pós-coloniais acrescentaram também dimensões não trabalhadas no feminismo anteriormente. De acordo com Bahri (2013), a relação dos estudos pós-coloniais com o feminismo também é atravessada por dificuldades, que se ligam ao fato de vários dos estudos de gênero não olharem para as questões coloniais e de divisão internacional do trabalho, e de os estudos pós-coloniais negligenciarem, com frequência, questões de gênero. Bahri cita a africana Anne McClintock, que nota que “homens nacionalistas normalmente argumentam que o colonialismo ou o capitalismo foi a ruína das mulheres, sendo o patriarcado apenas um

desagradável primo distante condenado a desaparecer quando o verdadeiro vilão se extinguir” (McClintock, 1995, p. 386 apud Bahri, 2013, p.662).

Mohanty (1991) é uma das vozes mais potentes do feminismo pós-colonial. Seu "*Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses*" é referência para falar da forma como a colonialidade deixa seus traços mesmo dentro das pautas emancipatórias feministas. A autora analisa como a chamada "mulher do terceiro mundo" é construída como um sujeito monolítico nos textos acadêmicos, curiosamente reiterando um universalismo social aos moldes do tão criticado determinismo biológico. Para ela, questões econômicas, religiosas, legais e familiares foram julgadas por padrões ocidentais (Mohanty, 1991, p. 351), colocando as mulheres do terceiro mundo em papéis vitimizadores dentro dessas estruturas¹⁸.

Não é à toa que Spivak (2010), em "*Pode o subalterno falar?*", identifica, nessas mulheres, o desprovimento mais agudo da vocalização e inexistência de escuta, e provoca pesquisadores a pensarem como sua enunciação continua a ratificar esse lugar. "Deve-se insistir que o sujeito subalterno colonizado é irremediavelmente heterogêneo" (Spivak, 2010, p. 73), ou como pontua Bahri (2013, p. 673), "não existe, portanto, um autêntico ser feminino do Terceiro Mundo (...) há apenas o que reside nos jogos de linguagem, nas armadilhas e nos regimes discursivos do mundo social". De forma similar às autoras do feminismo negro, Mohanty (1991, p. 339) afirma que a sororidade "não pode ser assumida apenas com base no gênero", mas construída com bases em diferentes dimensões¹⁹.

O Brasil tem se construído como um polo importante desses estudos, atestam Pelúcio (2012) e também Alvarez (2014). Matos (2010), ao olhar para experiência ativista do feminismo latino-americano, também defende que há particularidades desta região entendida como Sul Global que coloca em xeque algumas narrativas euro-norte-americano-centradas sobre a história recente das lutas feministas.

¹⁸ É importante ponderar divergências dentro das feministas preocupadas com a subalternidade. A paquistanesa Sara Suleri trava um debate bastante interessante com autoras como Mohanty e hooks, criticando como elas usam suas posições para tomar assento como especialistas em mulheres do terceiro mundo, tornando generalizáveis as suas próprias experiências de pós-colônias que foram viver e trabalhar no ocidente. "A apropriação manipuladora do conceito de "experiência vivida" para justificar o uso da narrativa pessoal, contesta Suleri, é, na melhor das hipóteses, mistificadora e, na pior delas, perigosa por sua tendência de tomar a experiência subjetiva e tentar transformá-la em uma espécie de verdade objetiva" (Bahri, 2013, p. 678).

¹⁹ "sisterhood cannot be assumed on the basis of gender; it must be forged in concrete, historical and political practice and analysis" (Mohanty, 1991, p. 339).

As categorias analíticas sobre sujeito, por sua vez, também foram repensadas. Se, por muito tempo, o termo “grupo” ou mesmo “identidade de grupo” ajudava a rotular a experiência de opressão, outras construções tentaram dar conta da fluidez e dos entrecruzamentos que atravessam a vida ordinária dos sujeitos. Essa noção de sujeito fixo e unitário é radicalmente desconstruída, dando lugar a ideias como a de “posições de sujeito” (Mouffe, 2013 [1992]) e “perspectiva social” (Young, 2006).

Mouffe (2013 [1992]) discute como a insistência em identidades, categorias ou grupos físicos, não colabora para entender nem lidar com a pluralidade que constitui as democracias. Cabe ao feminismo especificamente, diz a autora (2013 [1992]), abandonar o “sujeito feminino” como uma entidade homogênea e entender que a todo o momento são alternadas *posições* de dominação e subordinação. Identidades são subvertidas e transformadas dinamicamente, são “contingentes e precárias” (Mouffe, 2013, p. 268). Para a autora, o feminismo deveria apostar não na defesa das identidades fixas, mas nas diferentes *posições de sujeito*, que podem ser assumidas, insistindo na “transformação de todas as práticas e discursos onde a categoria mulher significar subordinação”, mas “não deve ser entendido como uma luta pela igualdade de um grupo empírico definível” (Mouffe, 2013, p. 280).

Em Young (2006, p. 161), sujeitos marginalizados devem ser pensados mais a partir de suas *perspectivas sociais* do que de “um conjunto de atributos que seriam comuns a todos os seus membros”. Para ela, esses grupos guardam profundas diferenças de interesses e opiniões entre si e é por isso que olhar com as lentes da perspectiva diz de uma partilha de posicionamento sem delimitar exatamente a substância final dessa percepção. “A perspectiva é um modo de olhar os processos sociais sem determinar o que se vê”, diz Young (2006, p. 163)²⁰. A vivência de uma determinada desigualdade não se apresenta da mesma forma, mesmo em um grupo de mulheres, negras e pobres. Cada uma das componentes desse grupo possui uma forma específica de entender questões do mundo, dado que “a opressão não define os indivíduos” (Biroli, 2013, p. 72).

A interseccionalidade passou a ser outra dimensão analítica fundamental para escrever sobre o sujeito do feminismo. De acordo com Krause (2011), este é um dos pontos-chave da prática e da teoria política feminista contemporâneas. Kimberlé

²⁰ Para uma crítica interessante dos limites do conceito de perspectiva, ver Miguel (2010).

Crenshaw (1989) é tida como a formuladora do termo *interseccionalidade*²¹, ao falar da relação de dependência entre gênero, raça e classe. Para ela, que retoma a discussão entre público e privado, a análise do patriarcado e da exclusão das mulheres dos lugares de trabalho, por exemplo, foi feita a partir das narrativas das mulheres brancas. É necessário discutir como ser mulher, negra e pobre tem um impacto diferente na vida produtiva e nas relações construídas. Contudo, isso não pode ser feito isolando as “variáveis” ou pensando causalidades entre elas, e sim a partir de como esse todo se constrói diante dos cruzamentos de marginalizações.

Esses problemas de exclusão não podem ser resolvidos simplesmente incluindo as mulheres negras dentro de uma estrutura analítica já estabelecida. Como a experiência interseccional é maior do que a soma do racismo e do sexismo, qualquer análise que não leve em consideração a interseccionalidade não pode abordar suficientemente a maneira particular pela qual as mulheres negras estão subordinadas. Assim, para que a teoria feminista e o discurso da política anti-racista abarquem as experiências e preocupações das mulheres negras todo o quadro que tem sido usado como base para traduzir "experiência das mulheres" ou "experiência negra" em demandas políticas concretas deve ser repensado e reformulado. (Crenshaw, 1989, p. 58²²).

Outro ponto de debate que atravessa centralmente as disputas sobre o sujeito do feminismo na atualidade é aquele realizado com a teoria *queer*. A categoria *performatividade*, bastante ligada a Judith Butler, desafiou as compreensões do gênero como uma política identitária. A autora se alinha às discussões psicanalíticas freudianas, ao pós-estruturalismo de Foucault e, especialmente, de Derrida, para realizar o que nomeia de “genealogia crítica das ontologias de gênero”.

Para Butler (1987), toda a construção do gênero se deu a partir de uma matriz binária de sexo, calcada em bases heteronormativas compulsórias (estas retiradas da discussão de Adrienne Rich). Haveria, assim, uma percepção cristalizada de que o gênero sempre esteve ali, da forma como é entendido hoje; quando isso pode não ser verdade, dada a existência de presenças perturbadoras, *queers*, em que papéis de gênero e sexo nem sempre coincidem. A defesa da autora é que essas construções podem ser

²¹ Ponderações sobre algumas fragilidades do conceito podem ser lidas em Hirata (2014).

²² No original: These problems of exclusion cannot be solved simply by including Black women within an already established analytical structure. Because the intersectional experience is greater than the sum of racism and sexism, any analysis that does not take intersectionality into account cannot sufficiently address the particular manner in which Black women are subordinated. Thus, for feminist theory and antiracist policy discourse to embrace the experiences and concerns of Black women, the entire framework that has been used as a basis for translating “women’s experience” or “the Black experience” into concrete policy demands must be rethought and recast. (Crenshaw, 1989, p. 58).

discursivamente revistas. A performatividade, para Butler, é o *construir-se sendo*. Não existe um sujeito anterior que performa uma identidade, mas este se estrutura e existe à medida que se expressa discursiva e corporalmente. “Não há identidade de gênero que preceda a linguagem” (Salih, 2012, p. 91). Nesse sentido, seria preciso desprender a vivência da sexualidade do binarismo dos aparelhos reprodutores - “a reclamação das diversas partes corporais como fontes de prazer erótico é, para Wittig, o desfazer ou reescrever da restrição binária imposta ao nascer” (Butler, 1987, p. 147).

Ao focar na construção performativa dos sujeitos e falar dos papéis sociais, hierárquicos e opressões, como construídos linguisticamente e baseados em um sistema interpretativo, a autora é alvo de severas críticas. Seu debate com Benhabib (1995) tornou-se famoso por esta discutir qual a viabilidade de apagar a agência dos sujeitos “mulheres”. Seguidores de Butler têm rechaçado qualquer tentativa de ação política que invista em tal categoria como frente de luta, mesmo que provisória e são questionados pelo risco de um “feminismo sem mulheres” (Costa, 2002). Para Costa, usando as palavras de Denise Riley (1988), há uma distância grande entre perceber que a categoria mulheres não dá conta de muitas existências e mergulhar “no vago redemoinho dos seres ‘pós-gendrados’” (Costa, 2002, p. 72). Para parte da academia francesa, na teoria queer butleriana, “os aspectos simbólicos, discursivos e paródicos do gênero são privilegiados em detrimento da realidade material histórica das opressões sofridas pelas mulheres” (Mathieu, 2009, p. 228).

Costa (2002) e também Miguel (2014b) retomam uma posição de Gayatri Spivak que nos parece da maior relevância para pensar o sujeito do feminismo – a noção de *essencialismo estratégico*. Não há ingenuidade em pensar em uma categoria apoiada em “idealização mínima”, contudo é necessário entender que a “fabricação de uma identidade de gênero (...) continua sendo um momento crucial de um projeto feminista mais amplo” (Costa, 2002, p. 67).

Todas essas disputas interpretativas colaboram para mostrar como a teoria política feminista atende a perspectivas bastante diversas dos sujeitos que a atravessam. Dessas concepções apresentadas, para nós, é importante ter em mente que algum grau de unidade se faz necessário para empreender uma luta mais firme contra as desigualdades de gênero. As tantas diferenças precisam ser consideradas, mas há que se ter cuidado para que as distinções, de raça, sexualidade, geração, não descambem para a personalização ou privatização (ou para “multiplicação sem fim de posições particulares” - Miguel e Biroli, 2014, p. 151), com a impossibilidade de o feminismo

construir uma agência política como movimento. O perigo, alertam Miguel e Biroli, (2014, p. 151) é que “no limite, a multiplicação das particularidades nos leva de novo ao liberalismo: cada indivíduo é único, logo as injustiças são também individuais e ação política pode ser pensada como nada mais do que ação individual autointeressada”.

Cada uma das concepções de sujeito assumidas ou silenciadas na construção da teoria e da prática ativista feminista traz implicações muito claras e diferentes para as lutas simbólicas e institucionais.

Reproduzir esse debate é fundamental para a análise empírica que desenvolveremos a seguir. Quando olhamos para a relação entre feminismo e mídia observamos que *sujeitos do feminismo* são construídos tanto pela cobertura jornalística quanto pelo que as ativistas depreendem dessa cobertura. Quem são feministas que aparecem na imprensa brasileira ao longo dos séculos XX e XXI? Esse sujeito teria mudado temporalmente? Como as ativistas refletem sobre as narrativas do movimento na imprensa? A literatura acionada nesta seção colabora como outra noção fundamental para análise dos textos midiáticos e das entrevistas com as mulheres.

Mas, por que olhar para a mídia e não para outras instituições políticas, dado que as desigualdades se mantêm em várias esferas? Por que não acionar esses debates para compreender outros fenômenos, talvez mais próximos do que se considera como preocupações da Ciência Política? O tópico a seguir colabora para justificar nosso objeto central. Ele apresenta as grandes questões empíricas que têm sido alvo de estudos de gênero na Política e ensejado compreensões sobre público x privado e do sujeito do feminismo.

1.1.3 Grandes questões empíricas

Os estudos de gênero nas Ciências Sociais são atravessados por várias preocupações comuns. Mesmo diante dessas confluências, é possível identificar questões ou eixos de análises mais próximos da Ciência Política do que daqueles desenvolvidos pela Sociologia ou Antropologia. Não poderíamos, por questões de escopo, apresentar, com riqueza de detalhes, esses estudos. Por isso, optamos por identificar rapidamente alguns dos eixos mais importantes, com olhar especial para os esforços empíricos. Eles nos ajudam a pensar a pouca centralidade da mídia, nosso objeto central na tese, nessas reflexões.

O Estado é objeto recorrente das reflexões de gênero e política, dado que sua estruturação se deu sob premissas não igualitárias, ou como pontua Charles (2000, p.

24), “diferentes formas de estado estão associadas a diferentes masculinidades hegemônicas”. Essa dimensão formal da política tem suscitado uma série de pesquisas, tendo como um dos exemplos mais contundentes aquelas sobre representação política de mulheres.

A preocupação com a inserção feminina em cargos eletivos, seja por medidas como cotas ou discussões de paridade no sistema político, é um flanco firme de análise em solos nacional e internacional (Araújo, 2010; 2012; Matos, 2009; Miguel, 2000; Miguel e Biroli, 2011; Phillips, 1995; 2001; Pinto, 2010; Rezende, 2015). Anne Phillips (1995, 2001) é a autora mais frequentemente mobilizada nesse debate, com sua obra sobre representação descritiva ou “política da presença”, que não pode estar dissociada de uma “política das ideias”, ou seja, do compartilhamento das perspectivas e reivindicações dos grupos marginalizados. A autora defende a possibilidade de melhora e aumento da democratização com a diversidade de representação.

Ainda que a pluralidade seja uma das bases da democracia representativa liberal, Phillips (2001) afirma que a diversidade tematizada pelos liberais traz em seu bojo a variedade de opiniões e objetivos, bem como de crenças e demais características, “que pode estar enraizada na variedade da experiência, mas é considerada desligável dela” (Phillips, 2001, p. 273). Por isso, faz sentido pensar a materialidade corporificada dos representantes. Obviamente, a literatura política feminista tem mostrado que apenas a presença não dá conta de resolver os problemas da representação. Entretanto, descartá-la não parece ser um caminho adequado para enfrentar a dificuldade da inclusão de mulheres. Nesse sentido, Dovi (2002) tem alertado para a necessidade de estabelecer critérios sobre os representantes preferíveis quando se pensa em grupos minoritários, dado que ser mulher não necessariamente significa ter “sensibilidade de gênero” (Matos, 2009) e que sem tais parâmetros, não se protege dos “possíveis perigos e decepções de uma política de presença para a política democrática” (Dovi, 2002, p. 735, tradução nossa). Matos (2009) demonstra empiricamente, com os estudos sobre o legislativo brasileiro, que não é possível falar em um pano-de-fundo feminista a acompanhar as mulheres que ingressam no Congresso Nacional.

O que podemos constatar, mesmo com a legislação das cotas, é o preenchimento indiscriminado das listas ou, no máximo, o preenchimento (quando este acontece) através de um padrão de elegibilidade/perfil de carreira específico – mulheres escolarizadas e profissionais liberais – e não de todas as mulheres, de modo generalizado (Matos, 2009, p. 79).

Dentro da subárea das políticas públicas, uma agenda forte são as relações de gênero nos regimes de bem-estar social. O debate que se construiu foi com literatura canônica sobre o *Welfare State*, mais propriamente com as definições e tipologias de Gosta Esping-Andersen (1991). Tal autor foca as análises sobre os regimes na relação entre estado e mercado – desmercantilização –, na estratificação social e na provisão de direitos sociais, a partir de três tipologias de Estado: um mais *liberal* e, portanto, desigual, em que o mercado é mais acentuado; o segundo tipo, chamado de *conservador-corporativista*, em que o Estado é atuante, porém são mantidos as classes e os status diferenciados dos cidadãos, bem como alguns papéis sociais; e um estado de bem estar social democrático, cuja característica é a redução da desigualdade e dos custos da *familyhood*.

As críticas feministas indicam como é necessário adicionar o gênero para pensar nas implicações dos regimes de bem-estar, que são diferenciadas para mulheres e homens (Charles, 2000; Kantola e Dahl, 2005; Orloff, 1993). Divisão sexual do trabalho, trabalho remunerado, cuidado, casamento e família são questões diretamente afetadas pelas formas de provisão social do Estado. Uma das respostas que os regimes precisam dar, segundo Charles (2000), é se o cuidado com as crianças deve ser entendido como individual ou de responsabilidade coletiva em uma sociedade. Foi no bojo dessas críticas que Esping-Andersen introduziu a variável *desfamiliarização*, ou o grau de dependência em relação à família, para discutir as dimensões da responsabilidade com o cuidado.

O que torna essa literatura bastante instigante é a forma como autoras como Kantola (2006) repensam as tipologias de Estado do autor sob uma visada feminista, como sendo a) estado patriarcal, b) neutro ou c) *women-friendly*. A potência de tais pesquisas também é evidenciada nas suas constantes atualizações. Nos países nórdicos, afirmam Kantola e Dahl (2005), desenvolveu-se a ideia de um “*women-friendly welfare state*” para se diferenciar dos Estados cujo patriarcado se dava de forma mais acentuada. Contudo, o que tais autoras vêm mostrando é como tal designação pode ter obscurecido importantes desigualdades mesmo entre esse conjunto de países.

Essas preocupações também estão próximas de discussões sobre a má remuneração de mulheres, o uso do tempo, e justiça global (Fraser, 2010; Jaggar, 2014). Os trabalhos mais recentes de Fraser (2013) vêm nessa direção, especialmente chamando atenção para a necessidade de reafirmar a crítica feminista ao Estado capitalista. Para a autora, as recentes crises econômicas têm mostrado que as lutas

feministas precisam focar nos impactos da relação entre o mercado e a reprodução social, que foram, segundo ela, deixados de lado pela militância nos últimos tempos. Uma questão central em suas reflexões é a perversidade da dupla jornada de trabalho das mulheres, especialmente sobre as formas que o estado capitalista “institucionalizando compreensões androcêntricas de família e trabalho, naturalizou injustiças de gênero e as removeu da contestação política” (Fraser, 2009, p.16). Ela enfatiza que quem “atua no terreno da luta contra a hierarquia de gênero, atua em um terreno povoado pelas forças do mercado” (Fraser, 2013, p. 241) e é por isso que se faz necessário pensar em formas de atuação política e econômica que prezem pela solidariedade e seguridade social.

Contestando a crítica de Fraser sobre a aproximação entre feminismo e os projetos neoliberais, Matos (2010) nota, a partir da experiência feminista no Sul Global, a existência de iniciativas de radicalização anticapitalista que buscam construir novas alternativas, como Fórum Social Mundial e a Marcha Mundial das Mulheres. Ela acredita na tentativa cada vez maior de ocupar os espaços públicos formais e informais. Matos e Paradis (2013; 2014) têm discutido, por exemplo, os novos arranjos e desafios colocados *para e pelo* feminismo com a entrada de mulheres, antes parte do movimento, nos cargos de burocracia, a partir das instituições estatais voltadas para a promoção da igualdade de gênero na América Latina.

Para além dessa dimensão estrutural do Estado, enquanto tema candente de pesquisa, a violência contra a mulher tem mobilizado a atenção de cientistas políticas. Formulações com as de Young (1990) sobre as “faces da opressão” têm jogado luz sobre a interpretação da violência contra as mulheres como um atentando agudo à autodeterminação feminina. A violência, tornada uma questão relevante pelo ativismo feminista que surge a partir dos anos de 1960, salientava a defesa da autora de que “nenhuma prática social seja excluída a priori da discussão pública” (Young, 1987b, p. 83). Especificamente na Ciência Política brasileira, vários desses estudos estão ligados aos processos de enfrentamento e dinâmicas institucionais de combate à violência, especialmente a partir da lei 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha. As formas de acesso à Justiça por mulheres em situação de violência e o os déficits institucionais desse processo, em especial no Judiciário (Andrade, 2017), o debate midiático sobre a legislação durante sua formulação e implementação (Sarmiento, 2013; 2014; Sarmiento e Mendonça, 2013), a construção da rede de atendimento e os nós no

processo de institucionalização de uma política pública de gênero de forma efetiva (Coelho, 2015) têm sido alguns dos caminhos percorridos.

Fora do Estado, mas em estreito diálogo com ele, há muito, os estudos feministas na política se voltam para a participação no âmbito da sociedade civil e a estruturação em si do movimento feminista, suas formas de atuação, ganhos e embates (Alvarez, 1990; Matos, 2010; Pinto, 2003; 2010; Soares, 1995). Para além da historiografia, o movimento feminista brasileiro tem sido objeto de uma série de reflexões sobre a substância de suas reivindicações, os sujeitos que o integram, as disputas que o atravessam, o surgimento de novas correntes e as atualizações nas formas do ativismo (Alvarez, 2014; Coacci, 2014; Sarmiento, 2015). Os esforços de Alvarez (2014) são bastante ilustrativos desse horizonte de pesquisa. Seu trabalho mais recente provoca uma discussão epistemológica para olhar a trajetória do feminismo *em movimento*, bastante centrada na experiência brasileira. A autora trata *os feminismos* como “*campos discursivos de ação*”, para se referir a um processo mais descentrado de práticas e articulações, com a agência dos movimentos mais pluralizada (Alvarez, 2014, p. 16).

Como se pode notar, a discussão de *gênero na Política* suscita diferentes trilhas de pesquisa, que passam pelas relações do feminismo com Estado, mercado e enquanto movimento. Algumas questões trazem emaranhadas essas três dimensões e “adicionam”, ainda, a Igreja, como é o caso dos chamados dilemas morais do feminismo, que integram, de forma sistemática, o corpo de estudos na área. São elas: aborto, prostituição e pornografia. Como pano de fundo dessas disputas, estão conceitos muito caros às democracias e às mulheres, como autonomia e liberdade.

No Brasil, Biroli (2014) tem encampado a defesa do direito ao aborto e de sua discussão no âmbito da Ciência Política, a partir do argumento de que a proibição compromete a autonomia igualitária, dado que as mulheres não podem decidir sobre seus corpos tal como os homens²³. A autora procura mostrar como é inevitável se ancorar na defesa liberal da autodeterminação para defender a descriminalização, mas, sobretudo, sustenta que a teoria feminista coloca em xeque os limites desse mesmo liberalismo, especialmente deslocando a suposta imparcialidade da política, a partir “das experiências concretas e situadas das mulheres” (Biroli, 2014, p.48).

²³ É preciso lembrar que, no Brasil, a interrupção da gravidez é crime e permitida apenas em casos de estupro, risco de morte para a mãe e anencefalia. Tramitam no Congresso Nacional projetos de lei para limitar ainda mais o direito das mulheres sobre seus corpos, como é o caso do Estatuto do Nascituro, que concede prioridade ao feto.

De acordo com Biroli (2014), além de ensejar um debate sobre autonomia central para os regimes democráticos, defender o direito ao aborto tensiona as bases de construção dos papéis sociais de homens e mulheres, especialmente o *dispositivo da maternidade*: “seria preservada sua condição de mãe, sem a qual sua individualidade não se sustentaria como valor” (Biroli, 2014, p. 42). As controvérsias na grande imprensa sobre o aborto no país e os enquadramentos construídos na mídia feminista online têm sido estudados, respectivamente, por Mantovani (2015) e Assis (2014).

No caso da pornografia e da prostituição, é novamente a imparcialidade do liberalismo, ao pensar a liberdade de expressão como um valor fundamental, que será questionada por correntes da teoria feminista. O trabalho de O’Neill (2001) é bastante elucidativo sobre as formas diferentes compreensões feministas sobre prostituição. Segundo a autora de “Prostitution and feminism: towards a politics of feelings”, duas perspectivas se delinearam: a) o entendimento de que as prostitutas são exploradas por quem organiza a indústria do sexo, majoritariamente homens e b) a livre escolha do trabalho, bem como a necessidade da garantia de direitos. A primeira perspectiva é discutida fartamente em “O Contrato Sexual”, de Carole Pateman, com o texto sobre a mercantilização do corpo e reafirmação da dominação masculina.

Do outro lado, pondera-se que as diversas resistências das experiências das prostitutas não podem resumi-las a objetos passivos, além de, ao longo dos anos, terem construído espaços políticos de associativismo. Dentro desta perspectiva, ainda se colocam também as divergências entre a descriminalização-abolicionismo e a regulação da prática. O’Neill (2001) trabalha com a ideia de que é necessário desconstruir as dicotomias e ouvir a experiências dessas mulheres, mais do que assumir uma postura a priori anti- ou pró-prostituição. O que ambas as perspectivas comungam é a condenação ao tráfico de mulheres e exploração de crianças²⁴.

²⁴ No Brasil, a prostituição não é criminalizada; sua exploração, sim. A designação no Código Brasileiro de Ocupações é de profissional do “profissional do sexo”. Projetos de lei vêm sendo apresentados e engavetados desde 2003 sobre a regulação da profissão (Rodrigues, 2009). Atualmente, tramita no Congresso o PL 4211-2012 – PL Gabriela Leite, do deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ) que prevê a regulamentação das casas a fim de coibir a exploração, tendo como premissas a idade mínima de 18 anos, o pagamento pelos serviços e a não coerção, bem como a definição da porcentagem de faturamento. O projeto é alvo de intensas disputas dentro do movimento organizado, que vai desde a contestação da porcentagem aos donos de estabelecimentos até a discussão sobre como a regulamentação pode gerar uma visibilidade não demandada ou quista a uma atividade, muitas vezes, realizada “às escondidas” da família ou de outras relações. Curiosamente, o parecer contrário emitido pelo deputado relator do projeto, uma pastor membro da bancada evangélica, Pr. Eurico (PSB-PE), aciona a literatura feminista, especialmente Simone de Beauvoir, para ratificar sua posição. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=D60941F2DBD358038DAF

De forma similar à prostituição, o debate sobre pornografia tem dois lados divergentes nas discussões feministas. Os argumentos contrários à pornografia têm Catharine MacKinnon e Andrea Dworkin, consideradas expoentes do feminismo radical, como protagonistas. A pornografia se apoiaria, na visão delas, em um processo de coisificação feminina, colocando o corpo feminino em um lugar servil, como “objetos para o prazer masculino”, em um “livre mercado” que não trata todos os indivíduos da mesma forma, com claros prejuízos para as mulheres (MacKinnon, 2013).

Saul (2003, p. 80) sistematizou alguns dos argumentos envolvidos no debate. Do lado proibicionista, argumenta-se que a) a pornografia não é apenas uma representação ou retrato, mas um ato em si de opressão; que b) encoraja violência contra as mulheres, especialmente sexual²⁵. A pornografia é também entendida como c) reiteradora da desigualdade, dado que insiste nos papéis de subordinação e inferioridade femininas; d) como um ato de silenciamento da mulher; e, finalmente, e) como um discurso de ódio. Nos Estados Unidos, na década de 1980, sob a influência e *advocacy* de MacKinnon e Adrea Dworkin, duas cidades (Mineápolis e Indianapolis), promulgaram leis reconhecendo a pornografia como prática de discriminação sexual, que foram posteriormente derrubadas com base na Primeira Emenda da Constituição Americana, sobre liberdade de expressão.

Contra a restrição da pornografia, afirma-se, segundo Saul (2003), que a proibição do discurso pornográfico a) não colabora para o debate sobre igualdade de gênero e para a desconstrução dos papéis assumidos pelas mulheres nesses materiais; e b) alimenta o perigo de o Estado tomar decisões pelos sujeitos, levando a consequências danosas e abrindo terreno para políticas conservadoras. Argumenta-se, ainda, que c) a pornografia não encarna todas as formas de socialização opressoras e não é causa isolada de violência; d) as mulheres reagem a esse material, além de terem se tornado também produtoras. Na Ciência Política brasileira, Barroso (2013) tem se dedicado ao debate normativo sobre liberdade de expressão subjacente a pornografia. Ele argumenta que a proibição não é o caminho mais eficaz para o debate sobre igualdade de gênero, bem como sobre os indeterminados sentidos, por vezes empoderadores, do material pornográfico.

4EBDBD18CACA.proposicoesWeb1?codteor=1100071&filename=Tramitacao-PL+4211/2012. Acesso em 01.02.16.

²⁵ “Men who learn about sex through whatching pornography, then, will treat women as existing solely for their sexual desires and will not hesitate to assault women and force sex on them” (Saul, 2003, p. 81).

Esses são alguns exemplos da materialidade das preocupações da teoria política feminista com os quais tivemos contato durante a formação no mestrado e doutorado. Certamente, é uma cena temática construída por muitos vieses, de configuração geográfica do conhecimento, linguagem, disposição e empatias teórico-metodológicas, mas, ainda assim, um esforço mínimo de apropriação do terreno, crescente embora ainda marginal. É a partir dessa tentativa, de *mapear para se encontrar*, que um passo fundamental deste trabalho se dá. Se a mídia é parte central da vida contemporânea e atua na reprodução dos diversos elementos que conformam as vivências de mulheres e homens, em contato com essa literatura, questionamo-nos: onde está a comunicação midiática? Como articular as questões de visibilidade midiática com as demandas da teoria feminista? De que forma as pautas do feminismo acima mencionadas e sua agência pública têm sido articuladas nos estudos de mídia e política?

É na tentativa de responder a esses questionamentos que construímos o próximo capítulo.

CAPÍTULO 2: MÍDIA, POLÍTICA E FEMINISMO

Quando ingressei no mestrado da Ciência Política, em 2011, uma coisa foi aprendida logo na primeira semana: a partir daquele momento, eu não poderia mais afirmar “que todo político é corrupto”. Mais do que as disciplinas em si, o que as/os cientistas políticos me ensinam, desde o ingresso na Pós, é a complexidade da política. Tanto é que a minha própria entrada no mestrado se deu pelas discussões da política não-institucional.

Ao mesmo tempo em que me educavam para ler a política com olhos mais treinados, não raro, ouvia em sala de aula ou conversas informais que “*mídia é tudo igual*”. A complexidade que se exigia para olhar a política, por vezes, era esquecida quando se falava dos meios de comunicação. Assim como nessas conversas cotidianas, é muito comum notar a mídia como um objeto de fala na Ciência Política, incluindo as produções feministas. Com frequência, diz-se sobre sua influência, responsabilidade, distorção ou manipulação a respeito de uma série de temas.

Uma rápida olhada nos trabalhos de algumas autoras mobilizadas no capítulo anterior revela essa atenção, mesmo que tangencial, aos meios de comunicação. Eles costumam aparecer como uma arena importante das sociedades contemporâneas, especialmente dentro das dinâmicas de (re)interpretação e comunicação de lutas públicas, como em Fraser (2013)²⁶. Os meios de comunicação são tidos também como espaços de reprodução da opressão, seja a partir da sub-representação feminina (Okin, 1987)²⁷ ou da ratificação de papéis tradicionais (hooks, 1984)²⁸, tais como os que

²⁶ “Some ways of talking about needs are institutionalized in the central discursive arenas of late-capitalist societies: parliaments, academies, courts, and mass circulation media. Other ways of talking about needs are enclaved as socially marked subdialects and normally excluded from the central discursive arenas” (Fraser, 2013, p. 59)

²⁷ “Women, including mothers of young children, are, of course, working outside the household far more than their mothers did. And the small proportion of women who reach high-level positions in politics, business, and the professions command a vastly disproportionate amount of space in the media, compared with the millions of women who work at low-paying, dead-end jobs, the millions who do part-time work with its lack of benefits, and the millions of others who stay home performing for no pay what is frequently not even acknowledged as work” (Okin, 1989, p. 4).

²⁸ “Through mass media and other communication systems, women are currently inundated with material encouraging them to bear children. Newspapers carry headline stories with titles like “motherhood is making a comeback”; women’s magazines are flooded with articles on the new motherhood; fashion magazines have special features on designer clothing for the pregnant woman; television talk shows do special features on career women who are now choosing to raise children. Coming at a time when women with children are more likely to live in poverty, when the number of homeless, parentless children increases by the thousands daily, when women continue to assume sole responsibility for parenting, such propaganda undermines and threatens feminist movement” (hooks, 1984, p. 136).

naturalizam a heterossexualidade (Young, 2005)²⁹. A mídia também é tida como o espaço próprio da violação ou como diretamente responsável por ela, tal qual na perspectiva radical de Dworkin e MacKinnon (1997)³⁰, sobre a influência da pornografia nos casos de violência sexual.

É diante da percepção da centralidade dos meios de comunicação na vida contemporânea e, especialmente, na costura simbólica diária das definições que temos sobre o que *são* e sobre o que *fazem* homens e mulheres, que se desenvolveram, entre os transdisciplinares Estudos de Gênero e o campo da Comunicação, os chamados *feminist media studies*. Este capítulo tem por objetivo apresentar esse sub-ramo das discussões acadêmico-feministas, ainda tímido no Brasil, especialmente quando olhado fora dos cursos de Comunicação. Ele inicia com uma visão geral sobre os estudos de mídia e gênero. O foco se volta, contudo, para os estudos sobre a representação midiática do movimento feminista e a relação entre o movimento e a mídia em vários países. Tais estudos aportam discussões importantes para a pesquisa empírica que desenvolvemos e oferecem um retrato dessa produção acadêmica.

2.1 OS OLHARES SOBRE MÍDIA E FEMINISMO

Na pesquisa acadêmica, nossa localização geográfica é fundamental para a narrativa que desenvolvemos e para o fio da meada que puxamos ao começar um

²⁹ “A second axis of gender structuring in our society is normative heterosexuality. This structuring consists in the diverse institutional and ideological facts that privilege heterosexual coupling. These include the form and implications of many legal institutions, many rules and policies of private organizations in allocating positions and benefits, the structuring of schooling and mainstream media to accord with these institutions, as well as the assumptions many people make in their everyday interactions with others. Together such social facts make structures with differential consequences on the lives of different men and women, and which sometimes produce serious suffering or wrongful limitations on freedom” (Young, 2005, p. 24).

³⁰ The six topics are as follows, in terms of dealing with the relationship with sexual violence in the mass media on attitudes on rape and attitudes on aggression. Number one, what are the images and secondly, is there an increase in the media. The answer is going to be a definite yes, and I will give some brief descriptions very shortly. Secondly, what are the effects of this type of material on a number of things. One, what are the effects of sexual violent images or aggressive pornography on sexual arousal in rapists, known criminal offenders, and, more importantly, quote unquote normals. I will describe what I mean by that shortly. Thirdly, what are the effects of this type of material on rape-related attitudes—the attitudes meaning myths about rape stereotypes, willingness for a person to say they would commit a rape and attitudes in general about women. And [fourth], what are the effects of this type of material on aggressive behavior, primarily aggressive behavior against women in a laboratory type situation which is, of course, the only place one could conduct such a research. [Fifth], what is the relative contribution of sexual and violent contents of the material. I think what the research tends to indicate, this is not an issue of quote unquote sexual explicitness or nudity. It is a question of how women are portrayed, particularly women as victims which we are really talking about. Finally, what are the effects of massive long-term exposure to this type of material. (MacKinnon e Dworkin, 1997b, p. 45)

trabalho. Falar de estudos feministas de mídia é tratar de uma agenda de pesquisa cujo desenvolvimento ainda é bastante focado nos solos norte-americano e europeu. Ter contato com essa literatura, descrita pelas suas autoras como “robusta”, em “franca expansão”, já constituída por “diferentes fases”, é tornar-se ainda mais ciente dessas fronteiras geográficas, dado que, em nosso país, a mídia não tem sido objeto sistemático de produções acadêmicas feministas³¹.

A narrativa comum dos *feminist media studies*, em geral, começa com uma obra de 1963. É dada a Betty Friedan o pioneirismo dessas discussões (Bradley, 1998; Kearney, 2012; Carter e Steiner, 2004; Thornham, 1998; Van Zoonen, 1994). Seu livro, “A Mística Feminina”, com a crítica sobre as revistas femininas e a denúncia da sociedade de consumo americana, é tido como prógono do entendimento de que os textos midiáticos são arenas fundamentais para a compreensão das dinâmicas de reprodução da desigualdade de gênero. Mesmo não sendo um texto acadêmico *stricto sensu*, Friedan (1971 [1963]) já colocava ali algumas questões que guiariam as reflexões posteriores nas universidades. Esses estudos, por sua vez, irão se diversificar quanto a objeto e sujeito, veículos, produtos, formatos, teorias e metodologias.

Uma primeira forma de organizá-los, e bastante útil para entender as conexões com a literatura político-feminista apresentada no capítulo anterior, é feita por Steeves (1987) e Van Zoonen (1994; 2012). As autoras mostram os modos de ver a mídia pelas feministas a partir de três correntes principais: análises feministas liberais de mídia, radicais e socialistas.

A primeira corrente, atrelada à perspectiva liberal, identifica a mídia como um dos motores que perpetuam os valores desiguais de gênero. Os estudos se voltam aos papéis tradicionais exibidos nos produtos midiáticos, tendo como fundamentos as ideias de “preconceitos” e “estereótipos”. De acordo com Steeves (1987), essas pesquisas são majoritárias nesse campo de estudos, tendo olhado também para os efeitos em audiências e realizado trabalhos quantitativos mais sistemáticos. No entanto, argumenta a autora, “eles não elaboram teoricamente o que se entende por estereótipo, mas simplesmente classificam o que se supõe reforçar sobre generalizações na mente de

³¹ Na construção desse capítulo, sou especialmente grata à minha supervisora de doutorado-sanduíche, professora Dra. Karen Ross, pela possibilidade de acompanhar sua disciplina (“Gender, media and society”) no primeiro semestre de 2016 e pela indicação de bibliografia.

membros individuais da audiência” (Steeves, 1987, p. 102)³². Para as autoras liberais dos estudos feministas de mídia, o remédio para a forma de visibilidade se dá com a melhoria das posições das mulheres na sociedade. Uma das apostas é o ensino sobre questões de gênero nas escolas de jornalismo, além de políticas específicas de maior inserção de mulheres na produção midiática, com pagamento igualitário e legislação de combate à violação de direitos (Steeves, 1998; Van Zoonen, 2012).

A corrente radical irá transpor para a compreensão da mídia seus preceitos políticos mais gerais de enfrentamento à dominação masculina. Nessa lógica, se os *media*, em sua maioria, são geridos por homens, eles reproduzem a todo momento lógicas patriarcais (Van Zoonen, 2012, p. 28). Esses estudos acentuam a discussão sobre a pornografia, bastante inspirada em Dworkin (1989) e Mckninon e Dworkin (1997a). Uma das principais propostas das radicais é a criação e o consumo de mídia feita *por mulheres e para mulheres*³³.

Já as análises feministas socialistas de mídia irão incorporar com força a dimensão econômica para a compreensão dos padrões de visibilidade feminina. Rejeitam a ideia liberal de que é possível desenvolver-se autonomamente em uma sociedade cindida por classes e concentração de riqueza. Bastante ligadas ao conceito de “ideologia”, as pesquisas se voltaram para a forma como a mídia aliena as mulheres e serve como um instrumento do patriarcado. As discussões sobre reforma e regulação da mídia, bem como indicações de mudanças estruturais na organização do trabalho midiático estão entre as soluções propostas. Steeves (1987) pontua que esses estudos, por vezes, têm uma função política muito maior do que teórica, dado que falham em clarear os dispositivos textuais e imagéticos que colaboram para a reprodução das desigualdades.

Para Van Zoonen (1994), liberais, radicais e marxistas-socialistas trabalham como uma compreensão funcionalista da mídia bastante similar, como um agente de controle. Segundo ela, tais autoras operam, frequentemente, com duas perspectivas

³² No original: “they do not elaborate theoretically on what is meant by a stereotype but simply classify character that are assumed to reinforce over generalizations in the minds of individual audience members” (Steeves, 1987, p. 102).

³³ Sobre isto, Carter e Steiner (2004, p. 18) pontuam: “Feminists who have tried over the last 150 years to establish their own media institutions have not necessarily avoided these financial pressures and constraints, even when they have been wholly uninterested in making a profit (Steiner 1992). Suffrage newspapers of the 1870s and 1880s, sex education journals of the 1920s and radical separatist magazines of the 1970s found it difficult or impossible to operate without some advertising revenue, but also found it difficult or impossible to attract this revenue when they wanted it. Even when the labour is donated, production, transmission and distribution of media forms can cost a lot of money.”

equivocadas - entendendo o gênero como uma categoria homogênea e a mídia como um aparelho instrumental de significado. Assim, costumam atribuir à mídia dois fenômenos: distorção e socialização.

Van Zoonen (1994) atesta que, frequentemente, a mídia é acusada de *distorcer* a realidade, mas não se discute, em nenhuma dessas correntes, as diferentes dimensões que uma mesma “realidade” possui. Além disso, a afirmativa sobre a influência na socialização das mulheres, por vezes, presume-as como audiências passivas – “ignorando as atividades cognitivas e emocionais das audiências” (Van Zoonen, 1994, p. 35)³⁴. Para Van Zoonen, é necessário entender essas configurações de visibilidade de gênero não como universais, mas negociadas e influenciadas por condições econômicas, sociais e históricas.

Foi na esteira das inspirações marxistas e socialistas que as discussões mais férteis e complexas sobre mídia e gênero se desenvolveram, junto do Centre for Contemporary Cultural Studies (CCCS), de Birmingham. A publicação de obras como “Images of Women” e “Women take issue”, do grupo de mulheres culturalistas, marca o início de uma importante fase nos estudos feministas de mídia (Thornham, 1998). Messa (2008), ao fazer um balanço dos estudos feministas anglo-americanos com foco nos estudos culturais, apresenta um panorama interessante de 1970 a 1990 com obras e autoras fundamentais, marcando a expressividade dos trabalhos sobre telenovela e revistas femininas, bem como a entrada da preocupação com a recepção na década de 1980. O público feminino passava a ser ali um objeto e sujeito privilegiado (Escosteguy, 1998; Scofield, 2008).

Se o feminismo aportou contribuições aos estudos culturalistas, ampliando as arenas onde as dimensões de poder eram pensadas (Escosteguy, 1998), a forma como os estudos culturais olhavam a mídia colaborou para uma nova visada dos *feminist media studies*. É com a ideia de codificação-decodificação de Stuart Hall que Van Zoonen (1994) aborda a necessidade de falar de processos de *negociação discursiva* com os textos midiáticos, rejeitando os modelos transmissivos que informaram as pesquisas iniciais.

No Brasil, a perspectiva culturalista deu a tônica dos estudos de mídia e gênero, desenvolvidos em grande parte dentro dos programas de pós-graduação em Comunicação. Ana Carolina Escosteguy, da PUC-RS, é o nome mais proeminente no

³⁴ Citação completa: “the issue as ‘what do media do with women’ ignoring the cognitive and emotional activities of audiences in making sense of media” (Van Zoonen, 1994, p. 35)

campo nacional, dada a produção contínua desde a década de 1990 e sua inserção em espaços como a revista *Feminist Media Studies*. É dela uma das primeiras e poucas coletâneas sobre comunicação e gênero do país (Escosteguy, 2008), bem como a “tradução” do debate feminista dentro dos estudos culturais para o nosso contexto (Escosteguy, 1998). A pesquisadora tem se dedicado ainda a diferentes mapeamentos da produção acadêmica sobre gênero no campo da Comunicação (Escosteguy et.al., 2003; Escosteguy e Messa, 2006)³⁵. De acordo com Escosteguy (2012), a pesquisa no Brasil ganha fôlego só a partir dos anos 2000 e ainda há uma longa estrada a ser percorrida. “A porta continua aberta para que a trajetória da crítica feminista recomponha seu objeto de estudo, dando a merecida atenção à mídia, sobretudo, entre nós, onde tal laço ainda não se consolidou” (Escosteguy, 2012, p. 184).

A organização por correntes (liberais, radicais, socialistas, culturalistas), embora colabore para o mapeamento inicial das preocupações, tem se mostrado pouco promissora com o crescimento dos estudos. As críticas dos feminismos negro ou pós-colonial, por exemplo, não se situam em nenhuma delas por completo, atravessando-as. As questões colocadas por Kearney (2012) como as mais candentes dos *feminist media studies* também não cabem mais em tal sistematização, tais como os estudos de masculinidade, a atenção à interseccionalidade, o pós-feminismo e a necessidade do aprofundamento da análise transdisciplinar não restrita só à Comunicação como campo.

Mas, afinal, sobre o que se debruçam os *feminist media studies*? Quem são suas autoras fundamentais? Para o escopo desta tese, optamos por apresentar a constituição dessa área, buscando aprofundar trabalhos e autoras em que a triangulação entre gênero, mídia e política se coloca de forma mais acentuada e apresentaremos, ao final do capítulo, os estudos que têm o jornalismo como o foco, dado nosso objeto empírico.

³⁵Alguns achados de Escosteguy são bastante ilustrativos acerca da não sistematicidade das pesquisas interseccionais sobre comunicação e gênero em nosso país. Ao analisar as edições de 1980 a 2000 das revistas *Intercom*, *Comunicação e Sociedade* e *Diálogos*, a pesquisadora demonstra a pouca extensão desses estudos (Escosteguy et al., 2003), o que aconteceu de forma similar nas produções de mestrado e doutorado do campo. No inventário de teses e dissertações da área, de 1992 a 2002, foram encontrados 65 trabalhos do universo de 3254, marcados pela preocupação com a mídia impressa e audiovisual, especialmente revistas femininas e publicidade (Escosteguy e Messa, 2006). Do outro lado, Sifuentes e colaboradoras (2012), também ligadas ao grupo da autora gaúcha, ao se debruçarem sobre as revistas acadêmicas feministas mais antigas no país, *REF* e *Cadernos Pagu*, de 2001 a 2009, encontram apenas 4,8% dos textos com alguma relação entre comunicação e gênero.

2.2 OS ESTUDOS FEMINISTAS DE MÍDIA

Se Friedan é tida como precursora da discussão, é Gaye Tuchman a responsável pelo primeiro esforço acadêmico-científico acerca da relação entre mídia e gênero (Byerly e Ross, 2006; Bradley, 1998; Ross, 2010; Thornham, 2007; Van Zoonen, 1994). Seu texto “The symbolic annihilation of women by the mass media”, na coletânea “Hearth and home - Images of women in the mass media” (1978), é uma discussão sobre o apagamento-aniquilamento simbólico das mulheres na mídia americana, em especial na televisão, e a construção de estereótipos de gênero que ainda ressoam nos dias atuais. Embora possua uma perspectiva bastante instrumental sobre os meios de comunicação, não mencionando as possibilidades de resistência das mulheres, o trabalho de Tuchman é pioneiro em mostrar a influência dos discursos sobre feminilidade construídos nos processos de mediação. “Uma menina é sempre uma eventual mãe, não uma futura participante produtiva na força de trabalho” (Tchuman, 1978, p. 50), afirma autora sobre as experiências que eram atribuídas as mulheres nos Estados Unidos da década de 1970.

As mulheres – e só depois as relações de gênero, incluindo os estudos de masculinidades – foram o alvo inicial dos *feminist media studies*. Byerly (2012) fala de dois caminhos de análise. O primeiro é focado na ausência, em pesquisar espaços não ocupados por nós, e o segundo, mais forte, está preocupado com a representação e a sistematização de padrões sobre o feminino nos *media*. O entretenimento e a ficção, especialmente as *soap operas* e as revistas femininas, foram os objetos mais lidos nesse início (Byerly e Ross, 2006).

Nas *soap operas* ou telenovelas, o conjunto de autoras preocupadas com as imagens das mulheres e com a recepção é bastante extenso. Entendidas historicamente como um gênero midiático feminino, esses produtos provocaram as pesquisadoras a entender padrões de visibilidade e negociação de sentido. Mary Ellen Brown, Janice Radway, Andrea Press, Ien Ang estão entre os nomes citados com maior recorrência como referências na área (Byerly e Ross, 2006; Carter e Steiner, 2004; Messa, 2008; Thornham, 2007). Byerly e Ross (2006, p. 23) falam do paradoxo que esses produtos

incitavam, dado que por vezes as mulheres eram “encorajadas” a comportamentos “transgressores”, que seriam pouco permitidos³⁶.

Charlotte Brudson (2000), uma das principais autoras sobre tal gênero narrativo, reconta a relação entre os estudos feministas com as *soap operas* tratando do esforço em torná-las um objeto de estudo “sério” na academia, além da tensão entre expectativas e objetivos das pesquisadoras feministas com o conteúdo dessas produções³⁷. Para ela, uma das principais implicações dessas pesquisas foi a de promover o encontro entre padrões de feminilidade bastante difundidos, especialmente na sociedade americana, com a crítica feminista. Ou em uma tradução livre das palavras da autora: *da mulher que assiste à soap opera com a mulher que assiste à mulher que assiste à soap opera*.

No Brasil, os já mencionados esforços de Escosteguy et.al. (2012) e também os de Almeida (2007) têm procurado entender as relações entre as telenovelas e as relações de gênero emitidas e negociadas. De acordo com os achados de ambas as pesquisadoras, a heroína melodramática é um estereótipo bastante recorrente nas novelas brasileiras, que se mostra presente nas narrativas de mulheres reais. Mais recentemente, Lopes e Munglioli (2015, p. 153) discutiram como novas relações de gênero, especialmente em arranjos familiares, têm emergido nas telenovelas, com maior pluralidade “na elaboração de personagens e de núcleos dramáticos completos, que interagem com os avanços legais obtidos em termos de reconhecimento da união civil homoafetiva”.

As **revistas** voltadas para o público feminino também mereceram bastante atenção. Elas ensejaram pesquisas sobre os conteúdos mais comuns em suas páginas, a forma como reforçavam mitos sobre a feminilidade, como atuavam ao influenciar as mulheres no que diz respeito a questões de moda, beleza, saúde, bem como seu papel histórico de “acompanhar” as mudanças ocorridas. Buitoni (2009) é umas das principais autoras no contexto nacional.

Nas revistas femininas, o sexo foi conquistando lugar, palmo a palmo. De referências à insatisfação da mulher casada, foi passando a matérias sobre virgindade, masturbação, orgasmo etc. e, no final da década, várias revistas femininas já conseguiam publicar, com todas as letras, os nomes dos órgãos sexuais femininos, coisa inimaginável nas contidas revistas da década de 1960 (Buitoni, 2009, p.115).

³⁶ “To live a transgressive life outside the normative expectations of patriarchy” (Byerly e Ross, 2006, p.23).

³⁷ “Soap opera represented to feminists what they didn’t want” (Brudson, 2000, p. 212).

Nessas produções, é possível perceber relações complexas, especialmente quando olhadas sob o viés interseccional de gênero e raça. Gadsen (2005) analisou durante dez anos a *Essence*, periódico voltado às mulheres negras, a partir da ideia de que seria um espaço importante para tal público, dado que outras mídias realizam o que chama de “controle da sexualidade negra”, tratada por vezes como desviante em comparação com as brancas. Contudo, ao mesmo tempo em que colabora para a mudança na representação, a revista analisada atua confirmando certos estereótipos, quando busca alertar as mulheres para que não tenham comportamentos que possam ser taxados de supersexualizados.

Com as telenovelas e as revistas, em especial, o **estudo sobre audiências** se mostrou importante para desnaturalizar as concepções e revelar como o público “não aceita automaticamente como verdade aquilo que assiste sobre as identidades de gênero”³⁸ (Steiner e Carter, 2004, p.28). No trecho abaixo, Ytre-Arne (2011) reconta uma importante tensão colocada a partir da observação das audiências entre dois estudos da área:

Um caso é o contraste entre a análise textual de Angela McRobbie (1982) da revista britânica para jovens *Jackie* e o grupo focal de Elisabeth Frazer (1987) com leitores atuais de *Jackie*. Quando Frazer entrevistou adolescentes sobre *Jackie*, ela verificou que em vez de absorver mensagens ideológicas, as meninas demonstraram auto-reflexividade e usaram uma variedade de discursos ao discutir os textos. McRobbie mais tarde criticou sua própria análise de 1982 sobre *Jackie* por “criar uma imagem de *Jackie* como um bloco ideológico maciço no qual os leitores foram implicitamente aprisionados” (Ytre-Arne, 2011, p.215)³⁹.

Nesse sentido, o trabalho de Del Negro (2005) sobre o consumo de uma telenovela latina na Itália é interessante ao evidenciar, a partir de entrevistas e observação participante, como as mulheres, por questões de classe e religião, veem mais ressonância de suas vidas com a produção argentina analisada do que com as americanas. Press (1991) também discute as diferenças ao associar classe, gênero e geração no consumo de televisão por mulheres americanas, identificando modos pelos

³⁸ No original: “audiences do not automatically accept what they are seeing as the 'truth' of gender” identity (Steiner e Carter, 2004, p.28).

³⁹ No original: A case in point is the contrast between Angela McRobbie’s (1982) textual analysis of the British young woman’s magazine *Jackie*, and Elisabeth Frazer’s (1987) focus group study of actual *Jackie* readers. When Frazer interviewed teenage girls about *Jackie*, she established that instead of absorbing ideological messages, the girls demonstrated self-reflexivity and used a variety of discourses when discussing the texts. McRobbie later criticized her own 1982 analysis of *Jackie* for ‘creating an image of *Jackie* as a massive ideological block in which readers were implicitly imprisoned’ (1991: 141) (Ytre-Arne, 2011, p. 215).

quais as mulheres da classe trabalhadora negociam sentidos com os programas, reivindicando por maior realismo; cobrança também presente no estudo de Ytre-Arne (2014) com leitoras de revistas femininas na Noruega.

No **cinema**, o trabalho entendido como pioneiro é o de Laura Mulvey (1975) – “Visual pleasure and narrative” (Byerly e Ross, 2006; Thornham, 1998; 2007). Mulvey (2012 [1975]) discute, a partir dos aportes da teoria psicanalítica, como a imagem produzida pelos/nos filmes hollywoodianos recoloca as mulheres como objetos passivos de um espectador masculino. A análise recente de Blaney (2011) sobre o filme brasileiro “O Céu de Suely” retoma as proposições de Mulvey, questionando se é possível fugir da ênfase do olhar masculino e da objetificação das mulheres quando se fala de prostituição⁴⁰. Entretanto, atualmente, boa parte dos estudos sobre cinema e feminismo se volta para as mudanças engendradas na cultura popular com o protagonismo de mulheres, em sagas como em *Star Wars* e *Harry Potter* (Carter e Steiner, 2004).

Já a **publicidade** foi um dos alvos da crítica feminista mais incisiva, dada a grande presença de mulheres em anúncios, propagandas, campanhas. A exploração do corpo feminino, a ênfase na venda de produtos domésticos e o cuidado com a família são os *frames* mobilizados de forma mais frequente nas pesquisas sobre gênero e publicidade. De acordo com Ross (2010, p. 15), ao se olhar historicamente essa relação, percebe-se uma ambivalência recorrente entre a esposa-dona de casa e a mulher fatal: “a dicotomia puta-santa é perfeitamente capturada pela indústria da publicidade”⁴¹.

A pesquisa mais citada sobre a forma como homens e mulheres aparecem na publicidade é de Erving Goffman – *Gender advertising* (1976). O autor analisou o que chama de *infantilização e subordinação ritualizada das mulheres* na publicidade comercial, a partir de descrições das características anatômicas, expressões faciais e relações com demais elementos dos anúncios. No Brasil, o trabalho de Corrêa (2012)

⁴⁰ “The on-going debates on the nature of prostitution are readily evident in *O Céu de Suely*. One excellent example of these debates within the capitalist and patriarchal structures is a discussion that emerges between Hermila/Suely and three potential raffle customers. One man refuses to pay the fifteen reais ticket price up front and suggests she take 7.50 up now, and 7.50 after he “tries the goods.” She counters with the argument that when you buy a ticket for a whisky raffle, you pay all at once.⁸ He responds that he knows what he’s getting when he buys whisky—a product—because he’s familiar with the taste. Another man suggests that it’s like a taxi ride—a service—and that you don’t pay according to whether you liked the ride, but whether or not it got you to where you were going” (BLANEY, 2011, 437).

⁴¹ No original: “the slut-saint dichotomy is perfectly captured by the advertising industry” (Ross, 2010, p. 15).

sobre a “publicidade de homenagem”, tal como as de dia dos pais, tem olhado para construções sobre maternidade e paternidade nos produtos publicitários.

Gill (2008), ao se dedicar a entender as mudanças nos discursos sobre as mulheres na publicidade nos últimos anos, argumenta que as campanhas passaram da mais clara objetificação para slogans de escolha e empoderamento, mas que precisam ser olhados criticamente. Essas contradições inerentes ao discurso publicitário, mesmo quando este tenta ser de valorização feminina, têm atraído as *feminist media scholars*, tal como Murray (2013), que trabalha os significados de liberdade e opressão na famosa campanha, de extensão internacional, “Dove pela real beleza”⁴². Ou a crítica de Gallagher (2001, p. 65) a uma campanha da Nike, acerca da prática esportiva como empoderamento – “A ideia de que a Nike valoriza o empoderamento das mulheres só pode ser considerada se as mulheres vietnamitas que fazem tênis Nike, trabalhando 12 horas por dia por um salário de entre 2,10 e 2,40 dólares por dia, forem mantidas fora da tela”⁴³.

Os estudos sobre **masculinidades e mídia**, por sua vez, iniciaram a partir dos anos de 1990, mostrando também as expectativas recorrentes sobre os comportamentos masculinos e a forma como a mídia e a cultura popular lidavam com os inesperados desvios (Carter, 2012). Dennis (2012) reconstrói a história dessas preocupações, e trabalhos como o de Godfrey e Hamad (2012) mostram como acontecimentos, tais como o 11 de setembro de 2001, colaboram para a construção e reforço de papéis masculinos, especialmente ligados à identidade nacional americana, como os dispostos nos seriados *24h* e *Heroes*, com a celebração da masculinidade protetora.

Por fim, as relações entre **tecnologia-internet e gênero** são o foco atual de uma série de estudos feministas de mídia. De acordo com Ross (2006), da expectativa ciberotimista, segundo a qual a rede seria mais *women-friendly* que os demais meios de comunicação à comprovação das práticas cibernachistas, essas pesquisas têm documentado uma série de fenômenos, tais como: a) as diferenças de acesso, uso e frequência de mulheres e homens na internet ou o *digital divide*, b) a presença de mulheres nos games, historicamente dominados por homens e c) o ativismo feminista

⁴² “*Real beauty* is an oppressive ideology that reinforces the value of female beauty and its pursuit by garnering women’s agreement with its values of ideological and material consumption” (Murray, 2013, p. 98)

⁴³ “The ideia that Nike supports women’s empowerment can only be believed ‘as long as the Vietnamese women who make Nike shoes, working 12-hour days for a wage of between \$2.10 and \$2.40 a day, are kept off the screen” (Stabile, 2000, p. 199 apud Gallagher, 2001, p. 65).

online, com a criação de redes de resistência entre as mulheres (Bimber, 2000; Ono e Zavodny, 2003).

Como se vê, os estudos feministas de mídia têm acompanhado uma série de mudanças na vida das mulheres. Entretanto, como sustentam Byerly e Ross (2006) e Ross (2010), é necessário questionar se essas mudanças foram, de fato, para melhor. O que se tem notado com recorrência é a individualização do sucesso feminino, das conquistas econômicas, descolados das lutas históricas. Se a dona de casa ou a “amélia” já não vende tanta revista como outrora, é a “super mulher” (Van Zoonen, 2012), multitarefas, workholic, atendida com as novas tecnologias e ainda boa mãe, branca, magra e de cabelos lisos, um estereótipo comum. Sem entrar no mérito do uso do tempo, das várias jornadas, da divisão sexual do trabalho, os novos retratos se ajustam à crítica realizada por uma série de autoras sobre o que vem a ser um discurso pós-feminista (Gamble, 2001; Gill, 2012; McRobbie, 2004; Thornham, 2007).

O pós-feminismo se assenta na *reprivatização* das conquistas e na sua *individualização*, tendo na cultura popular um de seus mais potentes catalisadores. Produções como *Sex and the city* são ilustrativas de um perigoso discurso de que o feminismo está ultrapassado, dada liberdade e os ganhos já obtidos pelas mulheres (McRobbie, 2004). De acordo com Gill (2012), o pós-feminismo é, em resumo, a incorporação neoliberal dos papéis de gênero, que opera em uma dinâmica bastante complexa, dado que age incorporando, revisando e despolitizando os ideais feministas, tratando a superação da desigualdade em termos de escolha e esforço pessoal (Thornham, 2007).

Como é possível notar, o entretenimento motivou, com muita razão, uma série de atenções dessa área de estudos. Mobilizamos, a todo o momento nas interações, os discursos, imagens, expressões que circulam nessas diferentes produções midiáticas e também somos constituídos por eles. No Brasil, especialmente, como mostram os estudos de Escosteguy (2012), a interação das mulheres com as telenovelas ajuda a compreender como moldam suas descrições autobiográficas, um impacto deveras importante de ser observado.

Entretanto, nosso interesse maior é discutir a (in)visibilidade das mulheres e as dinâmicas de gênero em construções discursivas diferentes dessas apresentadas até então, mas que não poderiam ser tomadas como descoladas de toda essa produção. O foco a partir daqui recairá sobre os *feminist media studies*, preocupados com o jornalismo e com relações mais próximas das discussões que traçamos no capítulo

anterior. Tomamos a liberdade de organizar essa parte tratando-os como *estudos político-feministas de mídia*.

2.3 ESTUDOS POLÍTICO-FEMINISTAS DE MÍDIA

Como todos os estudos feministas, os que se voltam para a mídia têm uma dimensão política fundante. Olham para modos desiguais de visibilidade, seja para identificá-los ou sugerir mudanças. Alguns trabalhos, contudo, estão mais ligados ao que poderíamos chamar de *estudos político-feministas de mídia*, por tornarem mais explícita a preocupação com processos políticos ligados às esferas formais ou informais.

Norris (1997) possui uma forma interessante de organizar os estudos sobre mídia, gênero e política. Em “Women, media, and politics” – a autora tem como foco três processos fundamentais: a) as mulheres como jornalistas, b) a representação de mulheres em posições de poder (candidatas, eleitas ou membras do Estado ou grandes corporações) e c) a representação sobre o movimento de mulheres. O trabalho de Norris (1997) nos serve como ponto de partida para mapear a relação entre mídia, gênero e política com atenção especial ao jornalismo. Para isso, buscaremos apresentar essa literatura que enfoca 1) as mulheres no contexto de produção jornalística e 2) a presença de mulheres como sujeitos das notícias quando pertencentes ao sistema político formal e ao movimento.

2.3.1 Por que o jornalismo?

Boa parte das vezes que falávamos da tese em construção, ainda sem muitos contornos definidos, como sendo sobre “feminismo e mídia no Brasil”, as interlocutoras logo acionavam dois imediatos complementos: a imprensa feminista ou a imprensa feminina, especialmente com as revistas. Parecia meio lógica essa relação em olhar para o que era produzido *pelas* ou *para* as mulheres. Contudo, das poucas certezas que havia no início desse percurso, a primeira delas era a de trabalhar com o geral, não com o específico. Se documentar os discursos produzidos pelas feministas se colocava como uma tarefa realmente instigante, valiosa e politicamente engajada, de um lado; do outro, era angustiante o quase-silêncio acadêmico sobre essa conformação alargada do feminismo na imprensa “geral”. “Você só vai confirmar o que já sabemos”, ouvimos a

respeito do que viria nesse mergulho. Registrar e problematizar o “que já sabemos” não parecia menos importante. Nesse caso em especial, em que há pouca produção sobre o feminismo na mídia de massa no Brasil, esse mergulho no que parecia raso, com achados mais previsíveis, mostrou-nos intensa complexidade, como veremos na análise dos capítulos seguintes.

Além disso, as discussões sobre imprensa feminista no Brasil já caminham a passos mais largos. O trabalho de Cardoso (2006) construiu uma cartografia dos periódicos feministas brasileiros desde a década de 1970 e dentre seus achados mais relevantes está o que aponta a extensão nacional dessas publicações, dado que, por anos, olhou-se para expoentes como *Brasil Mulher*, *Nós Mulheres*, *Mulherio*, construídos no eixo sul-sudeste. Pesquisas como a de Debertolis (2002) também tratam da relação imbricada desses periódicos do século XX com a trajetória pessoal de líderes feministas, tal qual o *Brasil Mulher* e sua fundadora Joana Lopes. Woitowicz (2008; 2012) tem feito discussão sistemática sobre a imprensa feminista brasileira de 1970 a 1990, com esforço comparativo com o Chile, discutindo especialmente a tematização da violência contra a mulher e dos direitos sexuais e reprodutivos. Isso sem mencionar uma vasta produção oriunda dos campos da História e da Letras, especialmente sobre as mulheres escritoras nos séculos XVIII e XIX. Mais recentemente, Rizzotto (2014) também analisa novas configurações do discurso feminista na internet como um local de contra-narrativa e crítica de mídia, a partir do blog *Escreva Lola Escreva*.

Mas por que estudar o jornalismo “geral”, se, no Brasil ele tem sido, cada vez mais, fonte de descrédito? Recorremos, aqui, a Jürgen Habermas para entender por que as democracias precisam de uma imprensa forte. Com *Mudança Estrutural* e suas revisões, o argumento de um debate de ideias não mais circunscrito a uma arena espacial, tem no jornalismo seu ponto fulcral. Sobre isso, a abertura de um dos livros de Dahlgren (1995, p.2) é bastante elucidativa: “a saúde da democracia no curso do século XXI tem sido cada vez mais ligada à saúde dos sistemas de comunicação”⁴⁴.

A imprensa é, ainda em tempos de acesso massivo às mídias digitais, a forma de circulação de informações e opiniões e a fonte de debates políticos, quer dentro de suas esferas formais (Dahlgren, 1995; Gamson, 2011; Gomes, 2005; Miguel e Biroli,

⁴⁴ No original: “the health of democracy in the course of 21 century has more and more been linked to the health of systems of communication” (Dahlgren, 1995, p.2).

2011; Norris, 2000) ou nos engajamentos discursivos cotidianos (Maia 2008; 2012; Mendonça, 2006).

Os meios de comunicação também são espaços de construção do que Antunes e Vaz (2006, p. 50) chamam de “fala pública”, que “não é o somatório das falas isoladas dos indivíduos, nem é a fala coletiva e organizada dos agrupamentos sociais, nem é a fala soberana dos meios de comunicação”. É a convergência de todas elas, em graus de força diferentes, que se colocam em “permanente circulação e rebatimento, instando os sujeitos a se tornarem seus interlocutores” (Antunes e Vaz, 2006, p. 50), em processos de contestação, resistência, crédito e descrédito. Nessa perspectiva, por nós compartilhada, o jornalismo tem uma importância central não na disseminação de informações em via de mão única, mas pela possibilidade de acionar, a partir dos acontecimentos noticiados, quadros de referências dos sujeitos, correlações com suas experiências pessoais, que se conectam ou se afastam daqueles projetados na mídia.

Também nos apoiamos, aqui, na discussão da mídia como um *sistema* (Maia, 2006; Mendonça, 2006), com diferentes componentes, como “as instituições da mídia e seus profissionais; os membros da audiência e os públicos críticos; o ambiente sociopolítico; e as instituições políticas, os partidos e os representantes políticos” (MAIA, 2006, p.22). O funcionamento dos meios de comunicação não se explica, assim, por apenas uma de suas faces (econômica, por exemplo), mas pelo imbricamento entre elas.

A partir da perspectiva sistêmica não se nega que a “lógica econômica” – isto é, a tentativa de capturar a atenção da audiência e, assim, dominar as ações do mercado (sobretudo na condição dos conglomerados empresariais) – concorre com a “lógica política”. A competição econômica é um fator que favorece a autonomia e a independência dos *media*, mas este é apenas um entre outros fatores. Tão importante quanto a competição econômica é a diferenciação das instituições da mídia de outros grupos e setores sociais, tais como elites político-partidárias, grupos ligados à Igreja ou à Universidade. A consideração de que as instituições da mídia apresentam ligações endêmicas, em graus variados, com grupos econômicos, religiosos, políticos ou regionais em todas as sociedades modernas faz ver que a tentativa de maximizar os lucros se cruza com influências e *forças advindas de outros subsistemas*, recriando formações particulares. (MAIA, 2006, p.25, grifos nossos)

É entendendo esse lugar fundamental da imprensa na vida política que os estudos feministas de mídia irão se preocupar com o lugar que as mulheres ocupam como produtoras da narrativa midiática e como representadas nessas narrativas. De acordo com Carter et. al. (1998) e Byerly (2014), os trabalhos têm observado três níveis, a) o *macro*, preocupado com a chamada economia política da mídia (Lee, 2014) e as

mulheres no contexto de governança midiática, b) o *médio*, com a produção e a inclusão de mulheres jornalistas e c) o *micro*, com pesquisas sobre imagens e discursos ou representação, sendo este o foco mais comum.

A fim de tornar tal retrato mais ágil, apresentaremos conjuntamente os níveis macro e médio, dadas as proximidades da literatura e, em seguida, a discussão mais forte sobre a forma de visibilidade das mulheres nos textos midiáticos, em especial com os trabalhos que se debruçaram sobre a cobertura do movimento feminista a nível global.

2.3.1.1 *As mulheres no contexto de produção jornalística*

Pesquisa recente da Federação Nacional dos Jornalistas no Brasil (Fenaj) revelou que 64% dos profissionais de jornalismo são mulheres⁴⁵, dado pouco surpreendente quando se olha qualquer sala de aula de Jornalismo ou redação. Se, nos últimos anos, essa feminização da profissão tem sido acentuada, o que a parte do *feminist media studies* preocupada com o contexto macro de produção tem mostrado exaustivamente é ausência, ou marginalização, delas nos cargos de alto escalão da indústria midiática ou mesmo em editorias de assuntos considerados como do “universo masculino” - política, economia e esportes (Byerly e Ross, 2006). O número de mulheres negras nessas posições de poder e prestígio é ainda menor (Nicholson, 2007). Mais do que uma historiografia das mulheres na imprensa, essas pesquisas alertam para a desigualdade estrutural percebida com o ingresso das mulheres na profissão.

Uma série de esforços de *advocacy* feminista para a mídia tem se desenvolvido a partir da compreensão central de que direito à comunicação é um direito humano, que não tem sido experienciado da mesma forma por homens e mulheres (Montiel, 2010). Experiências de monitoramento de mídia voltadas para identificar o lugar das mulheres, proposições de mudança nas legislações para frear violações de direitos e para viabilizar educação voltada para jornalistas, com cursos de formação específicos, estão entre esses trabalhos de *advocacy* (Byerly e Ross, 2006; Montiel, 2010). É necessário salientar que muito dessa agenda de pesquisa caminhou ao lado da atuação de organismos internacionais desde a Década da Mulher (1975-85) (Byerly, 2012; Cerqueiras e Cabecinhas, 2012; Montiel, 2010).

⁴⁵Disponível em: http://www.fenaj.org.br/reinstitu/pesquisa_perfil_jornalista_brasileiro.pdf. Acesso em 21.03.16.

O cenário macro de governança e propriedade dos *media* (Byerly, 2014; Skidmoke, 1998) é pouco animador. Byerly (2014) e Ross (2014) mostram, com dados atuais, como as mulheres ainda ocupam menor espaço quando se olha comparativamente os grandes conglomerados. De acordo com Byerly (2014, p.110), elas não apenas ocupam menos posições de prestígio e decisão, mas quando as ocupam continuam sendo subremuneadas⁴⁶.

Nicholson (2007) argumenta que essa marginalização está relacionada a padrões de relações sociopolíticas que condicionam a atuação das mulheres não apenas nas empresas de mídia, mas em diferentes postos de trabalho. Chambers e colaboradoras (2004b) tratam como “glass ceiling” tais machismos, sutis porém enraizados, que limitam as posições ocupadas por mulheres. As autoras afirmam, baseadas em dados da Federação Internacional dos Jornalistas, que 30% a 40% da força de trabalho da profissão no mundo é composta por mulheres, mas elas não chegam a 1% nos postos executivos quando olhadas de forma transnacional. Quando alcançam essas posições, precisam lidar com assédios verbais, bem como questionamentos a todo o momento sobre a rotina com família e filhos (Barker-Plummer, 2010). Infelizmente, há poucos dados no Brasil para discutir essa (não)presença feminina nos postos de governança de mídia. O que se sabe, segundo a pesquisa da Fenaj (2013) supracitada, é que as “jornalistas, mais jovens, ganhavam menos que os homens; eram maioria em todas as faixas até cinco salários mínimos e minoria em todas as faixas superiores a 5 salários mínimos”.

Homens e mulheres têm diferentes percepções das razões para a falta de avanço das mulheres nos jornais. CEOs de empresas de jornais disseram que as mulheres não haviam estado na gerência o tempo suficiente para chegar ao topo e que leva duas décadas para que as mulheres ganhem a experiência necessária para serem CEO (Hemlinger e Lintons, 2002). Mas as mulheres dizem que a principal razão pela qual não avançam é que os homens preferem promover outros homens que pensam e agem como eles. Elas dizem que as mulheres são excluídas das redes de trabalho formais e informais (Nicholson, 2007, p.38)⁴⁷

⁴⁶ No original: “Not only do women in major media companies around the world hold few policy-related position, but women at the top as well as in other ranks are underpaid” (Byerly, 2014, p. 110)”.

⁴⁷ No original: Men and women have differing perceptions of the reasons for the lack of advancement of women in newspapers. CEOs of newspaper companies said women had not been in management pipeline long enough to reach the top and that it takes two decades for women to gain the experience necessary to be a CEO (Hemlinger e Lintons, 2002). But women say the main reason they do not advance is that men prefer to promote other men who think and act like they do. They say women are excluded from formal and informal social networks (Nicholson, 2007, p. 38)

No tocante ao nível médio (Byerly, 2014), estão os trabalhos que discutem os espaços ocupados pelas mulheres jornalistas e como suas experiências como mulheres impactam o exercício da profissão, observando as rotinas organizacionais de produção da notícia. Koshiyama (2001) relata, a partir de sua trajetória pessoal, como o não emprego de mulheres nas redações brasileiras na década de 1960 era visto com naturalidade pelos homens responsáveis pelos jornais.

Lembramos nosso espanto, em 1968, quando ouvimos, na condição de aluna do curso de Jornalismo da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, do então professor, jornalista e advogado do jornal *O Estado de S. Paulo*, Flávio de Almeida Prado Galvão, suas “explicações” sobre a redação do jornal ser um lugar impróprio para mulheres. Para elas, restavam os suplementos femininos (Koshiyama, 2001, p. 4).

Trabalhos comparativos na Europa ocidental identificam o aumento das mulheres nos cursos e o emprego delas em espaços considerados como de “soft news” (Frohlich, 2007) ou os “pink ghettos” (Chambers et.al. 2004a, p.70). Nas páginas de opinião ou em editoriais, atesta o trabalho de Harp et al (2014) sobre os jornais mais lidos nos Estados Unidos, a presença feminina cresce, mas os homens brancos ainda são maioria como articulistas.

(...) a maioria das mulheres jornalistas do mundo inteiro concordou que as mulheres jornalistas enfrentam barreiras profissionais que seus colegas masculinos não enfrentam e que o maior obstáculo para as mulheres é continuamente estar provando suas habilidades para colegas e supervisores (Frohlich, 2007, p.163)⁴⁸

Chambers e colaboradoras (2004c) e Mills (1997) também levantam uma questão que atravessa esses estudos: será que a entrada de mais mulheres na profissão altera o jornalismo? Segundo as autoras, há indicativos de que a presença feminina tende a incluir mais tópicos como discriminação e assédio sexual nos temas das notícias, a “humanizá-las”, bem como a ouvir mais mulheres. É como se as mulheres identificassem o potencial noticioso em coisas que passam ao largo da percepção masculina ou que tornassem mais críticos os tradicionais valores-notícia (Barker-Plummer, 2010; Mellor, 2014). Para nós, tal discussão se aproxima do que Young

⁴⁸No original: (...) majority of women journalists worldwide agreed that women journalists face professional barriers that their male colleagues do not and that the top obstacle for women in management is continually proving their abilities to colleagues and supervisors (Frohlich, 2007, p.163)

(2006) chama de perspectiva social.⁴⁹ No entanto, essas pesquisas são pouco conclusivas e se alternam em realizar a importante crítica da marginalização e construir um essencialismo perigoso. Mulheres em cargos eletivos entrevistadas por Ross (2002), por exemplo, relataram que mulheres jornalistas, por vezes, eram mais agressivas em sua cobertura com elas, como se precisassem mostrar que eram “boas de serviço” no noticiário político, dominado por homens.

Não se sabe se essa presença mais forte de mulheres na profissão é realmente transformadora das notícias, contudo, é notável que a presença delas mostra, cada vez mais, que a objetividade jornalística, que os retira os profissionais da vida comum como se suas experiências “não contassem” (Carter et. al., 1998) encontra na discussão da economia política feminista dos meios de comunicação uma contraprova.

2.3.1.2 *As mulheres nas notícias, as notícias sobre mulheres*

Próximo ao que ocorre no contexto de produção jornalística, o número de mulheres como fontes em notícias também passa por mudanças (nível micro). É o que atestam os dados do maior estudo longitudinal sobre a desigualdade de gênero nos *media*. A versão 2015 do *Global Media Monitoring Project* (GMMP) traz dados atualizados sobre como mulheres e homens possuem tipos diferentes de visibilidade nas notícias em 144 países⁵⁰. O Brasil, infelizmente, ainda não integra o corpus de análise.

O projeto, iniciado em 1995 sob inspiração da Conferência de Beijing e realizado a cada cinco anos, investiga em todos os continentes *um dia de notícias no ano*, em rádio, televisão e mídia impressa, com a primeira tentativa de monitorar sites e twitter noticiosos no ano passado. A presença de mulheres nas notícias chegou a 24% em 2015, após ter sido de 21% em 2005 e 17% em 1995. Entre as categorias do monitoramento, destacam-se as funções assumidas pelas mulheres quando são ouvidas. Os dados evidenciam que é mais comum aparecerem relatando experiências pessoais do

⁴⁹ “Cada perspectiva social é particular e parcial com relação ao campo social em seu todo, e, a partir de cada perspectiva, alguns aspectos da realidade dos processos sociais são mais visíveis que outros. (...)A perspectiva social é o ponto de vista que os membros de um grupo mantêm sobre os processos sociais em função das posições que neles ocupam. As perspectivas podem ser vivenciadas de um modo mais ou menos autoconsciente” (Young, 2006, p. 163-164).

⁵⁰ O projeto é realizado pela The World Association for Christian Communication (WACC) e conta com apoio de organizações como ONU e Unesco. Todos os resultados podem ser encontrados em: <http://whomakesthenews.org/>. Acesso em 21.03.16.

que como comentaristas ou experts, quando comparadas com os homens. Além disso, também são menos acionadas em assuntos relativos à economia, política e governo.

Os dados sobre as funções das fontes femininas se articulam com uma desigualdade maior. Os estudos de jornalismo documentam que é comum as notícias acessarem fontes oficiais com frequência e essas pessoas, em grande maioria, são homens. É o que Byerly e Ross (2006, p. 47) denominam de um “male-ordered circle”. Além disso, é recorrente que mulheres tenham falas menores e quando aparecem, geralmente, estão como “populares”, vizinhas, mães ou esposas de homens nas notícias (Holland, 1987, p. 138 apud Carter et.al., 1998, p. 5).

É de posse dessa percepção de um espaço diferenciado ocupado pelo feminino nos textos jornalísticos que se desenvolvem os dois caminhos mais comuns de análise dos estudos político feministas de mídia: a cobertura sobre mulheres políticas e sobre ativistas feministas, objeto de estudo desta tese.

2.3.1.2.1 Cobertura de mulheres políticas

Entre os estudos preocupados com o jornalismo e as questões de gênero e política, os mais proeminentes são os que olham para a cobertura de mulheres candidatas ou já em cargos eletivos. No legislativo, especialmente como deputadas, e no Executivo, como presidentas ou primeiras-ministras, nota-se que o *gap* de representação feminina (com exceção dos países nórdicos) é acompanhado por tipos recorrentes de visibilidade depreciativa ao longo de vários países (Adcock, 2010; Norris, 1997; Miguel e Biroli, 2011; Ross, 2002; 2013; 2017; Srerberny e Van Zoonen, 2000).

Norris (1997) e Ross (2002; 2017) são referências importantes dessa agenda e traçaram os caminhos mais comuns pelos quais o jornalismo fala sobre as mulheres candidatas ou eleitas. A regra é que sejam tornadas objeto de debate público características como a idade das representantes, aparência física, vestimenta, relações pessoais e domésticas, com atenção para traços de personalidade. Ao pesquisar o tratamento da mídia americana a Geraldine Ferraro, Patricia Schroeder e Hillary Clinton, entre os anos 1980 e 1990, Montalbano-Phelps (2005, p. 190) afirma que as roupas e o corte de cabelo se tornaram eventos midiáticos.

Segundo Ross (2002), o “normal” é que apareçam primeiro como mulheres e depois como políticas. Ou que sejam “avaliadas sob critérios que não vêm do campo da política e que não aparecem na avaliação de políticos do sexo masculino” (Holtz-Bacha, 2013, p. 48) e pouco tratadas como “interlocutoras sérias” (Ross et. al., 2013, p. 9). Um

exemplo clássico mencionado nesses estudos é o das chamadas de jornais de 1997, quando 120 mulheres foram eleitas ao parlamento britânico e tratadas como as “Blair’s Babes” (Adcock, 2010).

Norris (1997b), ao comparar a cobertura de dez mulheres líderes em diferentes contextos, tais como Margaret Thatcher (EUA), Indira Gandhi (Índia) e Benazir Bhutto (Paquistão), organiza a cobertura em três frames. O primeiro com a) as *pioneiras*, com a marcação das primeiras mulheres a assumirem os cargos políticos, b) as *outsiders*, por vezes subestimando suas carreiras, mostrando-as como intrusas naquele lugar e c) as *agentes de mudanças*, recaindo sobre elas as expectativas de que possam moralizar a política, “limpando-a”.

Holtz-Bacha (2013) argumenta ainda que a cobertura sobre representantes femininas incorre no *double bind*:

Se uma mulher se apresenta como fria, calculista e agressiva, como é esperado nos negócios políticos, ela corre o risco de ser rejeitada como uma virago, uma mulher masculinizada. Se, por outro lado, ela se apresenta sob traços explicitamente femininos, ela pode ser vista como inapta para os desafios dos negócios políticos (Holtz-Bacha, 2013, p. 48).

Ross (2002), a partir de entrevistas sobre a percepção da cobertura midiática com mulheres políticas no Reino Unido, Austrália e África do Sul, afirma que elas notam a cobertura diferenciada sobre suas ações e contam que, frequentemente, seus familiares são acionados para opinar sobre sua atuação ou comportamento, o que não acontece com os colegas homens. Quando as eleitas têm parentesco com políticos, esse capital familiar é acionado pelos *media* mesmo que a competência política esteja para além dele (Holtz-Bacha, 2013).

Além disso, os termos do discurso usados nas notícias mudam, identificando, por exemplo, os homens como *brilhantes oradores*, as mulheres como *mães de crianças*. No Reino Unido, uma forma de linguagem para inferiorizar as mulheres é chamá-las pelo primeiro nome, enquanto que os homens continuam a ser tratados pelo sobrenome (Adcock, 2010; Ross, 2002; 2016-no prelo). Winfield (1997) traz dado semelhante sobre a visibilidade das primeiras-damas, por vezes sem nome nos textos, sempre apresentadas como a *esposa de alguém*.

No plano nacional, é crescente o interesse pelas dinâmicas de gênero na midiática da política, com vários esforços de análise de campanhas ou programas eleitorais, a exemplo de Freitas (2013), Mendonça e Ogando (2013) e Mota e Biroli (2014). No caso do jornalismo, especificamente, é preciso citar o longo trabalho de

Miguel e Biroli (2011), em *Caleidoscópio convexo*, que investiga jornais televisivos e revistas semanais em períodos pré e pós-eleitoral (2006-2007). Os autores apontam que em matérias referentes à política, apenas 12,6% dos personagens que aparecem nos telejornais são mulheres, número que cai para 9,6% nas revistas.

Um argumento que atravessa todas essas pesquisas é quanto ao risco democrático incitado por essa cobertura, que obscurece as habilidades políticas das mulheres: “este caminho pode ser visto como simplesmente irreverente, mas sinaliza uma perigosa tendência de banalizar e neutralizar a potência das mulheres como atrizes e líderes no palco político” (Ross, 2002, p.81)⁵¹.

Se, com as mulheres em altos postos de poder, os estereótipos são recorrentes, eles se acentuam ainda mais no tratamento das ativistas feministas, como veremos a seguir.

2.3.1.2.2 Cobertura do feminismo

Ao longo de nossa imersão nos estudos de mídia, gênero e política, a percepção de que havia certo privilégio nos estudos das mulheres candidatas ou eleitas, se comparado com as ativistas, era bastante recorrente. High-Pippert (2005) descreve melhor essa sensação, ao afirmar que:

Quando a relação entre mulheres, política e mídia é explorada, os pesquisadores geralmente se concentram nas elites políticas. Os cientistas políticos têm se interessado em como o gênero do candidato afeta a cobertura da mídia durante uma campanha política e quando o candidato é eleito para o cargo. A cobertura midiática das mulheres ativistas é uma área importante que tem sido ignorada neste corpo de pesquisa (High-Pippert, 2005, p.199).⁵²

Se as “mulheres” se tornaram um importante objeto de estudo, seguidas das “mulheres políticas”, onde estavam as pesquisas sobre as “mulheres feministas” ou “ativistas”? Foi partindo de poucos encontros com pesquisas sobre o feminismo na mídia brasileira que esta tese se construiu. Revisar os achados dos trabalhos que olham

⁵¹ No original: “(...) this way might be seen as merely irreverent or even playful, but it signals a dangerous tendency to trivialize and neutralize the potency of women to be actors and leaders on the political stage” (Ross, 2002, p.81).

⁵² No original: When the relationship between women, politics and media is explored, researchers typically concentrate on political elites. Political scientists have been interested in how candidate’s gender affects media coverage both during a political campaign and once the candidate is elected to office. Media coverage of women activists is an important area that has been overlooked in this body of research (High-Pippert, 2005, p.199)

para essa visibilidade, novamente bastante circunscritos nos eventos ocorridos nos Estados Unidos e na Europa Ocidental, ajudará nos passos que daremos a seguir.

De fato, os estudos sobre a presença do feminismo ou das feministas nas notícias são minoritários se comparados os demais veios de análise que apresentamos até aqui, como percebem as próprias pesquisadoras que trilham esse caminho (Barker-Plummer, 2010; Cerqueira, 2012; High-Pipper, 2005; Lind e Salo, 2002; Mendes, 2011a; North, 2009). Embora marginal dentro dos já marginais estudos feministas de mídia, a pesquisa sobre a cobertura noticiosa do ativismo de mulheres é fundamental para a compreensão da relação pública do movimento com a sociedade, com a forma como suas pautas, atrizes, caminhos, ganhos passados e expectativas para o futuro são apresentados. Vale ressaltar que, no Brasil, cada vez mais, pautas, reivindicações e campanhas específicas ligadas ao movimento feminista têm sido objeto de estudos, a exemplos de Mota (2014), Mantovani (2015), Sarmiento (2013).

No caso do feminismo, para além da dificuldade já documentada do relacionamento da mídia com os movimentos sociais, há uma série de distanciamentos provocados de forma cíclica tanto pelos veículos quanto pelas próprias ativistas. Por vezes, a mídia é vista como inimiga do movimento, dadas as repetidas construções estereotipadas sobre mulheres; já as ativistas, em vários momentos, recusam essa interação (Barker-Plummer, 2000).

Contudo, as autoras afirmam ser inegável que os meios de comunicação são arenas fundamentais para a compreensão da importante visibilidade ampliada de pautas (como violência doméstica, por exemplo) ou da construção mais pejorativa do feminismo (Huddy, 1997; Lind e Salo, 2002; Mendes, 2011a, Terkildsen e Schnell, 1997; Van Zoonen, 1992). Não os investigar é perder uma parte significativa do entendimento sobre como a “identidade pública” (Van Zoonen, 1992) ou a “memória popular” sobre o feminismo (Sheridan et. al, 2006) é construída e circula ao longo do tempo. O trabalho de Terkildsen e Schnell (1997) é bastante ilustrativo quanto a isso, ao analisar cinco décadas de cobertura sobre o feminismo americano (Times, Newsweek, US News, durante 1950 a 1995) e realizar entrevistas com cidadãos ordinários a fim de medir os efeitos dessa exposição. Um dos achados da investigação revela que a ênfase das notícias em discursos antifeministas tem implicações fortes na forma como os indivíduos compreendem os objetivos do movimento.

Ao longo dos anos, as pesquisas têm observado duas características acerca dos momentos ou dinâmicas temporais de visibilidade do feminismo. De acordo com

Sheridan et al (2006), o movimento é mais acionado quando suas pautas já atingiram o sistema político. Barakso e Schaffner (2006), por sua vez, lembram que é pouco provável que haja matérias sobre o ativismo o tempo todo, enfatizando “ciclos de atenção”, momentos em que a cobertura se acentua, mas esmaece depois. Isso acontece porque o movimento “não é noticiável por si mesmo” (Barakso e Schaffner, 2006, p. 27). Ao observarem a cobertura do feminismo de 1900 até 1977 no New York Times, Cancian e Ross (1981) afirmam que há um gap de visibilidade entre as lutas por sufrágio e as manifestações do *women’s liberation*, dado que os jornais se interessam por eventos e não por questões. Ações diretas são cobertas com maior proeminência, mas falta a atenção a continuidade do desenvolvimento de questões políticas. Ideia corroborada por Kahn e Goldenberg (1991, p. 106), para quem “ao enfatizarem mais *questões* do que eventos, as feministas reduzem a probabilidade de cobertura do movimento”⁵³.

A respeito dos conteúdos das notícias sobre feminismo, o texto de Rhode (1995) é um primeiro esforço importante. O que autora encontra ao observar a visibilidade do feminismo década de 1970 continua a aparecer nos trabalhos mais recentes. Segundo ela, a cobertura opera a partir de três processos: demonização, personalização e polarização.

Demonizar as feministas, tratá-las como desviantes, hostis, anormais é um traço marcante. Lind e Salo (2002, p. 219) analisaram rádios e tvs americanas entre 1993 e 1996 e identificam as ideias depreciativas mobilizadas contra as ativistas, ao deslocarem os padrões que regularmente se espera das mulheres. Essa construção do desvio aparece também em Van Zoonen (1992), na pesquisa sobre notícias acerca do movimento feminista holandês entre 1968 a 1973, e em Sheridan et. al. (2006) na análise de mídia impressa australiana entre 1970-1995. Em diferentes localizações geográficas e temporais, as tensões na ordem do que era tido como comum para os papéis de gênero provocaram uma reação negativa oriunda da imprensa. É importante ressaltar, como fazem Jaworska e Krishnamurthy (2012), que há uma ênfase na imprensa de qualidade, dado que é mais raro tais questões aparecerem em tabloides.

A *personalização* do movimento feminista, segundo esse conjunto de estudos, está ligada a dois processos principais. O primeiro é o foco excessivo na aparência das

⁵³ No original: “by stressing issues more than events, feminists reduced the probability of coverage of the movement” (Kahn e Goldenberg, 1991, p. 106).

mulheres, tal qual ocorre com as representantes políticas, com uma atenção negativa a questões como vestimentas e depilação. O segundo é a ênfase em algumas líderes específicas, como representantes de todo o movimento. Huddy (1997), ao analisar a cobertura da segunda onda americana no New York Times e nas revistas Time, News e US News, durante 1965 a 1993, afirma que, com muita recorrência, os periódicos acionavam as mesmas vozes, minimizando a diversidade entre as feministas e criando *superstars* do movimento. Também relacionavam o feminismo sempre com grupos muito bem organizados e profissionais, resultado corroborado por Constain e colaboradoras (1997).

Já a *polarização* se caracteriza pela recorrente oposição entre feministas X homens ou entre feministas X mulheres *normais*. Essa comparação enseja o perigo de reforçar uma ideia de descolamento do feminismo dos problemas ‘reais’ das mulheres. A esse respeito, são interessantes os dados de Barakso e Schaffner (2006) em uma pesquisa triangular com estudo de emissoras televisivas e jornais americanos (1969 a 2004), releases de uma proeminente organização feminista estadunidense e cruzamento de tais dados com um survey que questionava às mulheres “comuns” quais temas deveriam ser prioridade do movimento. Um dos resultados é que enquanto as notícias focavam o aborto como uma questão relevante para o feminismo, este tema aparecia entre os últimos elencados pelas mulheres ouvidas, abrindo portas para a discussão de como a imagem sobre o movimento impacta nos interesses das mulheres.

Esse padrão pode servir para reforçar a percepção de que o feminismo não é relevante, nem particularmente aplicável na vida diária para a maioria dos cidadãos. Em segundo lugar, o padrão de representação midiática das lutas feministas pode implicitamente mostrar ao público que as feministas não são “normais”, nem muito “reais” (...) As mulheres reais fazem o tipo de coisas que nós (membros da audiência) fazemos, mas as feministas são muito menos prováveis de serem retratadas nessas situações do que as mulheres “regulares” (Lind e Salo, 2002, p.224)⁵⁴.

Um tipo de polarização também documentado pelas pesquisadoras é aquele que tenta tornar contraditórios o ativismo de hoje e o de outrora (Mendes, 2011c; 2012). Bronstein (2005) estudou, nos periódicos americanos, o que chama de terceira onda (1992-2004), e identificou que as notícias estabelecem comparações entre os momentos.

⁵⁴ No original: All told, this pattern may serve to reinforce the perception that feminism is neither relevant nor particularly applicable to the bulk of daily life for the majority of citizens. Second, the pattern of mediated representation of the site of feminist struggles may further implicitly show the audience that feminists are not quite “normal,” not quite “regular,” not quite “real.” (...) Real women do the types of things we (audience members) do, but feminists are much less likely to be portrayed in such situations than are “regular” women (Lind e Salo, 2002, p. 224).

De acordo com o estudo, a segunda onda é descrita na terceira de forma demonizada, a partir de um distanciamento entre as lutas atuais e àquelas das “queimadoras de sutiã”. Esse é só um exemplo de um processo crescente de separação, nos textos midiáticos, do ativismo mais recente com o feminismo nascido nos anos de 1960. Jaworska e Krishnamurthy (2012), a partir de dados obtidos com os maiores jornais da Alemanha e Reino Unido entre 1990 e 2009, encontraram discursos tratando o feminismo como um movimento já datado, tanto que duas palavras frequentes nos textos, dizem as autoras, são ‘dead’(morto) e ‘post’ (passado).

Essa tentativa de “matar” o feminismo ou diferenciar entre o aceito e o não aceito no movimento está diretamente ligada às discussões sobre o pós-feminismo (McRobbie, 1992) e os impactos perversos da relação entre feminismo e capitalismo. Dean (2010), em investigação sobre o feminismo nos jornais do Reino Unido, de 2006 a 2008, afirma que ocorre uma “domesticação” do ativismo pela imprensa, com uma seleção e indicação do que é aceitável de ser celebrado⁵⁵. Percepção similar é partilhada por Chauduri (2000) que, trabalhando com publicações em inglês na Índia (*The Hind* e *The Times of India*, além de revistas femininas internacionais com circulação no país), entre 1993 e 1996, trata do impacto que as premissas neoliberais têm em um país pobre, ao assumir que o feminismo é agora uma *questão de escolha*.

O trabalho de Mendes (2011a, 2011b, 2011c; 2012; 2015), com uma longa análise longitudinal, traz resultados que merecem reflexão. Mendes se debruçou sobre quatro jornais dos Estados Unidos e outros quatro do Reino Unido, de diferentes tendências políticas, entre os anos de 1968 a 2008, a fim de discutir quais os frames sobre o feminismo desde sua segunda onda. Os estereótipos que apresentamos anteriormente aparecem na pesquisa da autora, mas há dois dados bastante surpreendentes. Ela afirma que, para além do frame de oposição, houve também um frame de suporte ao movimento e outro em que ele é apresentado com complexidade, em suas disputas internas. Essa possibilidade é bastante relevante para superar uma agenda monolítica de pensar a mídia como uma grande inimiga do feminismo (Barker-Plummer, 2010).

Contudo, a autora afirma que a cobertura favorável apresenta delineamentos bem claros, próximos ao que Dean (2010) diz ser uma domesticação. Os jornais analisados acabam construindo os limites do tolerável para o ativismo – “uma feminista

⁵⁵“Domestication thus refers to the securing of a legitimate space for a ‘moderate’ feminism to be affirmed via a repudiation of an ‘excessive’ feminism” (Dean, 2010, p. 393).

não uma feminista militante” (Mendes, 2011b, p. 491) - e possuem um foco menos no movimento e mais nas questões individuais, em termos de escolha, dadas as recentes conquistas.

Essa discussão aparece também acentuada em uma pesquisa mais recente da autora sobre notícias das Marchas das Vadias em oito países, entre 2011 e 2012. Segundo ela, 69% das notícias não fazem referência ao movimento feminista ao cobrir esses protestos. Ainda sobre esses eventos no Canadá e nos EUA, McNicol (2015) afirma que o feminismo aparece diluído nas matérias sobre tais manifestações, além de um foco classista.

É possível notar com base nos estudos apresentados até aqui o quanto é importante documentar e analisar academicamente a construção da presença pública do feminismo pelo jornalismo. Por fim, é importante pontuar dois caminhos bastante instigantes dessa agenda.

O primeiro, a exemplo de North (2009), é a investigação de como repórteres, de ambos os gêneros, elaboram significado sobre o que é o feminismo para si próprios e na construção de seu trabalho. North (2009) enfatiza como, no contexto australiano, o feminismo ainda é pensado como uma “scary word” – uma palavra assustadora. O advocacy de gênero voltada para os profissionais da mídia ainda carece de produção científica (Barker-Plummer, 2010; Gallagher, 2001).

O segundo flanco tem na tese de doutorado de Cerqueira (2012) uma relevante contribuição. Ao estudar as notícias em Portugal sobre o 8 de março, de 1975 a 2007, a autora se propôs também a entender como algumas organizações feministas portuguesas se relacionavam com a imprensa, dado que, ao longo dos últimos anos, seu trabalho também diagnosticou um apagamento do feminismo nas comemorações midiáticas do Dia Internacional da Mulher. Sua discussão é interessante ao mostrar que essa relação precisa ser objeto de reflexão, para além da afirmação de uma má vontade midiática em relação ao feminismo. Ao responder à pesquisadora portuguesa sobre como feministas interagem com a mídia, uma ativista conta: “uma amiga do [nome da organização] que é daquela área [comunicação] e diz como é que devemos fazer” (Cerqueira, 2012, p. 356).

Barker-Plummer (2010) faz uma provocação importante sobre isso ao dizer que é preciso ir além do questionamento de como o feminismo foi coberto e investigar a interação entre o movimento e a mídia, deixando claro que essa não é uma via de mão única. A autora enfatiza os perigos em considerar a mídia um “mal necessário” e não se envolver em uma relação de disputa de sentidos. Ao se negarem a designar alguém para

falar pelo movimento, por exemplo, as ativistas abrem uma brecha para que os meios assumam uma porta-voz, dado que o jornalismo trabalha mobilizando fontes de ‘autoridade’. Mendes (2011a), em pesquisas no Reino Unido, afirma que várias feministas se recusavam em “falar em nome de todas”, contudo tal tática as deixava mais “vulneráveis” para a construção de enquadramentos diferentes daqueles que gostariam.

Mais do que recusa, a autora fala de assumir a perspectiva pragmática e estratégica na relação com os meios, para entendê-los menos “como um oponente” e “mais como um recurso que pode ser negociado” (Barker-Plummer, 2010, p. 172-173).

É em diálogo com essa agenda de pesquisa que esta tese se constrói. Na leitura dessa literatura, boa parte das vezes, percebemos que havia pouca mobilização da potente crítica teórica e epistemológica feminista para a interpretação de ricos achados das pesquisas. Também se partia de uma ideia mais generalizante de machismo na mídia, sem apresentar de forma mais complexa as relações dessas manifestações disponíveis nos espaços de visibilidade midiática com as construções teóricas. Nesse sentido, o alerta de Byerly (2012) é importante:

Eu tenho criticado a pesquisa feminista que permanece presa no "paradigma da mídia misógina", mostrando apenas que a representação e as relações com os meios continuam estereotipando, excluindo ou marginalizando as mulheres sem procurar demonstrar como o feminismo também serviu para se incorporar ao conteúdo da mídia, às políticas de mídia ou outros aspectos das indústrias de mídia (Byerly 2008). Uma pesquisa feminista de mídia madura que agora, nos anos de 2010, entra na sua quarta década, e que se estabeleceu firmemente como uma prática interdisciplinar, está pronta para considerar não apenas a marginalização das mulheres, mas também as maneiras pelas quais as mulheres chegaram a seu poder através do processo histórico. O relacionamento das mulheres com as indústrias de mídia (e com a cultura popular que elas servem) é no final dinâmico - não estático - que implora ser examinada em todos os seus estágios e manifestações (Byerly, 2012, p.15)⁵⁶.

Este trabalho se insere dentro do quadro desenhado pelos estudos feministas de mídia, em especial da pouca atenção à representação do movimento, mas buscar trazer as categorias da teoria política feminista, discutidas no Capítulo 1, para um

⁵⁶ No original: I have criticized feminist research that remains trapped in the ‘paradigm of the misogynist media,’ showing only that media representation and relations continue to stereotype, exclude, or otherwise marginalize women without seeking to show how feminism has also served to imbed itself in media content, media policies, or other aspects of media industries (Byerly 2008). A mature feminist media scholarship that now, in the 2010s, enters its fourth decade, and that has soundly established itself as an interdisciplinary practice, is ready to consider not just women’s marginalization but also the ways women have come into their own power through historical process. Women’s relationship with the media industries (and the popular culture they serve up) is in the end a dynamic – not static – one that begs to be examined in all of its stages and manifestations (Byerly, 2012, p.15).

entendimento mais robusto de como essa narrativa pública se construiu. É partir desse cenário que nosso objetivo é analisar a narrativa jornalística sobre o feminismo brasileiro, entre 1921 e 2016, em conjunto com as percepções das ativistas feministas sobre a visibilidade do movimento. Nesse sentido, ouvir as feministas é importante para não pensar essa relação como unidirecional ou apenas de identificação de que há desigualdades na cobertura, conforme salienta Byerly (2008).

Mesmo o importante estudo longitudinal de Mendes (2012), com quase mil notícias analisadas, em quatro jornais e dois países, ainda se pauta por identificar a forma positiva, negativa ou complexa que o feminismo aparece. Para nossos propósitos, não se trata de fazer uma análise de “valência”, identificando formas positivas ou negativas de visibilidade, mas de compreender como o sujeito do feminismo e as relações de público e privado, noções tão caras à teoria, podem ser visualizadas na cobertura midiática. Houve mudanças ao longo tempo? Quais sujeitos do feminismo foram construídos nos textos midiáticos em suas diferentes fases? Como público x privado se fizeram visíveis? Quais as opiniões das ativistas sobre a forma o movimento aparece? Como elas interagem com os meios de comunicação? O capítulo a seguir apresenta os esforços metodológicos para tentar responder a essas perguntas.

CAPÍTULO 3: DEFINIÇÕES METODOLÓGICAS

Este capítulo apresenta a forma como operacionalizamos nossa incursão empírica, bem como os pressupostos que guiam as análises realizadas a partir dos textos midiáticos e entrevistas com ativistas feministas. Uma questão inicial se colocou no horizonte quando começamos a desenhar as dimensões metodológicas da tese. O que significa fazer uma pesquisa feminista? Quais pressupostos epistemológicos guiam esses estudos?

Harding (1987) diz que não há um método essencialmente feminista e o que se deve pensar são os pressupostos que norteiam a construção dos procedimentos. Para ela, a renovação advinda das epistemologias feministas está exatamente em tornar o comprometimento com uma investigação disposta em favor das mulheres e a ênfase na saída do investigador como uma voz invisível.

Desde o século XVI, pelo menos, afirmam Jaggar e Bordo (1997), o pensamento cartesiano influenciou a construção do conhecimento ocidental, especialmente a partir das premissas do racionalismo, individualismo metodológico e do entendimento da realidade como uma estrutura objetiva. Várias correntes criticam certos elementos dessa forma de fazer ciência, tais como as abordagens vinculadas ao marxismo, à psicanálise e ao pós-estruturalismo que contribuíram para mostrar as diferentes exclusões que compõem o conceito de universalidade científica (Jaggar e Bordo, 1997; Matos, 2008; Rago, 1998). A corrente pós-moderna, principalmente, questionou a “artificialidade das unidades conceituais” e pensou o discurso, e aqui o científico, não como um espelho do real, mas como seu “instituinte” (Rago, 1998, p. 5). O diferencial dos estudos feministas dessas perspectivas foi o de sustentar que o método cartesiano de conhecimento científico “não é neutro do ponto de vista do gênero” (Jaggar e Bordo, 1997, p. 10).

De acordo com Alcoff e Potter (1993, p. 13), “para as feministas, o objetivo da epistemologia não é apenas satisfazer a curiosidade intelectual, mas contribuir para um objetivo emancipatório: a expansão da democracia na produção do conhecimento”⁵⁷. Ainda assim, a pluralidade que atravessa os feminismos na prática e na teoria também se faz presente nas discussões epistemológicas. Muitas dessas divergências se dão pela

⁵⁷ No original: “For feminists, the purpose of epistemology is not only to satisfy intellectual curiosity, but also to contribute to an emancipatory goal: the expansion of democracy in the production of knowledge” (Alcoff e Potter, 1993, p. 13).

dificuldade de pensar em um sujeito ou agente epistêmico uno, para que não se (re)produza a constituição de uma mulher universal, indiferente às particularidades. Além disso, para Harding (1993), há uma contingência fundamental nas ausências que conformaram a construção da ciência, o que aponta para a não estabilidade fundante das categorias feministas.

Não passa de delírio imaginar que o feminismo chegue a uma teoria perfeita, a um paradigma de "ciência normal" com pressupostos conceituais e metodológicos aceitos por todas as correntes. As categorias analíticas feministas devem ser instáveis - teorias coerentes e consistentes em um mundo instável e incoerente são obstáculos (Harding, 1993, p. 11).

Matos (2008, p. 349) sustenta que a epistemologia feminista operou diferentes passagens, tais como “do realismo metafísico para afirmação da incerteza”, do “individualismo metodológico para a perspectiva multidimensional” e para a incorporação de temas antes invisíveis ou marginalizados. Com o novo olhar, os homens também foram inseridos de outra forma, a partir dos estudos de masculinidades. É como se as mulheres tivessem passado de sujeitos cognoscíveis para cognoscentes e o contrário tivesse ocorrido com os sujeitos do gênero masculino.

De acordo com Harding (1986), três correntes podem ser observadas na epistemologia feminista: a) o feminismo empiricista, que critica a ausência das mulheres no fazer científico, mas não questiona estruturalmente a ciência em si; b) o *feminist standpoint* (ou feminismo perspectivista – Sardenberg, 2007), o qual atribui às mulheres um privilégio epistêmico advindo das condições de opressão; e c) o feminismo pós-moderno que busca fazer ciência compreendendo as fraturas que constituem os sujeitos, rejeitando as categorias de objetividade.

A ideia de que o ponto de vista do sujeito pesquisador e os interesses motivadores da investigação importam é premissa fundamental para o supracitado *feminist standpoint*. Essa compreensão, contudo, foi alvo de severas críticas, oriundas especialmente da corrente pós-moderna, que salientava o perigo de uma nova generalização da categoria mulher, situando as diferentes experiências em um mesmo ponto de vista. Mais do que isso, há o perigo de a perspectiva feminista se confundir novamente com a perspectiva das mulheres brancas feministas.

A despeito dessas considerações sobre os riscos de pensar a partir de um ponto de vista unitário, entendemos que assumir uma perspectiva feminista, lançando luz às diferentes faces das vivências das mulheres (classe, raça, etnia, geração, região, sexualidade, dentre outras), pode colaborar para a compreensão mais aguda sobre a

forma como tais experiências são narradas e interpretadas pelas metodologias vigentes. Mesmo entendendo a potência e a preocupação da crítica pós-moderna, concordamos com Sardenberg (2007), ao citar Linda Alcoff, para quem “um feminismo que ‘(...) desconstrói tudo e não constrói nada (...)’ é potencialmente perigoso para qualquer grupo politicamente atuante” (Alcoff, 1994, p. 441 apud Sardenberg, 2007, p. 10). Assumir que se faz pesquisa a partir de um ponto de vista que pressupõe não o sujeito social abstrato, mas uma vivência concreta, pode colaborar não só para novas leituras de fenômenos existentes, mas para o pressuposto subjacente ao feminismo de outras conformações possíveis nas relações desiguais de gênero, incluindo as científicas.

(...) indivíduos, homens e mulheres, são historicamente corporificados, pessoas concretas cuja perspectiva é uma consequência daquilo que são; assim, em uma sociedade dividida pelo gênero, as mulheres verão e conhecerão de modo diferente dos homens. O caráter social do gênero dá a elas uma perspectiva diferente e o lugar onde estão — suas atividades dentro do mundo e a forma como são consideradas em uma sociedade estratificada pelo gênero — fará delas praticantes de um tipo diferente de ciência. (Farganis, 1997, p. 227)

É nesse sentido que procuraremos integrar, nesta proposta metodológica, as discussões advindas da teoria feminista apresentadas no capítulo teórico e um método comumente empregado nos estudos de mídia e política, a análise de enquadramento. A ideia é nos situar dentro dos estudos feministas de mídia e política, que apresentamos no Capítulo 2, olhando não apenas para os retratos construídos no jornalismo, mas para a relação das ativistas feministas com a mídia, ponto pouco explorado no cenário nacional. Para isso, as discussões do Capítulo 1 serão fundamentais para a análise dos materiais empíricos.

O presente capítulo está dividido em três seções. Na primeira, apresentaremos o *corpus* da tese. Na segunda, as discussões sobre análise de enquadramento. Na terceira, a forma de operacionalização.

3.1 DEFINIÇÕES SOBRE O CORPUS

Nosso mergulho empírico para entender a relação entre mídia e movimento feminista é dividido em dois momentos. O primeiro consiste na análise de material jornalístico sobre o feminismo. O segundo é constituído por entrevistas com militantes feministas de diferentes faces do ativismo.

Investigar como o feminismo foi dotado de sentido nos meios de comunicação historicamente é importante para que se conheçam os discursos que ajudaram a legitimar ou deslegitimar as pautas defendidas e o próprio movimento. Gamson (2011, p. 52) assinala que “o discurso midiático nacional, embora seja somente uma parte do discurso público, é uma boa representação do todo”. Por isso, é necessário “entender o que esse discurso público diz sobre uma determinada questão, uma vez que ele é uma parte central da realidade em que as pessoas negociam sentido sobre questões políticas”. Dessa forma, nossa primeira definição foi quanto ao corpus temporal de análise: as matérias sobre o movimento feminista, publicadas ao longo de quase cem anos, a partir da ideia analítica de ondas, mobilizada fartamente na literatura feminista. A definição das entrevistadas também se pautou pela busca de organizações relevantes nesses períodos.

De acordo com Pinto (2003) e Costa (2005), no Brasil, assim como no contexto internacional, a *primeira onda* é marcada pela luta por direitos políticos, no final do século XIX e início do XX. No cenário internacional, Estados Unidos e Inglaterra são os palcos mais marcantes da luta pelo sufrágio, com a primeira proposta de medidas para o voto das mulheres na Câmara dos Comuns, em 1867, sendo feita por John Stuart Mill, uma voz dissonante do machismo contrário aos direitos políticos femininos à época (Pateman, 1996, p. 45)⁵⁸.

A *segunda onda* desenvolve-se em meio a um regime militar, em quase toda a América Latina, em meados de 1970 e 80, ao contrário dos países do norte global, que vivenciavam um clima favorável para o recrudescimento do feminismo (Pedro, 2010; Soares, 1998; Vargas, 2002). É nesse momento que temas como sexualidade, direitos reprodutivos e aborto entram nas discussões, bem como a marcação da diferença. De acordo com Fraser (2009), a narrativa no cenário internacional é que o feminismo deixou de ser próximo de um grupo muito específico de mulheres (brancas, com poder aquisitivo, heterossexuais) para ser espaço de novas narrativas sobre raça, classe e sexualidade, sendo alvo de intensos enfrentamentos. Para a autora, a segunda onda abrigaria fases distintas, com um primeiro momento muito ligado aos movimentos sociais dos anos 1960 e à Nova Esquerda, com a ampliação das discussões para além da economia, sob o lema do “pessoal é político”; uma segunda fase muito atrelada às políticas de identidade; e uma terceira, de um feminismo transnacional.

⁵⁸ A construção temporal do feminismo em “ondas” tem sido alvo de disputas. Para uma revisão interessante dos argumentos críticos a essa ideia, ver Gomes e Sorj (2014).

No Brasil, Pinto (2003) fala de uma terceira onda feminista, que se constrói à época da redemocratização. A luta ganha novos contornos, sendo marcada por sua institucionalização e aproximação com o Estado, a partir da criação de conselhos de mulheres e organizações não governamentais (ONGs) e tornando-se, na perspectiva de Pinto (2003), mais “difusa”. De acordo com Sarti (2004), nessa época destacam-se a especialização em temáticas e uma atuação mais profissional das *ativistas*. Os espaços de acolhimento de mulheres e enfrentamento à violência doméstica, diante da inexistência de legislação específica, são exemplos desse período. Para Alvarez (2014), as ONGs

figuraram como as atoras mais visíveis (e mais controversas) nos campos feministas brasileiros e latino-americanos (e global) nos anos 1990. Com suas sedes permanentes, orçamentos expressivos, departamentos especializados, e pessoal remunerado, viraram o que poderíamos chamar verdadeiros “esteios”, nós articuladores por excelência, dos agora descentrados campos feministas (Alvarez, 2014, p. 25).

Matos (2010) defende, ainda, a existência de uma quarta onda marcada principalmente pelo ingresso, ainda que parcial, das reivindicações feministas nos poderes Executivo e Legislativo, pela solidificação do processo de construção de organizações não governamentais, pela luta transnacional e, principalmente, pela relação adensada com outros feminismos e movimentos sociais. Já Alvarez (2014), entende que, passados os momentos de centramento do ativismo (anos 60) e pluralização dos feminismos (anos 80 e 90), as décadas mais recentes são marcadas por um descentramento forte e, por isso, é mais salutar falar em *campos discursivos de ação feminista* do que na ideia de um *movimento*. Para ambas as autoras, o uso da internet pelas ativistas é um ponto importante da fase atual.

Partindo da classificação das autoras, definimos como o **primeiro período** a ser analisado aquele que vai de 1920 a 1950, quando reivindicações sobre educação, trabalho e direito ao voto deram a tônica do movimento. É muito comum a delimitação analítica da primeira onda ser encerrada na década de 1930, quando o direito de voto é conquistado pelas mulheres brasileiras. Contudo, entendemos que, para efeitos de recorte temporal, seria interessante estender até o final dos anos 1950, dado que o próximo período é marcado por questões radicalmente diferentes.

Um **segundo** momento de análise começa a partir da década de 1960, quando se aponta certo “ressurgimento do feminismo”, diante de um cenário marcado pelos movimentos de contracultura e constrangido em terreno nacional pelo regime militar.

Esse período de análise estende-se até o final dos anos de 1980, década em que se fortalece um processo de ‘*onguização*’ do movimento no país (Dagnino, 2004).

O **terceiro** momento, agregando a terceira e a quarta ondas, compreende os anos de 1990 a 2010, quando, no Brasil, o feminismo avança ao Estado e surgem, ao mesmo tempo, outras formas de ativismo, a exemplo dos eventos transnacionais (Marcha Mundial das Mulheres, Marcha das Vadias), e de formas de atuação facilitadas pelas novas tecnologias. Mesmo com a relevante discussão de Matos (2010) sobre a quarta onda, decidimos aglutinar os anos citados acima para conferir maior agilidade à análise. Não desconsideramos, todavia, a necessidade do olhar atento às diferenças que possam surgir nos jornais entre as décadas.

No que concerne ao veículo analisado, delimitamos a investigação do jornal *Folha de S. Paulo*, por ser, atualmente, a empresa de comunicação com todo o material digitalizado durante o período, desde sua fundação como *Folha da Noite*, em 1921⁵⁹ e com o maior número de matérias. É preciso lembrar que, em julho de 1925, foi criada a “*Folha da Manhã*”, como edição matutina do periódico e, em 1949, a *Folha da Tarde*, sendo que esta não consta no atual Acervo Online do jornal. Na década de 1960, ocorre a fusão dos três periódicos com o surgimento da *Folha de S. Paulo*.

Ao focarmos em um veículo muito específico, sabemos que estamos falando de narrativas singulares, atravessadas por uma política editorial delimitada pelas mais diversas circunstâncias e constrangimentos sociais, políticos, econômicos e organizacionais que marcam o ofício jornalístico. Dessa forma, estamos cientes de que não teremos as narrativas midiáticas em sua completude (até pela sua incapturabilidade). No entanto, não entendemos a investigação como um estudo do feminismo na *Folha de S. Paulo* somente. Trata-se de uma parte viável de um todo não palpável, até pela indisponibilidade do próprio material ou dificuldades de acesso. Não entendemos a *Folha* como uma amostra da mídia, mas como um veículo da chamada “*imprensa de qualidade*”⁶⁰, que é nacionalmente relevante e que adquiriu grande

⁵⁹ Sabemos que o jornal *O Estado de S. Paulo* possui acervo também desde 1875, contudo na busca pelas duas palavras-chave principais (feminismo e feminista), o resultado encontrado (1915 e 3453 páginas respectivamente) foi inferior ao da *Folha de S. Paulo* (3.089 e 4.719). A opção prévia de não trabalhar com *O Globo*, também com acervo disponível, se deu pela sua data de fundação, quatro anos posteriores à *Folha*.

⁶⁰ Para uma definição mais ágil sobre *quality paper*, vale citar as discussões nacionais feitas por Chagas: "Para efeito de simplificação, classificamos como jornais ultra-populares aqueles que se dirigem a um estrato socioeconômico que contempla as classes C e D. Geralmente, tratam-se de títulos com preço de capa inferior a R\$1. Os veículos populares ou de porte intermediário, com preços de capa variando entre R\$1 e R\$2, atingem de forma privilegiada as classes B e C. Os *quality papers*, por sua vez, são títulos

visibilidade ao longo do século XX, atravessando as ondas do feminismo investigadas. Também é necessário pontuar que o periódico vai se alterando a depender das fases e que o tomamos como imutável em todo o período trabalhado⁶¹.

É preciso mencionar que a Folha se torna de fato um jornal de destaque especialmente ao final da ditadura militar no Brasil, possuindo relevância e crescendo no processo de abertura democrática. Carvalho (2012) também ressalta o fato de o periódico passar a ter circulação nacional, pautar outras mídias e ser lido por formadores de opinião. No capítulo a seguir, são apresentados detalhes mais específicos do periódico em cada período de análise.

Inicialmente, o material coletado foi publicado entre 01/01/1921 e 31/07/2015, a partir de uma lista de palavras-chave (Quadro 1). Dessa forma, esperávamos promover um mapeamento das diversas formas discursivas a que o movimento feminista foi associado.

Quadro 1: Lista de palavras-chave

feminismo	luta das mulheres	suffragette ⁶²
feminismos	movimentos de mulheres	suffragettes
feminista	movimento de mulheres	sufragete
feministas	movimento feminista	sufragetes
luta de mulheres	movimentos feministas	sufragista

Fonte: Elaboração própria

A coleta das listas de matérias de cada palavra-chave foi realizada a partir de comando criado no software R⁶³. Com o comando, inseríamos o link da página de

mais dispendiosos e com cobertura mais avolumada, destinados às classes A e B, e seus preços atingem valores acima de R\$2,50" (Chagas, 2014, p. 4). No que concerne ao conteúdo, "os autores são unânimes em admitir que uma das principais diferenças entre jornais tradicionais e tabloides reside na incidência de sua cobertura noticiosa a respeito de temas como política, economia e sociedade. Sparks (1992, pp. 38-39) chama atenção para o fato de que os jornais populares insistem em sobrepesar conteúdos sobre esportes, escândalos e celebridades, em detrimento de política e outros temas "sérios". Do mesmo modo, ele afirma, o viés direcionado à vida privada, com foco em personagens individuais, histórias locais e imediatas, e ênfase no chamado "interesse humano", se contrasta com a presença de notícias de interesse público, com foco em atores institucionais, de abrangência nacional ou internacional e longa-duração, típica do jornalismo de prestígio. A diferença, segundo o autor, é evidente" (Chagas, 2014, p. 13). Super, Meia Hora são exemplos de tabloides ou jornais populares. Estado de Minas, Folha de S.Paulo, Estado de S.Paulo são exemplos de "quality paper".

⁶¹ Agradeço a Alessandra Aldé a crítica pela necessidade de reforço deste ponto feita na banca de defesa desta tese.

⁶² No caso da primeira onda, dado o início do feminismo como termo, procuramos outras expressões usadas pela historiografia para referir àquelas mulheres.

⁶³ Ao Guilherme Andrade e ao Leonardo Baroni agradeço por terem guiado e corrigido a construção desta parte da programação.

busca⁶⁴ e alternávamos na sintaxe⁶⁵ apenas a palavra-chave específica. O programa fornecia uma lista organizada de todas as páginas por palavra, salva em uma tabela organizada com o nome do jornal, data, caderno e página. Novamente, com a ajuda do R, cada lista específica foi cruzada a fim de que não houvesse repetições, já que, por vezes, uma mesma página citava dois ou mais termos. O banco de dados com todas as páginas que continham as palavras-chave definidas, sem duplicações, mostrava um total de **9.480** ocorrências.

É preciso enfatizar que nossa busca se deu por página. Ou seja, cada página poderia conter uma ou mais matérias. Isso se deu pela impossibilidade inicial de coletar todas as matérias, dado que o arquivo da Folha de S. Paulo é feito em .pdf, e as matérias aparecem como imagens e não textos possíveis de serem copiados e colados. Além disso, embora tenhamos tentado, não conseguimos construir um comando no R que possibilitasse o download de todas as mais de 9 mil ocorrências para então sabermos o número real de matérias.

A distribuição das páginas por década e por onda foi a seguinte:

Tabela 1: Número de páginas por década

Década	Número de páginas
1920 a 1929	436
1930 a 1939	555
1940 a 1949	86
1950 a 1959	92
1960 a 1969	48
1970 a 1979	1.242
1980 a 1989	3.122
1990 a 1999	1.806
2000 a 2009	1.326
2010 a 2015	767
Total	9.480

Fonte: Elaboração própria

⁶⁴ http://acervo.folha.com.br/busca_detalhada/

⁶⁵ Chama-se de sintaxe a programação feita no software para construir todos os comandos desejados. É como uma receita para atingir um objetivo. Na programação, o principal ganho é que com a sintaxe salva não “perde-se” um trabalho, basta rodá-la novamente. Aprender minimamente a programação e o modus operandi para tornar a pesquisa mais rápida é também uma questão de gênero, dado que há um afastamento sociocultural das mulheres com as tecnologias, especialmente com a computação.

Tabela 2: Número de páginas por onda

Ondas	Número de páginas
1 onda (20 a 59):	1169
2 onda (60 a 89):	4412
3 onda (90 -15):	3899
Total	9.480

Fonte: Elaboração própria

Com o número extenso de textos, a construção de uma amostra evidenciou-se essencial. Realizamos um cálculo amostral simples para cada estrato⁶⁶, isto é, para cada onda, com erro amostral de 3%, com 97% de confiança, a fim de expandir e aumentar a variabilidade da amostra. Nossa amostra aleatória estratificada e representativa por onda chegou a **995** casos ou páginas, sendo **123** para o primeiro estrato (12%), **463** para o segundo (47%) e **409** para o terceiro (41%).

Construímos, então, três bancos de dados diferentes (um por onda) e, em cada um deles, realizamos um sorteio aleatório, a partir do programa Stata (comando sample), das matérias que precisavam ser coletadas para cada onda, com base na data de publicação e número de página. O número real de matérias analisadas é descrito em cada onda específica, dado que, no sorteio, apareciam textos ficcionais, horóscopo, notas em colunas sociais, dentre outras, surpreendentes, narrativas não analisadas.

Dado o momento político, também optamos por acrescentar uma amostra de matérias, a partir das mesmas palavras-chave, do período de agosto de 2015 a julho de 2016. Seguindo os mesmos critérios narrados anteriormente, foram encontradas 502 páginas com os termos e, a partir do cálculo amostral, coletadas mais 61 matérias sorteadas aleatoriamente, que passaram a integrar o corpus da terceira onda (470 páginas)⁶⁷.

Após coletadas, as notícias foram lidas e uma série de informações alimentou um banco de dados descrito a seguir. É preciso enfatizar que essa grade é utilizada especificamente para textos midiáticos, excluindo assim imagens, que demandariam construções analíticas próprias.

⁶⁶ Gostaríamos de agradecer a Guilherme Quaresma pela ajuda no cálculo amostral.

⁶⁷ Temos ciência de que essa inserção pode soar arbitrária, contudo se explica pelo fato de que o sorteio das matérias a serem coletadas e o início da coleta dos textos da terceira onda (até julho de 2015) já estava sendo feito quando se iniciou o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff (iniciado em 02 de dezembro de 2015 e encerrado em 31 de agosto de 2016). Consideramos que o acontecimento político envolvendo a primeira mulher eleita à presidência da República era demasiadamente relevante para a construção da perspectiva histórica da análise.

Quadro 2: Construção do banco de dados das notícias

Dado coletado	Descrição do dado coletado
1. Jornal	- O jornal onde a matéria foi publicada.
2. Título	- Título da notícia.
3. Trecho da notícia	- Trechos que ajudem a exemplificar a análise posteriormente.
4. Data	- Data de publicação.
5. Caderno	- Caderno onde a matéria foi publicada.
6. Página	- Página onde a matéria foi publicada.
7. Palavra-chave	- Palavra-chave pela qual a matéria é buscada no acervo do jornal
8. Autoria	- Ausência ou presença de autoria nas matérias. (0) não (1) sim
9. Nome do autor(a)	- Nome do autor(a) da matéria
10. Gênero do autor(a)	(0) nome histórico-socialmente identificado como masculino (1) nome histórico-socialmente identificado como feminino (2) sem possibilidade de identificação
11. Ouve fontes feministas?	- Presença ou não de fontes auto-identificadas ou identificadas pelo jornal como feministas. (0) não (1) sim
12. Ouve fontes mulheres?	- Presença ou não de fontes femininas nos jornais (0) não (1) sim
13. Fontes ouvidas	- Identificação nominal de quem são as fontes ouvidas.
14. Tipo de fontes ouvidas	- Categorização das fontes em grupos, como representantes do legislativo, universidade, movimentos sociais etc.
15. Gênero das fontes ouvidas	(0) nome histórico-socialmente identificado como masculino (1) nome histórico-socialmente identificado como feminino (2) sem possibilidade de identificação
16. Tipo de texto	- Tipo de texto jornalístico (0) artigo de opinião (1) notícia (3) reportagem (4) entrevista
17. Nacional ou internacional?	- Se a notícia trata de questões ou fatos nacionais, internacionais ou mescla ambos. (0) internacional (1) nacional (2) ambos

Fonte: Elaboração própria.

Após essa primeira parte da construção do banco de dados, seguíamos para identificação de enquadramentos preponderantes por onda. Antes de explicar como essa

análise foi feita, é preciso remeter à compreensão de quadros de sentido com a qual estamos trabalhando. A explicação sobre as entrevistas também virá a seguir.

3.2 ENQUADRAMENTO

Estudos que utilizam *análise de enquadramento* abundam na Ciência Política e na Comunicação. A maior parte deles investiga como os meios de comunicação enquadram acontecimentos, especialmente relacionados às questões políticas, com atenção especial ao jornalismo. Parte da literatura sobre enquadramento também é construída por metalinguagem; são crescentes os trabalhos que discutem a conformação da própria análise. Isso não é gratuito. Sob o guarda-chuva do nome *análise de enquadramento*, abrigam-se coisas muito distintas; por vezes, divergentes (Mendonça e Simões, 2012; Van Zoonen, 2011; D'Angelo, 2002; Mathes e Koring, 2008). Entman (1993) fala de um *paradigma fraturado*, em virtude dessas variedades. D'Angelo (2002) discorda e sustenta que a fratura das pesquisas sobre enquadramento não é necessariamente ruim, mas aponta para a fertilidade do campo.

Para D'Angelo (2002, p. 873), esses estudos estão perseguindo quatro objetivos principais: a) identificar as unidades temáticas ou quadros; b) investigar as condições antecedentes que os produzem; c) examinar como os quadros interagem com os conhecimentos prévios e afetam a recuperação de informações, interferindo em avaliações ou tomadas de decisões; d) investigar como os enquadramentos das notícias se relacionam com debates e formação da opinião pública.

Organizar e apresentar essa literatura, para defendermos a perspectiva compartilhada nesta tese, é uma tarefa trabalhosa, mas necessária e formadora. O contato com os diferentes textos nos mostrou, contudo, que era necessário pensar em chaves um pouco diferentes dos objetivos identificados por D'Angelo (2002). Chegamos à proposta de que esses estudos tentam responder a pelo menos três questões principais, nem sempre juntas; que vão desde uma tentativa de pensar a ontologia do quadro até sua operacionalização. São elas: a) o que são quadros e enquadramentos, b) onde estão, quem detém e para que os quadros são utilizados; d) como os quadros são encontrados.

Ainda que mobilizada de formas diferentes para esses distintos questionamentos, a maior parte dos estudos reconta a narrativa do conceito atribuindo-o

a Goffman (1974) e sua obra “*Frame Analysis: An Essay on the Organization of Experience*”, onde consta a seguinte definição:

as definições de uma situação são construídas de acordo com princípios de organização que governam eventos - pelo menos sociais - e nosso envolvimento subjetivo neles. Frame é a palavra que eu uso para referir a esses elementos básicos que eu sou capaz de identificar. (...)“análise de quadros” é um slogan para se referir ao exame desses termos da organização da experiência (Goffman, 1974, p.10-11)⁶⁸.

Em menor escala, alguns estudos trazem o precursor do termo – Gregory Bateson, ainda na década de 1950, na Psicologia, com o texto “*A theory of play and fantasy*”. Fortalecido por Goffman, o conceito cunhado por Bateson, tem como premissa fundamental a aposta na interação, dependendo assim da “existência de sentidos compartilhados” (Mendonça e Simões, 2012, p. 189)⁶⁹.

3.2.1 O que são quadros e enquadramentos

Há poucas divergências sobre o que são os quadros. A maioria dos estudos os entende como uma moldura interpretativa, que seleciona determinados aspectos da realidade, salientando-os e organizando a interpretação sobre eles. Não “nascidos” na Comunicação, nem restritos só a objetos midiáticos, quadros organizam a vida diariamente e a percepção de fatos sociais em diferentes âmbitos. Anabela Carvalho (2000, p.144 e 145) fala de duas formas de entendimento do *frame*. A primeira preocupada com “os padrões que os indivíduos utilizam para organizar a cognição da realidade” e uma segunda mais relacionada à estruturação discursiva, onde *frame* é “visto como uma ideia central que subjaz e orienta a construção de textos”. A produção midiática será privilegiada pelos estudos a partir dos anos 1990 (Mendonça e Simões, 2012; Vliegthart e van Zoonen, 2011).

Quadros, para Reese (2007, p. 150) são “estruturas que desenharam limites, estabelecem categorias, definem ideias”. Gamson e Modigliani (1989) falam de quadros como “pacotes interpretativos”, com uma estrutura organizada para guiar certa compreensão. Para Chong e Druckman (2007, p.111), os frames referem-se a processos em que pessoas

⁶⁸ No original: “I assume that definitions of a situation are built up in accordance with principles of organization which govern events - at least social ones - and our subjective involvement in them; frame is the word I use to refer to such of these basic elements as I am able to identify. (...) My phrase “frame analysis” is a slogan to refer to the examination in these terms of the organization of experience” (Goffman, 1974, p. 10-11).

⁶⁹ Mendonça e Simões (2012) fazem a discussão nacional mais robusta sobre a contribuição de cada um dos autores para o termo.

desenvolvem ou revisam conceitos sobre uma questão ao serem expostos a determinados estímulos e não podem “ser confundidos como argumentos moralmente ou intelectualmente superiores”⁷⁰, nem como temáticas específicas.

Snow et. al. (2007) entendem os frames também como organizadores das ações ou reações de sujeitos coletivos. Vliegenthart e van Zoonen (2011, p. 105), por sua vez, sustentam que os estudos que partem de Bateson e Goffman, como os mencionados acima, deveriam considerar quatro axiomas sociológicos para o entendimento dos frames: (1) que os frames são múltiplos e podem ser contraditórios; (2) que são parte de uma estrutura de significado entre diferentes atores com recursos materiais e simbólicos desiguais; (3) que são construídos em processos sociais e organizacionais em que a agência do jornalista é relativa; (4) que são usados pela audiência de forma negociada. Segundo os autores, esses axiomas não aparecem de forma clara na vasta literatura⁷¹.

Sobretudo ligado à aplicação nos estudos de jornalismo⁷², Antunes (2009, p. 91) pondera que “o frame não se confunde com assuntos de uma notícia, mas, agindo no âmbito de composição do relato, informa vários níveis do processo de referencialização da realidade”. Já Carlos Alberto de Carvalho (2009, p. 4) fala do frame atuando no *tornar* notícias inteligíveis, ou “relacioná-las a alguma dimensão do social reconhecível por quem as receberá”.

Se a primeira questão se coloca de forma mais consensual, são as subsequentes que deixam claras as marcantes divergências entre as pesquisas e o deslocamento delas das premissas sociológicas fundadoras.

⁷⁰ No original: “Strong frames should not be confused with intellectually or morally superior arguments. They can be built around exaggerations and outright lies playing on the fears and prejudices of the public. Strong frames often rest on symbols, endorsements, and links to partisanship and ideology, and may be effective in shaping opinions through heuristics rather than direct information about the substance of a policy” (Chong e Druckman, 2007, p. 111).

⁷¹ O texto de Vliegenthart e van Zoonen (2011), “Power to the frame: Bringing sociology back to frame analysis”, tem por objetivo mostrar como os estudos desenvolvidos no campo da Comunicação abandonaram as premissas sociológicas e deveriam se voltar a elas novamente. Acreditamos que a crítica deve ser estendida também a outra áreas, como a Ciência Política.

⁷² Antunes (2009) e Carvalho (2009) atribuem a Gaye Tuchman o uso inicial do termo enquadramento nos estudos do jornalismo, para quem as rotinas produzidas ditariam quadros específicos. Carvalho (2009, p. 7) argumenta que a autora tem uma leitura complicada de Goffman e afirma que os jornalistas “produzem significados que são mais complexos do que aqueles a que são constrangidos pelas relações institucionalizadas.”. “Se é na realidade social e em função dela que os acontecimentos se materializam, ou impactam, não é prudente tomar os enquadramentos jornalísticos como imobilizados em torno de quadros de referência imutáveis, ou sujeitos prioritariamente aos constrangimentos institucionais.” (Carvalho, 2009, p.9).

3.2.2 Onde estão, quem detém e para que os quadros são utilizados

A opção por agrupar em um mesmo tópico a “localização”, a “propriedade” e o “uso” dos quadros se dá pela relação extremamente imbricada entre as três dimensões. Nesse sentido, boa parte da literatura tem apontado que os quadros são “da mídia”, dos “movimentos sociais” ou “da interação social”. Cada perspectiva, por sua vez, assume que eles são usados como explicação para fenômenos muito distintos. Eles dialogam muito de perto, embora nem sempre explicitamente, com questões candentes da teoria social, como o debate agência x estrutura. Os quadros são produtos da agência de sujeitos específicos ou se constituem em contextos situados, determinados assim pelas estruturas sociais? A literatura aponta para uma série de respostas.

No Brasil, Mendonça e Simões (2012) organizam o que chamam de “três possibilidades de operacionalização do conceito de enquadramento”. O trabalho dos autores tem um foco bastante agudo em materiais midiáticos, embora não se encerre neles⁷³. A primeira possibilidade de realizar uma pesquisa sobre enquadramento é chamada pelos autores de “análise da situação interativa” e está preocupada com quadros de sentido presentes na interação social, bem como seu deslocamento. A segunda, “análise de conteúdo discursivo”, identifica a forma como textos midiáticos mobilizam molduras explicativas para diversos fenômenos, com atenção especial ao conteúdo jornalístico e debates sobre questões coletivas. “O foco dessa vertente de análise de enquadramento se volta, pois, para a percepção do modo como discursos enquadram o mundo, tornando acessíveis perspectivas específicas de interpretação da realidade” (Mendonça e Simões, 2012, p. 193). A terceira forma identificada, “análise de efeito estratégico”, diz dos *framing effects*, como construções pensadas para gerar determinados efeitos em pessoas ou grupos.

Cada uma das três formas acima responde diferentemente às questões que suscitamos. No primeiro e no segundo casos, os quadros organizam a realidade, eles não são propriedades de um sujeito e não são utilizados com um fim específico, surgem da, e na, relação. No terceiro caso, os quadros, na maioria das vezes, são “da mídia” ou das “elites” e têm por objetivo influenciar comportamentos e atitudes. Para os autores,

⁷³ Talvez o termo *operacionalização* não seja o mais adequado para o que os pesquisadores fazem, pois o esforço identifica premissas ou perspectivas de entendimento sobre os enquadramentos. Como veremos a seguir, a operacionalização das pesquisas está mais ligada às técnicas e métodos para “encontrar” o quadro.

acompanhados de Reese (2007), essa noção estaria mais distante da construção inicial de Goffman sobre enquadramento, para quem a interação, mesmo com assimetrias, é fundamental para a existência de um quadro.

D'Angelo (2002) também adota uma organização das abordagens, dividindo-as em três grupos: a) crítica – para quem os enquadramentos midiáticos são fonte de dominação; b) construcionista – que pensa o processo de negociação dos indivíduos com os frames e seus pontos de vista, bem como a utilização dos quadros na socialização; e c) cognitivista – cujo interesse é mais no armazenamento e ativação de quadro pelos indivíduos, especialmente ao se depararem com situações semelhantes. Essa organização também faz com que cada um dos três vieses de pesquisa atribua a utilização, a localização e a “propriedade” dos quadros a algo ou alguém.

Vreese (2005), por sua vez, fala do enquadramento como um processo constituído por dois estágios, com foco mais preciso sobre a mídia. O primeiro é o *frame building* ou a relação entre os jornalistas ou produtores da informação com diversos agentes políticos e sociais, cujos resultados se manifestam nos textos. O segundo, *frame setting*, como a relação da audiência, as consequências individuais e sociais da exposição a certos quadros, tais como ações coletivas, produção de decisões e socialização política. Na mesma trilha, Vliegenthart e van Zoonen (2011) também sinalizam a existência de três processos: o *frame building* (construção do quadro), o *frame* (sua materialização) e o *frame effects* (o poder de influência⁷⁴). Para tais autores, a captura dos sentidos do enquadramento só é possível a partir de uma análise multi-nível.

Na literatura sobre movimentos sociais, a compreensão de enquadramento assume outro caminho. Snow e Benford (1986) tratam os quadros como elementos de mobilização e um recurso simbólico para que sujeitos coletivos construam suas reivindicações e atinjam seus objetivos. Os autores não se concentram apenas no processo de construção do enquadramento, mas em sua expansão, reconfiguração (*re-frame*) e mudança, além da “batalha” de diferentes quadros (*frame contest*). Nessa perspectiva, existem quadros de “propriedade” dos movimentos e os da “mídia” e o embate se dá pela diferença entre os dois. No Brasil, Prudêncio (2014), tem se dedicado à aplicação empírica dessa compreensão.

⁷⁴ Um exemplo da vastidão da literatura e das diferentes organizações pode ser vista em tal texto, no qual os autores tomam Gamson (2011) como exemplo de *frame effects*, bastante distinta da compreensão de Mendonça e Simões (2012) sobre o trabalho do autor.

3.2.3 Como os quadros são encontrados

A última questão que identificamos como presente na literatura diz da forma de “encontrar” os enquadramentos ou dos procedimentos metodológicos utilizados nos diferentes estudos. A operacionalização é uma preocupação forte, dadas as críticas sofridas por Goffman de que sua ideia tinha pouca potência de generalização e operacionalidade empírica para além de contextos situados (Vliegthart e van Zoonen, 2011).

Entman (1993) possui a definição mais utilizada acerca de como quadros se materializam e podem ser encontrados. O autor propõe olhar para a estruturação dos enquadramentos a partir de quatro elementos. Para ele, quadros (a) definem problemas, (b) identificam as causas desses problemas, (c) oferecem alternativas ou tratamentos e (d) apresentam julgamentos morais. Van Gorp (2007) também aposta em estruturas que constroem quadros, como “dispositivos de enquadramento” (expressões, palavras, metáforas), “o raciocínio latente” (as razões apresentadas sobre um determinado assunto) e o “fenômeno cultural que o circunscreve” (as questões públicas a que os quadros fazem referência).

Mathes e Kohring (2008) falam de cinco abordagens operacionais nos estudos sobre enquadramentos:

a) abordagem hermenêutica: realizada geralmente em pequenas amostras de pesquisa qualitativa, busca-se identificar a relação com o contexto sociocultural. O perigo nessa abordagem é o pesquisador influenciar demais a captura, de forma consciente ou inconsciente.

b) abordagem linguística: atenta para a seleção, localização e estrutura das palavras em um determinado texto. Tenta clarificar o processo, feito similarmente à abordagem anterior, mas observando o conjunto de palavras, identificando assim o que compõe um frame. Embora exaustivo, não responde como esses elementos se juntam para a construção de um quadro, dado que as palavras assumem significados diferentes, a depender do contexto.

c) abordagem holística manual: olha para parte do material analisado, extrai os quadros e retorna posteriormente com um *codebook* manual.

d) abordagem assistida por computador: identifica os frames como manifestados por palavras específicas, que podem ocorrer juntas em alguns textos, mas

não em outros. Tal abordagem pode ser refinada por um programador humano ou completamente automatizada.

e) abordagem dedutiva: trabalha com quadros já estabelecidos e define *master frames* antes de iniciar a análise, atentando para a ocorrência de novos no decorrer da pesquisa.

Dependendo do entendimento anterior de para que servem os quadros e quem os detém, as pesquisas podem ser encaminhadas para ler os enquadramentos como variáveis dependentes ou independentes. Podem, ainda, apontar quadros gerais ou quadros específicos – a dificuldade destes últimos é a de comparabilidade e generalização, já que acabam “gerando um conjunto único de quadros para cada estudo” (Vreese, 2005, p. 55).

De acordo com Mathes e Kohring (2000), a maior parte dos métodos empregados tem problemas quanto à confiabilidade e validade⁷⁵. Um trabalho de fôlego no Brasil que tenta tornar bastante objetiva a identificação de quadros, a fim de romper as abstrações e fragilidades de operacionalização empírica é o de Campos (2013). O autor utiliza a análise de correspondência múltipla para agrupar os argumentos presentes no debate midiático nacional sobre ações afirmativas raciais. Vimeiro (2010) também já havia oferecido uma alternativa a partir de análise de *clusters*, com decomposição de diferentes elementos (exemplos, slogans, termos, atores, subtópicos, rubrica, causas, soluções e julgamentos morais) que compõem os enquadramentos, a fim de entender a trajetória pública da temática da deficiência em jornais e revistas brasileiras⁷⁶.

3.2.4 Afirmando escolhas e procedimentos

Essa breve revisão da literatura tentou apontar os caminhos pelos quais a análise de enquadramento tem sido desenvolvida e também se faz importante para dar

⁷⁵ Tentando sanar esses problemas, os autores propõem a identificação dos frames por clusters, codificando um quadro não necessariamente por palavra, mas por elementos distintos que agrupados formam um padrão interpretativo.

⁷⁶ Sobre o trabalho de Vimeiro (2010), endossamos a crítica de Mendonça e Simões (2012, p.199): “Quando se presta atenção aos tipos de categorias produzidas [pela pesquisadora], nota-se que os enquadramentos encontrados não apenas se sobrepõem, mas que os feixes produzidos trabalham os sub-elementos de maneiras variadas. Tanto que a maioria dos grupos não envolve todos os elementos apontados pela pesquisadora como importantes na composição de um frame. Nesse sentido, os enquadramentos encontrados configuram-se mais como grupos de notícias”. No caso de Campos (2013), parece-nos que o autor chama de enquadramentos os próprios argumentos sobre seu tema de pesquisa.

conta da nossa inserção neles, dado que mobilizaremos a análise de enquadramento para entender a narrativa sobre o movimento feminista nos jornais e as formas de enquadramento da mídia pelas feministas. Compartilhamos as premissas goffmanianas sobre a estruturação interacional dos quadros de sentido, incluindo os midiáticos, e entendemos que:

A) Os quadros são princípios de organização. São uma forma de “empacotar” fenômenos sociais, não para retirar-lhes sua complexidade ou reduzi-los estrategicamente com fins para dominação, mas sim para construir noções sociais inteligíveis tanto para quem “recebe” a informação, quanto para quem a constrói. Basicamente, não há relação social ou comunicação sem a construção de pacotes interpretativos: são eles que guiam as nossas ações mais ordinárias aos contextos mais específicos de interação.

B) Os quadros, em nossa compreensão, não possuem apenas fins estratégicos. E, mesmo que assim sejam utilizados, não se constroem descolados dos contextos sócio históricos. Dado que são produtos relacionais, não são construídos apenas para produzir efeitos específicos e nem assim poderiam, pois acionam sentidos distintos a depender de seu contexto. Embora seja muito comum e desejável que, principalmente, grupos que atuam em defesa de direitos de minorias construam seus quadros de sentidos a fim de modificar uma determinada realidade, nossa compreensão é que esse uso estratégico nunca é feito em uma folha em branco: ele dialoga com premissas, com valores, situações que os modificam e são modificados por eles.

C) Os quadros não são propriedades privadas de sujeitos, sejam eles individuais, coletivos ou institucionais. Eles não pertencem à mídia, a seus profissionais ou aos movimentos sociais. Não estão em um lugar específico; manifestam-se a depender da interação.

D) Responder a como os quadros são encontrados nos faz evocar a discussão que abriu este capítulo. A preocupação em extrair os quadros de forma neutra, objetiva, científica, replicável, comparável – premissas tensionadas pela epistemologia feminista - atravessa grande parte dos textos mobilizados aqui. Campos (2014, p. 378) afirma que os parâmetros para identificação dos quadros aparecem muitas vezes “arbitrários” e

“não raro, expressam mais a forma como um investigador “enquadra” uma temática do que o modo como os atores estudados o fazem”, preocupação acompanhada por Mathes e Kohring (2008). Contudo, de posse das discussões da epistemologia feminista entendemos que não é possível utilizar a “voz invisível” do pesquisador e apostar em uma análise que descole a pesquisa da prática política feminista.

É nesse sentido que, para entender a relação entre feminismo e mídia, apostaremos em uma análise dos enquadramentos midiáticos a partir da literatura feminista, especialmente sobre público x privado e sujeito. Essas guias também nos auxiliarão na interpretação das entrevistas realizadas. Dessa forma, trabalharemos com a ideia de identificar quadros relevantes dentro que chamamos de *master frames crítico-feministas*, isto é, compreensões ampliadas dispostas nas matérias coletadas sobre feminismo e nas entrevistas, a partir das linhas-guias da teoria mobilizadas no Capítulo 1.

Master frames são quadros de sentido alargados que podem ser mobilizados por diferentes atores (Benford, 2013; Snow e Benford, 1992). A construção do conceito está ligada à literatura de movimentos sociais, em especial as de teoria do processo político. É uma forma de explicar que, embora os movimentos tenham seus quadros específicos, algumas reivindicações, segundo esses autores, podem ser entendidas como universais, como se atravessassem todas as lutas sociais. Um exemplo clássico dessa literatura são as mobilizações em torno de quadros-mestre de “justiça e injustiça”. Movimentos sociais utilizam em seus processos de contestação discursiva pública esses grandes quadros para se opor às narrativas das elites sobre processos políticos em disputa. De acordo com Snow e Benford (1992, p. 138),

Os quadros principais são genéricos (...) Assim concebidos, os quadros principais podem ser interpretados como funcionando de uma maneira análoga aos códigos linguísticos, na medida em que fornecem uma gramática que pontua e sintaticamente conecta padrões ou acontecimentos no mundo⁷⁷.

Os autores compreendem os frames como esquemas interpretativos que colaboram para condensar o “mundo lá fora”, dando sequência e compreensão aos acontecimentos presentes ou passados (Snow e Benford, 1992, p. 137). Master frames, por sua vez, funcionam em maior escala, como se colaborassem para inteligibilidade mais generalizada das demandas disponíveis em lutas públicas.

⁷⁷ No original: Master frames are generic (...) So conceived, master frames can be construed as functioning in a manner analogous to linguistic codes in that they provide a grammar that punctuates and syntactically connects patterns or happenings in the world.

Embora a ideia de uma gramática comum que englobe reivindicações de movimentos sociais seja bastante interessante, não é possível deixar de pontuar que os termos em que a própria teoria dos movimentos sociais e as ideias tidas como esses quadros-macro também estão inscritas em um processo hierárquico de vivência de mulheres e homens. É a partir de toda a discussão que trouxemos da política contestada pelas ideias feministas, pela saída da ideia abstrata de sujeito, da crítica à divisão liberal organizadora das relações de público e privado, bem como da entrada de novos assuntos como problemas pesquisáveis nesse seio disciplinar, que entendemos que é possível pensar em *master frames de crítica feminista* para analisar os meios de comunicação e a relação das feministas com eles.

Assim, trazemos a ideia de observar quais *master frames* estiveram disponíveis nos três períodos temporais analisados, relativos às ondas do movimento feminista, para entender a narrativa pública do movimento e, em seguida, o processo de negociação de sentidos feito pelas ativistas. A ideia dos *master frames feministas* se inspira na discussão teórica acerca das relações de público e privado e sujeito do Cap 1. O interesse não é olhar somente o ângulo construído sobre um determinado assunto, mas qual o quadro específico que pode ser identificado nos textos, a partir dessas discussões teóricas. É uma forma de apontar que enquadramentos midiáticos não são construídos de forma dissociada das desigualdades de gênero que estruturam as sociedades, as rotinas produtivas midiáticas, a própria comunicação ordinária, mas se inscrevem junto delas. É também uma aposta de que a análise de enquadramento com o viés feminista pode colaborar para elucidar de forma mais clara eixos discursivos onde essas desigualdades são ratificadas.

O processo de análise qualitativa se construiu da seguinte forma:

- 1) Partimos do entendimento de que a conformação do *sujeito do feminismo* e a relação *público x privado* podem ser entendidas como dois *master frames feministas*. Como vimos no Capítulo 1, ambas as discussões mobilizam de forma vigorosa a teoria e se colocam na prática ativista. Entendemos que tais noções servem para ler como a mídia enquadra o movimento e como o movimento enquadra a mídia.
- 2) A partir dessa ideia, após a coleta de todas as páginas sorteadas na amostra, construímos um banco de dados para cada onda. Além dos dados já citados

na tabela anterior, sobre data, título, presença de fontes, identificamos os temas principais de cada texto, a fim de ter um retrato das temáticas mais proeminentes em cada onda. Em seguida, identificamos se a notícia, reportagem ou artigo abrigava:

- a) Compreensões sobre o sujeito: se descrevia as feministas, os termos dessa descrição, se apresentavam discursos antifeministas, quais mulheres e/ou organizações apareciam.
 - b) Compreensões sobre público e privado: nos textos em que era possível observar a relação entre as esferas, anotávamos como essas relações se davam, quais os termos utilizados e os argumentos sobre ocupação de espaços e vivência de comportamentos ligados aos dois âmbitos. A ideia de mapear essa relação se mostrou bastante difícil empiricamente, primeiro por que não trabalhamos com uma temática específica por onda (a exemplo de Dutra, 2014), mas com as matérias sobre o ativismo em si. Em segundo lugar, essas dimensões não aparecem de forma tão explícita quanto a discussão de sujeito. Essa busca está inspirada na proposta de Van Gorp (2007), dado que temos a) um fenômeno cultural a ser analisado (a atuação do movimento feminista ao longo do tempo; b) raciocínios latentes (em que se constroem visões sobre esse ativismo); c) dispositivos de enquadramento (visíveis em termos qualificadores positivos ou negativos tanto do sujeito – sufragistas, feministas acadêmicas, ‘feminazis’ –; como das relações entre público e privado - política/cuidado com os filhos, trabalho/casa etc.
- 3) Após a finalização da leitura do conjunto de notícias por onda, voltávamos às anotações sobre *sujeito e público x privado* percebendo como as notícias se aproximavam ou não, quais ângulos se mostravam ressaltados nessa cobertura. Indicamos com um mesmo número as que apresentavam compreensões semelhantes e depois construímos um novo banco juntando essas aproximadas. Ao final, relemos todas aquelas que nos indicavam ter compreensões similares sobre *sujeito e público e privado* e adicionamos um “rótulo” que conseguisse descrever os enquadramentos encontrados.

Optamos pela não utilização de um software estatístico para a composição dos enquadramentos, pois todas as matérias estavam como imagens, impossibilitando a extração dos textos para a construção de nuvens de palavras ou estatísticas de recorrência de termos. Caso optássemos por esse caminho, precisaríamos transcrever por completo todo o extenso corpus de textos analisados. Para além disso, entendemos que embora a presença recorrente de palavras ou expressões seja importante para a compreensão de um enquadramento, ele não é construído pela simples justaposição de termos. Para entender essas molduras interpretativas, com os dados que tínhamos disponíveis, esse tratamento qualitativo, manual, se mostrou como a principal forma de análise.

- 4) Por fim, a ideia de *sujeito e público x privado* também guia nossa análise das respostas das mulheres feministas de diferentes gerações sobre mídia. Foram realizadas 12 entrevistas com ativistas de organizações surgidas entre 1970 e 2010, a partir de uma listagem oficial do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e com o método bola de neve, solicitando que as entrevistadas indicassem outras. Mulheres negras, transfeministas, profissionais de ONGs voltadas para os direitos das mulheres, ativistas 2.0 são algumas das diferentes correntes do feminismo que compõem o corpus de entrevistadas, com movimentos que iniciam nos anos de 1970 e se estendem até os dias atuais. O processo de análise das entrevistas se deu de forma similar, apontando pontos de confluência e distanciamento das respondentes sobre as questões colocadas.

Os capítulos a seguir, com nossos achados empíricos, aprofundam e tornam mais clara essas definições.

CAPÍTULO 4 – O FEMINISMO NO JORNALISMO (1921 – 2016)

Este capítulo apresenta nossos achados acerca de uma das faces da relação entre feminismo e mídia no Brasil: a cobertura jornalística sobre o movimento. Analisar uma amostra de quase cem anos de material jornalístico não é uma tarefa difícil apenas pelo volume de textos. A pesquisa que se coloca expandida no tempo encontra nele tanto seus achados mais interessantes – permanências e mudanças pouco imaginadas – quanto os desafios de lidar com a História, pano de fundo do ativismo feminista e do desenvolvimento do jornalismo, o qual também atravessa diferentes fases.

A investigação aqui apresentada é profundamente marcada pelas dinâmicas do tempo e, por isso, a análise das ondas do feminismo no material midiático é antecedida por uma breve contextualização do Brasil desses anos. Cada uma das ondas é apresentada em um tópico específico, que contém a dimensão histórica do país e do jornalismo, bem como do que era o ativismo feminista em cada período, segundo a historiografia do movimento. Em seguida, construímos um panorama geral do que tratavam as notícias, com fontes e assuntos recorrentes; para então apresentarmos a análise detida sobre o *sujeito* e sobre a relação *público x privado*.

É importante ressaltar novamente que não estamos trabalhando com a análise das temáticas relacionadas ao movimento feminista ao longo do tempo. Não se trata de uma análise longitudinal sobre uma questão específica, como já fizemos em outro trabalho, por exemplo, com cobertura acerca da Lei Maria da Penha (Sarmiento, 2013). Não é, assim, uma pesquisa sobre representação política de mulheres, sobre violência ou sobre cuidado nas diferentes ondas. Essas questões aparecem quando o movimento e suas ativistas são citados no texto, dadas as palavras-chave selecionadas para o trabalho. Dessa forma, embora apresentemos como as temáticas aparecem, é a visibilidade do movimento a ideia central.

Das sufragistas às ativistas 2.0, o feminismo foi notícia de diferentes formas. O primeiro achado desta pesquisa talvez seja esse: o movimento não esteve invisível, tampouco saiu de cena nesses 95 anos. O que resta apresentar são as *ondas* dessa cobertura: um vaivém de enaltecimento e descrédito das conquistas oriundas da militância organizada das mulheres.

4.1 “QUEM TEM MEDO DE MULHER VOTADEIRA?” - A PRIMEIRA ONDA DO FEMINISMO NO JORNAL (1921 A 1959)

Mulher ministra...mulher dando audiencia, mulher recebendo pistolão de politicos, mulher resolvendo negocios de Estado, emfim, mulher...positivamente suspeita, porque quando ella chega à perfeição de governar povos, certamente é bem capaz de não ser mulher (Sem título, Folha da Manhã, 11/06/1929, Caderno Único, p.2⁷⁸).

A primeira fase de nossa análise começa com os anos de 1920, mais precisamente com 1921 quando surge a Folha da Noite, precursora da Folha de São Paulo. A participação eleitoral e os direitos políticos das mulheres são o foco da primeira onda, sobretudo na década de 1920 (Pinto, 2003; Costa, 2005). Sem desconsiderar toda a movimentação de mulheres ainda no século XIX, são apontadas várias iniciativas individuais de participação, como as daquelas que, na brecha da Constituição de 1891, requereram alistamento eleitoral, dado que não havia clara proibição do voto das mulheres, sugerindo o que Pinto (2003, p. 16) entende como “evidência de uma natural exclusão da mulher, que para tanto não necessitava ser nem mesmo mencionada”.

Em 1910, foi fundado, por Leolinda Daltro e Gilka Machado, o Partido Republicano Feminino (PRF), como um protesto pela negação do direito ao voto às mulheres pela constituinte anterior. Dezenas de mulheres, subversivas aos padrões daqueles anos, saíram às ruas para dar visibilidade à causa (Pinto, 2003). A organização de maior visibilidade na luta pelos direitos políticos foi criada alguns anos depois que o PRF já havia desaparecido. É em 1922, com o I Congresso Internacional Feminista no Rio de Janeiro, organizado por Bertha Lutz, mulher da elite econômica e intelectual, que surge a Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF). Dez anos depois, com o Código Eleitoral de 1932, as mulheres brasileiras passaram a ter direito ao voto. O Equador havia sido o primeiro país da região a estabelecer a conquista, em 1929 (Costa, 2005). Alguns anos antes, em 1927, no Rio Grande do Norte, foi sancionada a primeira lei pelo voto feminino, pela articulação de Juvenal Lamartine, sendo Celina Guimarães a eleitora pioneira.

A luta das mulheres no início do século XX não pode ser restrita apenas a esses acontecimentos e, sobretudo, a essas atrizes. No entanto, é importante ressaltar como

⁷⁸ Todos os textos do jornal foram transcritos fidedignamente.

marcaram a construção dos primórdios de um feminismo mais organizado. A dimensão (de ausências) de classe, e assim de raça, é fundamental para entender as pautas.

(...) se a luta das mulheres cultas e das classes dominantes se estruturava a partir da luta pelo voto, não era tão-somente porque esta se colocava como a luta do movimento nos países centrais, mas também porque encontrava respaldo entre os membros dessa elite e conseguia respeitabilidade até na conservadora classe política brasileira. Era, portanto, um feminismo bem-comportado, na medida em que agia no limite da pressão intraclasse, não buscando agregar nenhum tipo de tema que pudesse pôr em xeque as bases das organizações das relações patriarcais (Pinto, 2003, p. 26).

Um feminismo “mal-comportado”, nos termos de Pinto (2003, p. 37), teve expressão com inspirações anarquistas, em que a exploração das mulheres nas fábricas era o foco principal. Distanciando-se das sufragistas, mulheres como Maria Lacerda de Moura não acreditavam que “a emancipação da mulher se resumisse em tão pouco”. Em ambas as lutas, a imprensa feminista teve um papel fundamental para a exposição de argumentos de atrizes alijadas da discussão política.

“A partir da conquista do direito de voto, o movimento feminista entra em um processo de desarticulação na grande maioria dos países latino-americanos, acompanhando a tendência ocorrida nos Estados Unidos e Europa” (Costa, 2005, p. 12), além disso, com o Estado Novo, as organizações políticas no Brasil, incluindo as de mulheres, tiveram suas possibilidades de ação limitadas, e o movimento volta com força a partir da década de 1960 (Pinto, 2003).

Embora a primeira fase do feminismo brasileiro seja muito identificada e delimitada com o estabelecimento do voto de mulheres em 1932, e com sua incorporação à Constituição de 1934, entendemos que, devido à diferença das pautas que surgirão a partir de 60, era necessário expandir o recorte temporal da primeira fase até o final dos anos 50.

No contexto histórico-político mais ampliado, é preciso lembrar que se tratava do início da República Velha, ou Primeira República, marcado pela crescente urbanização e industrialização de um Brasil que experimentava a modernização depois da abolição da escravatura. Neste início do século, ainda vigorava a Constituição de 1891, com direito de voto aos homens adultos que sabiam ler e escrever. O processo político era marcado fortemente pelo conhecido “voto de cabresto” (Leal, 1976), os coronéis do recém-falecido Império transformaram o poder militar em político, e “coronelismo passou a significar um complexo sistema de negociação entre esses chefes

locais e os governadores dos Estados, e destes com o presidente da República” (Schwarcz e Starling, 2015, p. 322).

O mundo do trabalho, que empregou maciçamente a mão de obra imigrante, além de mulheres e crianças, via surgir o movimento operário e suas muitas greves, cerca de 400, entre os anos de 1900 a 1920 (Schwarcz e Starling, 2015). Na cultura, o modernismo brasileiro trouxe as discussões sobre valorização do país nas artes e a crítica às importações europeias, com a histórica Semana de 1922.

O ano de 1930 é o marco de um processo de crítica e dissidência dentro das oligarquias nacionais, especialmente ligadas à exportação cafeeira. A discordância entre a burguesia mineira e paulista sobre o candidato que disputaria a presidência daquele ano fez com que a burguesia de Minas, Paraíba e do Rio Grande do Sul, com apoio militar, construísse um movimento de revolta e depusesse o então presidente Washington Luís. Getúlio Vargas assume o Brasil naquele ano e o governa até 1945⁷⁹, final da Segunda Guerra Mundial, atravessando o contexto internacional de ascensão e queda do nazi-fascismo. A Era Vargas é definida por períodos distintos; depois de empossado, o presidente foi pressionado para abertura de um processo constituinte, com uma nova Carta Magna construída em 1934.

A partir de 1937, Vargas instituiu o Estado Novo, um regime ditatorial criado sob o pretexto de defender o país de uma ameaça comunista. Censura e centralização política foram acompanhadas também de medidas de modernização, como a Consolidação das Leis Trabalhistas e a criação de grandes estatais como Vale do Rio Doce e a Companhia Siderúrgica Nacional. O então presidente foi deposto em 1945 pelo Exército. Ele voltaria, pelas urnas, em 1951, cometendo suicídio em 1954 após intensas pressões políticas, especialmente com as críticas de fechamento do Estado para o capital estrangeiro (Abreu, 1999; D’Araújo, 1999). Nessa época, Gomes (2002) sustenta a solidificação no Brasil do *trabalhismo*, como uma face da cultura política que traz a valorização do trabalho e do trabalhador como centrais para prática política, fenômeno que será definidor dos arranjos construídos pelos partidos políticos simultâneos e posteriores ao varguismo, em especial no desenvolvimento do corporativismo no país.

⁷⁹ “A primeira República estava encerrada, e a Revolução de 1930, como a rebelião ficou conhecida, tornou-se um marco decisivo para os historiadores – menos pelo movimento em si e mais pelos resultados que produziu, nos anos seguintes, na economia, na política, na sociedade e na cultura, os quais transformaram radicalmente a história do país”. (Schwarcz; Starling, 2015, p. 361)

A década de 1950 no Brasil é marcada pelo investimento em áreas como infraestrutura e indústria, com abertura para as multinacionais no país e uma política de migração de áreas como nordeste. A construção da capital federal, Brasília, é um marco dessa década (Benevides, 1991). É também quando chega a televisão ao país, contribuindo para mudanças no consumo e comportamento.

Trabalhar com essas décadas para análise de notícias implica ainda a necessidade de fazer uma contextualização de como era o jornalismo brasileiro, radicalmente diferente dos marcos temporais posteriores no que concerne à forma e à linguagem. Ao mergulhar no primeiro conjunto de notícias, veio o estranhamento e a dificuldade de entender o que eram matérias jornalísticas, a partir de alguns princípios aprendidos desde a faculdade – objetividade, neutralidade, impessoalidade (Traquina, 2001; Tuchman, 1973) – e o que se configuravam como artigos de opinião ou crônicas literárias. O texto do início do século XX provocava a pesquisadora para ser entendido em seu momento histórico.

De acordo com Barbosa⁸⁰, o processo de modernização da imprensa nacional inicia timidamente na passagem do Império para a República, mas só atinge seu ápice, conforme a maioria das narrativas, nos anos de 1950. Entre o início do período republicano e a era Kubitschek, Holfeldt e Valles (2008) afirmam que o jornalismo passa por sua segunda fase, depois da era dos jornais de caráter mais panfletário: começa o processo de consolidação da atividade informativa com um claro fim mercantil. Contudo, como sustenta Barbosa (s/d, p.9), dadas as poucas receitas advindas das vendas individuais e de assinaturas, com a publicidade ainda no início, “esses jornais têm nas relações com a sociedade política, através dos recursos aos favores e favorecimentos, a possibilidade mais vantajosa de aferir lucros”.

Sobre o estilo, nas primeiras décadas do século XX, a linguagem utilizada era bastante distinta, especialmente pelo rebuscamento excessivo do texto ou por extrema pessoalidade de quem o escrevia. “Exaltava-se o estilo empolado dos discursos de Rui Barbosa” e o estilo dominante era tão pedante que as matérias seriam hoje praticamente incompreensíveis (Lage, 2000 apud Caprino, 2002, p.99)”. Mas começava-se a tentativa de isolar os textos opinativos dos informativos, a introduzir a entrevista e a reportagem

⁸⁰ O extenso texto de Marialva Barbosa integra uma seção do projeto *Memória do Jornalismo Brasileiro*, da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro e está disponível no link: http://memoriadojornalismo.com.br/upload/imagem_0140603053047.pdf. Acesso em 16.11.15.

como gêneros, a publicação de fotos ao lado dos textos a fim de dar veracidade aos fatos e a distinção entre informação e entretenimento (Barbosa, s/d).

As mudanças só se concretizam nos anos 50, quando importações do jornalismo norte-americano como *lead*, manual de redação (*stylebook*) e a figura do *copy desk* (revisor e redator responsável em uniformizar os textos) tomaram as redações. O texto foi um dos principais focos. Saía de cena o texto “caricaturado” e panfletário, tão marcado pelo *nariz de cera*, para a entrada do modelo dito mais objetivo. Como pontua Albuquerque (2010, p.108)⁸¹, “o processo de seleção e treinamento dos novos jornalistas também enfatizou primordialmente a aquisição de habilidades textuais, em detrimento das outras, como aquelas ligadas à coleta de informações”. Ficará perceptível ao leitor e à leitora a diferença do material com as demais fases.

Para essa passagem dos anos 1920 aos 50, foram coletadas, de acordo com o cálculo amostral apresentado no capítulo anterior, **123** páginas de periódicos, que possuíam o mesmo número de textos; isto é, cada página continha apenas uma matéria. Desses 123 textos, optamos por excluir da leitura os ficcionais, notas em colunas sociais, horóscopo⁸² e aqueles ilegíveis pelas condições de digitalização, trabalhando com **103** textos informativos e/ou opinativos. Esse total está distribuído entre a Folha da Manhã (66,02%) e Folha da Noite (33,98%), com 41,58% de notícias nacionais, 34,65% de textos internacionais, 21,78% de artigos de opinião e o restante, com pouca expressividade, de reportagens e perfis.

A divisão por cadernos, tal como atualmente, ainda não ocorria, estando os textos localizados em um caderno único, numerado sequencialmente. Em meados dos anos 1920, algumas matérias da amostra aparecem em seções chamadas no alto da página de “Página da Mulher” e “Femeninas”. A capa dos periódicos, por sua vez, não

⁸¹ Na perspectiva de Albuquerque (2010), é importante olhar criticamente para essa narrativa evolucionista de melhoria nas condições do ofício e profissionalização do jornalismo. Para o autor, ocorreu uma “modernização autoritária”, analogia próxima às reformas estatais que pensam as sociedades como atrasadas e impõem formas autoritárias de diminuir a distância com o que é considerado adequado. De acordo com pesquisador, o “mito de modernização do jornalismo brasileiro” se apoia na crítica profunda ao passado, insistindo na “precariedade técnica dos jornalistas” (Albuquerque, 2008, p. 98), na ênfase nas figuras pessoais que operaram as reformas, como Pompeu de Sousa, e nas normas citadas acima, com ênfase no treinamento de novos jornalistas sem os *vícios de origem* da profissão e cada vez mais ligados a uma área disciplinar de formação nas universidades.

⁸² Conforme pontuado pela banca examinadora, é interessante, em outro momento, voltar-nos a esses textos para futuras reflexões, dado que têm presença marcante em todo o corpus. Exemplo: “Mês de maio, horóscopo das Mulheres - As mulheres nascidas no mês de maio, quando não são muito espertas, em geral, são ingênuas e simples, quando não cretinas de todo (...) Só depois de 15 anos de casadas é que começarão a ter idéias feministas - 11/05/1946, Folha da Manhã, p. 3.

era apenas um lugar de chamadas, mas da publicação integral de notícias, de onde foram coletadas 17 delas.

A identificação das fontes ouvidas com maior recorrência em tais anos foi das tarefas mais difíceis, dado o estilo do jornalismo de outrora. Era pouco claro quando havia algum tipo de apuração, com escuta de sujeitos, ou quando se tratava de um relato pessoalizado do autor – no masculino, de fato. Das matérias que permitiam essa identificação, as organizações feministas aparecem como as fontes mais acionadas (28,21%), seguidas de representantes do legislativo (12,82%). A verticalização do movimento daqueles anos é bastante evidente na centralização excessiva em certas personagens. Em quase metade das aparições de organizações feministas, a voz mobilizada é de Bertha Lutz, então presidente da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, definida como “a verdadeira feminista”, “orientadora do momento feminista nacional”⁸³, o que corrobora os estudos sobre o movimento feminista na imprensa e a personalização do movimento (Huddy, 1997).

E o que dizem os jornais sobre o feminismo na primeira metade do século XX?

Tabela 3: Temas/assuntos mais recorrentes na primeira onda

Temas/assuntos	%
Voto feminino	29%
Ativismo feminista para além do voto	28%
Trabalho fora do lar	12%
Comportamento	7%

Fonte: Elaboração própria.

Grande parte das notícias e textos opinativos está relacionada ao sufrágio feminino no país ou em outras partes do mundo. Foi a repercussão da luta das mulheres para exercerem direitos políticos que deu a tônica do período, com 29% dos textos desse corpus. Pelos jornais, sabemos que, em 1928, a goianense Benedicta Chaves Ruriz recebeu voto contrário ao seu recurso na “Junta de Recursos Eleitoraes, que mandou excluir a alistada por não haver a lei permitido o alistamento eleitoral feminino”⁸⁴, bem como da movimentação pelo sufrágio ao redor do mundo, com os textos “O feminismo na Argentina - Quatrocentas mulheres queriam falar á força com o presidente”⁸⁵, “O

⁸³ Panorama mundial do feminismo, Folha da Noite, 18/09/1931, Capa/ Movimento feminista nacional, Folha da Noite, 28/12/1929, Caderno Único, p.2.

⁸⁴ Feminismo em Goyaz, Folha da Manhã, 08/12/1928, Caderno Único, p. 14.

⁸⁵ 14/06/1929, Folha da Manhã, p.11.

feminismo na Turquia - Direito de voto a's mulheres maiores de 18 annos”⁸⁶, no México⁸⁷ e sobre os embates discursivos suscitados já pela vivência do direito ao voto pelas mulheres estadunidenses⁸⁸.

No cenário nacional, a organização mais famosa do período, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, recebe bastante atenção. As articulações de Bertha Lutz com os políticos da época e as pautas defendidas pelas feministas sufragistas brasileiras são tematizadas de forma ambivalente: ora com respeito e apoio e em outros momentos com desdém e ironia.

Cerca de 28% dos textos tratavam de feitos do próprio ativismo feminista para além das questões do sufrágio, especialmente de eventos e discussões que se processavam à época. Por conta das palavras-chave, em todas as ondas haverá um grande número de matérias em que o ativismo é o tema em si mesmo. Nesse tópico destacam-se notícias sobre atividades que as feministas desempenhavam no país e no mundo, dado o grande número de textos internacionais.

RIO, 28 (A.B.) - Realizar-se hoje, sabbado, a ultima palestra da série organizada pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, orientadora do movimento feminista nacional. Terá lugar no Radio Club do Brasil, de 21 horas e 10, sendo oradora a presidente da Federação, sra. Bertha Lutz, que encerrará a série falando sobre o seguinte thema: "A mulher Deusa ou rival?" (Movimento feminista nacional, Folha da Noite, 28/12/1929, Caderno Único, p.2)

O trabalho feminino, com as mulheres – brancas – passando a ocupar postos de trabalho fora dos lares, corresponde ao tema de 12% dos textos, seguido de 7% de material sobre comportamento. Em ambas as temáticas, notou-se como as notícias trouxeram à tona a experiência de pioneiras em assumir cargos ou em expressar publicamente novos padrões de aparência ou costumes.

As “primeiras mulheres” eram o extraordinário na dinâmica social da época e alvo de cobertura jornalística. Do corpus deste período, 11 matérias, nacionais ou internacionais, trouxeram essas pioneiras. Em um texto sobre a nomeação de uma engenheira, o empenho e competência da mulher específica são tratados ao lado de seu ativismo. A conquista pessoal a partir da nomeação dela, “feminista convicta”, é uma conquista do movimento, diz o jornal. Percebe-se novamente a forte relação do movimento com figuras ou personalidades específicas e o claro recorte de classe.

⁸⁶ 29/03/1929, Folha da Manhã, p.2.

⁸⁷ No parlamento mexicano”, Folha da Manhã, 28/02/1928, p. 4.

⁸⁸ O voto das mulheres nos Estados Unidos”, Folha da Manhã, 25/03/1928, A página da mulher, p. 12.

RIO, 14 (A) - Acaba de ser nomeada, pelo sr. prefeito do Distrito Federal, para o cargo de auxiliar tecnico da Diretoria de Obras da Prefeitura, a dra. Carmen Velasco Portinho, jovem engenheira civil, formada pela Escola Polytechnica do Rio de Janeiro (...) A dra. Carmen Velasco, além de talentosa engenheira, é feminista convicta, faz parte da diretoria da Frente Brasileira pelo Progresso Feminino. **Está pois o movimento feminista de parabéns.** (O feminismo triumpha - Nomeação da Dra. Carmen V. Portinho para um cargo na prefeitura carioca, Folha da Manhã, 15/04/1928, p. 4, grifos nossos).

Para além da movimentação política e do mundo do trabalho, os textos tematizam ainda as mudanças provocadas pelo feminismo, lendo o movimento à luz dos hábitos da época, especialmente ligados à socialização feminina. Problematizações conservadoras atingiram, em artigos de opinião, até o corte curto para os cabelos das mulheres: que chegam assim a “até se parecerem com simples marmanjos”⁸⁹. Essa perturbadora agitação encarnada nas sufragistas, mas para além delas, é o início de um movimento que deslocará padrões de comportamento, costumes e a própria forma de pensar a política nos anos posteriores. “Que tempo é este!”, exclamava um articulista da década 20, no trecho a seguir, “assustado” com aquelas mudanças.

Era um tempo de precedentes.

Mecês viram aquella madama no Rio que, trepada num volante de automovel, parecia um Juquery matando gente, esfolando o proximo e derrubando arvore? (...) Deus de misericordia! Que tempo este, minha Nossa Senhora! Mulher mettida em acelerador de automoveis, mulher enfiada em macharré de radiador, mulher encarapitada em direcção do vehiculo mais tragico do mundo! Está tudo perdido...Não há mais salvação para este ambiente de feminismo desabusado, e vae tudo raso desta vez. Oh diabo de tonta! O teu lugar é em casa, cortando unha de filhos se os tiver, ou lavando pratos do almoço, que isso não póde deixar de haver! (...) A vida assim vae mal. Dentro de pouco tempo teremos mulher soldado de policia, mulher grillo, mulher cavação, mulher pirata e outras indumentarias proprias até aqui do sexo barbado! (...) Vão ver que esse diabo é mulher-homem, pois só o bicho masculino é capaz de tanta perversidade. (Sem título, 25/07/1928, Folha da Manhã, Caderno Único, p. 4).

Os excertos apresentados até aqui já sinalizam a forma com que foram delineadas nos textos da primeira onda a questão do sujeito do feminismo e as *dimensões de público e privado* implicadas nesses acontecimentos. É para a análise detida dos *frames* sobre tais dimensões que passaremos a seguir.

⁸⁹ Mulheres carécas, Folha da Manhã, 27/08/1926, Caderno Único, p.3.

4.1.1 Sujeito

Conforme estamos discutimos, uma questão central para esse trabalho é entender a construção sobre o sujeito do feminismo apresentado nas notícias. Entendendo essa noção como fundamental para a teoria e prática feministas, mobilizamos a ideia, apresentada no capítulo anterior, de que este é um *master frame* que se desenha sempre que reivindicações ou temas ligados ao movimento feminista aparecem, seja em suas próprias construções discursivas ou naquelas oriundas de narrativas midiáticas. Sendo o *sujeito um quadro mestre* para diferentes formas de visibilidade do feminismo, apresentaremos a seguir como ele se desdobra ao longo deste primeiro período temporal.

A partir de análise qualitativa, o sujeito ligado ao feminismo nas matérias da primeira onda é construído de forma binária, a partir de dois *frames*:

a) Enquadramento da feminista desviante

b) Enquadramento da feminista aceitável

De um lado, o estranhamento, a ironia e o desrespeito com as mulheres que ousaram lutar por novos direitos e padrões de sociabilidade. De outro, a apreciação positiva via discurso público manifesto nos jornais sobre o feminismo que se preocupa com as questões das mulheres-mães e das mulheres donas-de-casa.

O movimento que não perturba os lugares pré-estabelecidos aos homens, como os espaços de política formal, é visto como “feminismo sadio”.⁹⁰ Quando desestabilizam esses lugares, os termos referentes às mulheres mudam, e elas se tornam “voto de pernã à mostra”⁹¹, “geringonça das melindrosas votantes”, que “macaqueiam o capricho feminino de além-mar”⁹².

Se os estudos feministas de mídia identificam no jornalismo mais recente certa acomodação ou domesticação das pautas feministas que ganham visibilidade (Dean, 2010), essa ideia pode ser visualizada no jornalismo brasileiro desde a primeira onda.

⁹⁰ Associação Civica Feminina - A Assembleia geral de Hoje - Conferencia do Padre Leopoldo Alves na próxima quarta-feira, Folha da Manhã, 26/03/1933, Caderno Único, p.9.

⁹¹ Sem título, Folha da Noite, 10/05/1928, Caderno Único, p.2.

⁹² Assim vencem, Folha da Manhã, 17/08/1928, Caderno Único, p.4.

Havia um sujeito feminista enaltecido, quando não se deslocava dos padrões de feminilidade postos. No outro extremo, uma marcação da diferença já estava disponível nos textos da primeira metade do século XX. As feministas eram distintas das *demais* mulheres, apareciam como fortes, “vanguardistas” e como tipos específicos, muito ligados à ideia de “mulher-macho”.

Abaixo, o texto irônico e desrespeitoso considera que o feminismo obteve uma vitória com a nomeação da primeira tabeliã no Rio de Janeiro, mas não se furta de classificá-la como “resignada e feia”, com uma “sanfona de rugas na fachada”. É só esse tipo de mulher, diz a notícia, capaz de assumir um trabalho tão difícil.

O feminismo deve estar radiante e nós também porque sempre nutrimos preservadas *sympatias* pela emancipação da mulher desde que ella tenha naípe. Acabamos de conquistar (...) vitória com nomeação de uma representante para o cargo (...) de tabellian de notas do ...Cantagallo, que provavelmente passará a chamar-se agora Cantagallinha. O Estado do Rio deu a "nota" a nova tabellian das ditas, por não haver encontrado entre os calças fluminenses ninguém com capacidade para acumular tanta coisa num só cargo: crime, notas, provedoria, resíduos, ausentes etc.etc. **Para isso tudo só mesmo uma "tabelliã" resignada e feia, com enormes oculos no beque, alguns callos nos dedos e uma sanfona de rugas na "fachada". Comtudo, estamos contentes com a conquista do feminismo fluminense e registramos a nomeação com particular agrado, embora lamentemos que a nova funcionaria do Estado se venha a ver "abarbada" com tanto serviço em Cantagallo.** (Sem título, Folha da Noite, 04/04/1923, p. 5, grifos nossos).

É interessante perceber como os jornais exemplificam, de forma clara, o que Matos (2008) salienta sobre como o imaginário social construiu o feminismo, sobrepondo, à importância dessas mulheres, uma caracterização estereotipada. Segundo a autora, o feminismo foi “equiparado pelas 'forças hegemônicas' que o pretendiam deslegitimar com várias categorias degradantes ao ser mulher: ‘mal amadas’, ‘infelizes’, ‘mal-cheirosas’.” (Matos, 2008, p. 338). Soihet (2013, p.109) afirma que a imprensa, a partir de “grosseiras caricaturas em crônicas e charges (...) buscava passar a imagem do terror e do grotesco que representaria a participação de mulheres em esferas consideradas próprias dos homens”.

Esse distanciamento da feminilidade, dos ideais de beleza apregoados e do casamento como um destino para as mulheres não escapa aos textos, mesmo em notícias que se pretendem mais objetivas ou respeitadas. A mulher que quer votar, mostra o trecho abaixo, é aquela que não casou.

"A' sta. Mietta Santiago desta Capital, foi concedido pelo juiz eleitoral, o titulo de eleitora. É a primeira moça que se alista em Bello Horizonte. (...) No avarandado de sua residencia, á Av. Parahybuna, ensombreada de enormes "ficus-benjamim", a futura advogada recebeu o "reporter' curioso: - Sente-se satisfeita, sta., com o despacho favoravel que o juiz eleitoral deu ao seu

requerimento? - Sem duvida! É uma aspiração antiga por que bato desde os bancos do curso de preparatorio. (...) - Mas, sta. Mietta Santiago, as suas companheiras do "Centro dos Preparatorianos", não devem estar menos alegres, pois não? (...) Alguém que estava do lado e conhecia o caso explicou: - Por que não se alistam as outras? - Ora, como assim! As outras companheiras...já se casaram... (O feminismo nas alterosas -Dos coqueiros de Natal às montanhas de Bello Horizonte, Folha da Manhã, 24/09/1928, Caderno Único, p.4)

No quadro da *feminista aceitável*, está o elogio ao feminismo que se apresenta como próximo aos horizontes onde já se desenhavam os papéis sociais de homens e mulheres, especialmente do cuidado e da maternidade. “Feminismo, minhas patricias, é o que praticam: á frente do problema da lepra; as senhoras que trabalham em pról de sanatorios para tuberculosos”, sentenciava uma fonte feminina ouvida pela Folha da Noite em 1931⁹³. No mesmo texto, uma professora declara que “(...) o voto feminino, sendo essencialmente materno, será um meio de educar e não de corrupção como tem sido, até hoje, a grande maioria do voto masculino”⁹⁴.

A própria Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, aludida como exemplar do movimento desses anos, é reportada com interesses que se destinam a proteger a maternidade e a infância. Pateman (1996) afirma que durante essas primeiras manifestações públicas do feminismo, a relação entre uma esfera privada das mulheres e o domínio público não era problematizada e que um dos argumentos comuns para o sufrágio universal era a conquista de melhores condições para a “esfera das mulheres”. Sobre o caso brasileiro, Soihet (2013, p. 60) também afirma que as nossas sufragistas “buscam revestir o seu discurso de um tom moderado. Não apenas porque talvez considerassem que essa seria a forma adequada de expressão feminina, mas especialmente por razões táticas”.

RIO, 6 (A.B.) - Acha-se em franca actividade a quinzena de propaganda feminista da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, orientadora do momento feminista nacional, presidida por Bertha Lutz. (...) A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, destina-se a coordenar e orientar os esforços da mulher no sentido de elevar-lhe o nível da cultura e tornar-lhe mais efficiente a actividade social, quer na vida domestica, quer na vida publica, intellectual e politica. Com esse intuito trabalhará entre outros, para o seguinte fim: proteger as mães e a infancia. Não seria emprehendimento de mulher o que esquecesse a maternidade. Defendel-a protegendo as mães e os filhos, é um ponto essencial do programma feminista. (A propaganda do feminismo no Brasil, Folha da Manhã, 07/05/1930, Caderno Único, p. 2)

⁹³ É importante ressaltar aqui que não se usa mais o termo “lepra”. Para ver a discussão sobre hanseníase em diferentes âmbitos comunicacionais, incluindo a grande imprensa, ver Mendonça (2009).

⁹⁴ A hora da mulher - A "Folha da Noite" colheu hoje duas interessantissimas opiniões, Folha da Noite, 01/10/1931, Caderno Único, p. 3.

Os frames sobre *sujeito* perceptíveis nessa amostra das três primeiras décadas do século XX corroboram achados de estudos anteriores sobre feminismo na imprensa, bem como toda a discussão relativa à busca por igualdade que atravessava o ativismo desses anos. Contudo, é interessante observar como as sufragistas e demais “primeiras-mulheres” são retratadas sob um rótulo diferencialista já nos textos midiáticos do início do século XX. Esse “desvio” que acompanhava boa parte da narrativa sobre as feministas à época mostra como é importante não atribuir o debate sobre a diferença apenas a um determinado momento histórico.

O primeiro *frame*, ligado à excentricidade da feminista e do movimento, reúne as dimensões mobilizadas pelos estudos feministas de mídia apresentados anteriormente, quando demoniza o movimento, contrapõe a sociedade a ele a partir da polarização com as demais mulheres e torna símbolos algumas mulheres específicas (Lind e Salo, 2002; Rhode, 1995). Nas notícias, essas dimensões aparecem sobrepostas de forma bastante complexa, e os achados nos ajudam a defender que o estudo do ativismo das sufragistas, embora marcado, nos jornais, por mulheres da elite daqueles anos, não era de todo tão comportado assim.

Por outro lado, também colaboram para exemplificar as raízes do discurso público midiático do que Biroli (2014) chama de o “dispositivo da maternidade”, que acompanha as feministas que são aceitas como legítimas nas notícias e textos opinativos. As *feministas aceitáveis* não eram relevantes por suas contribuições para a melhoria da vida das mulheres, mas pela atividade que as ligava às esferas do cuidado. Ou quando é “preservada sua condição de mãe, sem a qual sua individualidade não se sustentaria como valor” (Biroli, 2014, p. 42). As ativistas aceitas como legítimas pelos jornais estão mais próximas das discussões feministas ligadas à ética do cuidado, como apresentamos no Capítulo 1, especialmente na ideia de que as famílias são os espaços centrais para onde o ativismo deve levar seus melhores frutos, conforme mostram os excertos acima.

Ainda assim, é interessante trazer à baila as pontuações de Soihet (2013) sobre o risco de retirar a potência política dessas mulheres. Para a autora, mesmo a partir da “imagem canonizada da maternidade” e aceitando “certas diretivas estabelecidas para as mulheres pela ordem vigente”, as sufragistas “buscam sua instrumentalização com vistas a ampliar seu espaço de atuação, o que acreditavam ser inviável de outra forma” (Soihet, 2013, p. 103-104).

Entre a *recusa* e o *aceite* do ativismo feminista, o sujeito desenhado pelas notícias nesses primeiros anos do século XX mostra algumas das raízes de discursos que circulam ainda hoje especialmente quando se trata da participação feminina eleitoral, por exemplo. A construção do que é legítimo de se fazer no ativismo permeia a mediação jornalística sobre o feminismo nas diferentes ondas. Mudam os sujeitos, como veremos nos anos subsequentes, mas a ideia implícita de que há formas “corretas” de militância atravessa as fases.

4.1.2 Público x privado

Como vimos no Capítulo 1, a relação público x privado é questão fundante da teoria feminista. Ela ilumina como espaços, arenas, comportamentos assentam padrões de desigualdade de gênero. Como um *master frame* para a análise crítica feminista de mídia, é uma noção relevante para a compreensão de como agências de homens e mulheres são inscritas nos meios de comunicação.

Nesse primeiro período temporal analisado, a relação entre público e privado aparece como fundada na oposição entre as duas esferas. Dois *frames* se mostram fortes na construção dessa distinção, especialmente ligados à preponderância de textos sobre sufrágio feminino.

a) Enquadramento do insulamento

b) Enquadramento da permeabilidade via concessão

O primeiro frame é aquele em que os domínios de público e privado aparecem como opostos e assim deveriam se manter, insulando as mulheres no privado e os homens no público. O terreno da política institucional ou dos cargos de confiança são os exemplos, nas notícias, do domínio público. Mais do que uma dimensão espacial, em tal enquadramento, aponta-se para as habilidades específicas de homens e mulheres. Haveria diferentes “aptidões” que sinalizam a separação das esferas, com claro prejuízo às mulheres, alerta Pateman (1993). Neste sentido, um dos argumentos que trata dessa distinção, presente nos textos do corpus, sustenta a importância de proteger as mulheres dos processos que compõem o jogo político, eminentemente masculino. Percebe-se, aqui, um modo de afastar as mulheres deste cenário, focando na aridez ou na perversidade da política formal.

Pretende-se dar direito de voto às mulheres, aproveitando a brecha da reforma constitucional. O "leader" mineiro do Senado é contrario á iniciativa. Como de tudo se faz troça, nos corredores das câmaras, o caso da emenda feminista tem sido assumpto preferido, em torno do qual se fazem commentarios de todo o genero (...) - Aqui está, a meu ver, o perigo maximo da concessão de direito de voto ás mulheres: meia duzia de senhoras bonitas assim tomavam conta da Republica em três tempos. O sr. Barbosa Lima se reveste de coragem e resolveu pedir a opinião do austero e secco senador pelo Amazonas. - O que pensa, V. exa? . - Nem se discute. Nega (...) **É caridade conserval-as alheias dos processos empregados para que seus maridos sejam representantes do povo.** (Indiscreções no Rio, Folha da Noite, 05/09/1925, Caderno Único, p.1, grifos nossos).

Um exemplo evidente dessa oposição é visualizado na notícia referente à não contagem dos votos de mulheres do Rio Grande do Norte para eleição ao Senado. De acordo com o excerto, o direito ao voto só foi atribuído a elas dentro do estado e por isso, fez-se bem em descartar seus votos nacionais. Sobre a luta delas para exercer o direito político, diz-se que está se “forçando uma entrada”.

(...) Riscando os votos das onze eleitoras nortistas, muito bem terá andando a Camara alta da Republica. Não se desconhece o direito que o Rio Grande do Norte deliberou atribuir a suas filhas. O que se contesta é o direito dellas sendo eleitoras apenas dentro das fronteiras do Estado, isto é, podendo intervir nas eleições estaduaes e municipaes, quererem, logo de começo, dilatar esse direito até ás eleições federaes. **Se é assim que pretendem trazer o seu contingente para a moralização de nossos costumes, iniciando a sua actuação no scenario político do paiz por um caminho tortuoso, forçando uma entrada que, por emquanto, lhes está vedada, será melhor que as damas jamais pensem em trocar o seu imperio no lar, pela vassallagem nos dominios da política.** (Sem título, Folha da Manhã, 20/05/1928, p. 5, grifos nossos)

O “império do lar” e os “domínios da política” aparecem, conforme trecho supracitado, em extremos da vida social, separados espacialmente, mas também, e sobretudo, pelo gênero das pessoas que os ocupam. Aparecem opostos nos textos, mas na perspectiva de Okin (1989), essa distinção não existe, dado que o condicionamento do sujeito feminino ao privado é o que permite a agência dos homens no público, como as mesmas matérias deixam ver.

Um segundo frame presente nas notícias do período é o que denominamos de enquadramento da permeabilidade via concessão, especialmente ligado à entrada das mulheres no que é entendido como público. Para adentrarem em arenas como a política e a esfera do trabalho ou mesmo para promoverem mudanças de atitudes, as mulheres precisavam passar pelo crivo daqueles já autorizados a atuar no público, os homens.

Nos textos dos periódicos, os homens que viram nas mulheres um filão eleitoral, dizem os jornais, “vão aparecer, agora, às centenas”.⁹⁵ Há também insinuações de que os representantes do legislativo e Executivo engajados na discussão sobre o sufrágio estavam mesmo interessados nas mulheres – “Mas o sr. Lamartine, ao lado dessa feição política, adepto do feminismo, anda agora bancando o "pé de Alferes" (...) enveredando pelo donjuanismo (...)”⁹⁶.

Pouco inteligível, se comparado ao Português atual, e recheado de ironias, o texto opinativo abaixo traduz a ideia que circulava de que os direitos ali requeridos, “esse negocinho de mecês votarem”, não vingariam sem a aprovação dos homens.

(...) Têm paciencia, bemzinhos, não póde ser assim. Por oramente é "diffécil" admittir nas urnas o fructo prohibido da emancipação cotó do cabelo sura, com liberdades de meia cor de carne e outros perigos amarellos á beira mar plantados. "Tenheis" paciencia, ilustres "cidadôas", mais tarde, talvez, quem sabe seja possível arranjar-se esse negocinho de mecês votarem. No momento, porém, não cabe a pretensão (...) Esperem um pouco, senhoras sufragistas, não e deve ir com tanto póte á sede, porque devagar se vae ao longe e de mansinho chega-se lá...(Sem título, Folha da Noite, 26/05/1928, Caderno Único, p. 1)

Público e privado só aparecem de forma intercambiada a partir da anuência masculina, o que se liga diretamente aos sujeitos feministas construídos nas notícias da primeira onda. Se há uma forma mais legítima de militar pelos direitos das mulheres, ela também está acompanhada, na narrativa jornalística, das brechas permitidas pelos homens. Tomando emprestada a ideia de que a opressão tem várias faces, de Young (1990), podemos notar no contexto de disputa discursiva sobre o voto feminino um exemplo de marginalização, cujos contornos são construídos pela dominação masculina. Marginalizados, para Young (1990, p. 53), são pessoas expulsas da participação na vida social, ou que são atravessadas por processos de “privação de condições culturais, práticas e institucionalizadas para o exercício de capacidades em um contexto de reconhecimento e interação” (Young, p. 1990, p.55).

Essa ideia de concessão aparece também nos achados historiográficos de Soihet (2013, p. 63) que afirma que essas mulheres (por conta da marcação de classe social) “aproveitavam-se dos laços de amizade existentes entre seus familiares e muitos dos grupos que ocupavam posição de poder, para obterem simpatia para causa e fazer avançar o debate da causa sufragista”. As notícias, contudo, não assinalam a perspectiva da historiadora de que essa relação mais próxima com os homens da época era uma

⁹⁵ Sem título, Folha da Manhã, 13/11/1927, p. 8.

⁹⁶ O feminismo do Sr.Lamartine, Folha da Manhã, 11/01/1929, p. 5.

estratégica consciente das mulheres, entendendo-a apenas como uma permissão masculina.

O discurso público que circulava via notícias já se mostrava atravessado ali pelas perturbações do feminismo de primeira onda. Os próximos anos iriam acentuar a presença do movimento no jornal.

4.2 “NÃO QUE TENHA SIDO UM MAR DE ROSAS, MAS O ESPAÇO É NOSSO” - A SEGUNDA ONDA DO FEMINISMO NO JORNAL (1960 A 1989)

“É a liberdade de articular o corpo fora de uma norma pública estabelecida, é jogar esse corpo para o público e dançar com ele frente às repressões, desilusões e desejos esquecidos. É jogar na praça a escandalosa liberdade individual, a não conformidade.”
(O medo da diferença, FSP, 10.02.1982, Folhetim, p. 5)

Nosso segundo conjunto de notícias vai de 1960 a 1989, entre o que é considerado o marco do início do feminismo de segunda onda nos países europeus e nos Estados Unidos, a ditadura brasileira e a experiência da Nova República. Os sentidos assumidos, nos textos, pelo feminismo nesses anos são bastante diferentes daqueles observados no primeiro período analisado. Aparecem novas pautas e novas narrativas sobre o próprio movimento, que agora se vê às voltas com questões sobre suas diferenças internas.

Esse período temporal de análise é quase todo atravessado pela vivência da ditadura militar no Brasil (1964-1985), o seu aprofundamento (AI5 - 1968) e a gradativa abertura à democracia, dentro do que Samuel Huntington chamou reverso da segunda onda de democratização e a experiência de terceira onda.

O golpe dos militares à República brasileira ocorreu em 1964 e foi antecedido por movimentações da classe média civil, tais como as Marchas da Família com Deus pela Liberdade, que já alardeavam o desgaste do então presidente João Goulart (PTB) (Schwarcz e Starling, 2015). Não é objetivo resgatar em detalhes esse período sombrio da história nacional, que tem distintas correntes historiográficas (Fico, 2004), mas é importante marcar algumas de suas características. Uma delas é a compreensão do chamado de “milagre econômico brasileiro”, o crescimento especialmente apoiado na desnacionalização da economia, que amparava o apoio ao regime. De acordo com Schwarcz e Starling (2015, p. 453), “o êxito na economia ajuda a entender por que o general Médici conseguiu ser ao mesmo tempo, o responsável por comandar o pior período de repressão (...) e um presidente popular”. O desgaste econômico, por sua vez,

será um dos fatos explicativos para a transição democrática. Na dimensão política, é preciso lembrar o fechamento dos partidos então existentes e a criação da Aliança Renovadora Nacional (Arena) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), além da perseguição feroz à oposição, marcada por mortes, torturas, prisões e exílio.

A cultura, por sua vez, é fonte de intensa resistência e de criação de vários mecanismos para driblar a censura. A movimentação dos estudantes, a estrutura de enfrentamento possibilitada pela Igreja Católica a partir das Comunidades Eclesiais de Bases e a renovação do sindicalismo são importantes para compreender a força da oposição ao regime, que começa a se esfacelar no final dos anos 1970, também por suas tensões internas (Soares et.al, 1995). Em 1979, o país volta a ter um sistema multipartidário e também é sancionada a Lei da Anistia. Os anos de 1980 são marcados pelas campanhas pelas eleições diretas, que reúnem artistas e ativistas no país inteiro, além da criação de legendas importantes como o Partido dos Trabalhadores (PT). Os vinte anos de ditadura no Brasil são encerrados com a eleição indireta em 1985 do presidente civil Tancredo Neves, com a promessa da elaboração de uma nova Constituição para o país. O processo constituinte, com a participação dos partidos e também recebimento de demandas populares, ocorreu em 1987, com a promulgação da Carta Magna em 1988. Essa transição para a democracia no país é chamada de abertura negociada ou de transição por transação (Santos, 2007).

A Folha de São Paulo também está ligada aos fatos históricos narrados e assume características distintas do primeiro momento analisado. Pela narrativa oficial do periódico, disponível no hotsite “Círculo Folha⁹⁷”, sabemos que no dia 1 de janeiro de 1960, os títulos então em circulação são fundidos para a criação da Folha de São Paulo. Tal década marcou ainda o início da modernização do jornal, que se tornaria, nos anos de 1980, o de maior circulação no Brasil e também contaria com a primeira redação informatizada (1983), bem como com o primeiro manual de jornalismo (1984) que “condensa uma concepção de jornal, da política editorial às fases de produção”. O site do jornal também informa que a “**Folha** desempenha um papel decisivo no processo de redemocratização do Brasil, quando abre suas páginas ao debate de idéias que fervilhavam na sociedade civil”. Segundo o texto, em 1976, “começa a circular “Tendências/Debates”, que abriga textos de intelectuais e políticos perseguidos pelo regime militar”.

⁹⁷ http://www1.folha.uol.com.br/foalha/circulo/historia_folha.htm. Acesso em: 09.08.2015.

Outra narrativa sobre a história da Folha, extremamente relevante, é realizada pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, o CPDOC, da Fundação Getúlio Vargas. De acordo com o documento⁹⁸, à época do golpe militar, “a linha editorial a partir de então tornou-se francamente antijanguista e pró-mobilização para o movimento que culminou com os acontecimentos de 1964”.

Na evolução dos acontecimentos do pós-1964, o jornal tentou aproveitar-se de sua autonomia financeira no sentido de preservar sua independência política frente ao Estado. Muito embora tivesse apoiado o movimento de 1964, o simples fato de não concordar totalmente com a política governamental — era difícil, por exemplo, aceitar a censura à imprensa — possibilitou que o jornal aparecesse, de certa forma, como um órgão de oposição. A partir de então, foi combatido pela ala mais direitista — o regime —, assim como pela esquerda (CPDOC, sem ano).

O jornal, de acordo com o CPDOC, foi tornando-se pró-abertura do regime e marcando posição a favor das diretas. “Todas as manifestações públicas pela aprovação das Diretas Já obtiveram destaque em suas publicações (...) através da coluna “Roteiro das diretas”, que trazia diariamente um resumo de suas principais atividades” (CPDOC/sem ano). É a época de seu crescimento e transformação editorial (Carvalho, 2012).

Se o Brasil e a Folha passaram por mudanças, o mesmo aconteceu com o movimento feminista. Conforme explicamos no capítulo anterior, com a categorização de Pinto (2003), Alvarez, (2014) e Fraser (2009), esse período temporal abarca o chamado feminismo de segunda onda. Corpo, direitos sexuais e reprodutivos, opressão no trabalho, questões de raça, classe e sexualidade são centrais para o ativismo deste período. No Brasil e na América Latina, esses debates se dão em um contexto profundamente avesso às discussões, por conta das ditaduras que tomaram o continente (Vargas, 2002). Na luta contra o regime, as militantes “perceberam diferenças no tratamento com relação às mulheres, que, na maioria dos casos, ficavam na posição de coadjuvantes, o que contribuiu para o desenvolvimento de uma consciência feminista”, afirma Sohiet (2013, p. 126). A historiadora cita que as demandas do feminismo de segunda onda, tidas como “de segundo plano”, foram gradativamente ganhando o espaço público.

Campanhas contra os abusos com relação às mulheres, no que tange a temas até então ignorados, merecem espaço cada vez mais amplo na mídia, como resultado da mobilização das feministas e da própria modernização da sociedade brasileira. Assim, a partir desse momento, questões antes

⁹⁸ <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/folha-de-sao-paulo> Acesso em 28.12.2016.

colocadas em segundo plano, vistas como próprias à esfera privada, tais como as relativas ao corpo, ao desejo, à sexualidade, à violência foram legitimadas e trazidas à esfera pública, reconhecendo-se sua dimensão política (Sohiet, 2013, p. 142-143).

Como esses diferentes fios se costuraram no jornalismo para a construção do que era o feminismo nesses anos?

Para a investigação da segunda onda no jornalismo, seguindo o cálculo amostral, foram coletadas **463** páginas da Folha de São Paulo com 485 textos (ou seja, algumas páginas abrigavam mais de um texto), mas a análise se concentra em **274** textos. Esse é um dado importante de ser mencionado, pois se desdobra também nos temas mais frequentes que aparecem no período. Os textos não centralmente enfocados na análise estão relacionados, especialmente, com a cultura popular. Foi bastante impressionante o número de sinopses de filmes, livros e peças de teatro, textos de crítica literária ou textos ficcionais que mobilizavam personagens feministas. Um exemplo dessa presença dos termos feminista/feminismo pode ser visto abaixo no anúncio de um filme, “Um triângulo diferente”, de 1986⁹⁹.

Figura 1: Filme “Um triângulo diferente”, FSP, 02/07/1986, Ilustrada p.6

... quanto mais se afirmava o movimento feminista... inevitável o choque entre a ideologia e os sentimentos mais profundos!

THE BOSTONIANS
do famoso romance de Henry James

Christopher Reeve - Vanessa Redgrave - Madeleine Potter - Jessica Tandy - James Ivory

F. J. LUCAS

6ª FEIRA | cine Arte um | cine Arouche A | Iporanga 3

14 ANOS | 14' 15" 18" | 20" 22 m.

AV. PELLEGRINI, 1000 - SANTOS

CEIA. O Texto de Marcos de Silveira Moraes Co-Hartmann seria. Um e indicada lida como espetáculo > de 135 Italia (v. 257-3128, quarta o 21h, sábado 22:30; 8h e 21h, 0,90 (quarta e domingo) ato-feira e

Para anunciar ligue 874 2986 2987

Fonte: Acervo Folha

⁹⁹É importante relatar que quando uma página não era analisada, por conter um dos tipos de textos mencionados, realizávamos novamente um sorteio aleatório para tentar substituí-la. Contudo, o problema permanecia, o que nos leva a inferir essa presença significativa também no universo de textos. Além disso, ressaltamos que mesmo com a saída dessas páginas temos um número de matérias que garante uma amostra representativa que ultrapassa o requerido para 95% de confiança, que seria de 179 casos.

Um panorama geral do feminismo nessas notícias é, novamente, desenhado a seguir antes da explicitação das categorias centrais com as quais estamos trabalhando. Dos 274 textos analisados, em torno de 36% eram de material opinativo, seguidos de 27,37% de notícias nacionais, 19,71% de notícias internacionais e um crescimento dos gêneros de reportagem (5,47%) e entrevista (4,74%).

Nos artigos de opinião do período, destaca-se forte presença de Irede Cardoso (dentro de coluna fixa *Feminismo*), Paulo Francis (à época, correspondente em Nova York), Helena Silveira (coluna *Helena Silveira vê TV*) e de Martha Suplicy (Comportamento sexual). Olhar os articulistas e colunistas é importante, alerta Carvalho (2012, p.239), para ampliar a percepção de como assuntos são tratados nos jornais, pois mesmo que o texto jornalístico deixe de comportar certas expressões ou estereótipos, a liberdade e a flexibilidade dos espaços de opinião pode continuar revelando preconceitos, ainda que velados, ou mesmo as opiniões mais progressistas. Em um estudo longitudinal sobre homofobia, o autor identifica nesses espaços “citações de humor ambíguo”, que também são recorrentes na nossa investigação.

Acerca das fontes mais presentes, quando retiradas as populares (pessoas entrevistadas na rua, transeuntes etc) (com 21,40%), artistas são as mais frequentes (13,38%). Contudo, se juntarmos organizações feministas, ativistas feministas ouvidas individualmente, especialistas feministas e feministas acadêmicas elas chegam a 35,96% das fontes mobilizadas.

O caderno de cultura, a *Ilustrada*, abriga 39,93% dos textos analisados na segunda onda. Ele é seguido do Primeiro Caderno (com 15%) e 12,31% nos espaços *Mulher* e *Nova Mulher*. Cadernos de Esportes, Política, Economia e revistas de comportamento (*Folhetim*) também tiveram inserções.

Tabela 4: Temas/assuntos mais recorrentes na segunda onda

Temas/assuntos	%
Cultura	23,36%
Ativismo feminista	15,33%
Participação e representação política	13,86%
Comportamento	9,85%
Trabalho	5,37%
Violência	4,74%

Fonte: Elaboração própria.

No tangente aos temas mais proeminentes na cobertura sobre o feminismo, a **cultura** é o tema ampliado sobre o qual recai o maior número de matérias (23,36%) e

para o qual convergiram divergentes inscrições sobre o feminismo de segunda onda. Para além de um movimento com reivindicações políticas *stricto sensu*, o feminismo pautava discussões sobre a produção e o comportamento de artistas de diversos setores. Era um “tema da moda” e mobilizado para interrogar as pessoas públicas sobre suas posições, revelando à audiência as opiniões sobre os comportamentos feministas e o próprio movimento¹⁰⁰. “Há feministas, por exemplo, que o que desejam é ser homens, o que as define de uma vez como machistas frustradas”, a frase é de Gabriel Garcia Marquez, em uma entrevista publicada nos anos de 1980, que ilustra muitas posições públicas sobre o movimento naqueles anos¹⁰¹.

Matérias sobre arte e filosofia, atravessadas pelas críticas feministas desenvolvidas no período, foram bastante recorrentes. De um lado, era possível notar as influências do movimento que começara nos anos 60, especialmente na discussão sobre a diferença. As produções das mulheres artistas passaram então a ganhar maior visibilidade: “Por que a representação de deus não é feminina, por que existiram tão poucas mulheres artistas, por que se fala da história do homem quando se quer dizer da história da humanidade são questões tocadas pela estética feminina” (Goethe mostra vídeos dirigidos por mulheres, FSP, 15/05/1987, Ilustrada, p. 3). Por outro lado, enfatizava-se também a dissociação do movimento, um afastamento de mulheres que não identificavam suas obras ou a experiência do trabalho desenvolvido com as discussões coletivas daqueles anos. Tal recusa aparece nas vozes de diversas celebridades femininas da época, a exemplo de Twigg¹⁰² e Fafá de Belém¹⁰³.

Que não se espere de nenhuma das quatro posições feministas a respeito do cinema que fazem ou simplesmente do fato de serem diretoras. Anna Muylaert, por exemplo, faz questão de passar longe disso. “Não me sinto mulher cineasta. Sou um diretor de cinema”, afirma categórica (As meninas do novíssimo cinema de SP, FSP, 03/05/1986, Ilustrada, p. 56).

Depois das questões culturais, o **ativismo feminista** foi o assunto mais recorrente, aparecendo em 15,33% dos textos. Nas páginas dos jornais, o movimento se fez visível nesses anos de forma acentuada. Sua existência e atuação, bem como as questões que trouxe a público, não passaram despercebidas. Em especial a partir de

¹⁰⁰ Marília Pêra, só e livre no palco, FSP, 19/09/1985, Ilustrada, p.39; Erasmo num disco de transição, FSP, 14/10/1985, Ilustrada, p. 21; Luiza X Monique, Ilustrada, 25/01/’986, Ilustrada, p. 1.

¹⁰¹ Mulheres - Gabriel Garcia Marquez em entrevista a Plinio Mendonza, FSP, 03/12/1983, Ilustrada, p. 41.

¹⁰² Uma garota que todos gostariam de namorar, FSP, 21/02/1972, Ilustrada.

¹⁰³ Falando claro como nunca, FSP, 18/12/1983, Mulher, p. 3.

1970, o jornal trazia que o Brasil começava a construir, de forma particular, seu ativismo “genuíno” como colocado em um dos títulos.

Ficou claro, ao final da Semana [Semana da Mulher do Centro Acadêmico de Ciências Humanas da Unicamp], que existe uma ideia de emancipação da mulher hoje, no país, que foge dos padrões estabelecidos pelo movimento americano por exemplo, pois busca uma identificação com os nossos problemas específicos (Surge um feminismo genuinamente brasileiro, FSP, 30/10/1978, Ilustrada, p. 26).

As matérias sobre o movimento feminista ao redor do mundo ou acerca das condições de vida das mulheres replicadas pela FSP e oriundas de outros periódicos ou de correspondentes internacionais foram bastante recorrentes. Em 1970, uma greve de mulheres americanas puxada pela National Organization for Women (NOW) traz as pautas da necessidade de igualdade nos postos de trabalho e educação e de berçários 24 horas. A fonte ouvida é Betty Friedan, a Bertha Lutz da segunda onda nos jornais: “Como o que nos mantém submissas é a falta de berçários onde possamos deixar nossos filhos, levá-los-emos ao escritório nesse dia e os colocaremos em frente às pernas do chefe” (Mulheres fazem greve nos EUA, FSP, 24/08/1979, Capa, p.1).

A dupla jornada das mulheres alemãs (“Do tricô à máquina: a evolução alemã”¹⁰⁴), a luta pela desigualdade via educação das gregas (“A vez da Grécia mudar as leis”¹⁰⁵), a sub-representação de mulheres na política na França (“As feministas aproveitam o ano eleitoral”¹⁰⁶) estão entre os exemplos de discussões mundo a fora que chegavam ao Brasil via o jornal analisado. Outro acontecimento responsável por uma série de textos foi a declaração pela ONU do Ano Internacional Mulher (AIM), que motivou artigos e notícias comparativas sobre a situação feminina no mundo¹⁰⁷.

Nas matérias classificadas como sendo sobre o ativismo feminista, destacamos uma pauta alusiva ao 8 de março, na qual várias mulheres foram questionadas sobre a data e o movimento. Era meados dos anos de 1980, e o texto jornalístico afirmava que a entrevistadas “confundem o movimento a favor da igualdade com o movimento contra homens”, mas são “unânicos em falar que as mulheres não podem depender financeiramente do homem”.

“Não sei que dia é esse, não. Femi...o quê?! Ah, feminismo: não, nunca ouvi falar disso antes. A mulher sofre mais porque tem que dar conta da roupa, da

¹⁰⁴ FSP, 25/05/1975, Nova Mulher, p. 33.

¹⁰⁵ FSP, 09/10/1975, Folha Feminina, p. 2.

¹⁰⁶ FSP, 11/03/1978, Exterior, p.11.

¹⁰⁷ Amanhã, Dia Internacional abre a primeira década da mulher, criada pelo AIM, FSP, 07/03/1976, Nova Mulher, p. 52 / Ano Internacional: agenda para o futuro, Patricia Hutar, FSP, 19/06/1975, Nova Mulher, p. 37/ Bertha Lutz: o que foi a conferência, FSP, 12/07/1975, Nova Mulher, p. 29.

cozinha, dos filhos, do marido. E ainda trabalhar fora, que nem eu. Sábado e domingo é mais fácil: tem só que tomar conta da casa. E aí sobra um tempinho pra descansar, ir na igreja...- Maria Antonia dos Santos Reis, 57 anos, faxineira, viúva, 9 filhos” (Feminismo, Dia Internacional da Mulher...Que é isso?, Fernando Paiva, FSP, 06/03/1983, Mulher, p. 4-5).

Isso é um marcador relevante das notícias da segunda onda: começava-se, então, a entender a importância do ativismo de mulheres, e os textos informativos pouco a pouco deixavam de reproduzir desrespeitos ou ironias. A caricaturização do movimento ficou a cargo, a partir de então, de alguns colunistas e articulistas homens do jornal, como veremos mais detidamente a seguir.

As diferenças entre o movimento que surgia também se tornaram públicas por meio das notícias, especialmente nas questões de classe, como o que ocorreu no 3º Congresso da Mulher Paulista¹⁰⁸. As questões que atravessavam o ativismo foram, ao longo do tempo, ganhando as páginas, em especial no fim dos anos 1980 em que já se fazia um balanço do que foi aquela segunda onda, em termos de ganhos e implicações psicológicas sobre a vida das mulheres (Crise das utopias atinge o feminismo, avaliam cientistas sociais, 18/05/1988, FSP, Primeiro Caderno, p. 6).

Tão importante quanto perceber esses diversos sentidos sobre o movimento em si, é clarear a forma como as principais reivindicações do período apareceram, em especial relativas à violência, trabalho, sexualidade e relação com o Estado.

As questões sobre a entrada das mulheres nos partidos (especialmente já na década de 1980 com a perda de força do regime militar pela pressão popular) e a contribuição do feminismo à política, **participação e representação política**, bem como eleições, são temas de 13,86% dessa amostra da segunda onda.

Uma das mais controvertidas questões no campo da luta feminista brasileira, o da formação ou não de departamentos femininos dentro dos partidos políticos e sindicatos está para ser resolvida de forma definitiva dentro do PMDB, com a apresentação do projeto de lei 33/1980, de autoria do senador Francisco Montoro (Movimento feminista chega ao PMDB, FSP, 14/06/1980, Ilustrada, p. 27).

Dois marcos sobre a relação entre mulheres e política nesse período são importantes. “Agora a gente quer Constituinte com mulher”, gritava em coro a pequena mas compacta multidão de mulheres¹⁰⁹ é um dos trechos que ilustram a luta para participar do processo constituinte que se desenrolava. As demandas aos parlamentares

¹⁰⁸ Divididas, mulheres realizam congresso, FSP, 07/03/1981, Local, p.7.

¹⁰⁹ Mulheres fazem comício na Sé, FSP, 09.03.1985, Primeiro Caderno, p. 20.

envolvidos na construção da nova Constituição e a posterior aprovação dos projetos a favor das mulheres ficaram conhecidas como “lobby do batom” (Costa, 2004).

Outro marco dessa cobertura relacionado à esfera política formal é a aproximação com o Estado via criação dos conselhos estadual e federal de mulheres. Conforme aponta a literatura feminista, essa relação é atravessada por uma série de antagonismos e desconfianças sobre cooptação (Soares, 1998). Essas questões ganharam as páginas do jornal, tal como no texto “Feministas temem conselho a ser criado por Montoro”¹¹⁰. Outra fonte de discordâncias, ligada diretamente à forma como se desenvolvia o ativismo, era sobre a pouca pluralidade de representação, dado que “o Conselho [estadual] levou um ano para admitir uma negra. E foram necessárias pressões de toda ordem para que isso acontecesse”¹¹¹. O que estava em disputa era a autonomia *delas*, na condução *por elas mesmas* dos mecanismos governamentais criados *para elas*.

Evidentemente, tal proposta só pode ter êxito se dentro dela não couberem as habituais manobras aparelhistas e se mulheres de todos os partidos, especialmente as que têm se dedicado a luta na área, participarem efetivamente deste "pacto", acima de empreguismos, clientelismos ou pura sede de poder pelo poder (A arriscada criação de um Conselho de Mulheres, FSP, 23/01/1985, p. 43).

Se o feminismo adicionou questões à cultura e à política, outro alvo importante de deslocamentos foram os papéis tradicionais de homens e mulheres em diferentes arenas do cotidiano. Dos 274 textos, 9,85% são sobre **comportamento**. A discussão sobre expressão da sexualidade feminina é marcante nessas notícias. Como atesta a literatura feminista, a descoberta do prazer e do próprio corpo é um dos ganhos do ativismo deste período. Soihet (2013, p. 124) assinala que, à época, as chamadas “políticas do corpo” assumiram caráter significativo, manifestando-se as reivindicações em favor dos direitos de reprodução, buscando-se a plena assunção de seu corpo e de sua sexualidade (aborto, prazer, contracepção)”.

Isso é bem ilustrado nos imbróglis envolvendo o TV Mulher presentes nas notícias. A matéria alusiva à estreia do programa informava que “as donas de casa não devem se preocupar. Vai dar tempo de tirar a poeira dos móveis, pôr as panelas no fogo, cuidar das crianças e ainda assistir ao primeiro programa diurno da televisão brasileira, totalmente dedicado à mulher”¹¹². Entre tanto pioneirismo, um especial: “O sexo será abordado pela primeira vez na tevê, pela psicóloga Martha Suplicy”. O quadro

¹¹⁰ Denise Natale, FSP, 13.03.1983, Local, p. 18.

¹¹¹ A discriminação racial contra mulher, Ireda Cardoso, FSP, 21.03.1984, Ilustrada, p.27.

¹¹² TV valoriza a palavra e dá vez à mulher, Denise Natale, FSP, 07/04/1980, p. 17.

“Comportamento sexual” de Suplicy foi alvo da censura do regime militar, que provocou abaixo assinado nas ruas encabeçado por militantes feministas e cartas das telespectadoras, ambos retratados nos jornais. Para Suplicy, “o que realmente mexeu com a censura é que alguém fala de sexo como se fala, como se fazer uma torta de abacaxi ao alcance de todo mundo”¹¹³.

Ainda nas questões ligadas ao corpo, apareceram temas como o planejamento familiar e o debate sobre o aborto na legislação então vigente¹¹⁴. Os debates sobre homossexualidade também emergem com a politização de vivências antes entendidas como privadas - “muitas feministas homossexuais, que se assumem como tal (...) dão a ela um sentido político, ao não separar sua vida particular da pública, social e política”¹¹⁵. Começava-se a enfrentar discursiva e abertamente os preconceitos e tabus que rodavam as experiências homossexuais – “Certamente, mais "anormal" que qualquer homossexualidade é o ódio, a violência, a guerra, a corrupção, os assassinatos, a intolerância”¹¹⁶.

Seguindo na apresentação dos temas mais fortes das notícias, em 5,37% dos textos do corpus, o **trabalho feminino**, dentro e fora de casa, foi tratado em várias notícias, como exemplo das famosas greves de metalúrgicos do ABC de São Paulo, nos anos de 1970 e 1980.

A greve dos metalúrgicos do ABC já tem uma grande vitoriosa: a mulher. De repente, a operária mal remunerada largou a rotina de cartões de ponto, coletivos lotados e refeições apressadas para se unir ao homem na luta pela categoria. Agora ela participa de assembléias, faz piquetes em frente às fábricas, atira-se debaixo de ônibus para obrigar o coletivo a parar e convencer os colegas a se integrarem ao movimento, enfrenta a repressão (...) As metalúrgicas estão unidas numa consciência de classe invejável. Por isso, independente do resultado desta greve, a vitória já é delas. "Isto aqui - argumenta ela - é um exercício de liberdade. Quando a mulher começa a lutar pelos seus direitos como trabalhadora, fica mais fácil lutar por todos os outros" (As mulheres da greve, Sônia Nabarrete, FSP, 25/03/1979, Folhetim, p. 3 e 4).

Os anos 1980 viram florescer também um júri simulado para a defesa dos direitos da mulher. O Tribunal Bertha Lutz julgava as discriminações ocorridas, iniciando pelas questões de desigualdade no trabalho. Organizado por feministas, o tribunal estava atento aos diversos casos como de “mulheres proibidas de ir ao banheiro

¹¹³ A censura com medo, FSP, 05/12/1982, Mulher, p.3 a 5.

¹¹⁴ Para juristas, as leis contra o aborto são “repressivas”, Sílvia Helena, 21/12/1989, Local, p.19/ O aborto em questão, FSP, 26/04/1981, Folhetim, p. 6-7.

¹¹⁵ Safo e a liberdade, FSP, 10.02.1982, Folhetim, p. 4.

¹¹⁶ As mulheres e o homossexualismo, FSP, 22/05/1985, Primeiro Caderno, p. 39.

mais de duas vezes ao dia no seu trabalho”¹¹⁷. Os jornais mostravam questões bastante presentes nas obras das estudiosas feministas sobre os anos de 1980. De acordo com as pesquisas de Soares (1998, p. 41), “as centrais sindicais e os sindicatos tiveram de se abrir à organização das trabalhadoras e incorporar questões trazidas por elas”, tais como “da desvalorização do salário, da segregação ocupacional, da ausência à trabalhadora gestantes, da violência no local de trabalho”, além “das práticas sindicais que as excluem de uma participação mais ativa nos postos de decisão”.

Por fim, a **violência**, apontada pela literatura feminista (Almeida, 2007; Pasinato, 2006) como uma pauta importante no final dos anos de 1970 e início dos 80, recebeu cobertura do jornal (4,74% dos textos). Tal cobertura esteve especialmente ligada a dois acontecimentos. Um foi a anulação do júri de Doca Street, em função da força do movimento de mulheres, e a posterior condenação no segundo julgamento. “Rosie Marie Muraro, a líder, disse que “a sociedade brasileira está evoluindo e as mulheres conseguiram levantar a opinião pública para a defesa de seus direitos”¹¹⁸. E outro, o assassinato de Eliane Grammont, que mobilizou as mulheres e a tornou notícia, em uma passeata que pregava “mulher não é propriedade, enquanto ao som cadenciado de um tambor, centenas de vozes gritavam que “sem punição as mulheres morrerão”¹¹⁹.

A violência contra as mulheres é um caso exemplar das ambivalências que constituem um jornal. Se as diferentes agressões contra as mulheres começavam a ser entendidas como um problema público por meio das notícias, nos artigos de opinião circulavam os sentidos mais arraigados de posse e dominação masculina. É o caso de um texto de Tarso de Castro, que comentando a forma como a televisão tratava os casos de violência, ironizava: “Podíamos lançar também outra campanha. Ela teria como “slogan” o seguinte: “já matou sua feminista hoje?” (...)”¹²⁰.

Mas é Paulo Francis o articulista com maior número de textos antifeministas no corpus. A recorrência com que o jornalista tratava, de forma pejorativa, o movimento de mulheres no Brasil e no mundo foi alvo inclusive de debates com outros articulistas¹²¹.

¹¹⁷ Tribunal analisará situação da mulher, FSP, 07.03.1982, Especial, p. 18.

¹¹⁸ “Doca” é condenado a 15 anos de prisão, Marcelo Frago e Valério Meinel, FSP, 07/11/1981, Local/Polícia, p. 10.

¹¹⁹ Ato repudia violência contra a mulher, FSP, 05/04/1981, Polícia, p. 22.

¹²⁰ Já matou a sua feminista hoje?, Coluna A TV de Tarso de Castro, FSP, 08/02/1981, Ilustrada, p. 52

¹²¹ Irede Cardoso responde aos textos de Francis: “E, Paulo convenhamos, quando você fala de feminismo é perda de tempo” (Contra falsos argumentos, Irede Cardoso, 09/03/1982, FSP, Ilustrada, p. 28). Caetano Veloso, em entrevista, comenta os textos do jornalista: Ele fala de mulher, assim, como se tivesse um desprezo (...) É uma misoginia, assim, baixo nível que transparece por trás daquilo tudo” (Caetano na dança, Jay Cardoso e Maria José Arrojo, 02/10/1977, FSP, Folhetim, p. 2 a 5)

A naturalização da violência em seus textos era evidente. Ao narrar um episódio de uma jovem que foi à justiça acusando o marido de estupro, Francis escreveu: “(...) Mais grave é que se as feministas acham que alterações de "boudoir" devem ser resolvidas pelo judiciário, então o que nos resta de "privacy" na vida? (...)”¹²².

Quem já foi além da paróquia da esquina ou quem não vive enfiado em seminários acadêmicos sobre feminismo (...) sabe que generalizações são perigosas e sempre falsas (...) Eu próprio conheço o caso de uma moça violada por um carrasco do Codi que teve prazer, mas é exceção” (Estupro e o “voice” se cala, Paulo Francis, FSP, 04/02/1984, Ilustrada, p. 50).

Os trabalhos de Sohiet (2013) sobre a zombaria e o humor jocoso têm documentado em outros exemplares da imprensa, como *O Pasquim*, formas de tentar desestabilizar o movimento feminista. Para a autora, esses deboches são formas “de violência” que projetam “representações com vistas à conservação do status quo, através da ridicularização de movimentos em prol de mudanças com relação aos papéis exercidos por mulheres e homens na sociedade” (Sohiet, 2013, p. 190). Neste período analisado, as ativistas não aparecem nas notícias como donas de “uma sanfona de rugas na fachada”, como na primeira onda, mas continuam a perturbar a ordem vigente, especialmente quando lutam para enfrentar uma prática tão naturalizada como a violência.

É possível notar que os temas que aparecem como característicos do ativismo da segunda onda tiveram ressonância nas notícias analisadas. A cobertura se mostra diferente daquela observada na primeira metade do século XX. Essas mudanças não se dão afastadas das transformações pelas quais passavam a sociedade brasileira e a própria prática jornalística, com maior modernização. Não se trata de julgar positivamente ou negativamente os meandros dessa cobertura, mas documentar que o feminismo foi, ao longo do tempo, conseguindo levar suas pautas principais à imprensa. Esse retrato talvez seja apenas uma confirmação “do que já se sabe”, mas, para além disso, colabora para identificar a dinâmica histórica e política dos retratos do movimento no jornalismo.

A partir desse panorama, seguiremos para análise dos *master frames*.

4.2.1 Sujeito

A descrição mais geral sobre o movimento feminista de 1960 a 1989, conforme disposto acima, contribui para tornar mais claros os quadros visíveis sobre o sujeito do

¹²² Circenses, Paulo Francis, FSP, 13/01/1979, Ilustrada, p. 28.

feminismo nas notícias da segunda onda, dado que as novas reivindicações e articulações impactaram a construção do “quem são elas” nas notícias.

Dentro do *quadro mestre do sujeito*, dois frames aparecem com força. Eles revelam mudanças na concepção sobre o movimento se comparado à primeira onda, mas ainda permanências que acompanham a ideia de quem são as feministas. Os quadros:

a) Enquadramento da feminista organizada

b) Enquadramento da feminista desviante

As ativistas aparecem agora com uma atuação mais forte em coletivo, seja para reclamar novos espaços de militância na política formal ou nas demais esferas da sociedade. As notícias atestam que “Os anos 80 serão das mulheres. Não há dúvida. Elas estão escrevendo de tudo, desde poesias a ensaios. Houve ‘Malu Mulher’, por exemplo que foi uma coisa importante. Há ainda as alas feministas dos partidos muito ativas”¹²³.

Passou-se a ouvir as mulheres feministas como exemplo de um movimento mais consistente, sem apelações específicas para um feminismo sadio ou aceitável. Eram fontes e atrizes legítimas que apareceram no que chamamos *enquadramento da feminista organizada*.

Essa organização fica visível nas fontes, organizações e movimentos feministas, ouvidos nas páginas do periódico. Se, antes, a Federação do Progresso Feminino era quase única nos textos, agora é vez do Centro de Integração da Mulher (CIM), da União das Mulheres de São Paulo, do Galf - Grupo Ação *Lésbica* Feminista, do SOS Mulher, dentre outros. A ideia de um feminismo organizado na segunda onda também aparece nas pesquisas de Mendes (2012), especialmente até os anos de 1982, quando os jornais britânicos e americanos analisados pela pesquisadora começavam a falar de desmobilização do movimento. É aqui que o olhar ao contexto histórico é fundamental para entender a narrativa dos jornais. Como o feminismo nesses países não enfrentou a vivência de um regime ditatorial em sua segunda onda, os anos 80 já aparecem mais desgastados. No Brasil, é quando a discussão da entrada dessas mulheres

¹²³ Impressões de uma viagem poética, 16/02/1981, FSP, Ilustrada, p. 19.

em mecanismos estatais e profusão de novas organizações se dá de forma mais acentuada.

O Estado foi uma instituição que começou a sentir o peso dessa organização, seja nos enfrentamentos a políticas de arrocho salarial¹²⁴, nos debates sobre o novo Código Civil¹²⁵ ou com as discussões sobre os conselhos que iriam representá-las.

As entidades feministas formarão uma assembleia permanente destinada a analisar e encaminhar os principais problemas da mulher durante os 90 dias de prazo para o funcionamento do Conselho Estadual da Condição Feminina, proposto pelo grupo de mulheres do PMDB e a ser criado por decreto pelo governador Franco Montoro (...) Maria Carneiro Cunha lembrou da dificuldade histórica da representação política das mulheres que, enquanto categoria social, ainda não conseguiram o poder de decisão nem a nível local e vêm-se mantendo à margem desse processo. "Agora, o novo governo Montoro anuncia algumas medidas que deverão favorecer as mulheres. Queremos saber o que existe por trás desse novo órgão", frisou (...) E qual o papel reservado ao movimento de mulheres na ocupação dos espaços que se vão abrir.(Feministas temem conselho a ser criado por Montoro, 13/03/1983, FSP, Local, p. 18).

Nos textos, as feministas se organizavam para atuar na construção de serviços que não eram oferecidos pelo Estado. E, posteriormente, como fontes para explicação e interpretação dos arranjos institucionais que se construíram após intensa luta, tal como o primeiro mecanismo institucional de combate à violência de gênero: as Delegacias da Mulher. A violência contra a mulher é um caso interessante para ilustrar o *enquadramento da feminista organizada*. No primeiro excerto abaixo, são apresentadas as dificuldades enfrentadas por um dos serviços mais importantes de enfrentamento às agressões e acolhimento de vítimas oriundo do movimento feminista, o SOS-Mulher. No segundo, uma ativista do mesmo serviço é mobilizada para avaliar o primeiro mês da primeira delegacia da mulher do país.

O SOS-Mulher de São Paulo - uma entidade que atende aos casos de violência e discriminação praticados contra as mulheres e luta para conscientizá-las quanto aos seus direitos - está enfrentando dificuldades financeiras (...) Nessa casa de Pinheiros, com cômodos pequenos e móveis simples, que as plantonistas - mulheres das mais diversas idades, origens e profissões - atendem, sem cobrar nada, suas companheiras que sofreram discriminação ou violência (...) São as mulheres de baixa renda que buscam com mais frequência o SOS-Mulher, embora apareça também as de classe média. (SOS Mulher quer apoio para crescer, 16/01/1982, FSP, Especial, p. 19).

Os motivos do espancamento são os mais fúteis, do atraso de quinze minutos ao jantar que não saiu bem feito. Por que tanta pancadaria? A militante do SOS Mulher, Angela Mendes de Almeida, afirma que a violência física é a forma mais primitiva de dominação, controle e possessividade. Como a

¹²⁴ Mulheres vão a Brasília contra 2045, 19/10/1983, FSP, Política, p. 6.

¹²⁵ Mulheres discutem novo código civil, 14/07/1985, FSP, Primeiro Caderno, p. 28.

mulher é mais frágil fisicamente e culturalmente formada para a servidão, ela cala-se e aceita a brutalidade "por não saber enfrentar o mundo sozinha, dependência econômica ou medo de ameaças de morte" (No primeiro mês, delegacia da mulher atende 482 casos, 07/09/1985, FSP, Cidades, p. 19).

O quadro da feminista organizada nas notícias revelou também a pluralidade do movimento. A multiplicação de organizações apontava para as tensões internas e debates sobre a diferença entre as mulheres que aportavam naqueles anos. As feministas ouvidas pelo jornal já notavam que o movimento precisava se distanciar de núcleos específicos e ganhar maior número de mulheres. Na voz de Lia Katz, filósofa e ativista envolvida na construção dos eventos do Tribunal Bertha Lutz, “apesar de estar bem divulgado, o feminismo precisava dar um passo adiante (...) conseguir sensibilizar um grande número de mulheres, que não são atingidas pelas conferências e congressos que realizamos” (Feministas promovem “juízo” sábado, FSP, 27.05.1982, Local, p.12).

Nas falas das próprias ativistas, em artigos de opinião, o movimento já aparecia múltiplo, com grupos e ênfases distintas, e pouco a pouco começava a enfrentar os dilemas dessa diferenciação. O 3º Congresso da Mulher Paulista exemplificou essas questões.

“Passei um dia inteiro no meio de mulheres, mas não encontrei nenhuma companheira: não era possível se identificar como mulher; as referências eram o partido, o grupo político ou a classe social (...) Nesse ambiente, as mulheres da periferia não demoraram a perceber que estavam se expondo como massa de manobra. Reagiram afirmando sua identidade contra as “loirinhas da Hora do Povo” e respondendo às suas palavras de ordem como um coro de “periferia, periferia” (O alto preço da ingenuidade política, Teresa Caldeira, , 01/03/1981, FSP, Ilustrada, p. 33).

O final dos anos de 1980, com a especialização cada vez mais acentuada do feminismo, conforme aponta a literatura corrente (Pinto, 2003; Sarti, 2004), trouxe aos jornais pautas sobre os novos rumos dessa organização. O texto abaixo falava de uma perda de fascínio do movimento pelas mulheres, antecipando uma questão que aparecerá com muita força no próximo período. Mas também ilustra, em seu título, uma parte importante da história do movimento brasileiro: “Feminismo troca a efervescência das ruas por gabinetes oficiais”.

Aos poucos o feminismo deixou de fascinar as mulheres (...) Algumas lideranças feministas vincularam-se a partidos e hoje ocupam cargos políticos. Outras abandonaram as infundáveis discussões por produtivas carreiras acadêmicas, e algumas dedicam-se ao trabalho de armazenar e divulgar informações sobre a desigualdade entre os sexos no trabalho, na família e na sociedade. (...) Mas os grupos de mulheres lutando por reivindicações específicas, na verdade, trilham um caminho político. Eles

pouco têm a ver com o feminismo radical e libertário, que surgiu no Brasil na década de 70. (Feminismo troca efervescência das ruas por gabinetes oficiais, FSP, 30/08/1987, Primeiro Caderno, p.19).

Ainda que as diversas organizações do movimento feminista tenham ganhado protagonismo nessa segunda onda, a ideia de que elas são diferentes das “mulheres comuns” ou “normais” ainda permanece nessas três décadas. É o que denominamos de *enquadramento da feminista desviante*. Não identificamos no corpus textos literalmente agressivos como aqueles escritos na fase anterior, mas a comparação pejorativa às feministas não foi abandonada das notícias da segunda onda.

O desvio se torna evidente na polarização entre as mulheres “normais” e as “feministas”. A militante afastada das mulheres “reais” aparece na cobertura do movimento feminista em outros países, em especial no trabalho mais recente de Mendes (2011a), com jornais dos Estados Unidos e do Reino Unido. Na voz do jornalista Ricardo Kotscho, em uma matéria sobre as mudanças nos comportamentos e corpos das mulheres, ele “se desculpa” com as ativistas por apresentar mulheres bonitas - “(...) só me resta encerrar a expedição, pedindo às muito feministas que me perdoem, mas minha missão desta semana era mostrar mulheres bonitas. Pauta é pauta e o repórter tem que sujeitar a qualquer sacrifício”¹²⁶.

Em uma matéria que foca na “rivalidade” entre duas modelos brasileiras da época, Luiza Brunet e Monique Evans, para saber quem “preencherá com suas formas o molde da mulher-fetichê brasileira”, as feministas são ouvidas como “desinteressadas” na “borbulhante batalha”. Epstein (1978, p. 219), há quase quarenta anos, já documentava que as líderes feministas são retratadas na mídia sob o viés da estranheza, o que faz com que “suas ideias pareçam absurdas de modo que a audiência não se identifique com elas”.

Mas há pelo menos um setor onde esta disputa não tem a menor receptividade - o das feministas. Perguntada sobre que modelo preferia, a sexóloga Marta Suplicy, colunista da Folha, respondeu secamente: "Que eu saiba, elas não estão a venda". (Luiza X Monique, 25/01/1986, FSP, Ilustrada, p. 41)

Já em uma matéria sobre etiquetas para casamento, as feministas são apresentadas como responsáveis por alterar o que é entendido como “princípio da vida”.

¹²⁶ Cabeça da mulher mudou mais que o corpo, Ricardo Kotscho, 28/08/1983, FSP, Geral, p. 23.

No entanto, mestra da etiqueta, Christine Yufon confessa que é difícil ensinar alguém a ser feliz: "Acredito, diz, que a maior força que une um homem e uma mulher é a harmonia (...) E também muita renúncia. O que é mais difícil ainda, porque depois dos movimentos feministas, as mulheres passaram a se achar extremamente competentes. Não que eu seja contra esses movimentos. Nem contra a competência (...) É importante lembrar que o homem, desde que o mundo existe, nasceu com a responsabilidade de ser forte, ser o machão, de lutar pela vida e pela mulher. Isso não é machismo, é o próprio princípio da vida" (Lições orientais para a felicidade, 28/04/1985, FSP, Mulher, p.1)

Essa oposição entre as mulheres desviantes e as demais aparece no discurso e na forma de apresentação da primeira governadora de um estado brasileiro, descrita no jornal como "vestindo um 'tailleur' estampado de negro e amarelo e uma blusa cor-de-rosa". Tratava-se de Iolanda Ferreira Lima (MDB/PMDB), eleita pelo Acre (1986-1987). Segundo ela: "não pretendia deixar de reconhecer o direito das feministas em defender suas bandeiras. Mas gosto de me vestir bem, para me sentir atraente junto a meus eleitores e junto a meu marido"¹²⁷.

Os matizes desse quadro do desvio são interessantes e se tornam mais claros em um texto opinativo, escrito por Francisco Weffort também sobre um importante pleito na década de 80. Para ele, os debates sobre as candidaturas à presidência naquele momento (eleição/89) não deveriam se concentrar nas políticas diferencialistas, pois estrategicamente seria perigoso ao então candidato do PT, Luís Inácio Lula da Silva. Ele cita que mesmo com ações preocupadas com as mulheres, a política Luiza Erundina não havia sido identificada como uma líder feminista e como outros candidatos que encarnassem opiniões mais progressistas poderiam comprometer o sucesso eleitoral. No jogo político que se desenhava naqueles anos, o feminismo não seria encarado como uma questão "de maioria".

É preciso lembrar que Erundina tem uma notável carreira de líder de massas, ligada aos movimentos populares da periferia e aos trabalhadores em geral. Por qualquer lado que se olhe é uma típica líder de temas de maioria: salário, casa, emprego, bica d'água, calçamento na rua. É muito justo que a sua vitória estimule as feministas ou que seja tomada como motivo de orgulho pelos nordestinos. Mas isso não quer dizer que sua imagem pública, na campanha pela prefeitura de São Paulo, tenha sido a da líder feminista. Aos que desejam Gabeira como vice de Lula, eu quero reafirmar que não vejo como se possa, em uma eleição majoritária, juntar tantos alvos de preconceitos de um lado só. E entendo que a luta fundamental, que Lula representa, deve ser prejudicada por disputas em torno de questões que, no plano político, aparecem hoje como secundárias (Democracia e preconceito, Francisco Weffort, 27/06/1989, FSP, Primeiro Caderno, p. 3).

¹²⁷ Iolanda, uma governadora preocupada com a elegância, 01/06/1986, FSP, Primeiro Caderno, p. 14.

A polarização do movimento feminista entre as mulheres comuns, nos estudos feministas de mídia (Mendes, 2011; 2012), tem se mostrado uma constante ao longo dos anos analisados até aqui. É uma forma de manutenção do *status quo* a partir da identificação das feministas como algo fora do padrão, seja por meio de ironia ou mesmo de fontes que acreditam que há uma essência feminina desvirtuada pelos movimentos. O trecho anterior, contudo, ajuda-nos a entender que esses quadros também são compostos por nuances complexas. O enquadramento da feminista desviante da segunda onda também se aproxima dos debates entre luta geral x luta específica que se deu entre as mulheres e a esquerda nos anos de ditadura militar no Brasil (Schumaer, 2005)¹²⁸ e joga luz sobre ambivalências dos processos de lutas sociais preocupados com a justiça, que ao focar em “inimigos maiores” relegam a segundo plano as questões de gênero (Sarmiento, Reis e Mendonça, 2017 no prelo).

A despeito das tentativas de romantizar a feminilidade e opor mulheres e feministas, as diferenças que marcavam a segunda onda mostravam sua força. Um texto é bem ilustrativo sobre isso. Nele, convivem posições de romantização da vivência feminina e de crítica feminista focada na diferença. Em uma reportagem do Caderno Mulher, tentava-se discutir o “complexo de cinderela”, a fantasia de que as mulheres ainda buscam uma proteção masculina mesmo com os ganhos daqueles tempos: “Muitas, lá no fundinho, ainda sonhavam com o braço amigo – o masculino – que as amparasse nas agruras de enfrentar o mercado competitivo”. A ideia é contraposta na mesma matéria por Rosie Muraro, a qual declara que “o complexo é fenômeno difícil de ser detectado entre os movimentos feministas brasileiros”, dado que “nossa realidade, bem mais marcada pela luta de classe (...) mais avançada que o simples individualismo apregoado pelas militantes americanas”¹²⁹.

Entre a organização e o desvio, o sujeito do feminismo nos textos da segunda onda mostra ao mesmo tempo a ressonância do movimento e das reivindicações feministas e a dificuldade, encarnada na imprensa, mas para além dela, de retratar as mulheres ativistas sem realizar comparações, polarizações e investir em estereótipos.

¹²⁸ Nos debates entre a luta das mulheres e o enfrentamento ao regime, Pinto (2003, p. 45) afirma que o feminismo foi acusado de ser “um sério desvio pequeno burguês”.

¹²⁹ Depois da libertação, o Complexo de Cinderela. Quase no 2.000, José Ruy Granda, FSP, 13.11.1983, Mulher, p.9.

4.2.2 Público x privado

Os deslocamentos provocados pelos novos sujeitos do feminismo na segunda onda tiveram implicações no modo como as relações de público e privado foram enquadradas. Na primeira onda, os comportamentos e espaços que conformam essas relações ganhavam as páginas dos jornais a partir das dimensões de oposição e de concessão. Público e privado apareciam radicalmente diferentes e quando se aproximavam era por meio de condescendência masculina.

A partir dos anos de 1960, as pautas trazidas pelo movimento, sua organização e seus ganhos interpelaram o enquadramento dessa relação. As arenas continuam a ser apresentadas como distintas nas notícias e textos opinativos, mas o frame dessa relação se altera. Não é exagero dizer que o lema “o pessoal é político” pode ser identificado implicitamente nas matérias. Não à toa, conforme descrevemos no retrato ampliado, pessoas públicas, produções culturais, manifestações políticas eram interrogadas com frequência sobre o feminismo.

Neste sentido, identificamos nos textos o que chamamos de o:

a) Enquadramento da intersecção

Um tema em que a intersecção entre público e privado se torna evidente é o relativo às relações de trabalho e as implicações para o cuidado da vida doméstica e das crianças, que emergem nos textos.

Como o emprego da mão-de-obra feminina, em trabalhos formais e informais, tornava-se crescente, atividades relegadas às mulheres (como cuidado, por exemplo) passavam a ser problematizadas. Nos Estados Unidos, sobre uma greve convocada pela NOW, o jornal noticiava que: “As mulheres foram convocadas a interromper todas as suas atividades normais – trabalhar, fazer compras, ir a bancos, cozinhar, cuidar de crianças e até mesmo sexo para mostrar ao sistema o quanto ele depende delas”¹³⁰. Mas noticia ainda que a adesão ao movimento foi baixa. No Brasil, com as mesmas demandas sobre cuidado, as ativistas parodiavam uma canção popular para cobrar espaço para as crianças enquanto estavam no trabalho: “mamãe eu quero, mamãe eu quero lugar. Me dá a creche, me dá a creche pro neném não chorar”¹³¹.

¹³⁰ Sem adesão total a greve das mulheres, 30/10/1975, FSP, Nova Mulher, p. 49.

¹³¹ Mulher, trabalho e filhos em casa, Ireda Cardoso, 18/10/1981, FSP, Ilustrada, p. 53.

Esse imbricamento alterou os papéis historicamente esperados e desempenhados pelos homens e se começava a discutir, timidamente, a necessidade de eles se ocuparem com as questões da vida doméstica e do cuidado. Começavam a circular na amostra do jornal analisado, notícias internacionais sobre homens dividindo o cuidado com as crianças ou “tomando consciência das reivindicações femininas”¹³². “A condição do homem nestes tempos de reivindicações feministas começa a melhorar. O homem belga, por exemplo, já pode ficar em casa e cobrar o seguro social do cônjuge que trabalha (a mulher nesse caso)”¹³³.

A feminista Heloneida Studart, ouvida em entrevista pelo Folhetim, afirmava que as questões trabalhistas em voga à época deveriam ser lidas sob o viés do gênero. Os desafios da conciliação entre trabalho e maternidade passavam pelo domínio público e não estavam apenas restritas a resoluções privadas ou individuais.

“Nós não podemos dizer que a causa da mulher é apenas a causa dos trabalhadores, ela também tem uma especialidade. Como trabalhadora a mulher também é mal assalariada, é mal apoiada, a legislação não a favorece (...) Sem contar que a mulher não é apoiada em seu trabalho, nem por creches, por nenhum tipo de equipamento coletivo. Isso é um absurdo, porque é como se as pessoas pensassem que o filho pertence à mulher. O filho pertence à sociedade. A mulher não deve e nem precisa cuidar do filho sozinha. Ela não vai botar o filho na prateleira. O filho é um ser social. Então, a sociedade é tão responsável quanto a mãe pela criação desse filho” (Mulher de verdade, FSP, 13.08.1978, Folhetim, p.2-4)

As implicações psicológicas e das pressões sociais foram trazidas à tona. Agora, dizem alguns textos, elas precisavam lidar com uma “dicotomia”: “ou você é boa mãe ou você é profissional”.

Nós, mulheres, dificilmente escapamos da culpa de sermos bem-sucedidas fora do lar. Por criar, por trabalhar. (...) Penso que nós, mulheres, somos ensinadas a acreditar que existe uma dicotomia incontrolável: ou você é boa mãe ou você é profissional. Dificilmente temos exemplo dos dois ocorrendo em harmonia. E aí sentimos sempre que temos que escolher. O que provoca muita angústia. (...) O crescimento da mulher não apaga, necessariamente, o do homem nem “priva” os filhos. Pode estimular o homem e a família a crescer- (“Leis”, “normas”, e “obrigações” que só valem para mulher, por Marta Suplicy, 29.05.1983, FSP, Mulher, p.5).

A relação de interseção entre público e privado também se manifesta quando questões historicamente identificadas como exclusivamente femininas passam a ser tratadas no público. Ou mesmo quando uma arena, tal como a política formal, construída sob o privilégio masculino vê-se interpelada pelas mulheres. O lugar de fala delas pautando questões da vida pública e politizando o que era tido como pessoal fica

¹³² Homens cuidando de bebês e lavando pratos, 03.07.1971, FSP, Ilustrada, p. 19.

¹³³ Homem doméstico, nova invenção belga, 16/06/1989, FSP, Ilustrada, p. 25.

claro nos movimentos pró-diretas¹³⁴ e em notícias internacionais sobre participação política eleitoral¹³⁵. Agora não era só o direito de votar e ser votada, como as sufragistas; mas também de levar ao âmbito da construção política o que era tido como da esfera da casa. Até os candidatos dos pleitos sub-nacionais que se organizavam no período da redemocratização foram questionados, em debates, sobre “temas impertinentes”, tais como aborto e homossexualidade¹³⁶.

No próximo dia 24, o Movimento de Mulheres Pró-Diretas promoverá passeata em favor do pleito para a presidência da República (...) Além das eleições, há outros assuntos a serem levantados: creches, modificações no Código Civil, protesto contra o controle da natalidade "imposto pelo FMI" - de acordo com o folheto de convocação - e a violência contra a mulher. (...) E, às que quiserem ajudar na promoção da passeata, as organizadoras sugerem que façam como as integrantes dos movimentos femininos de Minas: ligar para mais cinco mulheres e convidá-las a participar (Mulheres farão passeata em SP dia 24, 15/02/1984, FSP, Política, p. 4)

Especialmente a partir das comemorações da década da mulher¹³⁷, vários temas ligados à vida privada passaram a ser pautas questionadoras da oposição entre as esferas: aborto¹³⁸, contracepção e planejamento familiar¹³⁹ e violência eram temas que borravam essas fronteiras, embora a cobertura não seja necessariamente positiva. Em 1977, uma matéria questionava as leis de repressão à violência contra as mulheres e ouvia fontes que falavam sobre “a cristalização da cultura na ótica masculina, já que são eles, os homens, os responsáveis pela formulação das leis e das decisões judiciais”¹⁴⁰. O título do texto, contudo, não refletia a luta do período. Estampado no jornal, lia-se: “Cuidado, nem todas gostam de apanhar”.

Quando o movimento completou dez anos, três mulheres foram ouvidas pela Folha para o balanço de conquistas e desafios: "a psicanalista Maria Rita Kehl, a antropóloga Ruth Cardoso e a socióloga Carmem Barroso". A década de 80 terminava, segundo elas, mesmo com os problemas, com a absorção do feminismo pela sociedade.

Ruth - A questão do feminismo não é se a discriminação está na sociedade ou está na casa, é da discriminação onde ela ocorra. E ela ocorre no mercado de trabalho, pelo fato de ser mulher e na casa, também pelo fato de ser mulher.

¹³⁴ Romper tutelas, Marilena Chauí, 20.02.1984, FSP, Opinião, p.2.

¹³⁵ As feministas aproveitam a ano eleitoral, 11.03.1978, Exterior, p.11.

¹³⁶ Os candidatos e os temas impertinentes, 04/08/1982, FSP, Tendências e Debates, p. 2

¹³⁷ Amanhã, Dia Internacional abre a primeira década da mulher, criada pelo AIM, 07.03.1976, FSP, Nova Mulher, p. 53 /Ano Internacional agenda para o futuro o início da década da mulher, 19.06.1975, FSP, Nova Mulher, p.37

¹³⁸ Para juristas, as leis contra o aborto são “repressivas”, Silvia Helena, 21.12.1989, Local, p.19/ O aborto em questão, 26.04.1981, FSP, Folhetim, p. 6-7.

¹³⁹ Pílula anticoncepcional ainda gera polêmica, 10.03.1985, Geral, p. 26.

¹⁴⁰ Cuidado, nem todas gostam de apanhar, 10/08/1977, FSP, Ilustrada, p. 31.

Carmem - Essa foi a mudança importante dos últimos dez anos. Hoje, é praticamente consenso que as coisas estão ligadas. A ligação entre o espaço doméstico e o espaço não doméstico, é a ligação entre o afetivo e o econômico, é a ligação entre o político e o social. (Crise das utopias atinge o feminismo, avaliam cientistas sociais, 18/05/1988, FSP, Política, p.6).

A oposição entre as duas esferas que marcou as notícias da primeira onda começa a se desfazer. Há um acompanhamento pelo jornal das reivindicações dos grupos feministas que se organizavam e pluralizavam o ativismo nesses anos. Passemos a seguir para o último período temporal da análise.

4.3 “O FEMINISMO ESTÁ ULTRAPASSADO?”: A TERCEIRA ONDA DO FEMINISMO NAS NOTÍCIAS (1990 A 2016)

*Folha: Vivemos numa época pós-feminista?
Rosie Marie Muraro: Não! Pós significa negação. Seria mais um neofeminismo.*

O terceiro recorte temporal do *corpus* desta tese engloba as notícias publicadas na Folha de São Paulo no período de 1990 a julho de 2016, trazendo o que a historiografia feminista chama de terceira onda e adicionando as preocupações de Matos (2010) sobre a existência de uma quarta onda no Brasil e demais países latino-americanos.

A história do Brasil desses anos é marcada, já no início dos anos de 1990, pelo impeachment do primeiro presidente eleito diretamente após a ditadura. Collor deixou a presidência após denúncias de corrupção e de estratégias desastrosas de combate à inflação, com forte pressão popular a partir do movimento “caras-pintadas”, além de perda de apoio no Congresso. O pleito seguinte elegeu Fernando Henrique Cardoso (PSDB), presidente entre os anos de 1995 a 2002, responsável pela estabilização econômica, a partir do Plano Real e também por intensa privatização de estatais (Kinzo, 2001; Sallum Jr et.al, 2011).

Depois de perder três eleições para o executivo federal, em 2003, o ex-metalúrgico Luis Inácio Lula da Silva (PT) assumiu a presidência, tendo sido reeleito em 2006. Lula fez como sua sucessora, em 2010, a primeira presidenta mulher do país, Dilma Rousseff (PT). O ciclo de governos petistas é marcado pelo combate à miséria e a expansão da inclusão social (Schwarz e Starling, 2015, p. 503), especialmente a partir do fortalecimento dos programas de transferência de renda (Singer, 2009).

Rousseff foi reeleita em 2014, mas sofreu impeachment dois anos depois, em um controverso processo sobre improbidade administrativa. Escândalos de corrupção marcaram os governos de ambos os petistas e tiveram ampla cobertura midiática. Além disso, a década de 2010 também viu explodir nas ruas manifestações de diferentes vieses, iniciadas em junho de 2013 em São Paulo por conta do aumento de tarifa de ônibus, mas espalhadas por outras cidades, em especial com reivindicações sobre os gastos da Copa do Mundo de 2014 realizada no país (Nogueira, 2013; Ortellado, 2013). Desde agosto de 2016 até o presente momento, estamos sob o governo de Michel Temer (PMDB), o vice de Dilma na chapa vencedora de 2014.

No que concerne ao movimento feminista, as últimas três décadas têm sido marcadas por processos de institucionalização e horizontalização, fenômenos que se dão muito próximos dos ciclos de governo de centro-esquerda (Matos, 2010). A década de 90, conforme sustenta Pinto (2003), é exemplar de uma profusão de organizações não governamentais (ONGs) feministas e uma aproximação maior do Estado. Uma conquista do feminismo organizado, já no início dos anos 2000, foi a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres, durante o primeiro governo Lula e também a aprovação de uma legislação inovadora de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher, conhecida como Lei Maria da Penha.

Para Matos (2010), vivenciamos no Brasil uma quarta onda, visível na solidificação dessas relações com o Estado e com a construção de múltiplas coalizações entre os feminismos e demais movimentos, como racial, operário, ambientalista, dentre outros. Femenías (2007, p.24) também pondera que o feminismo na América Latina tem características próprias, marcadas pela “transversalizaciones de etnia, clase, género y religión”. A pluralização desse ativismo tem encontrado também na internet um canal frequente de expressão (Alvarez, 2014; Plou, 2011).

O jornalismo da Folha também inicia os anos de 1990 com uma série de transformações, tais como a impressão colorida, o aumento no número de cadernos de edição diária e maior investimento nos suplementos dominicais. Também alcança a marca de maior jornal de circulação do país durante os dias úteis e nos finais de semana, de acordo com as informações do Círculo Folha. No concernente à dimensão política, uma série de estudos tem procurado documentar as posições assumidas pelo periódico, que, desde 1988, tem se autoproclamado neutro e apartidário (Biroli e Mantovani, 2014).

De acordo com Biroli e Mantovani (2014, p. 215), ao revisarem a literatura sobre as relações do jornal com as disputas políticas, a Folha de São Paulo, nas décadas de 1980 e 90, fazia uma clara oposição aos projetos políticos de esquerda, em especial ao do PT, cuja explicação poderia ser “pela posição antimerca do partido, que feria potencialmente os interesses das grandes empresas de mídia e a sensibilidade ideológica de boa parte dos seus jornalistas”. Após o chamado “escândalo do mensalão”¹⁴¹, a postura do jornal se altera, menos para o antagonismo conservador de viés econômico e mais para uma cobertura que se volta para a “moralização da política”, com ataques sobretudo ao PT (Azevedo, 2009; Biroli e Mantovani, 2014).

Apresentado brevemente esse cenário ampliado da história política do país, do movimento e do jornal, cabe desvelar a forma como o feminismo se tornou assunto nas páginas da Folha de São Paulo. Como ocorrido na segunda onda, o número de notícias efetivamente analisadas (202) foi diferente daquele proposto na amostra (409 páginas que se desdobraram em 363 textos¹⁴²), dada a presença acentuada dos textos ficcionais, sinopses e demais gêneros já mencionados. “Thelma e Louise”, por exemplo, foi apresentado com muita recorrência como uma história feminista nos anos 1990, tal como o recente “As sufragistas” (2015). No início dos anos 2000, além de livros e filmes, com o crescimento do acesso à internet, os sites também eram “resenhados” e as primeiras iniciativas feministas online apareceram no jornal. Uma “personagem” caricaturada desses anos, que oscilava entre a ironia e o desrespeito, foi construída por José Simão, para emitir julgamentos sobre uma série de temas¹⁴³.

O jornalismo da Folha desses anos abriga duas diferentes compreensões sobre o feminismo e suas manifestações. Primeiro, os anos de 1990 surgem anunciando a “morte” do feminismo ou a ideia de que os ganhos via movimento já foram conquistados e este não se mostra mais necessário. O fim dos anos 2000, e a primeira metade dos anos de 2010 já falam da “ressureição”, de um ativismo que se vê potente

¹⁴¹ O chamado “Escândalo do Mensalão” foi um esquema de corrupção em que os parlamentares da base aliada do governo petista recebiam dinheiro em troca de votos no Congresso Nacional. As denúncias dos anos de 2005 e 2006 e o julgamento dos envolvidos pelo Supremo Tribunal Federal em 2012 foram amplamente cobertos pela imprensa.

¹⁴² O número menor de textos do que de páginas se explica pelo fato de que um caso poderia ocupar várias páginas, tais como entrevistas ou reportagens dominicais.

¹⁴³ Ao comentar a presença de homens mostrando seus corpos nas novelas, Zé Simão escreveu: “Em matéria de nus os perus tão muito mais ousados que as peruas. Vide o Mário Gomes. Que tá sempre vestido para matar. De fome o camiseiro dele. Só aparece de calça e sem camisa. Não dava para ser o contrário? Grita a feminista Simone de Peignoir”. (23/02/1992, TV Folha, p.16). Sobre a “personagem”, ver também em: 16.12.1990, Ilustrada, p. 5/ 13.02.1991, Ilustrada, p. 5/ 20.11.1992, Ilustrada, p. 4/ 13.03.1993, Ilustrada, p. 4.

com as manifestações via internet, com as mulheres cada vez mais jovens se declarando feministas e com outra forma de expressão política via corpo. A pergunta, oriunda de uma entrevista¹⁴⁴, que dá nome a essa seção - “o feminismo está ultrapassado?” - acompanha o jornalismo dessas duas décadas e meia.

Dos 202 textos analisados, 34,65% são notícias, 28,22% são artigos de opinião e 14,36% de reportagens, com um aumento desse gênero se comparado aos demais períodos temporais. A maior parte dos textos, 36,94%, está no Primeiro Caderno e Cotidiano, seguido da Ilustrada com 17,73% e dos suplementos do jornal, geralmente dominicais, que juntos somam 15,77% - Mais!, Revista Serafina, Revista São Paulo e Revista da Folha.

Quando somadas, as organizações feministas, ativistas, especialistas e feministas acadêmicas foram as fontes mais recorrentes, com 20,48% de inserção, seguidas das fontes populares (16,26%), especialistas (12,47%) e pessoas ligadas às artes (11,38%). Cresceram os percentuais de fala do Executivo (6,78%), de acadêmicos ligados à universidade afora as feministas (6,23%) e do legislativo (5,42%).

Acerca dos assuntos mais recorrentes, o ativismo feminista é tema de 15,84% do corpus, seguido de questões de política formal (13,87%) e cultura e comportamento, ambas como 11,88%. Cada um desses pontos merece uma observação detida. Eles revelam mudanças importantes sobre a narrativa pública do feminismo e de suas pautas, bem como interessantes permanências com as demais ondas.

Tabela 5: Temas/assuntos mais recorrentes na terceira onda

Temas/assuntos	%
Ativismo feminista	15,84%
Representação e participação política	13,87%
Cultura	11,88%
Comportamento	11,88%

Fonte: Elaboração própria.

Sobre o **ativismo feminista**, quando assunto específico das notícias e artigos, é possível dizer que há um retrato mais sólido, a partir dos anos de 1990, com poucos traços de estranhamento, como aparecia nas décadas anteriores. Contudo, essa compreensão de que o movimento teve ganhos e importância social convive com, e dá lugar a, uma contínua necessidade de negação do ativismo de mulheres. Conforme já

¹⁴⁴Gente como a gente, 26/08/2007, FSP, Mais!, p. 5 e 6. Entrevista com Alain Touraine sobre o livro “O mundo das mulheres”.

citamos, as pesquisas de Mendes (2011) sobre o ativismo feminista nos jornais dos Estados Unidos e do Reino Unido documentaram que existe uma agenda de maior suporte ao movimento na cobertura midiática dos anos mais recentes, com uma maior complexificação da cobertura, ainda que com certa tendência à domesticação. Nas notícias brasileiras analisadas nesta terceira onda, há um movimento claro de negar a importância do ativismo e depois celebrar seu ressurgimento.

A existência de um discurso pós-feminista, assentado na crença de que as conquistas já haviam ocorrido e que o movimento não era mais necessário, disseminado sobretudo nos Estados Unidos (McRobbie, 2004), ganha as páginas do jornal especialmente nos anos 90. A individuação das conquistas femininas, descoladas de um processo histórico de luta, tem visibilidade acentuada. É personificada na ensaísta americana Camile Paglia, “a intelectual mais popular e politicamente incorreta em atividade nos EUA”¹⁴⁵, repetidas vezes acionada para decretar a falência da militância das mulheres. “Podemos mudar nossas vidas no campo social, assegurando às mulheres os mesmos direitos dos homens, mas não há nada que se possa fazer para torná-los iguais”, afirmava. Ela criticava o que chamava de “vitimismo das feministas” e tinha controversas opiniões, como as reproduzidas abaixo.

(...) Mas nem sempre uma agressão física cometida pelo marido é motivada por ressentimentos de ordem social. Muitas vezes, a motivação é puramente sexual. É fato que inúmeras mulheres gostam de apanhar porque isso as excita. Se não gostasse, deixariam os seus maridos. O sexo é um poder turbulento sobre o qual não temos controle e é justamente esse aspecto que o torna ainda mais interessante e excitante. Que ninguém se iluda: a guerra entre os sexos não vai terminar nunca” (Em pé de guerra, 06/12/1992, FSP, Mais, p. 4)

Paglia - As feministas foram marginalizadas nos Estados Unidos por causa dos excessos dos anos 80 e início dos 90. A visão é negativa, de estridência e extremismo. É uma situação desconcertante, mas é culpa das próprias líderes feministas. Elas ficaram obcecadas com aborto e assédio sexual e negligenciaram assuntos muito mais importantes que afetam as mulheres no mundo. Eu acredito em igualdade de oportunidade: os obstáculos para o avanço devem ser removidos, mas sem proteções especiais.

A proximidade da mudança de século ensejou uma série de textos sobre o balanço do movimento feminista no jornal, focando de um lado na persistência das desigualdades coletivas e, de outro, na dimensão pessoal do enfrentamento às opressões. Alvarez (2014, p. 25) sinaliza em suas pesquisas que o diagnóstico de desmobilização não estava restrito à mídia, mas que as ideias de que ““o movimento” estaria

¹⁴⁵ Paglia declara seu amor à vulgaridade 15/05/1993, Ilustrada, p. 1.

desmobilizado, despolitizado, cooptado e até moribundo, quando não findo, abundavam nas fileiras feministas”.

Mas é difícil saber se para as mulheres os resultados do feminismo foram compensadores (...) Mesmo nas esferas mais baixas, os homens continuam a ganhar mais que as mulheres pelos mesmos serviços. E os trabalhos "tipicamente masculinos" pagam mais do que os "femininos" - caminhoneiros versus secretárias nos Estados Unidos, por exemplo. A cantora Laurie Anderson diz numa música que, se a diferença sexual de salários continuar a diminuir no ritmo dos últimos 50 anos, a equiparação se dará. Depois do ano 3000 (Entre fuzil e véu, feminismo busca seu caminho, 08/03/1991, FSP, p.2).

Se já não havia uma movimentação frequente nas ruas e se os ganhos possíveis já haviam sido obtidos sem muitas possibilidades de melhoria, tal como apregoava o discurso pós-feminista, o “obituário” do jornal parecia pronto: o feminismo brasileiro não resistiria aos anos 2000.

No ano 2000, Violeta vai ter 9 anos (...) Nada mais ingrato do que exercícios de futurologia. Os sonhos de uma época sempre se parecem mais com uma imagem distorcida de si mesma que com qualquer outra coisa. Mas podemos ter certeza de uma coisa. Os primeiros tempos do feminismo parecerão tão remotos para Violeta quanto as primeiras transmissões de rádio para mim e para você. Talvez ela saiba menos sobre "Malu Mulher" quanto eu e você sobre as sufragettes inglesas. (...) "Não existe feminismo nem machismo", radicaliza Tati Kwiezynski, 15 anos. "Quem for esperta, sai na boa do machismo, sacou? Eu driblo legal, e vivo num meio que tem homem pra caralho" (...) Deu pra notar que Betty Friedan é totalmente inútil para Tatiana Kwiezynski (As garotas do século 21, 24/04/1994, FSP, Revista da Folha, p. 18-23).

Mas os anos 2000 trouxeram ao jornal acontecimentos que não poderiam passar despercebidos pelos critérios de noticiabilidade. As mulheres ocupavam em massa as ruas de novo. Voltariam a ser notícia. A Marcha Mundial das Mulheres, a Marcha das Margaridas (“A última edição da marcha, em 2000, teve 20 mil trabalhadoras”¹⁴⁶) e a Marcha das Vadias entraram em cena, iniciando um processo narrativo mais contundente do novo ativismo que irá, anos depois, ser marcado nas notícias pelo uso da internet. Os 500 anos de descobrimento ensejaram o tema do 13º Encontro Nacional Feminista, com 600 mulheres na Paraíba – “500 anos de dominação, resistência e perspectiva” foi um evento que teve como uma de suas pautas “a recuperação da radicalidade”¹⁴⁷.

Nesta semana, o mundo é das mulheres. Previstas para acontecer em mais de cem países, marchas divulgarão os ideais de uma nova forma de feminismo que começa a tomar corpo. A principal bandeira do movimento ainda é por

¹⁴⁶ Pastorais planejam intensificar protestos, 10/08/2003, FSP, Primeiro Caderno, p. 7.

¹⁴⁷ Grupo de mulheres discute dominação, 26/04/2000, FSP, Caderno, p. 12.

igualdade de direitos e deveres em ambos os sexos. (...) As reivindicações, no entanto, agora abrangem também, entre outros aspectos, o combate à pobreza, à corrupção, a luta pelo fortalecimento do Terceiro Mundo (A nova onda do feminismo, 15/10/2000, FSP, TV Folha, p. 2-3).

Esse ativismo que ressurgiu nas ruas é acompanhado ainda pelo ganho de força das organizações não-governamentais feministas, que passam a ser bastante frequentes como fontes “sérias” e produtoras de conhecimento e reflexão sobre a vida das mulheres, a exemplo de dados sobre aborto ou participação das mulheres em mercado de trabalho.

A cada minuto, quase dois abortos clandestinos são realizados no Brasil. O número é uma estimativa baseada nas internações pós-aborto pelo SUS (Sistema Único de Saúde) e aponta que, desde 1999, cerca de 952 mil mulheres interromperam a gravidez por ano no país. Em todo o ano passado, foram notificados 1.880 abortos legais. A ilegalidade não impede o aborto, que é raramente punido. (...) De acordo com a Rede Nacional Feminista de Saúde, que reúne 113 entidades ligadas à defesa da saúde da mulher e direitos sexual e reprodutivo, o número de abortos clandestinos realizados no país em 2000 ficou estimado entre 750 mil e 1,4 milhão, utilizando a metodologia do AGI (País tem quase 2 abortos ilegais por minuto, 10/12/2004, FSP, Cotidiano, p.4)

O uso massivo das redes sociais na internet, como Facebook e Twitter, pelas ativistas será pauta em diferentes campanhas que ganharão visibilidade nos anos de 2010 e também ensejará a construção de um ativismo que não está ligado a movimentos mais clássicos, possuindo uma perspectiva mais horizontal, bastante específica desse período.

A internet é, muitas vezes, entendida como a arena da luta feminista atual: as campanhas passam a ser virtuais e uma ideia de publicizar o “meu” feminismo ganha força. Esse fenômeno não é uma marca apenas do feminismo contemporâneo, mas se expressa em diferentes movimentos sociais. Cardon (2016, p. 298) entende que essa travessia da militância “do nós” ao “eu” é “um aprofundamento das lógicas de individualização presentes na internet, bem como uma exacerbação da desconfiança em torno das formas organizadas da representação”. É a contribuição individual, não mais ligada ao que Cardon (2016) denomina de “conteúdos programáticos estáveis”, que alimenta a “entrada” de muitas mulheres no ativismo. Como veremos no capítulo a seguir, mulheres mais jovens, de movimentos surgidos nos anos de 2010, têm apontado que conheceram ou aprofundaram o que sabiam sobre feminismo via contatos pessoais na internet. Os resultados de Mendes (2012, p. 565) também apontam nessa direção, já

que, na segunda metade dos anos 2008, o movimento organizado passa a ser construído como “um conjunto de crenças pessoais”¹⁴⁸ na cobertura.

Enquanto as redes sociais servem de ferramenta de debate e campanhas virtuais para as que se incomodam com o problema - mas não pretendem ser ativistas - há na cidade ao menos cinco cursos e espaços que discutem o feminismo. "Sou feminista porque é o que mais se aproxima das coisas nas quais eu acredito", diz a ilustradora Evelyn Queiróz, 24, que não faz parte de nenhum grupo ou movimento. Há um ano ela publica na internet desenhos de uma personagem que criou. Sob o nome Negahamburger, Evelyn exerce seu feminismo fazendo retratos de mulheres fora dos padrões" (Mexeu com ela, mexeu comigo, 09/03/2014, Revista São Paulo, p. 25 a 31).

Se um ativismo mais espraído é perceptível, notam-se também as relações mais fortes com a **política formal**, o segundo tema mais presente nas notícias. A terceira onda é atravessada por notícias que vão desde a informação sobre as conquistas das mulheres da Constituinte (“Os deputados também resolveram atender às pressões do lobby feminista. Reservaram a mulheres 20% das vagas de candidato que um partido tem direito de lançar”¹⁴⁹) aos desdobramentos das duas eleições, governo e impeachment da primeira presidenta, Dilma Rousseff.

Nas matérias sobre política, eleições, representação e participação, é perceptível a gradativa institucionalização das pautas (a frequente presença da legislação de combate à violência contra a mulher – Lei Maria da Penha – por exemplo), a ocupação de cargos públicos por mulheres e feministas, especialmente com a criação da SPM. Dois exemplos são bem ilustrativos dessa proximidade. Djamila Ribeiro passa de uma fonte ouvida no jornal como ativista das Blogueiras Negras¹⁵⁰ para a voz da Secretaria Municipal de Direitos Humanos de São Paulo¹⁵¹. Eleonora Menicucci passa da militante que clamava por maior radicalidade no encontro da Paraíba à ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres¹⁵².

Uma questão que atravessou fortemente as notícias sobre política na primeira metade dos anos de 2010 foi a ensejada pelos enfrentamentos à chamada “ideologia de gênero”, feitos especialmente pelas bancadas religiosas da Câmara dos Deputados e centradas na defesa de um projeto de lei chamado de “Estatuto da Família”, com o foco

¹⁴⁸ “When examining coverage longitudinally, it becomes clear that where feminism was once constructed as an organized social movement (particularly in the US), by 2008 it was hegemonically constructed as a set of personal beliefs” (Mendes, 2012, p. 565).

¹⁴⁹ Partidos querem função da Justiça Eleitoral, 22/08/1995, FSP, Primeiro Caderno, p. 13.

¹⁵⁰ Patrulha ameaça ficção afirma Falabella, 28/09/2014, FSP, Ilustrada, p. 8.

¹⁵¹ Mosaico feminista, 08/03/2015, FSP, Ilustríssima, p. 6.

¹⁵² Dilma diz a ministra para seguir posição do governo sobre aborto, 11/02/2012, FSP, Primeiro Caderno, p.8.

na definição de família como um casal heterossexual e na proibição da adoção de crianças por homossexuais. Os textos midiáticos afirmam que, para a bancada, “o objetivo principal é marcar posição contrária a bandeiras progressistas, principalmente de movimentos gays e feministas”¹⁵³.

Já sobre as matérias relativas a **comportamento e cultura**, mudanças interessantes se fizeram notar na terceira onda, especialmente ligadas à representação das mulheres em produtos culturais e de mercado, resistência e enfrentamento a situações antes consideradas normais e uma discussão forte da chamada “crise da masculinidade”. O feminismo passava, diziam os textos, a alterar os costumes masculinos. “É natural, com a mulher se liberando, que o homem tenha ficado perdido, entregado os pontos”.¹⁵⁴

Como ser homem nos anos 90? O mundo pós-feminismo não é um lugar tranquilo para alguns desses seres. Símbolos tradicionais da masculinidade estão em xeque. O marido não precisa, ou não consegue, mais prover sozinho a família, o amante não pode mais desconhecer o prazer da parceira, o pai não pode mais colocar a responsabilidade da criação nas mãos da mãe. Em lugar dos velhos modelos, vagam, ou melhor, se arrastam machos perdidos (...) "Mas começa a haver um questionamento", diz Nolasco. "Quando entrei nessa área, em 1985, discutir a masculinidade era discutir sexo", lembra. "Fiz uma pesquisa com homens entre 25 e 35 anos, na qual perguntava: 'Por que você se sente homem?'. A resposta, quase sempre: 'Porque tenho pênis' (O macho perdido, 03/12/1995, FSP, Revista da Folha, p. 22-27).

Até os suplementos voltados para as adolescentes passaram a tratar com mais naturalidade o direito das meninas a reagirem a comportamentos machistas sobre suas decisões. Em um “quiz” da Folhateen para “treinamento de namorados”, o recado era claro:

2 - Ele comentou que a sua saia nova (linda) era muito curta: Esperamos que esse tipo de coisa não aconteça mais. Mas aí está uma coisa que merece ser anotada na caderneta como falha gravíssima. Se ele repetir a falha depois de ouvir um discurso feminista fashion no qual você explica que nenhum homem pode se meter no seu guarda roupa por motivos de ciúme, fala do papel da mini-saia nos anos 60 e explica que aquela saia custou muuuuito caro, ele pode, sim, ser expulso (da sua vida)! (Treinamento de namorados, 28/01/2002, FSP, Folhateen, p. 10).

As críticas à música e a diversas marcas, como as de cerveja, mostravam que o feminismo do século XXI estava atentando ao mercado e reclamava novas posturas.

¹⁵³ Evangélico, Cunha desengaveta projetos de caráter religioso, 13/02/2015, FSP, Poder, p. 9.

¹⁵⁴ Rose Marie Muraro solta seus demônios, 01/11/1999, FSP, Ilustrada, p. 5.

"Elas estão nas redes sociais e reagem a mensagens machistas. Muitas deixam de consumir determinadas marcas"¹⁵⁵.

Mas se há quem se identifique com o rap de periferia, há também quem veja nele um inimigo. Um dos grupos mais atacados pelas feministas, Doctor MCs emplacou um hit chamado "Garota Sem-Vergonha" (bitch). (...) O tema da garota sem-vergonha levou Gabriel ao estrelato. Por ironia, "Loraburra" foi inspirada pelo hit "Mulheres Vulgares", do primeiro disco do Racionais. "A letra está ultrapassada", desculpa-se Brown. "A gente não pretende errar de novo, falando mal de mulher". (Rappers são acusados de discriminação, 07/05/1994, FSP, Ilustrada, p. 3)

As alterações provocadas em diferentes arenas sociais pelo movimento feminista não passaram ilesas de críticas, como nas demais ondas analisadas. Os discursos antifeministas permaneceram e se tornam ainda mais visíveis na crítica ao chamado "politicamente correto"¹⁵⁶.

Por fontes ou via colunistas, as ideias de respeito às minorias, de maior preocupação com as representações da cultura e discursos sobre populações historicamente oprimidas viraram motivo de chacota, desde a década de 90 até os dias mais recentes. Em 1992, um texto de David Zing, assinalava que, nos Estados Unidos, a ideia estava perdendo força já que a Suprema Corte havia decidido "que você pode chamar as outras pessoas pelo nome que bem entender, desde que esteja disposto a enfrentar a briga consequente". Segundo o jornalista, "(...) Esta baboseira politicamente correta já durou tempo demais liderada por grupos minoritários estranhos que se sentiam ameaçados por palavras descritivas normais"¹⁵⁷. Mais de dez anos depois, na repercussão negativa do seriado "Sexo e as Negras" (2014, TV Globo), o discurso permanecia, e também era retrucado.

"O problema no Brasil é que o espaço da ficção está profundamente ameaçado", diz Falabella. "Estamos vivendo um momento gravíssimo. O espaço ficcional está ameaçado de forma brutal por esse extremismo" Questionada, Djamila Ribeiro, que participou do primeiro vídeo do Blogueiras Negras sobre o programa, responde que "quando grupos historicamente marginalizados reclamam, é óbvio que quem está numa posição de poder se incomoda" (Patrulha ameaça ficção afirma Falabella, 28/09/2014, FSP, Ilustrada, p. 8)

Esse terceiro período temporal mostra aprofundamentos de temas que já atravessavam a cobertura do feminismo da segunda onda e ratifica o que as estudiosas

¹⁵⁵ Cerveja promove mulher de caça a caçadora, 04/10/2015, FSP, Mercado, p. 8.

¹⁵⁶ Autor foi acusado de papista e anti-semita, 01/02/1992, FSP, Letras, p.1; É natural, 04/09/2012, FSP, Cotidiano, p. 2.

¹⁵⁷ Norte-americanos conseguem acabar com seu problema de 'PC', 05/07/1992, FSP, Mundo, p. 4.

feministas falam sobre a não superação das pautas de uma onda para outra. É possível perceber certo acompanhamento pelos jornais das transformações que o movimento passa, sobretudo nas atrizes que o protagonizam. Por outro lado, como veremos a seguir, não é necessariamente uma cobertura apenas positiva. O feminismo continua perturbando as relações sociais, e as notícias não deixam de tratá-lo como esse agente “estranho”. Passemos agora aos *frames* sobre sujeito e sobre público e privado presentes nas notícias e artigos da terceira onda.

4.3.1 Sujeito

Sobre o sujeito feminista que aparece nas notícias, dois frames são evidentes nesse período. No primeiro, a organicidade do movimento de segunda onda (que ainda aparece) vai dando lugar a um ativismo bastante marcado pela presença mais pessoalizada das mulheres. No segundo, ainda nessas décadas, observamos a permanência do feminismo como um desvio e das feministas como sujeitos diferentes. Dessa forma, os quadros encontrados nos textos são:

a) Enquadramento da feminista individual

b) Enquadramento da feminista desviante

O enquadramento da feminista individual está atrelado especialmente ao uso da internet. A defesa das pautas feministas via expressão online e atuação de seus *haters*¹⁵⁸, bem como o aprendizado de noções básicas de programação, para que possam diminuir o fosso de mulheres no mundo da tecnologia e utilizar esse conhecimento no ativismo¹⁵⁹, são alguns dos discursos que circulam nas notícias sobre essa nova fase.

O discurso sobre a diversificação de vozes, presente na literatura sobre internet e gênero (Ross, 2010), também se faz presente, com o surgimento do chamado "feminismo 2.0". “(...) Minorias dentro de uma minoria, mulheres negras transformam a web em ferramenta de união, informação e representatividade - esta tão escassa na mídia”. O texto é de uma página da Folha de São Paulo comemorativa do Dia

¹⁵⁸ Mulheres sofrem ameaças de estupro ao defender feminismo na internet, 24/02/2015, FSP, Tec, p. 6.

¹⁵⁹ Feminismo digital, 26/06/2016, FSP, Mercado, p.4.

Internacional da Mulher. O jornal convida a ONG Think Olga para escrever sobre as formas de apropriação dos mecanismos digitais pelas mulheres¹⁶⁰.

As *hashtags* mobilizadas nas campanhas virtuais ou nas convocações para ida às ruas são as aglutinadoras dessa militância sem um centro uno (Cardon, 2016). Como pontua o texto abaixo, não se trata de fato de um movimento, mas de um “fluxo permanente”, mais próximo do campo discursivo de ação de Alvarez (2014) do que das clássicas definições de movimentos sociais.

Há uma novidade nessa imensa onda feminista que aderiu ao movimento das ruas desde 2013, fez a chamada #primaveradasmulheres, foi para as ruas gritar #foracunha; lutou na ocupação das escolas em São Paulo; ocupou espaços públicos com a campanha #agoraéquesãoelas; organizou o movimento político #apartida, prestes a se tornar um partido feminista; mobilizou e surpreendeu as redes sociais com os relatos do #meuprimeiro assédio. A novidade está no fluxo permanente que promete seguir, seja pelas ruas, seja pelas redes, em movimentos de insurgência contra o que ainda resta de machista na sociedade brasileira. Essa é uma tarefa permanente, porque, a cada geração novas e antigas discriminações se reecontram. (Insurgência feminina, 20/12/2015, FSP, Revista especial - Cenários 2016, p. 28-29).

Há um reconhecimento via jornal, a partir dos depoimentos das ativistas, que se trata de um período diferente daqueles que estudamos anteriormente. O termo passa a ser colocado no plural – feminismos. Sujeitos antes nem mencionados (“transsexuais”) surgem no texto. Essa multiplicidade de vozes individuais questiona o próprio ativismo sobre quem é a “verdadeira feminista”, quais pautas são relevantes, de quem é o lugar de fala. O trecho longo abaixo ajuda a compreender tanto esses dilemas, como a própria necessidade do trabalho jornalístico de acionar diversas fontes para explicar, como o título do texto sugere, o que é esse “mosaico feminista”.

(...) Amplificado pela internet e entrelaçado a uma multiplicidade de reivindicações de grupos específicos, o feminismo tornou-se mais fragmentado. Representado por um mosaico de vertentes, coletivos e microgrupos, o movimento ampliou suas bandeiras e incluiu em sua agenda demandas de mulheres negras, lésbicas, travestis e transsexuais. Certo é que o grande adversário continua a ser um velho conhecido: "O machismo é o inimigo de todos, ele é inclusive o pai da homofobia", diz Márcia Balabes, da Liga Brasileira de Lésbicas e do Conselho Estadual LGBT, ligado à Secretaria da Justiça. Maria Amélia de Almeida Teles, a Amelinha, uma das fundadoras, em 1981, da União de Mulheres e autora de "Breve História do Feminismo no Brasil" (Brasiliense, 1993), considera que, ao contrário do que pode ser o feminismo hoje, o machismo nunca é novo. "É sempre uma coisa velha, rançosa, empoeirada." "Existem muitos tipos de feminismo, é mais apropriado falar de feminismos, no plural", diz Lola Aronovich, autora do blog Escreva Lola Escreva e professora de literatura em língua inglesa na Universidade Federal do Ceará. "Não se pode falar de mulher sem falar de raça, de classe e de orientação sexual", diz Djamila Ribeiro, que escreve no Blogueiras Negras e no Escritório Feminista, do site da revista "Carta

¹⁶⁰ Feminismo 2.0, a revolução que chega via wi-fi, 08/03/2015, FSP, Cotidiano, p.12

Capital". Para Aronovich, o feminismo "segue lutando contra a violência doméstica e sexual e contra todas as formas que mulheres são oprimidas". Ela cita, porém, questões que ganharam visibilidade recentemente ou que não existiam e que têm pautado o movimento, como a violência obstétrica e a pornografia de vingança --quando ex-parceiros divulgam na internet fotos e vídeos íntimos sem consentimento do outro após o término da relação. Djamilia Ribeiro é mais assertiva: "Há vertentes que perdem um tempo questionando quem é mulher e quem não é, quem é a feminista de verdade e quem não é, em vez de pensar os problemas a partir de nossa realidade". (Mosaico feminista, 08/03/2015, Ilustríssima, p.1)

Se a internet é a arena do ativismo em si ou da concentração antes das ruas, o corpo individual é o meio que ganha mais proeminência para a expressão dessas pautas, especialmente nos acontecimentos relacionados à emergência do Femen¹⁶¹ e das Marchas das Vadias¹⁶². Seios à mostra, frases feministas pintadas na própria pele das mulheres são característicos desse período. Gomes e Sorj (2014, p. 437), que se debruçam sobre a movimentação das *Vadias*, definem precisamente o papel do corpo nesse ativismo: "é objeto de reivindicação (autonomia das mulheres sobre seus corpos) e é também o principal instrumento de protesto, suporte de comunicação. É um corpo-bandeira". Segundo as autoras, no período que analisamos anteriormente, os debates sobre o corpo estavam mais articulados às pautas como aborto, reprodução e planejamento familiar. No caso das marchas atuais, o corpo é pensado como o espaço de vivência, de experimentação pessoal, de "libertação". Não é por uma pauta maior como antes, mas em um processo em que "a sensualidade dos corpos é celebrada; os padrões de beleza feminina são questionados por corpos que reivindicam pelos diferentes formatos; a menstruação é positivamente assumida" (Gomes e Sorj, 2014, p. 438).

A nudez que caracteriza o ativismo impacta decisivamente as narrativas midiáticas. O jornal afirma que o Femen, por exemplo, tornou-se famoso após o uso do *topless*.

A ativista de *topless*, como se define, e porta-voz do Femen, sabe que o midiático grupo feminista roubará as atenções na Eurocopa. A arma principal será a mesma que fez essa organização formada por universitárias de Kiev, em 2008, ser conhecida internacionalmente e ganhar voz para poder espalhar sua mensagem. Um exército de 40 ativistas jovens e bonitas realizando performances teatrais e exibindo corpos quase nus. O grupo, que antes de inserir os *topless* nos protestos não era famoso nem dentro de seu próprio país, considera que a melhor forma de lutar contra a exploração sexual é

¹⁶¹ O Femen é um grupo feminista fundado na Ucrânia, em 2008, famoso por realizar protestos de *topless* contra turismo sexual, homofobia, dentre outras pautas.

¹⁶² A Marcha das Vadias (*SlutWalk*) é um movimento surgido no Canadá, em 2011, após a declaração de um policial dizendo que as mulheres deveriam parar de vestir-se como vadias (*slut*) para evitar estupro. A marcha se espalhou para diversos países e tem como uma das marcas mulheres protestando com o corpo a mostra ou vestidas com poucas roupas.

usando o seu sex appeal. "Mas é diferente. Não estamos vendendo nossos corpos, estamos os usando para transmitir uma mensagem", afirma Shevchenko. (Belas e feras, 08/05/2012, FSP, Esporte, p.4)

A individualização do ativismo também convive na terceira onda com a permanente caracterização da *feminista como desviante*. A oposição entre o feminismo e feminilidade é uma das constantes em todas as ondas analisadas. Na defesa dos concursos de *miss*, já nos anos 2000, um texto do jornal afirmava que o "feminismo radical amainou, e a idéia de feminilidade voltou ao circuito, se algum dia o abandonou"¹⁶³. Nos anos de 1990, quando a personagem Tiazinha ganhava audiência na televisão e nas páginas das revistas voltadas para o público masculino, as feministas eram as vozes dissonantes da exploração do corpo feminino.

Como definiu José Simão, na Folha, a Tiazinha é a mulher perfeita: "não fala nem reclama; só mexe e ri". Por trás da piada, parece estar uma realidade dura de engolir as mulheres de que, em termos de sexo, o que interessa aos homens é "muita carne e pouco papo". Até agora, o único ranking do qual Tiazinha aparece em último lugar é o divulgado em um encontro de feministas na segunda-feira passada. Uma pesquisa feita com 253 mulheres de São Paulo colocou a mascarada como "a pior mulher na TV brasileira" (...) "Fiquei muito feliz com o resultado, porque ela é apenas um repositório das fantasias masculinas. É a fragmentação elevada à enésima potência: é máscara, chicote, lingerie...tudo, menos uma mulher inteira. Não é nem gente, porque não fala", afirma a escritora Rosie Marie Muraro, 68 (ternos sobrinhos, 14/03/1999, FSP, Revista da Folha, p. 6 a 13)

Outra figura pública que mobilizou comparações entre o que as mulheres comuns e as feministas desejavam foi Diana, princesa de Gales.

Bonita, elegante e bondosa. Ao mesmo tempo, traída, bulímica, e mal-amada. Diana, a "princesa do povo", parecia reunir em uma só pessoa as mazelas que atormentam 99% das mulheres neste final de milênio. (...) Segundo a escritora e ensaísta norte-americana Camille Paglia, Diana exercia um grande fascínio porque representava um novo tipo de mulher, diferente da imagem de "executiva bem-sucedida" exortada pelas feministas nos anos 80. "O appeal vinha do seu frescor, feminilidade, desejo pelo casamento e por filhos", disse Paglia em entrevista na terça-feira passada (...) A comoção feminina diante da morte de Diana mostra que, para as mulheres, 35 anos depois do início do movimento feminista, o grande drama ainda é "ser amada".

A recusa do feminismo sob a ideia de que era um estranho às demais mulheres, em especial às bem-sucedidas, encontrava nessas décadas ressonância, dada as conquistas femininas no mercado de trabalho. A compreensão de que a luta feminista

¹⁶³ Cabeça boa em corpo sarado, 03/06/2007, FSP Mais!, p. 3.

possibilitou esse crescimento às mulheres não aparece nesse quadro, no qual os méritos femininos são tratados como individuais, como conquistas próprias e o ativismo como distante, anômalo.

Elas estão invadindo todas as áreas. "Até a década passada, 60% das vagas abertas por empresas davam preferência a homens", diz Claudir Franciatto, da Manager, empresa de consultoria de RH. "Hoje, o número baixou para 40%." (...) Para Franciatto, até mesmo redutos tipicamente masculinos, como o arquetípico cargo de diretor financeiro, começam a cair. "Antes, o diretor financeiro tinha de ser homem, não havia papo", diz. "Agora, o empregador limita-se a analisar o currículo." (...) Esse recente crescimento do mercado feminino no Brasil fez surgir, em 1987, uma entidade: a Associação de Mulheres de Negócios. "Não somos feministas, hein?", avisa Carmem Carvalhal Gonçalves, a presidente. "Tenho horror a isso." (A ofensiva feminina nas empresas, 03/12/1995, FSP, Revista da Folha, p.23.).

Outra face assumida por esse “desvio”, já nos anos de 2010, irá ser chamada pelo antifeminismo de “feminazi”. Quando o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2015 trouxe uma questão com um texto de Simone de Beauvoir, o jornal afirmava que as discussões nas redes sociais foram intensas. “A julgar pelo barulho, preocupado mesmo já pode ficar o candidato que só descobriu Simone de Beauvoir após o Enem, no fim de semana”. (...) As 'hashtags' foram de 'doutrinação feminista' e 'feminazis' a 'chora machista' e 'machistinhas do Enem’”¹⁶⁴.

Outra questão bastante acentuada que identificava as feministas como opositoras de uma sociedade “normal” aparece nos textos sobre ideologia de gênero.

Cada vez mais ideologias são vendidas como teorias científicas. Ideologia de gênero é uma pseudoteoria que diz que ninguém nasce mulher ou homem, pois a sexualidade é uma construção social independente do sexo biológico (...) Um projeto de poder que quer destruir as bases da sociedade, ignorando a formação moral do Brasil, é promovido por aqueles que defendem criminosos, o assassinato por meio do aborto, o assistencialismo viciante, a liberação das drogas, a promoção de ideologias na escola, entre outras pérolas malignas (Absurdos de colonista não guardam vínculo com o real, Rogério Marinho, deputado federal pelo PSDB RN, 16/04/2016, FSP, Primeiro Caderno, p.8) .

Novamente, como vimos na segunda onda, são os articulistas do jornal, a exemplo de Luiz Felipe Pondé e Reinaldo Azevedo, que protagonizam com maior frequência esses discursos. Para o primeiro, não se deve dar credibilidade para as argumentações feministas, dado que “é um erro comum pensarmos que as angústias femininas não são universais. Tal erro é comum principalmente nas feministas, que, na

¹⁶⁴ Fla-Flu do Enem, 27/10/2015, FSP, Cotidiano, p. 8.

realidade, não entendem nada de mulher nem de homem”¹⁶⁵. Para o segundo, a agência do feminismo sempre dependeu de um suporte masculino.

As novas esquerdas ou as 'feminázis' não inovam nesse particular. Nas suas táticas, há sempre a inspiração de um bigodudo ou de um bigodinho homicidas - machos, é preciso dizer. A recente prova do Enem levou o tema do feminismo para a redação. Uma das questões citava Simone de Beauvoir como referência do movimento - ainda que ela tenha sido de um servilismo a Sartre às vezes constrangedor, até quando ia pra cama com outros homens. Estava lá: "Ninguém nasce mulher, torna-se mulher". A verdade profunda da sentença se revela assim: "Ninguém nasce homem, torna-se homem" (Meninas, bicicletai seios nus! – Reinaldo Azevedo, 06/11/2015, FSP, Poder, p. 8).

De 1921 a 2016, esse quadro – pejorativo – do feminismo transgressor nos jornais se mostra um achado extremamente interessante dessa análise e também nos resultados de pesquisadoras internacionais (Mendes, 2011a; van Zoonen, 1992). É perceptível como os discursos se atualizam na forma, com novas expressões para criticar as feministas, mas, substancialmente, investem contra o potencial de um movimento que desestabiliza uma hierarquia fundante da vida política e social. Por outro lado, é também importante perceber como os novos sujeitos feministas e as disputas que se colocam de alguma forma na teoria (lugares de fala, perspectivas sociais, posições de sujeito...) também aparecem nas fontes mobilizadas nesse último período temporal.

4.3.2 Público x privado

O enquadramento da relação entre público e privado na terceira onda se dá de forma próxima ao que encontramos na segunda, contudo mais do que apresentadas com pontos de interseção, as esferas são paulatinamente desnaturalizadas. Cada vez mais imbricados, os comportamentos historicamente associados às duas esferas se misturam de forma acentuada na cobertura jornalística sobre movimento feminista. A relação entre público e privado aparece mais difusa e tensionada de diversas formas, sem que a distinção entre as arenas se desfça. Todavia, é perceptível, com os ganhos oriundos das lutas mulheres, um processo de re-naturalizar certas conquistas ou comportamentos. Há

¹⁶⁵ Francesa, Luis Pondé, 09/01/2012, FSP, Ilustrada, p. 10.

uma construção mais difusa sobre as arenas, tal como se evidenciou com sujeitos ativistas

Para fins analíticos, chamamos de:

a) Enquadramento da desnaturalização

b) Enquadramento da re-naturalização

Uma dimensão em que a *desnaturalização* das relações público x privado se mostra acentuada é no uso reflexivo da linguagem. Isso se torna perceptível a partir das reconfigurações de palavras e expressões pelo ativismo. A Marcha das Vadias, por exemplo, passava a politizar um termo que era historicamente tido como pejorativo. A vadia é agora pública, reclama respeito, politizando um adjetivo ligado para deslegitimar as mulheres.

A publicitária Madô Lopez, 30, também aposta na "roupa de vento" como forma de chamar atenção para uma causa. A sua é a vadiagem: a grafiteira curitibana é a responsável por organizar a primeira Marcha das Vadias, em 2008, na qual mulheres usam trajes mínimos (ou nenhum) para protestar contra o machismo. (Guerra dos pelados, 21/07/2013, Revista São Paulo, p. 26 a 32).

Outro acontecimento que provocou questionamentos do uso da linguagem nesses anos foi sobre o uso flexionado do substantivo de designação do/a chefe do Executivo, com Dilma Rousseff sendo chamada de "Presidenta". Um caso emblemático da ocupação de um espaço, de um cargo e de uma arena ligados à vida pública, então masculina. A linguagem foi assim fundamental na busca por desnaturalizar a ideia de que só existe homem presidente.

É incrível a dificuldade que certas pessoas têm para perceber o sistema de dominação embutido na linguagem. As regras gramaticais não brotaram do nada, elas têm um histórico secular que pretendeu tornar a mulher irrelevante, a ponto de deixá-la invisível. (...) Mas o mundo mudou, e a linguagem precisa acompanhar essa mudança. É nesse particular que Dilma incomoda os conservadores: ela torna evidente que seu cargo é ocupado por uma mulher. (O gênero que muda a linguagem, 08/02/2012, FSP, Primeiro Caderno, p. 2).

O ativismo via linguagem era usado ainda para mostrar que os espaços públicos, como as ruas, estavam sendo ocupados por mulheres. Um coletivo de jovens feministas que colava lambe-lambe com dizeres críticos à desigualdade de gênero nas ruas de São Paulo afirmava: "O espaço público sempre foi dos homens. Uma mulher

não pode andar sozinha, mulher não pode uma série de coisas. O lambe é um só cisquinho, mas é importante"¹⁶⁶.

As notícias também davam conta que comportamentos que insistiam na repetição de estereótipos por meio de expressões e piadas também eram questionados, especialmente por meninas jovens. A ideia bastante difundida de que essas expressões jocosas eram “só brincadeiras”, de foro privado, foi pouco a pouco sendo combatida e ganhando visibilidade. Elas eram questões políticas, publicamente discutíveis e começavam a ser tratadas assim.

"O movimento feminista mais importante na história é o movimento dos quadris". "Mulher é como filme: só se revela no escuro". Piadas típicas de cursinho pré-vestibular como essas correm risco de extinção. As direções de instituições preparatórias frequentadas pela classe média alta paulistana têm orientado os professores a suspender comentários jocosos no intuito de evitar ameaças judiciais. Alunos e especialmente alunas têm reclamado do que consideram machismo, homofobia e racismo aos pais, que cobram explicações (...) Eu e três meninas saímos da sala quando o professor falou que, se quiser 'comer' a empregada, o cara tem que levá-la ao Habibs, conta Julia Castro, 18, aluna do Anglo de Higienópolis. "Essas brincadeiras reforçam o preconceito. Nossa luta já é difícil". (Reação de alunos faz professores pararem com piadas de cursinho, 10/08/2014, FSP, Cotidiano, p.8).

Você sabe o que é sexismo? Vou explicar: quando se afirma que mulher que transa com muitos homens é vagabunda e que um homem que transa com muitas mulheres é bem-sucedido, isso é sexismo. Quando se diz que boneca é coisa de menina e futebol é para meninos, isso é sexismo. Entenderam? Sexismo, como define o dicionário, é uma "atitude discriminatória em relação ao sexo oposto". (Coluna GLS, 02/11/2003, FSP, Mais!, p. 5).

Esse quadro da desnaturalização de público e privado se mostra intimamente ligado à discussão sobre a presença das mulheres na política formal, em cargos eletivos ou não. Como na segunda onda, questiona-se a quantidade pouco expressiva de mulheres, mas passa-se a brigar também pela qualidade da atuação de quem ocupa esses cargos. O questionamento das desigualdades que afastam as mulheres de uma parte do mundo político e as aproximam de outra, especialmente ligadas às questões de cuidado, também se acentuou.

A presença feminina no primeiro escalão das capitais brasileiras é, além de míngua, concentrada nas áreas sociais. Um levantamento feito pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SEPM) nos recém-nomeados secretariados de 26 capitais mostra que 59,9% das mulheres titulares atuam em áreas como educação e assistência social. Para a

¹⁶⁶ O papel das minas, 29/05/2016, FSP, revista são paulo, p. 21-27.

secretaria, essas pastas são relacionadas ao cuidado e à extensão da casa e da conduta doméstica. Nas secretarias ligadas a temas econômicos e de gestão contam com 25,3% das mulheres titulares. A consultora do ONG Cfemea (Centro Feminista de Estudos e Assessoria) Eneida Dutra diz que ainda não foi desconstruído o mito de que as mulheres são naturalmente adequadas para o espaço privado -a casa e a família. A Cfemea realiza estudos sobre o direito das mulheres. "Não podemos tratar isso como uma coincidência, como se as mulheres não se interessassem por outras áreas. Ainda há barreiras de desconfiança em relação à capacidade das mulheres de liderar e de lidar com situações de pressão", avalia. (Mulheres são maioria nas pastas sociais, 05/12/2007, FSP, Primeiro Caderno, p. 3).

Em especial com a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres, pautas antes restritas ao foro privado passaram a se institucionalizar, tal como o combate à violência doméstica e a Lei Maria da Penha – “feita por um consórcio de entidades feministas”¹⁶⁷. A violência talvez seja a pauta em que essa desnaturalização se acentuou, com a melhoria significativa da cobertura ao passar dos anos. Tentativas de debate sobre o aborto pelas ministras, feministas de longa data, que entravam para o Estado também mostravam que público e privado, a partir dos anos 90, estavam cada vez menos dissociados. “Há discussões e temas que são polêmicos na sociedade. A solução para eles não é escondê-los debaixo do tapete. É enfrentá-las, declarou Nilcéa”¹⁶⁸, a primeira ministra de mulheres brasileira.

As reconfigurações da figura masculina nas questões da vida doméstica e da paternidade também integram o enquadramento da desnaturalização. O jornal falava de um “homem em crise”, que se viu “perdido” com as conquistas femininas e começava a pensar em movimentos de valorização da masculinidade. De acordo com as notícias, a esfera “deles” estava tomada por elas e eles não sabiam como se comportar tendo que lidar, diz a metáfora do jornal, “com um pano de pratos nas mãos”.

O homem em crise seria o que se dá conta do descompasso: como se, enquanto a mulher cuidava de se emancipar, atarefada entre a casa e o trabalho, a maquiagem e o orgasmo, o homem tivesse ficado parado no meio da cozinha, sem saber o que fazer, com um pano de pratos nas mãos até solidárias (...)“Viadagem”, declara L., 33, solteiro, horrorizado com a possibilidade de que haja um movimento auto-intitulado “masculinista”: “Me desculpe, mas homem não precisa disso. A gente e continua dominando o mundo. (...) Mas aqui ela parece ser vista com enorme desconfiança, como se a mera possibilidade da existência da crise já significasse uma ameaça à masculinidade, à virilidade. Todos os entrevistados proibiram a publicação de seus nomes. (Homens em crise, 05/03/1995, FSP, Mais!, p. 4).

¹⁶⁷ Uma lei que pegou?, 22/09/2007, FSP, Primeiro Caderno, p. 2.

¹⁶⁸ Ministras querem discutir tema, 10/12/2004, FSP, Cotidiano, p. 4. / STF libera aborto de fetos anencéfalos. 13/04/2012, FSP, Cotidiano, p.1.

Se os avanços da vida das mulheres, muitos deles em função da luta feminista, causavam descompasso no comportamento masculino, o jornal trazia também que o feminismo colaborou para incentivar reflexões sobre uma paternidade mais ativa.

"O pai pós-moderno é um filhote do feminismo dos anos 60", diz a terapeuta familiar Isabel Cristina Gomes, professora do Instituto de Psicologia da USP. A psicóloga explica que os maridos das primeiras feministas não dividiam as tarefas de casa: elas podiam trabalhar, desde que não deixassem de lado o cuidado com o lar e os filhos. A maioria dos pais de então davam às crianças uma educação mais liberal do que a que tinha recebido, mas não colocavam a "mão na massa" - trocar fralda, dar papinha, colocar para dormir. Coube às suas mulheres criarem meninos dispostos a reivindicar um papel decisivo na vida dos filhos. (...) O reflexo da participação mais efetiva dos pais de hoje já chegou à esfera jurídica. O novo Código Civil, que entrou em vigor em janeiro, retira da mãe a prioridade na guarda dos filhos menores em caso de separação. (Pai até de madrugada, 10/08/2003, FSP, Revista da Folha, p. 10-15).

Essa fase analisada também abriga textos em que é visível um processo *de re-naturalização* de atividades associadas a público e privado. Não se trata de um insulamento, como na primeira onda, mas, diante da interseção que já marca a relação entre as esferas, observamos uma retomada de opiniões que buscam novamente associar especialmente às mulheres às atividades exclusivas do privado.

Um exemplo claro, fartamente documentado, é o fato de as mulheres que alcançavam os altos postos políticos mas não deixam de ter sua vida pessoal interrogada. A literatura sobre a cobertura de mulheres políticas atesta que essa é uma infeliz marca da visibilidade midiática dessas agentes (Norris, 1997; Ross, 2002). O marido e a família são sempre questões para as representantes femininas, incluindo as declaradamente feministas.

Folha: A sra. sonhava em ser senadora?

Eva Blay: Claro. E lutei muito para conseguir. Como suplente de Fernando Henrique Cardoso, participei ativamente da campanha. Sou a primeira senadora paulista eleita com voto popular - Dulce Salles Cunha Braga, a primeira mulher a ocupar o cargo, 1982, foi indicada pelo governo federal.

Folha: Normalmente é a mulher quem acompanha o homem. No seu caso, a inversão vem de sua prática feminista?

Eva Blay: De nossa prática feminista. Temos uma prioridade: ficarmos juntos. Se aparecesse uma oportunidade fascinante para ele, eu o seguiria. Acho normal que ele me acompanhe.

Folha: Seu marido é o marido dos sonhos de uma feminista? É Por quê? Porque ele também é feminista. (A senadora que planeja a vida, FSP, 13/12/1992, Revista da Folha, p. 20).

A maternidade voltava à cena para ajudar a justificar essa própria entrada na política. Esse é um exemplo da re-naturalização dessa relação. Por vezes, recorre-se a ideias naturalizadas sobre uma esfera para justificar a necessidade da outra.

A mãe do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) e candidata do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à sua sucessão, Dilma Rousseff, teve uma boa oportunidade para defender a participação das mulheres em cargos públicos, incluindo a Presidência, ontem em São Paulo. Aconteceu depois que a ministra da Casa Civil tomou café da manhã com a primeira mulher presidente do Chile, Michelle Bachelet. O encontro serviu, contou Bachelet, para que ela convidasse a ministra para um evento no Chile em setembro, justamente para falar do PAC. Mas, como o temário incluiu a "troca de experiências" sobre como é ser mulher no comando no ainda masculino e sexista mundo político, foi a chance para Dilma elogiar o modelo pós-feminista de Bachelet (por essa corrente entenda-se a que não rejeita como preconceito o elogio de algumas características consideradas femininas, incluindo os atributos da maternidade). (...) "Hoje em dia o Brasil pode ter tudo, já teve um presidente metalúrgico, pode ter um presidente negro, pode ter uma presidenta. A sociedade brasileira é madura o suficiente para saber que a sua multiplicidade pode ser representada de todas as formas", disse Dilma, que repetiu o "nem amarrada" quando instada a falar sobre 2010. Dilma lembrou a trajetória da colega, sem citar as semelhanças. Mas tanto a ministra como Bachelet foram presas e torturadas durante as respectivas ditaduras. Bachelet foi para o exílio, mas não escapou na campanha de acusações de que havia atuado no planejamento de atentados nos anos 80. Ambas passaram por áreas não tão comuns para mulheres na região: a brasileira, em energia, a chilena, na Defesa. As duas são solteiras. Nenhuma delas rejeita a projeção do papel de "mãe". O termo foi usado pelo sociólogo chileno Patricio Navia em entrevista à Folha para dizer que Bachelet preferia ser "mãe" dos chilenos a lutar para valer no jogo político. Bachelet defendeu seu estilo "dialogante". A mãe do PAC, questionada, ampliou o argumento: "Uma presidente que é mãe dos chilenos cumpre as duas obrigações de um governante: cuidar de seu povo e dirigir sua casa, seu país. Ser mãe é um fator positivo".(Dilma encontra Bachelet e diz que Brasil já é maduro para ter "uma presidenta", 31/07/2009, FSP, Primeiro Caderno, p.10).

Como nas demais ondas, os discursos de oposição ao feminismo também ganhavam espaço. Na re-naturalização da relação entre público e privado, em um texto intitulado "Desgraça do feminismo", um articulista do jornal (novamente, eles!) afirmava que as crianças estavam sendo prejudicadas com a saída das mulheres para os empregos fora de casa. Era preciso, segundo ele, combater esse "exagero" e acabar com o "tabu" de que as mulheres precisavam trabalhar fora.

Como quase todos os movimentos sociais, no entanto, o feminismo criou novas injustiças, produtos de exageros ou distorções de seus princípios. Uma delas transforma em suas vítimas as crianças. (...) O que não faz sentido é se criar um contingente de crianças inseguras, frustradas e incompetentes apenas para se satisfazer às exigências de um tabu social de que a mulher só é mulher na sua plenitude se tiver emprego fora de casa. É preciso acabar com essa desgraça do feminismo (Desgraça do feminismo, 20/10/1992, FSP, Opinião, p. 2).

Esses dois quadros apontam para um processo complexo que tem na imprensa tanto uma aliada importante na desnaturalização de concepções históricas sobre

questões que atravessam público e privado, como, ao mesmo tempo, um crescente tratamento re-privatizador das mulheres.

4.4 DISCUSSÃO

Quase cem anos depois, é possível admitir que as compreensões sobre o feminismo no jornal analisado mudaram. O jornalismo foi incorporando fontes, pautas, novos contextos de atuação do movimento feminista, embora alguns retratos permaneçam.

No que concerne ao sujeito do feminismo, é interessante notar como a ideia da feminista como uma mulher diferente, fora dos padrões, manteve-se constante independentemente dos períodos históricos analisados. Essa oposição entre feministas x mulheres ou feminismo x feminilidade atravessa todas as ondas, e os discursos antifeministas se mantêm fortes.

Quadro 3: Sistematização dos enquadramentos por onda

Onda	Enquadramento sobre sujeito do feminismo	Enquadramento sobre público x privado
1ª onda (1921-1959)	<ul style="list-style-type: none"> • Feminista desviante • Feminista aceitável 	<ul style="list-style-type: none"> • Insulamento • Permeabilidade via concessão
2ª onda (1960-1989)	<ul style="list-style-type: none"> • Feminista desviante • Feminista organizada 	<ul style="list-style-type: none"> • Intersecção
3ª onda (1990-2016)	<ul style="list-style-type: none"> • Feminista desviante • Feminista individual 	<ul style="list-style-type: none"> • Desnaturalização • Re-naturalização

Fonte: Elaboração própria.

Por outro lado, é necessário admitir a pluralização nas vozes feministas que são mobilizadas pelos jornais, especialmente visível nas organizações que são ouvidas ao longo do tempo. De movimentos mais organizados a coletivos que surgem e atuam na internet, o jornal foi acompanhando e legitimando o fluxo de mudança do movimento. O quadro abaixo ilustra melhor esse achado.

Quadro 4: Organizações que aparecem no jornal Folha de São Paulo em cada período analisado.

1ª onda	2ª onda	3ª onda
1) Aliança Cívica das Brasileiras 2) Federação Brasileira pelo Progresso Feminino	1) Centro da Mulher Brasileira 2) Centro Informação Mulher (CIM) 3) Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo 4) Conselho Nacional de Direitos da Mulher 5) Frente de Mulheres Feministas 6) Galf – Grupo Ação <i>Lésbica</i> Feminista 7) Movimento Feminista do PFL 8) Pró-Mulher 9) Revista Visão 10) SOS Mulher 11) União das Mulheres de São Paulo	1) Agende 2) Anis 3) Blogueiras Feministas 4) Blogueiras Negras 5) Católicas pelo Direito de Decidir 6) Cfemea 7) Cladem 8) Coletivo de Feministas Lésbicas 9) Coletivo Feminista Sexualidade Saúde 10) Confederação de Mulheres do Brasil 11) Conselho Estadual da Condição Feminina de SP 12) Feministas em Ação 13) Galf - Grupo Ação <i>Lésbica</i> Feminista 14) Geledés 15) Marcha Mundial das Mulheres 16) Movimento Brasil Mulher 17) Rede Mulher 18) Rede Nacional Feminista de Saúde 19) Setor feminino do PMDB 20) SPM 21) Think Olga

Fonte: Elaboração própria.

Mesmo que o número de organizações ouvidas e os tipos de coletivos tenham se diferenciado, uma ausência importante é sentida em toda a análise. As mulheres negras aparecem poucas vezes nos textos. A questão racial está no que Carvalho (2012) chama de “zona de invisibilidade”. Não se trata de um completo silêncio, mas de uma dimensão da luta feminista pouco incorporada quando olhamos longitudinalmente. Foram poucas as vezes em que a relação entre feminismo e racismo apareceu discutida diretamente no corpus analisado. Uma delas foi visível nos debates sobre a participação, em 1995, na 4ª Conferência da Mulher, em Pequim. A fala apresentada abaixo se liga de forma muito direta com as discussões que bell hooks (2013) faz sobre essa relação entre raça e gênero.

Nilza Iraci Silva, 45, é a única mulher negra que integra o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Ela vai à 4ª Conferência da Mulher, em Pequim, junto com a delegação oficial, representando a ONG Geledés - Instituto da Mulher Negra.(...) Segundo Nilza, as mulheres negras ainda têm muito a

conquistar mesmo dentro dos movimentos negro e feminista. “O movimento negro se preocupa com o racismo, mas não prioriza a questão do gênero, e o movimento feminista às vezes esquece o problema racial” (Negra divide tempo entre duas militâncias, FSP, 27/08/1995, Mundo, p. 23).

Sobre as relações acerca de público e privado, entendemos que o jornal também acompanha o processo social de tensão das esferas. É bastante visível como há uma passagem clara, no discurso midiático, de argumentos que sustentam o afastamento das mulheres do público e inscrição nelas do privado, para aqueles que passam a tensionar essa divisão. O que depreendemos desses textos é que houve, ao longo do tempo, um aprendizado oriundo das mudanças na sociedade brasileira, o qual advém fundamentalmente da forma como as ativistas feministas interpelaram as dinâmicas de opressão, desigualdade e hierarquia. Contudo, é possível notar também um processo de re-naturalização das discussões sobre público e privado, se aproximam das ideias de um maternalismo e aproximação à ética do cuidado (Gilliga, 2013).

Por outro lado, essa pesquisa também corrobora os achados de Mendes (2011, 2011a, 2011b, 2012), que mostra uma prevalência de discursos mais positivos sobre o movimento feminista na contemporaneidade do que encontraram pesquisadoras de décadas anteriores e, sobretudo, do que dizem as próprias mulheres sobre sua presença midiática enquanto militantes.

Contudo, a autora também afirma que, mesmo com essas inserções positivas, “discursos de retrocesso (*backlash*) tendem a emergir em tempos de renovado feminismo”¹⁶⁹, tais como nas recentes marcações das feministas como “feminazi”. Essa dinâmica de visibilidade positiva e negativa aparece nos três períodos analisados, de forma que não é possível afirmar a presença isolada de um ou outro discurso. Notícias ou textos opinativos claramente anti-feministas apareceram no mesmo jornal que realizou coberturas densas sobre o movimento.

É interessante retomar a ponderação de Cohen (2012), apresentada no primeiro capítulo, sobre como a luta feminista é fundamental para que o que concerne às esferas de público e privado seja produzido de forma dinâmica e também discursivamente. A autora tem apostado que o tratamento público das questões que afetam as vidas mulheres é fundamental para que o privado não se confunda com opressão. Com a

¹⁶⁹ No original: “Backlash discourses tend to emerge at times of renewed feminist activism” (Mendes, 2015, p. 227).

análise dos jornais, é possível perceber como a politização das diferentes questões pelo movimento feminista vai ganhando força e espaço na cobertura.

Contudo, é necessário retomar também as ideias de Walby (1990), sobre os transbordamentos do patriarcado. Mesmo que em alguns momentos, haja uma consideração mais positiva sobre as pautas ou sujeitos do feminismo, conseguimos perceber falas bastante agressivas sobre o movimento e suas demandas. É o que autora entende como um fluxo não linear de combate à desigualdade de gênero; espaços ou pautas podem se tornar mais socialmente compreensíveis ou aceitos, enquanto outros ainda são extremamente marcados e entendidos a partir da hierarquia desfavorável às mulheres.

É observando essa presença complexa do feminismo nas notícias que partimos para a segunda fase da investigação sobre a relação entre os movimentos e os meios de comunicação. Como as próprias ativistas enxergam as narrativas sobre o feminismo? As compreensões se alternam dentro de um movimento com vieses tão diferentes e específicos? Essas questões acompanham o capítulo a seguir, para o qual entrevistamos feministas de diferentes faces, idades, locais de atuação. É a hora de conhecermos o outro lado dessa relação.

CAPÍTULO 5: O OLHAR DAS FEMINISTAS

O presente capítulo apresenta as opiniões das ativistas feministas de diferentes gerações sobre os meios de comunicação, em especial acerca das narrativas sobre elas. Se, mesmo com “zonas de invisibilidade” (Carvalho, 2012), é possível admitir mudanças na cobertura jornalística sobre o feminismo brasileiro, restava-nos investigar a direção inversa. Como o movimento “pensa” a mídia? Como se dá esse relacionamento, que se alterna - como vimos com os estudos feministas de mídia - entre a crítica incisiva e a necessidade de visibilidade para a amplificação das pautas? Se o jornalismo foi incorporando às suas fontes, pessoas ligadas às novas formas de ativismo e reivindicações, o movimento feminista de diferentes fases teria também compreensões diversas sobre a mídia?

Embora sejam instâncias com regras e funcionamentos próprios, os meios de comunicação não estão descolados da vida social, são agentes fundamentais na construção de sentidos sobre sujeitos, instituições e movimentos políticos (Gomes, 2005). Investigar os modos de relacionamento de atores críticos com a mídia e, especialmente, de atrizes que atuam no combate sistemático às desigualdades entre homens e mulheres é uma agenda que colabora para a compreensão do *outro lado* da construção da visibilidade desses movimentos: a forma como pensam, agem e respondem a essas construções midiáticas. Afinal, a “política, como a experiência, já não pode sequer ser considerada fora de uma estrutura midiática” (Silverstone, 2005, p. 265).

5.1 PERCURSO DAS ENTREVISTAS

Para tentar responder a esses questionamentos, procuramos entrevistar mulheres ativistas de diferentes “gerações” do movimento. Obviamente, não foi possível localizar aquelas que estiveram ligadas à primeira onda.

Para as demais fases, partimos inicialmente da lista de articulações (movimentos, coletivos, ONGs) da sociedade civil vinculadas à gestão atual do Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM – 2014/2017), disponível no site da extinta Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) ¹⁷⁰ (Anexo 1).

¹⁷⁰ <http://www.spm.gov.br/assuntos/conselho/composicao>. Acesso em: 20/01/2016.

Conforme salienta Gaskell (2002, p. 67), neste caso realizamos uma “seleção” e não uma “amostragem”, dado que esta última supõe que “os resultados podem ser generalizados dentro de limites específicos de confiabilidade”. Mais do que isso, procuramos “explorar o espectro de opiniões, as diferentes representações sobre o assunto em questão”, pois, como ressalta o autor, a “finalidade real da pesquisa qualitativa não é *contar* opiniões ou pessoas” (Gaskell, 2002, p. 68, grifos nossos).

Entramos em contato, repetidas vezes, por e-mail e telefone, com as organizações listadas e pedíamos que elas nos indicassem outras organizações feministas que julgassem relevantes, a partir do método bola de neve. A ideia era reunir o máximo de pluralidade possível. Várias organizações ou movimentos não responderam às solicitações e apenas um deles recusou-se diretamente a participar. A recusa do coletivo Blogueiras Negras merece ser pontuada. Ela aponta para o pano de fundo mais amplo em que essa tese se insere, da ocupação por mulheres de espaços como a universidade e, sobretudo, das desigualdades entre nós. Se a apresentação dos insucessos de uma pesquisa não costuma ser muito comum, neste caso a negação de participação é um ponto que toca nas discussões que viemos fazendo até aqui.

Oi, Rayza. Ficamos surpresas com mais um pedido de pesquisa com as BlogueirasNegras, principalmente porque esse pedido raramente tem chegado de mulheres negras (sim, e os motivos nós duas devemos conhecer já que sabemos da realidade da Universidade brasileira quando se refere a acesso). Essa inclusive tem sido uma das nossas bandeiras: que possamos nós mesmas falar por nós, contar nossas histórias e fazer acontecer. A respeito da nossa produção, ela está disponível em creative commons, então você analisa caso queira, porém nos sentimos desconfortáveis já que, como disse, é raro que sejamos nós a falarmos da nossa história - não que sua pesquisa impeça isso, mas ela nos mostra mais uma vez a realidade da universidade. Enfim, te desejamos sorte. (Email recebido em 18/02/2016)

Muito mais do que o encontro da pesquisadora com suas potenciais informantes, esse e-mail foi um dos momentos em que tivemos ainda mais certeza do quanto é impossível dissociar da prática científica o corpo, o gênero, a raça e a classe do sujeito que pesquisa.

Como esse, foram mais de trinta contatos iniciais, que se desdobraram em 12¹⁷¹ entrevistas realizadas com ativistas localizadas em diferentes pontos do espectro

¹⁷¹ Realizamos 13 entrevistas, mas optamos por utilizar 12 delas no texto. Para uma das entrevistas, entramos em contato com uma mulher então pertencente ao grupo Jovens Feministas de SP, mas quando ela retornou o questionário respondido, apresentou-se como participante de um coletivo em outro país, onde agora reside, informando que o grupo anterior não existia mais; além disso, todas as suas respostas se referiam ao feminismo em tal país. Há uma organização com duas respondentes dentre as entrevistas analisadas, a Liga Brasileira de Lésbicas, pois nos foi solicitado que o formulário fosse enviado para sua lista de e-mails. Optamos por manter ambas.

feminista: religiosas, transexuais, negras, lésbicas, ativistas online, dentre outras. É preciso ressaltar que procuramos as entrevistadas por organizações e não por trajetórias ou projeções pessoais. Seguimos, neste caso, a orientação de Gaskell (2002, p. 70), para quem “embora características sociodemográficas padrão possam ser relevantes (...) seria mais eficiente e produtivo pensar em temas de ambientes sociais relevantes para o tópico em questão”.

Com exceção de uma conversa gravada por telefone, as demais entrevistas foram realizadas por meio de um formulário online (Anexo 2), enviado por email, que buscava capturar as percepções das ativistas sobre a visibilidade do feminismo, além de questionamentos sobre o próprio uso dos meios no ativismo. O questionário foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa (COEP) da UFMG antes da realização do campo, conforme as regras previstas na universidade para quaisquer estudos envolvendo seres humanos¹⁷². As entrevistadas serão identificadas por números e pela organização às quais estão vinculadas. O quadro abaixo apresenta os dados gerais.

Quadro 5: Descrição e identificação das mulheres entrevistadas por organização, idade, gênero e raça.

Organização	Década de fundação	Data da entrevista	Idade	Gênero	Raça ou cor	Identificação
1. CIM – Centro Informação Mulher	1970	03/03/2017	62 anos	Feminino	Branca	Entrevistada 1
2. Cfemea - Centro Feminista de Estudos e Assessoria	1980	28/11/2016	30 anos	Feminino	Branca	Entrevistada 2
3. SOS Corpo – Instituto Feminista para Democracia	1980	20/12/2016	52 anos	Feminino	Cor morena e raça negra	Entrevistada 3
4. União Brasileira de Mulheres	1980	15/10/2016	63 anos	Feminino	Branca	Entrevistada 4
5. Católicas pelo Direito de Decidir	1990	21/03/2016	60 anos	Feminino	Branca	Entrevistada 5
6. Instituto Patrícia Galvão	2000	01/11/2016	Não declarada	Feminino	Branca	Entrevistada 6
7. Liga Brasileira de Lésbicas - LBL	2000	01/03/2017	34 anos	Feminino	Branca	Entrevistada 7
8. Liga Brasileira de Lésbicas - LBL	2000	28/02/2017	56 anos	Feminino	Branca	Entrevistada 8

¹⁷² Processo - 47257115.8.0000.5149, número do parecer 1.174.614, com data de relatoria de 04 de agosto de 2015.

9. Marcha Mundial das Mulheres	2000	11/11/2016	33 anos	Feminino	Branca	Entrevistada 9
10. Blogueiras Feministas	2010	17/10/2016	35 anos	Feminino	Parda/miscigenada	Entrevistada 10
11. Coletivo Transfeminismo	2010	01/04/2016	31 anos	Travesti	Branco-asiática ou amarela	Entrevistada 11
12. Fórum Nacional de Mulheres Negras	2010	17/03/2016	Não declara da	Feminino	Negra	Entrevistada 12

Fonte: Elaboração própria.

Antes de questionamentos específicos sobre a relação entre mídia e feminismos, perguntamos às entrevistadas sobre seus processos de ingresso no movimento organizado ou de descoberta sobre *ser feminista*. E também acerca do tipo de ativismo que realizam, pautas mais específicas e espaços de luta. Essas respostas ajudam a clarear as compreensões sobre os meios de comunicação levantadas ao longo do questionário, bem como a articular essas narrativas junto aos discursos disponíveis na primeira fonte de dados que utilizamos, o material jornalístico.

O emprego da entrevista qualitativa para mapear e compreender o mundo da vida dos respondentes é o ponto de entrada para o cientista social que introduz, então, esquemas interpretativos para compreender as narrativas dos atores em termos mais conceituais e abstratos, muitas vezes em relação a outras observações (Gaskell, 2002, p. 65)¹⁷³.

O perfil das informantes é de mulheres em torno dos 30 anos, com três mulheres na faixa dos 60, embora o dado sobre idade não fosse obrigatório no formulário para evitar desconforto. Com exceção de uma pessoa que se identificou como travesti, as demais se declararam como do gênero feminino. Quando questionamos raça ou cor, oito mulheres se identificaram como brancas, duas como negras, uma como parda/miscigenada e outra como “branco asiática ou amarela”.

Apresentadas essas características mais gerais das entrevistadas, iremos situar essas mulheres a partir dos seus relatos sobre a) entrada e descoberta do/no feminismo, b) espaços de ativismo e formas de organização, c) compreensões sobre os meios de comunicação, d) opiniões sobre as representações de mulheres nos meios de comunicação e, por fim, e) apreciações acerca da visibilidade midiática do movimento feminista.

¹⁷³ É necessário enfatizar que a entrevista via formulário online possui características diferentes daquela realizada face-a-face, especialmente por conta interação que pode alimentar novos questionamentos. Contudo, esta foi uma saída dada a localização geográfica das mulheres e o tempo de execução desta parte da pesquisa, realizada após a análise dos 95 anos de material jornalístico.

Para análise das respostas neste primeiro momento, seguimos as proposições de Duarte (2004), para quem é interessante promover a articulação das falas encontradas, observando consensos e dissensos, além do que se mostra mais recorrente entre as falas, a fim de captar “o modo como os diferentes interlocutores percebem o problema com o qual ele está lidando” (Duarte, 2004, p. 222).

É a partir daqui que as ideias da pesquisadora encontram as das mulheres informantes, em um processo de afastamento e de reforço de impressões, pois como afirma Gaskell (2002, p. 74) a entrevista é “uma partilha e uma negociação de realidades”.

5.2 ENCONTROS COM O FEMINISMO E PERFIS DE LUTA

A entrada dessas mulheres no feminismo se deu por vias diferentes, mas é preciso ressaltar a forte presença da universidade como o local do primeiro encontro para muitas das entrevistadas para esta tese. A entrevistada 5 (60 anos), das Católicas Pelo Direito de Decidir, por exemplo, afirma que se identificou “com a proposta do feminismo no início dos anos 90 quando fazia mestrado”. A mulher 10, 35 anos, do Blogueiras Feministas, relata que foi por meio da graduação que as questões saltaram ao seu olhar: “primeira vez que ouvi falar de feminismo foi durante a faculdade de Pedagogia, professoras se identificavam como feministas. A partir daí, comecei a pesquisar na internet”.

Na trajetória da entrevistada 9, 33 anos, da Marcha Mundial das Mulheres, a discussão veio via participação no movimento estudantil do ensino superior. Um acontecimento específico fez com que ela começasse a participar de coletivos feministas e ingressasse na sua organização atual.

Em um espaço do mov. estudantil **os homens fizeram uma votação das mulheres mais gostosas e as mulheres estudantes reagiram**, questionaram, colocaram publicamente a denúncia de que um espaço de construção política não poderia ter esse tipo de prática machista que julga as mulheres por seu corpo e aparência (Entrevistada 9, Marcha Mundial das Mulheres, 11/11/2016, grifos nossos).

A entrevistada 2, 30 anos, do Cfemea, também afirma que a academia, mais precisamente a “graduação de sociologia”, foi o primeiro lugar de contato do “feminismo como movimento e conceitos”, “de forma bem tímida e cheia de estigmas que um ambiente acadêmico heteronormativo impõe”. A graduação possibilitou a ela um estágio em um órgão federal de políticas para as mulheres - “Lá sim foi o

laboratório do meu feminismo, quando todas as questões vibrantes sobre desigualdades e injustiças ganharam título e um luta para uma vida inteira”, lembrou a ativista.

Há também as descobertas por meios de eventos, como a da entrevistada 12, do Fórum Nacional de Mulheres Negras (FNMN), em que a questão da raça aparece centralmente (“comecei a participar de eventos e seminários temáticos sobre empoderamento das mulheres na minha adolescência, me interessei e desde então resolvi entrar para debater o feminismo em um coletivo de jovens negras”). Na fala da entrevistada 11, do Coletivo Transfeminismo, a identificação com o feminismo está ligada ao “processo de 'transição', isto é, ao processo de vivência social enquanto mulher trans”, a partir de leituras, práticas, bem como da percepção das “exclusões de pessoas trans destes espaços”.

Há quem tenha começado a militância em outros movimentos sociais e depois ingressado no movimento feminista organizado, como a entrevistada 3 (52 anos), da SOS Corpo, que afirma que não se descobriu feminista “em um dia”: “Me construí feminista ao longo da vida. Isso começou antes quando eu ainda não conhecia o feminismo como teoria, mas já não aceitava o lugar de subordinação que me era imposto pelo fato de ser mulher”. Outras mulheres também vêm da militância em partidos de esquerda para grupos em que se sentem mais representadas, como a entrevistada 7, da Liga Brasileira de Lésbicas, que prefere ser designada como “uma lésbica feminista”, não apenas como feminista.

As formas e os espaços de ativismo se espalham por organizações profissionais, como Cfemea, Centro Informação Mulher, Instituto Patrícia Galvão, e SOS Corpo que atuam com formações políticas e pesquisas; passando por instituições com pautas específicas, como as Católicas Pelo Direito de Decidir, com capilaridade na América Latina e em quase todos os estados brasileiros, cujo trabalho foca “na defesa do lugar das mulheres na sociedade e na igreja e também na luta por seu direito a autonomia sexual e reprodutiva” (Entrevistada 5).

Encontramos, também, ativismos focados em movimentos internacionais auto-organizados, como a Marcha Mundial das Mulheres, que atua em “mobilizações nas ruas” e ainda em “processos de articulação com movimentos sociais mistos, como sindical, camponês, etc.”. Nesta seleção, temos também militâncias em espaços com recorte específicos, como o Fórum de Mulheres Negras, focados em eventos importantes como Marcha das Mulheres Negras (“foi um divisor de águas entre o movimento de mulheres negras, e de forma muito positiva” – Entrevistada 12).

Concentrados em uma arena, temos as Blogueiras Feministas, que descrevem seu ativismo como “todo virtual” (“já fizemos cobertura de eventos e organizamos mesas de debate, mas atualmente em decorrência da falta de tempo e de outras prioridades nos concentramos em publicar textos e notícias no blog e nas redes sociais” – Entrevistada 10).

Vale ressaltar também as atuações em movimentos mais fluidos, preocupados com a produção de conhecimento na academia, como a da entrevistada do Coletivo Transfeminismo, e também com as dimensões mais cotidianas.

Acredito que minha atuação mais micropolítica, embora não tão articulada, também é um eixo importante de meu ativismo para a construção de redes e comunidades trans e travestis mais fortes nas dimensões materiais, afetivas e de potência política (Entrevistada 11, Coletivo Transfeminista, 01/04/2016).

A fala da entrevistada 11, junto com as organizações mais clássicas presentes na seleção, está próxima do que Alvarez (2014, p. 41) considera a fase atual do feminismo brasileiro, em que “vemos não só uma proliferação geométrica de atoras/es que se identificam com o campo feminista e nele disputam espaço e poder” - processos que ocorrem, segundo a autora, desde os anos de 1990 - mas “também testemunhamos processos de descentramento no interior desses feminismos plurais”. Um encontro que se dá de diferentes formas e caminhos, por vezes com nomes distintos, na luta contra a naturalização da sujeição das mulheres. Ou, como melhor resume a entrevistada 10: “Encontrar o feminismo foi como encontrar uma grande amiga que eu já conhecia, mas não sabia o nome”.

Apresentadas essas dimensões que auxiliam no retrato sobre as ativistas entrevistadas, passemos agora à relação mais detida entre as opiniões e percepções sobre a mídia e suas representações.

5.3 OS SUJEITOS: MÍDIA E FEMINISMO NA MÍDIA

No capítulo anterior, tentamos desvelar como o jornal analisado construiu, ao longo de diferentes décadas, o sujeito do feminismo e os discursos sobre quem são as ativistas. Nesta seção buscamos, com as entrevistas, entender como as feministas constroem o *sujeito mídia* e como leem as narrativas sobre seu ativismo dispostas nos meios de comunicação. Para isso, mobilizamos novamente a noção de enquadramentos.

5.3.1 A mídia pelas feministas

Nas entrevistas realizadas, dois enquadramentos sobre “quem é a mídia” nos saltaram aos olhos. Eles se relacionam a percepções difundidas na sociedade sobre a ontologia dos meios e a correntes acadêmicas voltadas para a compreensão do campo midiático. Esses enquadramentos também colaboram para entender, como explicitaremos a seguir, as formas como as feministas utilizam a mídia e interagem com ela, bem como as apostas atuais dos movimentos para publicizar suas demandas.

A mídia é entendida pelas feministas ouvidas nessa pesquisa a partir de dois quadros de sentido prioritários, que coexistem em diversas falas:

a) Enquadramento da mídia como ambiente

b) Enquadramento da mídia como ator político

No primeiro quadro, a mídia aparece nas falas como um *espaço* fundamental para o ativismo feminista, por conectar as pautas do movimento com a sociedade mais ampliada. É, no sentido de Antunes e Vaz (2006), um *elo* entre o *nós* e o *eles*. Em nenhuma das entrevistas, as feministas se mostraram contrárias à ocupação desse “espaço”. Não houve uma negação dessa arena, embora tenham sido pontuadas as dificuldades no modo de ocupação e acesso a ela.

A entrevistada 5, das Católicas pelo Direito de Decidir, afirmou que “a mídia sempre foi importante” para a organização em que milita. Ela define essa importância afirmando que se trata de “uma das formas que encontramos para ampliar a divulgação e o debate sobre nossas propostas”. Essa visão também é corroborada pela ativista 2, do Cfemea, para quem a mídia é “a ponte entre os movimentos sociais e a sociedade como um todo”.

Essa ambiência, contudo, não é uma arena neutra, afirmam as informantes. Embora as falas revelem a necessidade de generalização das reivindicações a partir da amplitude característica dos meios de comunicação de massa, as mulheres ponderam acerca dos interesses e constrangimentos envolvidos. A entrevistada 11, do Transfeminismo, define os meios de comunicação “como um ambiente crítico de disputa”, “em especial pelo seu potencial de transformação social em escala ampla”. A ideia também aparece no depoimento da entrevistada 7, da LBL, como um “espaço de

enfrentamento”. Para ela, é um lugar em que se deve combater “a midiaticização das heteronormas, da invisibilidade da comunidade negra, lgbts, portadoras de deficiência, dentre outros marcadores sociais”. Essa visão aparece nas discussões acadêmicas sobre mídia e minorias, tais como em Barbalho (2005, p. 37-38), que interroga se “não seria a mídia ‘o lugar’ por excelência da luta minoritária?” (...) “não seria o monopólio midiático o latifúndio contra o qual os “sem-voz” deveriam lutar?”.

Essa visão de um *espaço midiático* que precisa ser atravessado pelas pautas feministas é importante, a nosso ver, pois revela a preocupação das entrevistadas com a penetração das reivindicações para além dos públicos estritos onde esses assuntos já encontram ressonância ou, nos termos de Fraser (1993), nos *counterpublics*. Em momento anterior, já sustentamos que a dimensão da publicidade propiciada pelos meios de comunicação não pode ser descartada quando se pretende descortinar problemas enraizados ou tornar problemas algumas questões que ainda não são assim encaradas (Sarmiento, 2013). Compreender a mídia como esse ambiente, menos em uma perspectiva unidirecional - que marca o início das discussões na própria Comunicação como campo científico - e mais como um rio de muitos afluentes, parece fundamental para o caso do feminismo. Afinal, manter os debates e discursos em “arenas fechadas e descoladas da discussão pública compromete o próprio exercício crítico que os movimentos e grupos em desvantagem se propõem” (Sarmiento, 2013, p.88). O que é preciso investigar mais detidamente são as formas de relacionamento dispostas para a ocupação desse espaço.

Já no segundo enquadramento presente nas falas, a mídia aparece como um *ator político*, que exerce influência fundamental na forma como hierarquias de gênero são dispostas, reproduzidas e mantidas. Não é só um ambiente onde se digladiam posições que desejam se tornar visíveis para um público mais geral, mas um agente que possui interesses nas disputas sobre temas caros ao feminismo. As opiniões que focam nessa dimensão acionam, com muita frequência, todo o debate sobre democratização dos meios de comunicação no Brasil e citam redes como o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), que articula uma série de movimentos de esquerda ou do campo progressista no debate sobre a concentração de mídia no país. A entrevistada 3, da SOS Corpo, que cita o engajamento de sua organização no FNDC, afirma que seu feminismo está preocupado com o “sentido político da comunicação”.

Entendendo a mídia como ator, a entrevistada 9, da Marcha Mundial, sustenta que os “meios de comunicação hegemônicos reproduzem estereótipos e a ideologia

dominante”. A entrevistada 2, do Cfemea, argumenta que “mídia é poder” ao se referir ao cenário de economia política dos meios no Brasil. Como um ator, os meios são responsáveis, nas palavras dela, por “criar preconceitos” e colaborar para o “retrocesso da sociedade”, dado que estão ligados, por meio de concessões “a grupos fundamentalistas”. A mídia encarna, assim, os valores de quem a controla. De acordo com a informante 1, do CIM, “a mídia é a maior reprodutora contemporânea da lógica patriarcal, da exploração/dominação das mulheres”. Para a mulher 12, do FNMN, há um problema nas “corporações e redes midiáticas existentes no nosso país, que não respeitam a questão de gênero”.

Essa é uma posição forte em um extremo do debate acadêmico na Comunicação e Política, em autores como Venício de Lima, para quem “o debate público não é só majoritariamente pautado por ela – a grande mídia – como uma imensa maioria da população a ele não tem acesso e é dele historicamente excluída” (Lima, 2013, p. 107).

Os dois enquadramentos dispostos nas respostas das feministas denotam, por um lado, a necessidade de interagir com os meios, a fim de abarcar maior número de pessoas na disseminação das questões caras ao feminismo; de outro lado, constroem a mídia como mais um ator contra quem o feminismo deve se voltar. Essas formas de enquadrar a mídia dispostas nas falas das feministas acionam, no primeiro caso, um viés mais prognóstico e, no segundo, mais diagnóstico. É como se o “ideal” para os anseios do feminismo fosse a ocupação desse ambiente crítico, em que a vocalização se coloca expandida. Entretanto, é com a segunda dimensão, com a ideia de ator político, que as diferentes faces do movimento parecem interagir com mais força, em especial com resistências e enfrentamentos. Essa ideia de um ator que constrói representações, que precisa ser confrontado fica ainda mais clara nas interpretações sobre a visibilidade do movimento feminista.

5.3.2 As feministas na mídia pelas feministas

O capítulo anterior mostrou algumas mudanças, ao longo do período analisado, da cobertura jornalística sobre o feminismo no Brasil. As pesquisas de Barker-Plummer (2010, p. 146) também corroboram esses achados e mostram que, historicamente, a interação entre feminismo e mídia é marcada por “cobertura positiva e legitimadora em

alguns contextos e por marginalização em outros”¹⁷⁴. A autora defende uma abordagem mais dialógica e menos determinista para a compreensão dessa visibilidade do feminismo: "(...) uma abordagem que vê as notícias menos como uma máquina determinística ou misógina e mais como um discurso ou sistema de conhecimento que pode ser (e tem sido) negociado por agentes de mudança social" (Barker-Plummer, 2010, p. 167)¹⁷⁵. Por isso, foi fundamental questionar às ativistas como elas entendiam a representação do movimento e de suas atrizes na mídia.

Pelas entrevistas, dois enquadramentos se tornaram claros:

a) Enquadramento da feminista desviante

b) Enquadramento da feminista unitária

O primeiro quadro é acionado pelas informantes para dizer das construções midiáticas que retratam as feministas a fim de agredir sua imagem ou associá-las com comportamentos específicos, com a construção de estereótipos. Ele está ligado aos próprios achados que tivemos nos jornais, nos persistentes enquadramentos do sujeito feminista como *desviante*, nos três períodos de análise. A entrevistada 5, das Católicas pelo Direito de Decidir, afirma que, “na mídia, em geral, as feministas ainda são vistas como mal amadas, sapatões, mulheres que querem derrubar os homens do poder”. A ativista afirma que é preciso superar a ideia que elas “são mulheres ressentidas” e mostrar sua organização “como movimento social para transformar as relações entre os homens e as mulheres e criar espaços mais igualitários”. A ênfase na questão da igualdade é fundamental, segundo a entrevistada, para superar esses estereótipos. “É isso que pretende o feminismo: igualdade de direitos, de oportunidades, de tratamento”, argumenta.

Acionando a ideia da mídia como um ator, a entrevistada 12, do Fórum Nacional de Mulheres Negras, sustenta que “a mídia brasileira, composta por interesses patriarcais, tenta desvirtuar e rebaixar o movimento feminista a todo tempo, ou seja, é uma luta diária contra a mudança de conceitos”. Uma das formas desse quadro do desvio se construir é a partir da dissociação do feminismo na mídia com o restante da

¹⁷⁴No original: “has been marked both by moments of progressive publicity and by persistent ideological containment, by positive and legitimating coverage in some contexts, and by marginalization in others” (Barker-Plummer, 2010, p. 146).

¹⁷⁵No original: “(...)an approach that sees news less as a deterministic or misogynous machine and more as a discourse or knowledge system that can be (and has been) negotiated by social change agents” (Barker-Plummer, 2010, p. 167).

sociedade, ou especialmente, das demais mulheres. Para a entrevistada 2, do Cfemea, “a grande mídia ainda nos trata como marginais à sociedade, nossa proposta é bem mais radical que a marginalidade permite”.

Já o segundo quadro, está presente nos proferimentos que consideram que a mídia não representa a pluralidade ou diversidade dos feminismos, as múltiplas correntes e contextos de luta e organização. Para as feministas, o feminismo aparece na grande mídia de forma homogênea, unitária.

De acordo com a entrevistada 7, lésbica feminista que aciona essa marcação de sexualidade para compreender a exposição midiática, a “nossa representação é quase nula”. Para a mulher 10, do Blogueiras, isso se dá em função do já citado cenário de propriedade dos meios de comunicação. Ela destaca que “por ser concentrada na mão de poucas pessoas no Brasil, [a mídia] não reflete as pluralidades sociais e contribui para a construção de concepções erradas sobre o feminismo e outros movimentos sociais”.

A entrevistada 9, da Marcha Mundial, pondera que o movimento tem “aparecido cada vez mais”. Todavia, salienta que há filtros nessa exposição, tornando visíveis “questões que são mais palatáveis, mais aceitas, e não dão tanta visibilidade às lutas feministas mais anti-sistêmicas”. É o que as pesquisas de Dean (2010) nomeiam como “domesticação” do ativismo. Para ela, há ausência de uma “perspectiva popular” no que aparece sobre o feminismo na mídia: “falta mostrar que o feminismo é composto por muitas mulheres e, sobretudo, por mulheres pobres, trabalhadoras, que estão na luta cotidiana e fogem aos padrões” (Entrevistada 9).

A pluralização da representação dos feminismos (e “das comunidades trans e travestis”), para a entrevistada 11, depende das pessoas que estão envolvidas nos processos de produção e edição midiática. A opinião é muito próxima das pesquisas de Chambers (2004c) sobre a feminização das diversas profissões ligadas à comunicação, em especial ao jornalismo. “Se as pessoas que editam e escolhem o que irá 'ao ar' são todas brancas, cisgêneras, heterossexuais e ricas, dificilmente a representação das diversidades sairá da simplificação, do exotismo e da condescendência”, afirmou a travesti.

Entre a homogeneização e o estereótipo, há uma ideia que atravessa as falas de que a representação está se tornando cada vez mais positiva e que, em outros períodos, foi mais complicada. Segundo a entrevista 12, com a mulher integrante do FNMN, “já houve tempos piores; com muita luta e dificuldades impostas estamos mudando esses conceitos, mas ainda falta muito para os avanços”. A mudança que essas mulheres

identificam é atribuída ao próprio ativismo, especialmente aos processos de contra-narrativa que são feitos via internet.

A entrevistada 11, Transfeminismo, assinala que o “período recente tem trazido consideráveis avanços na representação dos feminismos”, com “jornais de circulação ampla trazendo matérias interessantes sobre o tema”. Ela ainda identifica “muita simplificação” na abordagem e fala de “discursos complicados” como os de mulheres que ganham espaço por se autodeclararem “antifeministas”.

Para a entrevistada 6, do Instituto Patrícia Galvão, que atua em uma série de monitoramentos sobre mulheres e mídia a “representação do movimento feminista é hoje na imprensa em geral positiva”, especialmente nos “jornais de referência nacional e sites noticiosos”. Ela atribui a melhoria dessa cobertura ao fato de que, hoje, “temos mais evidências sobre as condições das mulheres, fica mais difícil tratar esses temas de forma mais jocosa”. Segundo ela, “houve um tempo, anos 80/90, que o movimento precisou bater de frente com a imprensa e cobrar respeito. Já foi pior e ainda é ruim, especialmente se sair dos jornais de maior representatividade”.

A visibilidade positiva ou negativa do movimento, para a entrevistada 6, depende do tipo de pauta que assume.

O movimento de mulheres tem uma maior penetração na mídia brasileira quando defende causa com sintonia na sociedade, por exemplo, uma pauta social, para sociedade e não só para as mulheres. Se olharmos pautas mais ousadas, a imprensa brasileira leva um tempo para abordar sem tanto preconceito (Entrevistada 6, Instituto Patrícia Galvão- 01/01/2016).

É bastante interessante conhecer esse outro lado da relação entre mídia e feminismo. As feministas reconhecem a importância de estarem nos meios de comunicação, dada a necessidade de compartilhar amplamente suas questões, sem, contudo, desconsiderar toda a lógica de exclusões definidoras da mídia. Ainda assim enfatizam que suas representações como ativistas se alternam entre o estereótipo e a pouca pluralidade do movimento.

A análise do capítulo anterior revelou que, de fato, a ideia de que as feministas são “diferentes” das demais mulheres e da sociedade acompanha a narrativa pública sobre o ativismo. Contudo, é importante frisar que, especificamente no jornal analisado, a pluralidade no que concerne aos contextos de atuação vem crescendo. Conforme pontuamos, há pouca visibilidade explícita do ativismo de mulheres ligado à raça. Por outro, lado como mostrou o Quadro 4 (p.160), ativistas localizadas em diferentes pontos do espectro feminista vêm ganhando espaço como fontes nas notícias.

Embora com nuances que pontuam a melhora gradativa no conteúdo midiático sobre o feminismo, grande parte das entrevistadas nos mostrou visões que enfatizam a negatividade nessa visibilidade. Observamos um extremo dessas ponderações nas falas da entrevistada 1, a qual afirmou que “para a mídia é como se vivêssemos a Antiguidade”, em que “as mulheres são homens defeituosos e invertidos”. Ela afirma que esse é o “tratamento dado a nós mulheres” e, “enquanto feministas, ganhamos a invisibilidade total”, por isso “lutamos bravamente contra a mídia misógina”.

Parece-nos útil recorrer, aqui, a uma polêmica posição, em especial defendida por Wilson Gomes (2016), sobre a percepção da mídia que atravessa diferentes atores sociais e políticos (membros ou simpatizantes de partidos políticos, movimentos sociais, coletivos de classe etc...). De acordo com autor, para além das lógicas de exclusão de acesso e parcialidades que conformam as diferentes produções midiáticas, há, por parte dos atores supramencionados, uma constante “sensação de mídia adversária”. Nas palavras de Gomes, “maior será a sensação de que a notícia é tendenciosa e hostil (...) quando o assunto da notícia nos interessa ou implica em um nível existencial e emocional relevante” (Gomes, 2016, p. 14). A discussão dele se apoia em uma série de estudos que documentam, a partir da comparação da recepção de um mesmo texto por pessoas com visões opostas (ex: religiosos e secularistas), que, independente do “lado”, há sempre a ideia de que a mídia está favorecendo o outro, o oposto a mim ou a minha posição.

Não coadunamos completamente Gomes (2016), em especial por estarmos discutindo o quanto a comunicação midiática é atravessada pelas opressões estruturais de gênero que nos conformam. Não entendemos que a interpretação de uma notícia como desfavorável às mulheres ou à luta feminista é só produto do envolvimento “emocional” das feministas com o tema, e não de uma produção que historicamente têm privilegiado os homens, em diferentes planos conforme explicitamos no segundo capítulo. Contudo, as provocações colocadas por ele são interessantes para pensar até que ponto a leitura crítica da mídia feita pelo movimento feminista não cria um “círculo do estereótipo”, sem que se consiga observar os avanços, que documentamos com a análise das notícias. Ou mesmo a relação dinâmica e complexa que se alterna em momentos de cobertura positiva e da presença, tão marcante no nosso corpus, de articulistas claramente antifeministas.

Aproximar a análise da construção do feminismo na mídia com as das interpretações das feministas sobre essa construção nos parece um caminho, político e

empírico-acadêmico, importante para compreender a relação entre esses dois sujeitos. Dois depoimentos são úteis para mostrar as várias nuances dessa conjunção. Na fala da entrevistada 4, da União Brasileira de Mulheres, o movimento feminista “é retratado de forma pontual e espetacularizada”. Já a mulher 7, da LBL, ao falar do espaço que vem sendo conquistado, em especial por mulheres feministas lésbicas, afirma que essa presença “causa”, mesmo que nem sempre de forma positiva. E, ao “causar”, “inquieta, visibiliza, faz gerar debates, saindo do silêncio”.

5.4 RELAÇÃO PÚBLICO X PRIVADO: O OLHAR DAS ATIVISTAS

Além das dimensões sobre sujeito, estivemos preocupadas, ao relacionar as entrevistas com a análise do material midiático, em entender quais as consequências atribuídas pelas ativistas à narrativa midiática, sobretudo no tangente ao debate público x privado. Se, como um espaço ou ator político, a mídia constrói o sujeito do feminismo estereotipando ou tornando os diferentes ativismos “iguais”, como isso repercute, para elas, na forma como as arenas são construídas?

Uma das consequências para essa relação, atribuída pela leitura das feministas sobre as formas de visibilidade, é a manutenção de papéis sociais historicamente ligados a mulheres e homens. É como se, na fala delas, predominasse um enquadramento que encontramos na análise da primeira onda do material jornalístico. Público x privado sendo construídos de forma insulada ou com uma permeabilidade via concessão masculina. Para as entrevistadas, os papéis são desigualmente construídos e, quando as mulheres aparecem em público, é de forma subordinada, alvo de objetificação.

Para a entrevistada 3, SOS Corpo, a mídia contribui “para manutenção desta estrutura de dominação” ao mostrar que “as mulheres são subordinadas para o benefício dos homens”. De acordo com a mulher 5, das Católicas, no “modelo predominante, a mulher é pouco inteligente, bonita e sensual. O homem é ainda o provedor (na realidade isso já mudou), que toma decisões”.

Opinião similar é da informante 12, do Fórum Nacional de Mulheres Negras, que afirma haver “a manutenção do machismo”. Para reforçar seu argumento ela cita os comerciais de cerveja, em que “as mulheres sempre são expostas como objetos de prazer (...) e os homens sempre da forma patriarcal, o homem branco, bem sucedido, que paga as contas, anda com roupa de grife”.

Os apontamentos da entrevistada 1, do CIM, são ainda mais incisivos. Ela sustenta que essa “representação desqualificada” promove “o roubo da nossa identidade, da nossa história, as interdições na construção dos saberes, o acesso ao mundo público, foi a forma encontrada de inviabilizar as mulheres”. Para ela, é preciso “desmontar esta farsa e descobrir a nossa própria imagem”.

Essa ideia de que há uma constante reprodução de estereótipos permeia praticamente todas as falas. Na voz da mulher 9, da Marcha Mundial, são citadas formas de opressão ratificadas pelos meios de comunicação: “reproduzem o patriarcado, o racismo, organizam a grade de programação a partir da divisão sexual do trabalho, programas específicos para mulheres e para homens, reproduzem dicotomias”. A entrevistada ainda pontua uma percepção que tem sido documentada pelos estudos feministas de mídia preocupados com a discussão sobre gênero e mobilização de fontes jornalísticas: “Nos jornais e noticiários, escolhem os homens como especialistas que tem voz para falar de economia e dos temas centrais”.

A mulher 2, do Cfemea, cita um exemplo de cobertura de um tema caro ao ativismo que não problematiza as relações entre público e privado: a violência contra a mulher. Segundo ela, “todos os grandes veículos usam tempo e recursos para explorar a violência em si, mas não as questões estruturantes dessa violência, como o machismo e questões de gênero”. A desigualdade que está no cerne da prática violenta não é problematizada. A proposição da entrevistada está próxima aos achados de França (2011), ao analisar a cobertura do assassinato da jovem Eloá Pimentel, ocorrido em 2008 em São Paulo, afirma que o crime não foi discutido sob um viés de gênero, mas remetendo o acontecimento à violência geral na sociedade. Discussão que também realizamos em pesquisa anterior sobre a cobertura da Lei Maria da Penha em dois grandes jornais nacionais durante sua discussão, promulgação e implementação (Sarmiento, 2013). A dimensão policial e judicial da legislação aos poucos foi ganhando muito mais espaço do que a luta das mulheres para consegui-la e a desigualdade em que está inscrita.

Mas também há, nas entrevistas, a ideia de que os modos de visibilidade das arenas relacionadas às dimensões de público e privado estão mudando pouco a pouco. Essas falas se aproximam mais do enquadramento encontrado na análise da segunda onda do material midiático, com maior intersecção entre as esferas, com paulatina desconstrução dos rígidos pilares dessa dicotomia.

A entrevistada 11, do Transfeminismo, pontua que há produções que têm tensionado a forma como as relações de gênero são construídas na mídia. “(...) há uma série de produções independentes e alternativas que nos têm permitido descolonizar, em certo sentido, essas representatividades limitadas”. Ela pontua que essas produções acabam por causar “algum impacto, inclusive, nas mídias mais tradicionais”. A entrevistada cita dois exemplos. Na internet, ela menciona o Canal das Bee¹⁷⁶. Já na mídia tradicional, o programa “Amor e Sexo” (TV Globo), segundo ela, “tem possibilitado discussões interessantes a um público maior”.

Apenas uma das entrevistas tensionou de forma mais aguda os posicionamentos encontrados em grande parte das ativistas. Ela foi feita com a mulher 6, do Instituto Patrícia Galvão, que, dentre várias atividades, atua fortemente com *advocacy* de gênero na mídia, produção de notícias e pautas para veículos de comunicação, bem como de importantes espaços formativos. Ela afirma que, por vezes, fala-se da mídia sem “fazer um acompanhamento rigoroso” das produções e que essa não é uma característica só do movimento feminista, mas de boa parte dos “movimentos progressistas no Brasil, pautados por grandes disputas”.

Segundo a entrevistada 6, a crítica acaba por “incorrer em um equívoco, pois fala de tudo, humorístico, novela, jornal...”.

Em relação à publicidade televisiva, é horrível, abordagem desprezível, humorísticos também. Mas se a gente olha para os jornais, não é horrível... Os jornais fizeram a Lei Maria da Penha ser a lei mais conhecida do Brasil, tem ausências importantes, não traz serviços, mas tiveram essa função (Entrevistada 6, Instituto Patrícia Galvão - 01/11/2016).

Essas ponderações podem ser vistas nas produções acadêmicas sobre política e mídia, em um ponto mais distante daquele supracitado na perspectiva de Lima (2013). Nessa direção, estão os longos estudos de Maia (2008, p. 181), que reconhece que a sociedade civil, os cidadãos comuns “não contam com organização suficiente, nem dispõem de recursos financeiros ou logísticos para transacionar com os agentes da mídia”. Todavia, é necessário que as pesquisas se voltem para entender como ainda nesse quadro de desigualdade, essas atrizes e atores sociais, “podem ser capazes de interferir no embate argumentativo e no intercâmbio de razões feito em público” (Maia,

¹⁷⁶ <https://www.youtube.com/user/CanalDasBee/featured>. É um canal na plataforma YouTube. Na descrição, consta o seguinte texto: “Não só um canal contra a homofobia. Um canal contra o preconceito, contra a transfobia, a bifobia, a lesbofobia, o machismo. Um canal a favor da diversão, do riso e de viver a vida do jeito que você quiser. E principalmente, sendo quem você é! Canal das Bee, porque uma abelha só não produz nenhum mel”. Acesso em 02.02.17.

2008, p. 181). De alguma forma, é o que sinaliza a entrevistada 6, quando cita a visibilidade de uma legislação que nasce da pressão dos movimentos de mulheres.

Conforme também alertam autoras dos estudos feministas de mídia, como Barker-Plummer (2010), Byerly (2012) e Cerqueira (2012), é interessante olhar mais detidamente para os *modos de relacionamento*, procurando, para além da pura constatação da existência dessas desigualdades, as negociações feitas entre mídia e ativistas, que permitem alguns avanços e não outros.

A compreensão das ativistas de que as narrativas midiáticas, com poucas exceções, colaboram para o distanciamento das esferas de público e privado e assentam os padrões hierárquicos entre mulheres e homens presentes na sociedade atravessa boa parte das falas. A seguir, procuramos entender como as feministas atuam para mudar esse cenário, quais interações com o *sujeito mídia*.

5.5 INTERAÇÕES DAS FEMINISTAS COM A MÍDIA

As entrevistas mostraram até aqui formas de interpretação sobre o sujeito mídia e o sujeito do feminismo construído nesses cenários ampliados de visibilidade, bem como os impactos dessas construções para as relações entre público e privado. Caminhamos, então, para um ponto fundamental para entender a relação entre mídia e feminismo. Se já documentamos, a partir da análise das notícias, como o jornal lida como o movimento, cabe agora questionar: como o movimento lida com a mídia? Quais são as estratégias de interação?

De acordo com Braga (2006, p. 39), ao analisar iniciativas individuais e de coletivos organizados, essa interação pode ocorrer de diversas formas: “contrapositivas, interpretativas, proativas, corretoras de percurso, controladoras, seletivas, polemizadoras, laudatórias, de estímulo, de ensino”, até mesmo com ações “anti-mídia” (p. 38). Olhar para essas expressões é relevante, pois elas reconfiguram as expectativas dos emissores e evidenciam a contingência das interpretações. Além disso, conforme pontuam os trabalhos de Waisbord (2000; 2010), os movimentos sociais têm se organizado para lutar diretamente contra práticas que consideram injustas nos meios de comunicação, seja na busca por reformas nos sistemas midiáticos por meio de legislação, na construção de mídia alternativa ou mesmo na criação de espaços de monitoramento. Segundo o autor, esses “media movements”, atuam em “ações como

advocacy, educação e protesto”, além disso se preocupam centralmente com “a melhoria das oportunidades de expressão cívica” (Waisbord, 2010, p. 134)¹⁷⁷.

A sociedade se organiza para tratar a própria mídia, desenvolvendo dispositivos sociais, com diferentes graus de institucionalização, que dão consistência, perfil e continuidade a determinados modos de tratamento, disponibilizando e fazendo circular esses modos no contexto social. A própria interação com o produto circula, faz rever, gera processos interpretativos (Braga, 2006, p. 36).

A maioria das entrevistadas afirmou que suas organizações trabalham com a crítica de mídia e com a produção de conteúdo feministas. Afirmações sobre presença de profissionais ligadas à comunicação, em especial jornalistas, atravessaram as falas. A entrevistada 5 pontua que sua organização tem “um grupo de jornalistas aliados e contatos em diferentes veículos”, o que permite uma entrada mais negociada das pautas. Ela também afirma que são “procuradas para dar nosso parecer sobre temas que afetam a vida das mulheres”.

A Marcha Mundial das Mulheres também atua nos dois sentidos. “Fazemos desde a crítica a mercantilização do corpo e da vida das mulheres que também se expressa na mídia, mas que está articulada com processos mais globais de reprodução da opressão de gênero, raça e classe, até a construção de processos de comunicação feminista”. A entrevistada 9 também situa a presença de “um coletivo de comunicadoras que discute e pratica a comunicação feminista e em rede”.

Um exemplo de interação específica das mulheres negras com a mídia apareceu na entrevista da mulher 12, do FNMN, em março de 2016. Como exemplo de um enfrentamento, ela cita que o Fórum tem investido em uma “campanha pelo fim da Globeleza”, entendida, nas suas palavras, como “uma forma agressiva de exposição do corpo da mulher negra como objeto sexual”. A “Mulata Globeleza” é uma personagem criada pela Rede Globo de Televisão, na década de 1990, que aparece, algumas semanas antes do Carnaval, em vinhetas alusivas à festa em meio à programação da emissora. As mulheres negras que interpretavam a Globeleza apareciam na televisão sambando e

¹⁷⁷ Citação completa: “By ‘media movements’, I refer to civic initiatives aimed at transforming media policies, content, and practices to expand citizens’ access. Media movements need to be approached as social movements, that is, networks of citizens and associations that aim to achieve social transformations through collective actions such as advocacy, education, and protest (Diani and Bison, 2004). They not only reflect the expansion of forms of civic engagement through new agencies, repertoires, and targets (Norris, 2002), they also express ‘post-materialistic’ forms of civic participation in the information society, concerned with improving the distribution of opportunities for civic expression (Castells, 2007; Melucci, 1989)” (Waisbord, 2010, p. 134).

nuas, apenas com uma pintura corporal. Em 2017, pela primeira vez, a personagem veio vestida, com roupas e acessórios de diversas manifestações culturais do país. O fato foi bastante repercutido na imprensa no início do ano¹⁷⁸. O caso ilustra bem as proposições de Braga (2006, p. 21), ao pontuar que “a abrangência dos processos midiáticos, na sociedade, não se esgota nos subsistemas de produção e de recepção”, mas em uma negociação contínua de experiências.

Algumas ativistas têm uma compreensão bastante complexa dessa interação, convocando maior atenção ao que a entrevistada 11, do Coletivo Transfeminismo, chama de “processos de neutralização política e apropriação indevida das lutas”. Ela alerta para a necessidade de saber “diferenciar as parcerias e alianças dos usos comerciais e oportunistas da visibilidade dos feminismos”. A entrevistada 2, do Cfemea, fala que as instituições do mercado estão muito atentas ao que enfatizou a informante anterior: “várias empresas já perceberam que para “conquistar” essa a nova geração de jovens empoderadas, precisa mudar sua forma de vender, como por exemplo a indústria de bebidas”.

A internet foi frequentemente citada como um espaço importante nessa interação, especialmente para atingir o público mais jovem. A ativista do Cfemea a entende com “um ponto fora curva na mídia brasileira!”. Mesmo sendo preciso “lidar com os haters”, a entrevistada acredita que a rede Facebook é o principal espaço para problematização de questões feministas atuais, a exemplo das campanhas #meuprimeiroassedio, #niunaamenos, que “que por vezes ganham espaços nos jornais”.

Por outro lado, a internet aparece como um campo vasto para o debate mais plural e honesto, de forma que percebemos, nos últimos anos, que o termo feminista vem sendo cada vez melhor interpretado. Recentemente, uma pesquisa indicou que 40% das jovens se declaram feministas, índice não imaginado para década de 90, por exemplo. Mas com toda certeza, essa aprovação vem do resultado das ações do movimento feminista no decorrer das décadas passadas, pois foram a partir dessas ações que conquistamos direitos e autonomia refletida na nova geração. (Entrevistada 2 - Cfemea - Entrevista em 26/11/2016).

Para a militante 11, “uma pluralidade maior de vozes tem sido viabilizada pela internet nos tempos recentes”. Ela afirma que “resta saber se ela também estará sujeita à

¹⁷⁸ “As feministas vibraram com o aspecto simbólico da coisa. E elas têm sua razão: a nova vinheta dá uma rasteira naquilo que costumam apontar como “objetificação da mulher - O Globo, disponível em: <http://kogut.oglobo.globo.com/noticias-da-tv/critica/noticia/2017/01/globeleza-vestida-vira-um-sinal-de-transgressao.html/> Acesso em : 06.02.2017.

cooptação e assimilação discursiva, ou restrita em seu alcance, caso incomodamente crítica”.

As expectativas sobre a interação são diferentes. Duas posições são interessantes a esse respeito. As entrevistadas 7, da LBL, e 3, da SOS Corpo, concordam que pouco se discute na mídia “mudança destas relações sociais que organizam a vida cotidiana de homens e mulheres” (3) e que “falta um olhar interseccionado de classe, raça/etnia, pessoas com deficiência, identidade de gênero e sexualidades quando falamos dos meios de comunicação” (7). O cenário para a mulher 7 é que, aos poucos, “tenhamos uma perspectiva inclusiva nas representações das mais variadas expressões de gênero e sexualidades, com equidade e respeito as diferenças/diversidades”. Já a informante 3, é enfática ao afirmar que:

Eu não espero deste sistema que seja diferente, mas luto pra mudarmos isso, daí a imperiosa luta pela democratização da comunicação, com uma nova legislação que contribua para o controle da sociedade sobre os meios corporativos e o fortalecimento dos meios públicos, também com controle social (Entrevistada 3 - SOS Corpo – Entrevista em 20/12/2016).

Mais do que apontar se essas interações são positivas ou negativas, é interessante perceber as compreensões que atravessam as fases do movimento. Não há nenhuma pretensão aqui de julgar os modos de relação que o ativismo tem estabelecido com os meios de comunicação. Contudo, ainda que de forma um tanto quanto exploratória dado o número pequeno de entrevistadas, esse segundo momento da pesquisa aponta para a necessidade de conhecer mais e melhor o engajamento de atrizes e atores críticos com a mídia tradicional. Como aprendemos nas primeiras aulas dos cursos de Jornalismo, é preciso ouvir os diferentes lados de uma história para captá-la e repassá-la de forma mais fidedigna. Não neutra ou objetiva. Mas um pouco mais nuançada, complexa e dinâmica, como são os feminismos, como é a comunicação.

5.6 DISCUSSÃO

A partir da apresentação das formas de enquadramento e interação com a mídia pelas feministas, é interessante apontar de forma mais clara algumas tendências que se fizeram visíveis nessas falas.

É importante ressaltar que as mulheres ouvidas têm uma compreensão importante do papel e centralidade dos meios de comunicação tanto na prática política quanto nas demais esferas da vida. A compreensão dessa presença midiática que alterou a forma como nos relacionamos com tempo e espaço (Thompson, 2001), com a construção das nossas experiências presentes e de memória (Silverstone, 2005) e que transformou fundamentalmente a política (Gomes, 2005) é um ponto de partida que consideramos crítico para a construção de novos discursos e sentidos como se propõem os feminismos.

Contudo, a análise das falas nos revela também que uma perspectiva mais transmissiva sobre esse papel da mídia se mostra bastante acentuada nas diferentes gerações do feminismo brasileiro. É como se, excluídas as desigualdades que marcam a mídia como ambiente e destituídos os poderes que a constroem como um ator político ou equalizando-os, as informações, discursos e imagens construídas pelos feminismos fossem quase que mecanicamente incorporadas à vida social.

Um caráter mais relacional da comunicação, uma aposta nas interações mais críticas dos sujeitos sociais ao se relacionarem com os discursos midiáticos foi pouco colocada pelas entrevistadas. Não se trata aqui, novamente, de dizer que essa perspectiva relacional - bastante defendida na literatura que pensa menos a mídia como um “procedimento de transmissão e difusão de materiais significantes” (Antunes e Vaz, 2006, p. 47) e mais como uma interlocutora da vida social - é moral ou politicamente superior. Todavia, parece-nos importante que os feminismos se perguntem o que provoca coberturas mais positivas e outras mais agressivas sobre suas pautas. Como esse ambiente que não é neutro e esse ator que aparece, por vezes como inimigo, abarca também conteúdos mais próximos às reivindicações pelas vidas das mulheres? Ou como o feminismo tenta entender a dificuldade, inscrita nas hierarquias de gênero, de problematizar certas questões?

Os vários anos de jornal analisado mostraram com o feminismo mudou *no* e *para* o jornalismo. O ativismo feminista provocou mudanças relevantes nessa cobertura. Mas, para além disso, esse mesmo ativismo está dentro de um processo de mudança social. E é com essa sociedade que a mídia *conversa*. Não apenas se dirige e informa algo, mas constrói uma interlocução. Paula Simões afirma que discursos “não existem em si, mas ganham materialidade no ato enunciação” (2007, sem página/html). Não existe um feminismo pronto no jornalismo. Assim como não existe a mídia apenas da forma como o feminismo a vê.

É essa ideia mais interativa, em que a transmissão de algo ou presença por si mesma de determinadas atrizes na mídia não encerra ou resume a comunicação, que aparece pouco nas entrevistas.

Apostar na mídia como apenas um canal que amplia coisas já ditas ou construídas nos *counterpublics* e não pensá-la como também parte de uma comunicação distendida que o feminismo precisa ter com a sociedade pode tornar invisíveis as próprias dificuldades que o movimento possui para se comunicar. Se atribuirmos à mídia apenas o papel de repassar os sentidos que os feminismos consideram relevantes, desconsideramos a potência crítica dos sujeitos sociais que interagem com os meios. A luta pela ocupação dos espaços midiáticos é fundamental; mas entendê-los de forma complexa, com o mesmo olhar que se reivindica para a compreensão dos feminismos, pode tornar essa relação menos antagônica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando iniciei o doutorado, uma das primeiras obras que consultei para saber como mídia e/ou comunicação eram lidas pelas feministas foi o “Dicionário Crítico do Feminismo”. Mais de cinquenta verbetes sobre noções fundamentais dos estudos de gênero, como as já mencionadas *sujeito e público e privado*, e também acerca de temáticas como trabalho, prostituição, religião, ciência... Nada específico sobre visibilidade midiática. Tentei o índice remissivo. Socialização, tecnologias, linguagem... Apareciam questões sobre a construção discursiva do que é *ser* mulher ou homem, discussões sobre esses binarismos e suas subversões... Nada sobre mídia. Uma estranha.

Uma estranha que aparece com muita frequência nos debates nos espaços de militância e em exemplos acionados pelos textos de feministas acadêmicas. Tão próxima e tão distante. Foi essa percepção de, como feministas, falarmos muito da mídia no seio das relações políticas, mas a observarmos pouco de forma detida, que motivou este trabalho. Finalizo-o com mais questões do que respostas, mas convencida de que a relação entre mídia e feminismo carece de reflexões. Esse pequeno passo dado dentro do que chamamos de *estudos políticos feministas de mídia* pode colaborar para, em terreno nacional, documentarmos mais tanto os modos de visibilidade quanto as dinâmicas de interação. Como se vê, essa relação aciona questões muito caras aos estudos feministas e joga luz, em especial, sobre como compreensões acerca dos movimentos de mulheres circulam ao longo do tempo.

Conforme já enfatizei ao longo de todo o texto, o percurso deste trabalho não se deu de forma dissociada da construção pessoal e política da pesquisadora. Esta é uma tese de uma doutoranda, jornalista e feminista. Essa marcação é fundamental para as escolhas teóricas e empíricas aqui dispostas.

Começando pelas primeiras escolhas, foi na tentativa de descortinar as críticas das pesquisadoras ao campo acadêmico da Ciência Política que foram apresentadas as diferentes interpelações do feminismo à política, a forma como os temas entraram no campo e as diferentes maneiras de organização desses estudos. Optei por concentrar em dois debates que marcam profundamente a construção da crítica feminista: a discussão sobre sujeito e público x privado. Além disso, mapeei quais os focos mais comuns dos estudos feministas na área, a fim de defender e justificar a necessidade de olhar para a mídia.

Voltar-me para a mídia foi uma tarefa que encontrou ressonância nas diversas publicações dos estudos feministas de mídia, revisados no segundo capítulo. Esses estudos apontaram à fertilidade sobre a compreensão dos meios de comunicação como instância de negociação de significados, sobre mulheres em geral, mas especialmente sobre aquelas ligadas aos territórios da política formal ou da sociedade civil. Os vários trabalhos sobre a presença pública do feminismo nas notícias ajudaram a construir a nossa análise empírica, a partir das duas noções que discutimos no primeiro capítulo. Público x privado e sujeito, utilizados para compreensão de tantos fenômenos pelas feministas, mostraram-se como lentes interessantes para entender a relação entre feminismo e mídia.

O terceiro capítulo apresentou as definições metodológicas da pesquisa, o corpus analisado, a forma de coleta e análise dos dados. Procurou evidenciar a forma como utilizamos as noções de sujeito e público x privado para encontrar os enquadramentos midiáticos acerca do movimento feminista e as leituras das feministas sobre essa presença pública. Empiricamente, esta tese analisou como o movimento feminista brasileiro apareceu no jornal Folha de São Paulo, no período de 1921 a julho de 2016, e como se dão as interpretações de ativistas de diferentes gerações sobre a visibilidade midiática do movimento.

O quarto capítulo apresentou os resultados da análise qualitativa de enquadramento de matérias sobre o feminismo publicadas no jornal Folha de São Paulo. Foram coletadas, a partir de amostra estatística, 995 páginas do periódico, com 579 textos efetivamente analisados. A análise se concentrou nos enquadramentos sobre o sujeito do feminismo e as relações de público x privado em três diferentes momentos, seguindo a ideia de ondas da historiografia feminista.

No primeiro momento (1921 a 1959), observamos que os enquadramentos sobre o sujeito se alternavam na construção da feminista *desviante* e da feminista *aceitável*. Já as relações de público e privado foram construídas a partir das ideias de *insulamento e permeabilidade via concessão*. No segundo momento (1960 a 1989), o quadro da feminista desviante permanece nos textos analisados. Passa a aparecer uma ideia mais forte da organização política e da pluralidade do movimento, nomeado de *feminista organizada*. A respeito das relações entre público e privado, neste período elas apareceram a partir do enquadramento da *intersecção*. No terceiro momento (1990 a 2016), novamente, a manutenção do sujeito feminismo como *desviante* e uma nova ênfase na dimensão *individual* do ativismo. Os enquadramentos da *desnaturalização e*

da re-naturalização marcaram a forma como público e privado aparecem relacionados nos textos.

Com a análise das matérias e artigos de opinião, foi possível perceber diferenças na visibilidade ao longo do tempo, bem como permanências. A ideia da feminista como desviante atravessando todas as ondas é um achado interessante da pesquisa, bem como a mobilização de fontes que se entrelaçam com as novas configurações do movimento atualmente. Por fim, é preciso enfatizar que não se pode falar de silêncio sobre o feminismo ou de invisibilidade do movimento, mas de uma cobertura profundamente dinâmica.

É preciso ressaltar também que não trabalhamos com o acompanhamento sistemático de pautas específicas e que uma pesquisa nesse sentido pode revelar achados diferentes. As pautas aparecem apenas quando o movimento feminista é diretamente acionado nas notícias, conforme nossas palavras-chave. Também não estive preocupada apenas em documentar padrões de cobertura positiva, negativa ou neutra. No concernente ao movimento feminista, a análise do jornal mostra um processo de mais ganhos do que perdas, embora com nuances interessantes para serem discutidas, como a ênfase no ativismo individual.

Para investigar o outro lado dessa relação, foram entrevistadas 12 ativistas de diferentes vieses, a fim de entender a forma como pensam a mídia, interpretam as representações sobre o movimento.

As percepções das entrevistadas sobre a mídia se alternam em pensá-la como um *espaço* que precisa ser ocupado pelo ativismo, dada a capacidade de ampliação das reivindicações, e entende-la como um *ator político* que atua na reprodução do machismo. No que concerne à representação do sujeito do movimento, as feministas afirmam que ele aparece ou de forma estereotipada, *desviante* ou de forma *unitária*, com pouca pluralidade. Elas reclamam de pouca visibilidade para ativismos mais dissidentes ou mais “antisistêmicos”, como afirmou uma ativista. As leituras sobre a mídia que acionam as construções sobre público x privado por um lado enfatizaram a permanência em papéis tradicionais, mas sinalizam que as representações vêm mudando. A internet aparece em várias falas como um espaço importante de contra-narrativa.

De posse dos dois lados dessa relação, imersos e analisados pelos estudos feministas, gostaria de ponderar algumas questões que me saltaram aos olhos:

(1) No campo teórico e empírico dos estudos de gênero: As teorias feministas têm acionado, com muita frequência, a mídia como exemplo de uma arena ou instituição em que as desigualdades são manifestadas e ratificadas. Um mergulho mais profundo nesses retratos ou narrativas pode colaborar para a complexificação desses exemplos. Entender a mídia como um agente imutável não colabora para que as teorias refinem sua própria crítica sobre a visibilidade de sujeitos e das relações de público e privado. As diferentes categorias desenvolvidas pelo campo feminista podem, e devem, ser mobilizadas para o estudo dos meios de comunicação, seja para confirmar hipóteses ou documentar processos, visíveis na mídia, de mudança social.

(2) No campo da Comunicação e Política e dos estudos feministas de mídia: A ponderação aqui é sobre o outro lado dessa relação. A incursão tanto nas discussões teóricas quanto nos trabalhos empíricos do campo da Comunicação e Política (em especial, a brasileira) e dos estudos feministas de mídia revelou pouca mobilização das discussões da teoria feminista. Uma pesquisa feminista, a meu ver, não se constrói apenas *olhando para mulheres na mídia*, mas tornando as categorias e conceitos produzidos pelas autoras feministas como interpretantes legítimos dessa presença.

(3) Na narrativa jornalística do movimento feminista: A amostra da narrativa jornalística analisada nos revela que há um acompanhamento das pautas feministas e das atrizes que vão ganhando protagonismo ao longo dos anos. Há uma visibilidade grande do movimento, que se transforma, não permanece imutável, em especial no que diz respeito às reivindicações e formas de organização do feminismo brasileiro. Contudo, a presença marcante do quadro do desvio no retrato das ativistas sinaliza para a dificuldade da construção pública dessas atrizes como mulheres comuns, que estão lutando pelos seus direitos. O imaginário sobre as feministas construído no início do movimento tem ressonância até os dias atuais. Entender mais detidamente os motivos disso (seja a partir de entrevistas com pessoas comuns ou com profissionais da imprensa) e construir estratégias de desconstrução pode ser um caminho acadêmico e político relevante.

(4) Nas vozes das feministas: As entrevistas com as ativistas mostraram que há uma agenda de pesquisa interessante na documentação das formas de engajamento dos

feminismos com a mídia tradicional e com a internet. É interessante observar a importância atribuída à visibilidade midiática, mas ainda muito ligada a uma ideia de que a emissão das informações, sentidos ou ideias feministas é a forma mais potente de interação com os meios. As negociações entre ativistas e profissionais da comunicação, as experiências de *media advocacy* (para além da imprensa feminista), as estratégias de comunicação que tornem as pautas mais inteligíveis também podem ser caminhos para pesquisas futuras.

Por fim, pensando na construção de uma agenda de pesquisa de estudos político feministas de mídia, reafirmo que não se trata de uma relação maniqueísta entre feminismo, mídia e política ou simplesmente de cobertura negativa do movimento *versus* leitura crítica da mídia pelas feministas. A relação é mais complexa, dinâmica e demanda maiores reflexões.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Alzira Alves. O nacionalismo de Vargas ontem e hoje. In: D'ARAÚJO, Maria Celina (org.). *As instituições brasileiras da Era Vargas*. RJ: Ed. FGV, 1999, p. 119-137.
- ADCOCK, Charlotte. The politician, the wife, the citizen, and her newspaper. *Feminist media studies*, 2010, 10 (2), p. 135-159.
- AGUIAR, Neuma. Perspectivas Feministas e o Conceito de Patriarcado na Sociologia Clássica e no Pensamento Sociopolítico Brasileiro. In: Neuma Aguiar. (Org.). *Gênero e Ciências Humanas: Desafio às Ciências desde a Perspectiva das Mulheres*. 1ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997, p. 161-191.
- ALBUQUERQUE, A.. A modernização autoritária do jornalismo brasileiro. *Alceu* (PUCRJ), v. 20, p. 100-115, 2010.
- ALBUQUERQUE, A.. Aconteceu num Carnaval: algumas observações sobre o mito de origem do jornalismo brasileiro moderno. *Eco* (UFRJ), v. 11, p. 95-116, 2008.
- ALMEIDA, Heloisa Buarque. Consumidoras e heroínas: gênero na telenovela. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 15(1): 177-102, janeiro-abril/2007.
- ALVAREZ, Sonia. *Engendering Democracy in Brazil: Women's Movements in Transition Politics*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1990.
- ALVAREZ, Sonia. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. *Cadernos Pagu* (43), janeiro-junho de 2014:13-56.
- ANDRADE, Luciana Vieira. *Nas linhas da Justiça: Uma análise feminista sobre os acórdãos judiciais de violência contra as mulheres do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (1998 - 2015)*. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2017.
- ANTUNES, Elton. Enquadramento: considerações em torno de perspectivas temporais para a notícia. *Revista Galáxia*, São Paulo, n. 18, p.85-99, dez. 2009.
- ANTUNES, Elton; VAZ, Paulo Bernard. Mídia: um aro, um halo e um elo. In: GUIMARÃES, César; FRANÇA, Vera (orgs.). *Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano*, Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 43-60.
- ARAÚJO, Clara. Rotas de ingresso, trajetórias e acesso das mulheres ao legislativo – um estudo comparado entre Brasil e Argentina. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 18(2): 352, maio-agosto/2010, p.567-584
- ARAÚJO, Clara. Cidadania democrática e inserção política das mulheres. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº9. Brasília, setembro - dezembro de 2012, pp. 147-168.

ARMSTRONG, C; SQUIRES, J. Beyond the Public/Private Dichotomy: relational space and sexual inequalities. *Contemporary Political Theory*, v. 1, p. 261 – 283, 2002.

ARNEIL, Barbara. *Politics and feminism*. Oxford: Blackwell Publishers, 1999.

ASSIS, Michele. *Um útero todo seu: público e privado nos posts sobre aborto das Blogueiras Feministas*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2014.

BAHRI, Deepika. Feminismo e/no pós-colonialismo. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 21(2): 659-688, maio-agosto/2013.

BARAKSO, Maryann; SCHAFFNER, Brian. Winning coverage: news media portrayals of the women’s movement – 1969 - 2004. *Press/Politics*, 11, 4, 2006, p. 22-44.

BARKER-PLUMMER, B. *News and feminism: a historic dialog*. Journalism & Communication Monographs 12(3–4): 145–203, 2010.

BARROSO, Julio. Liberdade de expressão, pornografia e igualdade de gênero. *Estudos Feministas*, 21 (1), janeiro-abril 2013, p. 143-165.

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*. v I. Paris: Difusão Europeia do Livro, 1979.

BENEVIDES, Maria Victoria. O governo Kubitschek: a esperança como fator de desenvolvimento. In: *O Brasil de JK*. GOMES, Angela (org.). RJ: Ed. FGV, 1991, p. 9-22.

BENHABIB, Seyla. O outro generalizado e o outro concreto: a controvérsia Kohlberg-Gilligan e a Teoria Feminista. In: _____. *Feminismo como crítica da modernidade*. RJ: Rosa dos Tempos, 1987, p. 87-106.

BENHABIB, Seyla. Feminism and Postmodernism: An Uneasy Alliance. In: BENHABIB, Seyla et.al (orgs.). *Feminist Contentions - A Philosophical Exchange*. NY: Routledge, 1995, p. 17-34.

BIMBER, B. Measuring the gender gap on the internet. *Social Science Quarterly*, v. 81, n.3, september 2000, p. 868-876.

BIROLI, Flávia. *Autonomia e desigualdade de gênero: contribuições do feminismo para a crítica democrática*. Vinhedo: Editora Horizonte, 2013.

BIROLI, Flávia. *Família: novos conceitos*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014.

BIROLI, Flávia. Autonomia e justiça no debate sobre aborto: implicações teóricas e políticas. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº15. Brasília, setembro - dezembro de 2014, pp. 37-68.

BIROLI, Flávia; MANTOVANI, Denise. A parte que me cabe nesse julgamento: a Folha de S. Paulo na cobertura ao processo do “mensalão”. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 20, nº 2, agosto, 2014, p. 204-21

- BLANEY, Lucy. Incomplete Resistance. *Feminist Media Studies*, 2011, 11:4, p. 435-449.
- BORDO, Susan. A feminista como o outro. *Estudos Feministas*. Ano 8, (1), 2000, p. 11-29.
- BRADLEY, Patricia. Mass communication and the shaping of US feminism. In: _____. *News, gender and power*. NY: Routledge, 1998, p. 160-173.
- BRONSTEIN, C. Representing the Third Wave: Mainstream Print Media Framing of a New Feminist Movement. *Journalism & Mass Communication Quarterly*, 82, 4, 2005, p. 783-803.
- BRUDSON, Charlotte. The feminist, the housewife, and the soap opera. In: _____. *The feminist, the housewife, and the soap opera*. NY: Oxford Uni. Press, 2000.
- BRYSON, Valerie. Pornography. In: _____. *Feminist debates: issues of theory and political practice*. London: Macmillan, 1999, p. 172-194.
- BRYSON, Valerie. *Feminist political theory: an introduction*. NY: Palgrave, 2003.
- BUITONI, Dulcília. *Mulher de papel: a representação da mulher na imprensa feminina brasileira*. São Paulo: Summus, 2009.
- BUTLER, Judith. Variações sobre sexo e gênero: Beauvoir, Wittig e Foucault. In: BENHABIB, Seyla. *Feminismo como crítica da modernidade*. RJ: Rosa dos Tempos, 1987, p. 139.
- BYERLY, Carolyn. Women and media control: feminist interrogations at macro-level. In: CARTER, Cynthia et.al. *The Routledge Companion to Media and Gender*. London: Routledge, p. 105-115, 2014.
- BYERLY, Carolyn. The geography of women and media scholarship. In: ROSS, Karen (ed.). *The Handbook of Gender, Sex, and Media*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2012 p. 3-19.
- BYERLY, Carolyn; ROSS, Karen. *Women and media: a critical introduction*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2006.
- CAMPOS, Luiz Augusto. A identificação de enquadramentos através da análise de correspondências: um modelo analítico aplicado à controvérsia das ações afirmativas raciais na imprensa. *Opinião Pública* (UNICAMP. Impresso), v. 20, p. 377-406, 2014.
- CANCIAN, Francesca; ROSS, Bonnie. Mass media and the women's movement: 1900-1977. *The Journal Applied Behavioral Science*. v.17, n.1, 1981, p. 9-26.
- CAPRINO, Mônica Pegurer. Questão de estilo: o texto jornalístico e os manuais de redação. *Comunicação & Sociedade*. São Bernardo do Campo: PósCom-Umesp, a. 23, n. 37, p. 105-123, 1o. sem. 2002.

CARDON, Dominique. As mobilizações de indivíduos na internet. In: MENDONÇA, Ricardo Fabrino et. al (orgs.). *Democracia digital: publicidade, instituições e confronto político*. BH: Ed. UFMG, 2016, p. 287-306.

CARDOSO, Elizabeth. Uma cartografia da imprensa feminista no Brasil. *Caderno Espaço Feminino*, v.16, n.19, Jul./Dez. 2006, p. 77-103.

CARTER, Cynthia et. Al. Setting new(s) agenda: an introduction. In: _____. *News, gender and power*. NY: Routledge, 1998, p. 1-12.

CARTER, Cynthia. Sex-gender and the media: from sex roles to social construction and beyond. In: ROSS, Karen (ed.). *The Handbook of Gender, Sex, and Media*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2012 p. 365-382.

CARVALHO, Anabela. Opções metodológicas em análise de discurso: instrumentos, pressupostos e implicações. *Comunicação e Sociedade 2*, Cadernos do Noroeste, Série Comunicação, Vol. 14 (1-2), 2000, 143-156.

CARVALHO, Carlos Alberto de. Sobre limites e possibilidades do conceito de enquadramento jornalístico. *Contemporânea*, vol. 7, nº 2. Dez.2009, p. 1-15.

CERQUEIRA, Carla. *Quando elas (não) são notícia: Mudanças, persistências e reconfigurações na cobertura jornalística sobre o Dia Internacional da Mulher em Portugal (1975-2007)*. Tese. Ciências da Comunicação. Universidade do Minho, 2012.

CERQUEIRA, Carla. As estratégias de comunicação das ONGs de cidadania, igualdade de género e/ou feministas: interconexões entre media mainstream e media sociais. In: GONÇALVES, G; FILHO, F. *Novos media e novos públicos*. Livros Labcom books, p. 45-62, 2015.

CERQUEIRA, Carla; CABECINHAS, Rosa. 'Políticas para a igualdade entre homens e mulheres nos media: da (inov) ação legislativa à mudança social'. *Ex Aequo*, 25: 105-118, 2012.

CHAGAS, Viktor. Leitorado casual, eleitorado habitual: mudanças no ecossistema da informação e suas relações com o comportamento eleitoral das massas. In: *Anais do 39º Encontro da Anpocs*, Caxambu, 2014.

CHAMBERS, Debora et.al. 'One of the boys?' Women's experience of the glass ceiling. In: _____. *Women and journalism*. London: Routledge, 2004b, p. 72-90.

CHAMBERS, Debora et.al. Gendered newsroom cultures and values. In: _____. *Women and journalism*. London: Routledge, 2004c, p. 91-109.

CHAMBERS, Debora et.al. The education and training of women journalists. In: _____. *Women and journalism*. London: Routledge, 2004a, p. 55-71.

CHARLES, Nickie. *Feminism, the state and social policy*. London: Macmillan, 2000.

- CHAUDURI, Maitrayee. Feminism in print media. *Indian Journal of Gender Studies*. 7:2, 2000, p. 263-288.
- CHONG, Dennis; DRUCKMAN, James N. Framing theory. *Annu. Rev. Polit. Sci.* 2007. 10:103-26.
- COACCI, Thiago. Encontrando o transfeminismo brasileiro: um mapeamento preliminar de uma corrente em ascensão. *História Agora*, v. 1, p. 134-161, 2014.
- COELHO, Carolina Marra. *Adesão dos Estados ao pacto nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres: desafios da institucionalização de políticas públicas de gênero no contexto federativo brasileiro*. 2015. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade Federal de Minas Gerais.
- COHEN, Jean. Repensando a privacidade: autonomia, identidade e a controvérsia sobre o aborto. *RBCP*, no.7 Brasília Jan. /Apr. 2012.
- COLLINS, Patricia Hill. The Social Construction of Black Feminist Thought. In: _____. *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment*. NY: Routledge, 2000, p. 1-44
- COSTAIN, Anne et. Al. Framing the women's movement. In: NORRIS, Pippa (eds). *Women, media, and politics*. NY: Oxford Press, 1997, p. 205-220.
- CORRÊA, Laura Guimarães. 'Quem sempre troca a Maria?': transgressão e permanência dos papéis de gênero na publicidade. In: FRANÇA, Vera V.; CORRÊA, Laura G.. (Org.). *Mídia, instituições e valores*. 1ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012, v. 1, p. 85-96.
- COSTA, Claudia Lima. O sujeito no feminismo: revisitando os debates. *Cadernos Pagu*, n. 19, p.59-90, 2002.
- COSTA, Ana Alice. O movimento feminista no Brasil: Dinâmicas de uma intervenção política. *Revista Labrys*, Niterói, v.5, n. 2, p. 9-35, 2005. Disponível em: <<http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/01112009-115122costa.pdf>>. Acesso em: 1 fev. 2012.
- CRENSHAW, Kimberle. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. *The University of Chicago Legal Forum*, Chicago, v. 140, 1989. pp. 139-167.
- D'ANGELO, Paul. News Framing as a Multiparadigmatic Research Program: A Response to Entman. *Journal of Communication*, December 2002, p. 870-888.
- D'ARAÚJO, Maria Celina. Nos braços do povo: a segunda presidência de Getúlio Vargas. In: D'ARAÚJO, Maria Celina (orgs). *As instituições brasileiras da Era Vargas*. RJ: Ed. FGV, 1999, p. 97-118.
- DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?. In: MATO, Daniel (coord.). *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en*

tiempos de globalización. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004, p. 95-110.

DAVIS, Nira Yuval. Intersectionality and Feminist Politics. *European Journal of Women's Studies*, vol. 13(3): 2006, 193–209.

DEAN, Jonathan. Feminism in the papers. *Feminist media studies*.10:4, 2010, p. 391-407.

DEBÉRTOLIS, Karen. *Brasil Mulher: Joana Lopes e a imprensa feminista*. 2002. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Fabico, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

DEL NEGRO, Giovanna. Gender, class and suffering in the Argentinean Telenovela Milagros: an Italian Perspective. In: CARILLI, Theresa; CAMPBELL, Jane (eds.). *Women and media – diverse perspectives*. University Press of American, 2005, p. 58-65.

DELPHY, Christine. Patriarcado (teorias do)*. In: HIRATA, Helena et. al. (orgs.). *Dicionário crítico do feminismo*. SP: UNESP, 2009. p.173-179.

DENNIS, Jeffery. Man, Masculinities, and the Cave Man. In: ROSS, Karen (ed.). *The Handbook of Gender, Sex, and Media*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2012, p. 107-117.

DIETZ, Mary G. Current controversies in feminist theory. *Annual Review of Political Science*. Vol. 6: 2003 399-431.

DOVI, Suzanne. Preferable Descriptive Representatives: Will Just Any Woman, Black, or Latino Do?. *American Political Science Review*, Washington, vol. 96, n. 4, p.729-742, 2002.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. *Educar*, Curitiba, n. 24, p. 213-225, 2004.

DWORKIN, A; MACKINNON, C. The Minneapolis Hearings. In: _____. *In Harm's way*. The pornography civil rights hearings. Harvard Press, 1997, p. 40-202

EAGLETON, Mary (ed). *A concise companion to feminist theory*. Blackwell Publishing, 2003.

ENTMAN, Robert. Framing: towards clarification of a fractured paradigm. *Journal of Communication*, v. 43, n. 4, p. 51-58, 1993.

ESCOSTEGUY, Ana C. et.al. A temática das relações de gênero nos estudos de comunicação. *Logos*. 2003. Ano 10, n 19, p. 162-185.

ESCOSTEGUY, Ana C; MESSA, Rejane. Os estudos de gênero na pesquisa em Comunicação no Brasil. *Contemporânea*. v.4, m.2, dez 2006, p. 65-82.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina et. al. Mídia e identidade de mulheres destituídas: uma discussão metodológica. *Galáxia*, n. 23, jun. 2012, p. 153-164.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. Pensando a relação entre mídia e gênero através de histórias pessoais: o caso brasileiro. *Revista Científica de la Asociacion Mexicana de Derecho a la Informacion*, jan-abril, 2012, n.4, p. 175-186.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. A contribuição do olhar feminista. *Intexto*, v.1, n.3, p. 1-11, 1998.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina (orgs.) *Comunicação e gênero: a aventura da pesquisa*,– Porto Alegre : EDIPUCRS, 2008.

FARGANIS, Sandra. O feminismo e reconstrução da ciência social. In: _ JAGGAR, Alisson M.; BORDO, Susan R. *Gênero, corpo e conhecimento*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997, p. 224-240.

FEMENÍAS, Maria Luiza. Esbozo de un feminismo latinoamericano. *Revista Estudos Feministas*. vol.15 no. 1 Florianópolis Jan./Apr. 2007.

FRANCA, V. R. V.. O crime e o trabalho de individuação do acontecimento no espaço midiático. *Caleidoscópio* (Lisboa), v. 10, p. 59-72, 2011.

FRASER, Nancy. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. *Estudos Feministas*, v.15, n. 2, p. 291-308, 2007.

FRASER, Nancy. O feminismo, o capitalismo e astúcia da história. *Mediações*, v.14, n.2, p.11-33, 2009.

FRASER, Nancy. O Que é Crítico na Teoria Crítica: O Argumento de Habermas e o Gênero. In: BENHABIB, Seyla; CORNELL, Drucilla. *Feminismo como crítica da modernidade*. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1987, 38-65.

FRASER, Nancy. Struggle over needs: outlines of a socialist-feminist critical theory of late-capitalist political culture. In: _____. *Fortunes of feminism*. From state-managed capitalism to neoliberal crisis. NY: Verso, 2013, p. 53-82.

FRASER, Nancy. Rethinking the public sphere. In: CALHOUN, Craig. Habermas and the public sphere. Cambridge: MIT Press, 1993, p. 109-42.

FREITAS, Viviane. Mulher em foco: as contribuições da pesquisa da Perseu Abramo para o HGPE de Dilma. In: *37º Encontro Anual da ANPOCS*, Águas de Lindóia. 2013.

FRIEDAN, Betty. *A mística feminina*. Petrópolis: Vozes, 1971.

FROHLICH, Romy. Three steps forward and two back? Women journalists in the western world between progress, standstill, and retreat. In: CREEDON, Pamela; CRAMER, Judith. (eds). *Women in mass communication*. 3d. London: Sage Publications, 2007, p. 161-176.

- GADSEN, Gloria. Safety and restriction: the construction of black women's sexuality in Essence magazine. In: CARILLI, Theresa; CAMPBELL, Jane (eds.). *Women and media – diverse perspectives*. University Press of American, 2005, p. 119-135
- GALLAGHER, Margareth. The advertising word. In: _____. *Gender setting: news agendas for media monitoring and advocacy*. London: Zed Books, 2001, p. 60-79.
- GAMBLE, Sarah. Postfeminism. In: GAMBLE, Sarah (eds.). *The Routledge Companion of Feminism and Postfeminism*. NY: Routledge, 2001, p. 43-55.
- GAMSON, William. *Falando de política*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- GAMSON, William; MODIGLIANI, André. Media Discourse and Public Opinion Nuclear Power: A Constructionist Approach. *American Journal of Sociology*, v. 95, n. 1, p. 1-37, 1989.
- GASKELL, G. Entrevistas individuais e entrevistas grupais. In: BAUER, M.; GASKELL, G. *Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som*. Petropolis: Vozes, 2002, p. 64-90.
- GAIVSON, Ruth. Feminism and the Public/Private Distinction. *Stanford Law Review*, v. 45, n. 1, p. 1-45, 1992.
- GILL, Rosalind. Empowerment/Sexism: Figuring Female Sexual Agency in Contemporary Advertising. *Feminism & Psychology*. vol. 18(1), 2008, p. 35–60.
- GILL, Rosalind. Postfeminist media culture: elements of a sensibility. In: KEARNEY, Mary Celeste (eds). *The gender and media reader*. NY: Routledge, 2012, p. 136-148.
- GILL, Rosalind. *Gender and the media*. Cambridge: Polity, 2007.
- GILLIGAN, Carol. Imagens de relação. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flavia. *Teoria política feminista: textos centrais*. Vinhedo: Editora, 2013, p. 81-120.
- GODFREY, Sarah; HAMAD, Hannah. Save the Cheerleader, Save the Males: resurgent protective paternalism in popular film and television after 9/11. In: ROSS, Karen (ed.). *The Handbook of Gender, Sex, and Media*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2012, p. 157-173.
- GOFFMAN, Erving. *Gender advertisements*. Harper Torchbooks, 1976.
- GOFFMAN, Erving. *Frame Analysis. An Essay on the Organization of Experience*. Boston: Northeastern University Press, 1974.
- GOMES, Angela. Reflexões em torno de populismo e trabalhismo, *Varia História*, 2002, n. 28, p. 55-68.
- GOMES, Carla; SORJ, Bila. Corpo, geração e identidade: a Marcha das vadias no Brasil. *Revista Sociedade e Estado*, v.29, n.2, 2014, p.433-447.

- GOMES, Wilson. Por que a mídia é tão parcial e adversária da minha posição? A hipótese da 'hostile media perception'. *Revista Compolítica*, v.6 (1), 2016, p. 7-29.
- GOMES, Wilson. Da discussão à visibilidade. In: GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley C. M. *Comunicação e democracia: problemas e perspectivas*. São Paulo: Paulus, 2008, p. 117-155.
- GOMES, Wilson. *Transformações da política na era da comunicação de massa*. São Paulo: Paulus, 2004.
- HABERMAS, Jürgen. Comunicação política na sociedade mediática: o impacto da teoria normativa na pesquisa empírica. *Líbero*, n. 21, p.9-20, jun. 2008.
- HABERMAS, Jürgen. *Direito e Democracia: entre facticidade e validade*. Volume II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2d., 2003a.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2 ed., 2003b.
- HABERMAS, Jürgen. *The theory communication action*. Volume II: Life world and system – a critique of functionalist reason, Boston: Beacon Press, 1987
- HARAWAY, Donna. O humano numa passagem pós-humanista. *Revista Estudos Feministas*, n.2, 1993, p. 277-292.
- HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. *Revista Estudos Feministas*, n. 1/93, 1993, p. 7-31.
- HARDING, Sandra. Existe um método feminista?. Traducción de Gloria Elena Bernal - "Is there a feminist method?" em Sandra Harding (ed.). *Feminism and Methodology*, Bloomington/Indianapolis, Indiana University Press, 1987. Disponível em: http://148.206.107.15/biblioteca_digital/capitulos/81-2350ske.pdf. Acesso 10.03.2016.
- HARDING, Sandra. From the Woman Question in Science to the Science Question in Feminism. In: _____. *The Science Question in Feminism*. London: Cornell University Press, 1986, p. 15-30.
- HARDING, Sandra. Gênero, democracia e filosofia da ciência. *RECIIS*. Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.163-168, jan.-jun., 2007.
- HARP, Dustin. Where are the women? The presence of female columnists in US opinion pages. *Journalism e Mass Communication Quartely*. Vol.91 (2). 2014, p. 289-307.
- HAWKESWORTH, Mary. From Constitutive Outside to the Politics of Extinction: Critical Race Theory, Feminist Theory, and Political Theory. *Political Research Quarterly*. 63(3) 686 –696, 2010.
- HIGH-PIPPERT, Angela. A Million Moms, MADD Mothers, and Feminists: Media Coverage of Women Activists. In: CARILLI, Theresa; CAMPBELL, Jane (eds.).

Women and media – diverse perspectives. University Press of American, 2005, p. 199-211.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v. 26, n. 1, 2014, p. 61-73.

HOHLFELDT, A.; VALLES, R. *Conceito e história do jornalismo brasileiro na "Revista de Comunicação"*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

HOLTZ-BACHA, Christina. Quem cuida das crianças? A representação das mulheres do alto escalão político pelos media. *Revista Compolítica*, n. 3, vol. 2, ed. julho-dezembro, 2013, p. 46-60.

hooks, bell. Revolutionary parenting. In: _____. *Feminist theory: from margin to center*. Boston: South end Press, 1984, p. 133-146.

hooks, bell. Homeplace: a site of resistance. In: _____. *Yearning: race, gender, and cultural politics*. South End Press: Boston, 1990, p.41.50

hooks, bell. *Ensinando a transgredir*. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

HUDDY, Leonie. Feminists and feminism in the news. In: NORRIS, Pippa (eds). *Women, media, and politics*. NY: Oxford Press, 1997, p. 183-204.

JAGGAR, Alisson M.; BORDO, Susan R. Introdução. In: _____. *Gênero, corpo e conhecimento*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

JAGGAR, Alison. *Feminist politics and Human Nature*. New Jersey: The Harvester Press, 1983.

JAGGAR, Alison. Transnational Cycles of Gendered Vulnerability: A prologue to a Theory of Global Gender Justice. In: _____. *Gender and Global Justice*. Cambridge: Polity, 2014, p. 18-39.

JAWORSKA, Sylvia; KRISHNAMURTHY, Ramesh. *On the F-word: a corpus based analysis of the media representation of feminism in British and German press discourse – 1990-2009*. *Discourse & Society*. 23 (4), 2012, p. 401-431.

KAHN, Kim; GOLDBENBERG, Edie. *The media: obstacle or ally of feminist*. *Annals AAPSS*, 515, may 1991, p. 104-112.

KANTOLA, Johanna; DAHL, Marlene. Gender and the state. From differences between to differences within. *International Feminist Journal of Politics*, 7:1 March 2005, 49–70.

KEARNEY, Mary Celeste. Introduction. In: KEARNEY, Mary Celeste (eds). *The gender and media reader*. NY: Routledge, 2012.

KINZO, Maria D'Alva. A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. *São Paulo em Perspectiva*, 15 (4), 2001, p. 3-12.

KOSHIYAMA, Alice. Mulheres jornalistas na imprensa brasileira. Trabalho apresentado no XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Campo Grande, 2001.

KRAUSE, Sharon. *Contested Questions, Current Trajectories: Feminism in Political Theory Today*. *Politics and Gender*. 7(1), 201, p. 105-111.

KYLIMCKA, Will. O feminismo. In: _____. *Filosofia política contemporânea: uma introdução*. São Paulo: Martins Fontes, 2006, p.303-373.

LANGE, Lynda. Rousseau and Modern Feminism. In: LANGE, Lynda (ed). *Feminist interpretations of Jean-Jacques Rousseau*, 2002, p. 24-41.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto (O município e o regime representativo no Brasil)*. São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1976.

LIMA, Venício. A censura disfarçada. In: LIMA, V; GUIMARÃES, J. *Liberdade de expressão: as várias faces de um desafio*. Paulus, 2013, p. 87-110.

LIND, Rebecca; SALO, Coleen. The framing of feminists and feminism in news and public affairs programs in U.S. electronic media. *Journal of Communication*, march 2002, p. 211-228.

LOPES, Maria Immacolata; MUNGIOLI, Maria Cristina. BRASIL: tempo de séries brasileiras?. In: LOPES, Maria Immacolata; GÓMEZ, Guillermo Orozco. *Relações de gênero na ficção televisiva: anuário Obitel 2015*. Porto Alegre: Sulina, 2015, p. 117-160.

MACKINNON, Catharine. The Roar on the Other Side of Silence. In: MACKINNON, Catharine; DOWRKIN, Andrea. *In warm's way. The pornography civil rights hearings*. London: Harvard University Press, 1997, p.-3-24.

MACKINNON, Catharine. Desejo e poder. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. *Teoria política feminista: textos centrais*. Vinhedo: Ed. Horizonte, 2013, p. 231-252.

MAIA, Rousiley. Visibilidade midiática e deliberação pública. In: GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley. *Comunicação e democracia: problemas e perspectivas*, SP: Paulus, 2008, p. 165-194.

MAIA, Rousiley. Mídia e vida pública: modos de abordagem. In: MAIA, Rousiley; CASTRO, Maria Céres (orgs.). *Mídia, esfera pública e identidades coletivas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p.11-48.

MANTOVANI, D. M.. O aborto nas eleições de 2010: apontamentos sobre mídia, religião e política. Trabalho apresentado no XXIV Encontro Nacional da Compós, Brasília, 2015.

- MATTHES, Jorg; Matthias Kohring. The Content Analysis of Media Frames: Toward Improving Reliability and Validity. *Journal of Communication* 58 (2008) 258–279
- MATHIEU, Nicole-Claude. Sexo e gênero In: HIRATA, Helena et. al. (orgs.). *Dicionário crítico do feminismo*. SP: UNESP, 2009.,p. 222-231.
- MATOS, Marlise. Movimento e teoria feminista. É possível reconstruir a teoria feminista a partir do sul global? *Revista de Sociologia Política*, v. 18, n. 36, p. 67-92, 2010.
- MATOS, Marlise. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um *campo novo* para as ciências. *Revista Estudos Feministas*, v.16, n 2, p.333-357, 2008.
- MATOS, Marlise. Em busca de uma teoria crítico-emancipatória feminista de gênero: reflexões a partir da experiência da política na ausência das mulheres. In: MATOS, M. (org.) *Enfoques Feministas E Os Desafios Contemporâneos: Perspectiva Feminista de Gênero na Política e nas Políticas Públicas*. Belo Horizonte, FAFICH/DCP, p. 59-112, 2009.
- MATOS, Marlise; PARADIS, Clarisse G. . Desafios à despatriarcalização do Estado brasileiro. *Cadernos Pagu* (UNICAMP. Impresso), v. 43, p. 57-118, 2014.
- MATOS, Marlise; PARADIS, Clarisse G. . Los feminismos latinoamericanos y su compleja relación con el Estado: debates actuales. *Íconos* (Quito), v. 45, p. 91-107, 2013.
- McNICOL, Lauren. A critical reading of SlutWalk in the News: reproducing postfeminism and whiteness. . In: SILVA, K.; MENDES, K. *Feminist erasures. Challenging Backlash Culture*. Londres: Palgrave Macmillan, 2015, p.235- 257.
- McROBBIE, Angela. Postfeminism and popular culture. *Feminist media studies*, vol.4, n.3, 2004, p. 255-264.
- MEEHAN, J. *Feminists Read Habermas: Gendering the Subject of Discourse*. NY: Routledge, 1995.
- MELLOR, Noha. Hearts of Steel, *Feminist Media Studies*, 12:2, 2012, p.180-194.
- MENDES, Kaitlynn ‘Feminism rules! Now, where’s my swimsuit?’ Re-evaluating feminist discourse in print media 1968–2008. *Media, Culture & Society*. 34(5), 2012, p. 554–570.
- MENDES, Kaitlynn. Framing Feminism: News Coverage of the Women’s Movement in British and American Newspapers, 1968–1982. *Social Movement Studies*, Vol. 10, No. 1, 81–98, January 2011a, p. 81-98.
- MENDES, Kaitlynn. Reporting The Women's Movement. *Feminist Media Studies*, 11:4, 2011b, p. 483-498.

- MENDES, Kaitlynn. Slutwalk, feminism and news. In: SILVA, K.; MENDES, K. *Feminist erasures. Challenging Backlash Culture*. Londres: Palgrave Macmillan, 2015, p. 219-234.
- MENDONÇA, Ricardo; OGANDO, Ana Carolina. Discursos sobre o “feminino”: Ética do Cuidado e Essencialismo Estratégico nos programas do HGPE de Dilma. 35º *Encontro Anual da Anpocs*. Caxambu, MG, 2012.
- MENDONÇA, Ricardo Fabrino; SIMÕES, Paula. Enquadramento: Diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. *RBCS*, v. 27, n.79, p.117-235, jun.2012.
- MENDONÇA, Ricardo Fabrino. A mídia e a transformação da realidade. *Comunicação & política*, v.24, nº2, 2006, p. 9-38.
- MENDONÇA, Ricardo Fabrino. *Reconhecimento e Deliberação: as lutas das pessoas atingidas pela hanseníase em diferentes âmbitos interacionais*. 2009. 369 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFMG, Belo Horizonte.
- MESSA, Rejane. Os Estudos Feministas de Mídia: uma trajetória anglo-americana. In: ESCOSTEGUY, Ana Carolina (orgs.) *Comunicação e gênero: a aventura da pesquisa*, – Porto Alegre : EDIPUCRS, 2008, p.38-61.
- MIGUEL, Luis Felipe. Teoria política feminista e liberalismo: o caso das cotas de representação. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (Impresso), São Paulo, v. 15, n.44, p. 91-102, 2000.
- MIGUEL, L. F.. Perspectivas sociais e dominação simbólica: a presença política das mulheres entre Iris Marion Young e Pierre Bourdieu. *Revista de Sociologia e Política* (UFPR. Impresso), v. 18, p. 25-49, 2010.
- MIGUEL, Luis Felipe. O feminismo e a política. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. *Feminismo e política: uma introdução*, 2014a, p. 17-32.
- MIGUEL, Luis Felipe. A identidade e a diferença. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. *Feminismo e política: uma introdução*, 2014b, p. 79-92.
- MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. *Caleidoscópio convexo: mulheres, política e mídia*. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. *Teoria política e feminismo: abordagens brasileiras*. 1. ed. Vinhedo: Horizonte, 2012.
- MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. (Org.) . *Teoria política feminista: textos centrais*. 1. ed. Rio de Janeiro; Vinhedo: Eduff; Horizonte, 2013.
- MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. A política do feminismo. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. *Feminismo e política: uma introdução*, 2014, p. 147-152.

- MILLS, Kay. What difference do women journalists make? In: NORRIS, Pippa (eds). *Women, media, and politics*. NY: Oxford Press, 1997, p. 41-55.
- MOHANTY, C. T. Under Westerns Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses. *Boundary 2*, v. 12, n. 3, p. 333-358, 1984.
- MONTALBANO-PHELPS, Lori. Performing politics: media aesthetics form women in political campaigns. In: CARILLI, Theresa; CAMPBELL, Jane (eds.). *Women and media – diverse perspectives*. University Press of American, 2005, p. 184-195.
- MONTIEL, Aimée. Las mujeres y el derecho humano a la comunicación: su acceso y participación en la industria mediática. *Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales*, vol. LII, núm. 208, enero-abril, 2010, p. 81-95.
- MOTA, Fernanda; BIROLI, Flávia . O gênero na política: a construção do 'feminino' nas eleições presidenciais de 2010. *Cadernos Pagu*, v. 1, p. 197-231, 2014.
- MOUFFE, Chantal. Feminismo, cidadania e política democrática radical. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flavia. *Teoria política feminista: textos centrais*. Vinhedo: Editora Horizonte, 2013, p. 265- 282.
- MULVEY, Laura. Visual pleasure and narrative cinema. In: KEARNEY, Mary Celeste (eds). *The gender and media reader*. NY: Routledge, 2012, p. 59-66.
- MURRAY, Dara. Branding “Real” Social Change in Dove's Campaign for Real Beauty, *Feminist Media Studies*, (2013), 13:1, 83-101
- NICHOLSON, June. Women in newspaper journalism (since 1990s). In: CREEDON, Pamela; CRAMER, Judith. (eds). *Women in mass communication*. 3d. London: Sage Publications, 2007, p. 35-46.
- NOGUEIRA, M. A. *As ruas e a democracia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.
- NORRIS, Pippa. Introduction: Women, media, and politics. In: _____. (eds.). *Women, media, and politics*. NY: Oxford Press, 1997, p. 1-18.
- NORRIS, Pippa. Women Leaders Worldwide: A Splash of Color in the Photo Op. In: _____. (eds). *Women, media, and politics*. NY: Oxford Press, 1997b, p. 149-165.
- NORRIS, Pippa. *A virtuous circle: political communication in postindustrial societies*. Cambridge: University Press, 2000.
- NORTH, Louise. Rejecting the ‘F-word’. How ‘feminism’ and ‘feminists’ are understood in the newsroom. *Journalism*. v.10 (6), 2009, p. 739-757.
- NUSSBAUM, Martha. Julgando outras culturas: o caso da mutilação genital. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (orgs.). *Teoria política feminista: textos centrais*. Vinhedo: Editora Horizonte, 2013, p. 339-358.

O'NEILL, Maggie. Feminism (s) and prostitution. In: _____. *Prostitution & feminism* – Towards a Politics of Feelings. Polity Press, 2001, p. 15-41.

OGANDO, Ana Carolina. *Da república sem mulheres à modernização patriarcal: origens e metamorfoses das relações de gênero no Brasil*. 2012.302f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2012.

OKIN, Susan. O multiculturalismo é ruim para as mulheres?. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flavia. *Teoria política feminista: textos centrais*. Vinhedo: Editora Horizonte, 2013, p. 359-376.

OKIN, Susan. *Justice, gender, and family*. NY: Basic Books, 1989.

ONO, H; ZAVODNY, M. *Gender and the Internet*. *Social Science Quarterly*, v.84, n.1, march 2003, p.111-121.

ORLOFF, Ann. Gender and the Social Rights of Citizenship: The Comparative Analysis of Gender Relations and Welfare States. *American Sociological Review*, Vol. 58, No. 3 (Jun., 1993), pp. 303-328.

ORTELLADO, P. Os protestos de junho entre o processo e o resultado. In: JUDENSNAIDER, E. et al. (Orgs.). *Vinte centavos: a luta contra o aumento*. São Paulo: Veneta, 2013.

PASINATO, W. Questões atuais sobre gênero, mulheres e violência no Brasil. *Praia Vermelha - Estudos de Política e Teoria Social*, n 14 e 15, p. 130-155, 2006.

PATEMAN, Carole. Críticas feministas à dicotomia público/privado. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flavia. *Teoria política feminista: textos centrais*. Vinhedo: Editora Horizonte, 2013, p. 55-80.

PATEMAN, Carol. *O contrato sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PATEMAN, Carole. Críticas feministas a la dicotomia público/privado. In: CASTELLS, Carme (orgs). *Perspectivas feministas em teoria política*. Barcelona: Paidós, 1996, p. 31-52.

PEDRO, Joana Maria. Narrativas do feminismo em países do Cone Sul (1960-1989). In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina. *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone sul*. Florianópolis : Editora Mulheres,2010,p.115-137.

PHILLIPS, Anne. De uma política de ideias para uma política da presença? *Revista Estudos Feministas*, ano 9, p.268-290, 2001.

PHILLIPS, Anne. *The Politics of Presence*. Oxford, Clarendon Press, 1995.

PINTO, Celi. *Uma História do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PINTO, Celi Jardim. Feminismo, história e poder. *Revista Sociologia Política*. v. 18, n. 36, p. 15-23, 2010.

PISCITELLI, Adriana. "Re-criando a (categoria) Mulher". In L. M. Algranti (org.) *A Prática Feminista e o Conceito de Gênero*. Textos Didáticos, n.48, 2002. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/pagu/sites/www.ifch.unicamp.br/pagu/files/Adriana01.pdf>>. Acesso em: 10. mar.2010.

PLOU, Dafnes. Capacitación para el activismo de las mujeres *Revista Icono* 14, 2011, Año 9 Vol. 1, pp. 110-128.

PRESS, Andrea. Women interpreting television. In: _____. *Women watching television: gender, class and generation in the American television experience*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1991, p. 51-170.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam. *Masculino, feminino e plural*. Florianópolis. Ed: Mulheres, 1998, p. 1-17.

REESE, Stephen. The Framing Project: A Bridging Model for Media Research Revisited. *Journal of Communication*, v.57, n. 1, p. 148-154, 2007.

REZENDE, Daniela Leandro. *Qual o lugar reservado às mulheres? Uma análise generificada de comissões legislativas na Argentina, no Brasil e no Uruguai*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2015.

RHODE, Debora. Media images, feminist issues. *Signs*. v.20, n.3, 1994, p. 685-710.

RIZZOTTO, C. C.. Discursa, Lola, discursa: estratégias discursivas de um blog feminista. *Galáxia* (São Paulo. Online), v. 14, p. 248-261, 2014.

ROSS, K (2016, no prelo) *Gender, Politics, News: A Game of Three Sides*. Wiley-Blackwell, Malden, MA.

ROSS, Karen et. al.. The gender of news and news of gender: a study of sex, politics, and press coverage of the 2010 British General Election. *The International Journal of Press Politics*. 2013, 18(1), p. 3-20.

ROSS, Karen. Gender@internet. In: _____. *Gendered media: women, men, and identity politics*. UK: Rowman & Littlefield Publishers, 2010, p. 123-152.

ROSS, Karen. Introduction. In: _____. *Gendered media: women, men, and identity politics*. UK: Rowman & Littlefield Publishers, 2010, p. 1-12.

ROSS, Karen. Women in Media Industries in Europe: What's Wrong with this Picture?, *Feminist Media Studies*, 2014, 14:2, 326-330.

ROSS, Karen. *Women, politics, media: uneasy relations in comparative perspectives*. Hampton Press, 2002.

- SALIH, Sara. *Judith Butler e a teoria queer*. BH: Autêntica, 2012.
- SALLUM Jr., B et. al. O impeachment do Presidente Collor: a literatura e o processo. *Lua Nova*, São Paulo, 82: 163-200, 2011.
- SARDENBERG, Cecilia. Da Crítica Feminista à Ciência a uma Ciência Feminista?. *Labrys. Estudos Feministas* (Online), v. 11, p. 45, 2007.
- SARMENTO, Rayza. Entre Tempos e Tensões: o debate mediado antes e depois da sanção da lei brasileira de combate à violência doméstica contra a mulher (2001 a 2012). 2013. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.
- SARMENTO, Rayza.; MENDONCA, Ricardo Fabrino. Luana, Eliza e a Lei Maria da Penha: o acontecimento em discussão. In: 37º Encontro Anual da Anpocs, 2013, Águas de Lindóia. *Anais do 37º Encontro Anual da Anpocs*. SP: Anpocs, 2013. p. 1-27.
- SARMENTO, Rayza. Entre Tempos e Tensões: o debate mediado antes e depois da sanção da lei brasileira de combate à violência doméstica contra a mulher (2001 a 2012). *Feminismos*, v. 2, p. 94-112, 2014.
- SARMENTO, Rayza. Feminismo, reconhecimento e mulheres trans*: expressões online de tensões!. *Pensamento Plural* (UFPEL), v. 17, p. 129-150, 2015.
- SARMENTO, Rayza; REIS, Stephanie; MENDONCA, Ricardo Fabrino. As Jornadas de Junho no Brasil e a questão de gênero: as idas e vindas das lutas por justiça. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 22. Brasília, janeiro - abril de 2017, pp 93-128.
- SARTI, Cynthia. O feminismo brasileiro desde anos 1970: revisitando uma trajetória. *Revista Estudos Feministas*, v. 12, n. 2, 2004, p. 35-50.
- SCHUMAER, Schuma. Panorâmica dos 30 anos de feminismo no Brasil. Gênero e sociedade, ano XII , n. especial 23/24/25, p.1-24, 2005.
- SCHWARZ, Lilian; STARLING, Heloisa. *Brasil: uma biografia*. SP: Companhia das Letras, 2015.
- SCOFIELD, Thereza. Mídia e mulheres: um percurso compartilhado no território dos Estudos Culturais. v.2., n.1, jul.2008, p. 1-13.
- SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/nec/textos/text33.PDF>>. Acesso em: 10/03/09
- SHERIDAN, Susan et.al. Feminism in the news. In: HOLLOWES, Joanne; MOSELEY, Rachel. *Feminism in popular culture*. NY: Berg Publishers, 2006, p. 25-40.
- SIFUENTES, Lirían et.al. Mídia e relações de gênero nas publicações feministas brasileiras. *Derecho a comunicar*, n. 4, 2012, p. 188-203.

SILVERSTONE, Roger. *Por que estudar a mídia?* . São Paulo: Loyola, 2002.

SIMÕES, Paula. Para uma abordagem das interações comunicativas. Verso e Reverso (Unisinos. Online), v. 46, 2007, html: <http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/versoereverso/article/view/5776/5234>. Acesso em 04/08/2015.

SINGER, André. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. *Novos Estudos Cebrap*, 85, nov. 2009, p. 83-102.

SKIDMOKE, Paula. Gender and the agenda. News reporting of child sexual abuse. In: _____. *News, gender and power*. NY: Routledge, 1998, p. 204-218.

SNOW, D.; BENFORD, Robert. Master frames and Cycles of Protest. In: Morris, Al. et al. *Frontiers in Social Movement Theory*. New Haven: Yale University Press, 1992, p. 133-155.

SNOW, David. Framing the French Riot: A comparative study of frame variation. *Social Forces*, Volume 86, Number 2, December 2007, pp. 385-415.

SOARES, Vera. Muitas faces do feminismo no Brasil. In: *Mulher e Política – Gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

SOIHET, Rachel. *Feminismos e antifeminismos*. Mulheres e suas lutas na conquista da cidadania plena. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.

SPIVAK, Gayatri. *Pode o subalterno falar?* BH: Editora UFMG, 2010.

SREBERNY; Annabelle; VAN ZOONEN, Liesbet (orgs). *Gender, politics and communication*. Hampton Press, 2000.

STEEVES, Leslie. Feminist theories and media studies. *Critical Studies in Mass Communication*, 1987, v.4, n.2, p. 95-135.

STEINER, Linda; CARTER, Cynthia. Mapping contested terrain of media and gender research. In: _____. (orgs.). *Critical readings: media and gender*. UK: Open University Press, 2004, p. 11-36.

SZWAKO, José; ADELMAN, Miriam. Apresentação do Dossiê Teoria Política Feminista. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 9-13, jun. 2010.

THOMPSON, John. *A Mídia e a Modernidade*, Vozes, 2001.

TUCHMAN, Gaye. The symbolic annihilation of women by the mass media. . In: TUCHMAN, Gaye et. al. *Hearth and home: images of women in the mass media*. NY: Oxford University Press, 1978, p.3-38.

TERKILDSEN, Nayda; SCHNELL, Frauke. How media frames move public opinion: an analysis of women's movement. *Political Research Quarterly*. vol. 50, n. 4, dec.1997, p. 879-900.

THORNHAM, Sue. *Women, feminism and media*. Endinburg University Press, 2007.

TONG, Rosemarie. *Feminist Thought*. Westview Press, 2009.

TRAQUINA, Nelson. *O estudo do jornalismo no século XX*. São Leopoldo: Unisinos, 2001.

VAN ZOONEN, Liesbet. *Feminist media studies*. London: Sage, 1994.

VAN ZOONEN, Liesbet. Feminist perspectives on the media. In: KEARNEY, Mary Celeste (eds). *The gender and media reader*. NY: Routledge, 2012, p. 25-39.

VAN ZOONEN, Liesbet. The women's movement and the media: constructing a public identity. *European Journal of Communication*. v.7, 1992, p. 453-476.

VARGAS, Virginia. Los feminismos latinoamericanos en su tránsito al nuevo milenio (Una lectura político personal). In: MATO, Daniel (org.). *Estudios y otras prácticas intelectuales latinoamericanas en cultura y poder*. CLACSO: Caracas, 2002, p. 1-12. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/cultura/vargas.doc>>. Acesso: 06.08.2012.

VIMIEIRO, Ana Carolina Soares Costa. (2010). *Cultura pública e aprendizado social: a trajetória dos enquadramentos sobre a temática da deficiência na imprensa brasileira (1960-2008)*. Belo Horizonte, dissertação de mestrado, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais.

VLIEGENTHART, Rens; VAN ZOONEN, Liesbet. Power to the frame: Bringing sociology back to frame analysis. *European Journal of Communication*. 2011.26(2) 101-115.

VREESE, Claes H. de . News framing: Theory and typology. *Information Design Journal + Document Design*. 13(1), 51-62, 2005.

WAISBORD, Silvio. Watchdog journalism and the quality of democracy. In: _____. *Watchdog Journalism in South America - News, Accountability, and Democracy*. NY: Columbia University Press, 2000, p.185-242.

WAISBORD, Silvio. The pragmatic politics of media reform: Media movements and coalition-building in Latin America Silvio Waisbord. *Global Media and Communication*, v. 6(2), 2010, p.133-153.

WALBY, Silvia. *Theorizing patriarchy*. Oxford: Blackwell, 1990.

WINFIELD, Betty. The first lady, political power, and the media: who elected her anyway. In: NORRIS, Pippa (eds). *Women, media, and politics*. NY: Oxford Press, 1997, p. 166- 179.

WOITOWICZ, Karina Janz. A imprensa feminista na luta contra o silenciamento e a impunidade: Páginas do movimento de mulheres brasileiras pelo fim da violência sexual e doméstica entre os anos 1970/80. *Eptic On-Line* (UFS), v. X, p. 1-15, 2008.

WOITOWICZ, Karina Janz. Imprensa feminista no contexto das lutas das mulheres: ativismo midiático, cidadania e novas formas de resistência. *Ação Midiática - Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura*, v. 2, p. 1-18, 2012.

YTRE-ARNE, Brita. Positioning the self, *Feminist Media Studies*, 2014, 14:2, p. 237-252

YTRE-ARNE, Brita. Women's magazines and their readers: The relationship between textual features and practices of reading. *European Journal of Cultural Studies*.14(2), 2011, p. 213–228.

YOUNG, Iris Marion. *Justice and the Politics of Difference*. Princeton: Princeton University Press, 1990.

YOUNG, Iris Marion. A Imparcialidade e o Público Cívico: Algumas Implicações das Críticas Feministas da Teoria Moral e Política. In: BENHABIB, Seyla; CORNELL, Drucilla. *Feminismo como crítica da modernidade*. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1987, p. 66-86.

YOUNG, Iris. Lived Body vs. Gender: Reflections on Social Structure and Subjectivity. In: _____. *On female body experience: "Throwing Like a Girl" and Other Essays*. Oxford: Oxford Univ.Press, 2005, p. 12-26.

YOUNG, Iris. Representação política, identidade e minorias. *Lua Nova*, v. 67, p.139-190, 2006.

ZERILLI, Linda. Feminist Theory and the Canon of Political Thought. In: Dryzek, John. Et. al (eds). *The Oxford Handbook of Political Science*. Oxford, 2006.

ZERILLI, Linda; CAROLL, Susan. Feminist challenges to political Science. In: FINIFTER, Ada (ed.). *Political Science: the state of discipline II.*, APSA, Washington, 1993, p. 55-76.

ANEXOS

ANEXO 1 - Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM – 2014/2017)

ANEXO 2 – Formulário online de entrevistas

ANEXO 1

PORTARIA Nº 79, DE 27 DE MAIO DE 2014

A MINISTRA DE ESTADO CHEFE DA SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições previstas no art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, e no art. 22 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, com redação dada pela Lei nº 12.314, de 19 de agosto de 2010, e tendo em vista o Decreto nº 6.412, de 25 de março de 2008, com redação dada pelo Decreto nº 8.202, de 06 de março de 2014, resolve:

Art. 1º - Divulgar a relação da composição do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher CNDM, triênio 2014-2017

Entidades Governamentais

1. Secretaria de Políticas para as Mulheres/SPM
Presidenta: Ministra Eleonora Menicucci
Adjunta: Secretária Executiva Lourdes Maria Bandeira
2. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial/SEPPIR
Titular: Mônica de Oliveira
Suplente: Dalila Fernandes Negreiros
3. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República/SDH
Titular: Maria Gutenara Martins Araújo
Suplente: Laissa da Costa Ferreira
4. Secretaria-Geral da Presidência da República/PR
Titular: Fernanda Papa
Suplente: Carla de Paiva Bezerra
5. Casa Civil da Presidência da República/PR
Titular: Magaly de Carvalho Correia Marques
Suplente: Daniele Kleiner Fontes
6. Ministério da Cultura/MinC
Titular: Anna Flávia Russo Amorim
Suplente: VAGO

7. Ministério de Ciência e Tecnologia/MCT
Titular: Fernanda Gomes Pedrosa
Suplente: Vanessa Mello Nedel

8. Ministério do Desenvolvimento Agrário/MDA
Titular: Karla Emmanuela Ribeiro
Suplente: Elisângela Costa Bezerra

9. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome/MDS
Titular: Teresa Sacchet
Suplente: Maria Carolina Pereira Alves

10. Ministério da Educação /MEC
Titular: Clélia Brandão Alvarenga Craveiro
Suplente: Daiane de Oliveira Lopes Andrade

11. Ministério da Justiça/MJ
Titular: Fernanda Alves dos Anjos
Suplente: Cristina Gross Villanova

12. Ministério do Meio Ambiente/MMA
Titular: Regina Elena Crespo Gualda
Suplente: Ana Carolina Santos

13. Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão/MPOG
Titular: Maria do Rosário de Holanda Cunha Cardoso
Suplente: Marta Santa Cruz Pordeus

14. Ministério da Saúde/MS
Titular: Maria Esther de Albuquerque Vilela
Suplente: Thereza de Lamare Franco Neto

15. Ministério das Relações Exteriores/MRE
Titular: Alexandre Peña Ghisleni
Suplente: Laura Berdine Santos Delamonica

16. Ministério do Trabalho e Emprego/MTE
Titular: Adriana Rosa dos Santos
Suplente: Esther Baltazar Alvim

Entidades Titulares da Sociedade Civil - Categoria "A"
(Redes e Articulações Feministas e de Defesa dos Direitos das Mulheres)

1. Articulação de Mulheres Brasileiras/AMB
Conselheira: Maria Aparecida Schumacher

2. Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras/AMNB
Conselheira: Maria das Dores do Rosário Almeida

3. Confederação das Mulheres do Brasil/CMB
Conselheira: Lídia Correa

4. Fórum de Mulheres do Mercosul/FMM
Conselheira: Jeanete Assad Mazzeiro

5. Fórum Nacional de Mulheres Negras/FNMMN
Conselheira: Silvana do Amaral Veríssimo

6. Liga Brasileira de Lésbicas/LBL
Conselheira: Silvana Brazeiro Conti

7. Marcha Mundial das Mulheres/MMM
Conselheira: Lourdes Andrade Simões

8. Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia/MAMA
Conselheira: Maria Antonia Soares Salgado

9. Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil/MMC
Conselheira: Justina Inês Cima

10. Parto do Princípio - Mulheres em Rede pela Maternidade Ativa
Conselheira: Cristiane Yukiko Kondo

11. Rede Mulher e Mídia
Conselheira: Rachel Moreno

12. Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos/RNFS
Conselheira: Sheila Sabag

13. União Brasileira de Mulheres/UBM
Conselheira: Lucia Helena Rincon Afonso

14. União de Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira/UMIAB
Conselheira: Rosimere Maria Vieira Teles

Entidades Suplentes da Sociedade Civil - Categoria "A"

1. Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica/ABMCJ
Conselheira: Renata Schmidt Cardoso

2. Associação Nacional de Travestis e Transexuais/ANTRA
Conselheira: Chopelly Gladyston Pereira dos Santos

3. Articulação Brasileira de Lésbicas/ABL
Conselheira: Karoline Soares Chaves

4. Federação das Associações de Mulheres de Negócios e Profissionais do Brasil - BPW Brasil
Conselheira: Eunice Aparecida da Cruz

5. Rede Economia e Feminismo/REF
Conselheira: Sarah Luiza de Souza Moreira

Entidades Titulares da Sociedade Civil - Categoria "B"
(Organizações de caráter sindical, associativa, profissional ou de classe que atuam na promoção dos direitos das mulheres)

1. Associação Brasileira de Saúde Coletiva/ABRASCO
Conselheira: Carmem Simone Grilo Diniz

2. Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil/CTB
Conselheira: Ivânia Pereira da Silva Teles

3. Central Única dos Trabalhadores/CUT
Conselheira: Rosane da Silva

4. Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação/CNTE
Conselheira: Isis Tavares Neves

5. Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura/CONTAG
Conselheira: Alessandra da Costa Lunas

6. Federação Nacional dos Trabalhadores Domésticos/FENATRAD
Conselheira: Sueli Maria de Fátima Santos

7. União Nacional dos Estudantes/UNE
Conselheira: Lays Gonçalves da Silva

Entidades Suplentes da Sociedade Civil - Categoria "B"

1. Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria/CNTI
Conselheira: Sônia Maria Zerino da Silva

2. Conselho Federal de Psicologia/CFP
Conselheira: Valeska Maria Zanello de Loyola

Conselheiras de Notório Conhecimento nas Questões de Gênero

1. Jacqueline Pitanguy/ CEPIA – Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação
2. Maria Betania de Melo Ávila - SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia
3. Matilde Ribeiro

Conselheira Emérita
Conselheira: Clara Charf

Art. 2º - Revoga-se a Portaria nº 74, de 14 de maio de 2014.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


ELEONORA MENICUCCI DE OLIVEIRA

ANEXO 2



Pesquisa de doutorado - Feminismo e mídia

PERGUNTAS RESPOSTAS 9

Pesquisa de doutorado - Feminismo e mídia

Descrição do formulário

Endereço de e-mail *

Endereço de e-mail válido

Este formulário coleta endereços de e-mail. [Alterar configurações](#)

Nome completo sem abreviação *

Texto de resposta curta

Eu estou sendo convidada (o) a participar da pesquisa denominada Feminismo, política e mídia no Brasil, que estuda a representação midiática do movimento feminista brasileiro e a interpretação das ativistas sobre a visibilidade do feminismo nos meios de comunicação. A minha participação no referido estudo será no sentido de dar minha opinião, em forma de entrevista, sobre o tema da pesquisa. Estou ciente de que minha privacidade será respeitada, ou seja, meu nome será mantido em sigilo. Concordo que a organização ou movimento social que participo poderá ser identificado. Também me é garantido o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas implicações, enfim, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois da minha participação. Estou ciente de que os dados coletados nessa pesquisa ficarão disponíveis para futuros estudos, mantidas as condições de privacidade e sigilo. Fui informada (o) que a pesquisa não apresenta riscos evidentes, dado que se concentrará em minha opinião sobre o tema da pesquisa e manterá sigilo sobre minha identidade. Fui informada (o) de que o prof. Ricardo Fabrino Mendonça, da Universidade Federal de Minas Gerais, é o coordenador da pesquisa e que poderei manter contato com ele por meio do telefone (31) 3409-3820, do email ricardofabrino@fafich.ufmg.br e do endereço: Av. Antônio Carlos, 6627 ; Fafich / DCP. Campus Pampulha. Belo Horizonte, MG – Brasil. CEP: 31270-901. As entrevistas subsidiarão a construção da tese de doutorado da aluna Rayza Sarmiento de Sousa (Matrícula 2013664332), no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFMG, com quem também poderei manter contato



Pesquisa da UFMG, situado na Av. Antônio Carlos, 6627 / Unidade Administrativa - 2º andar - Sala 2005. Campus Pampulha. Belo Horizonte, MG – Brasil. CEP: 31270-901. Email: coep@prpq.ufmg.br. Telefone: (31) 3409-4592. Enfim, tendo compreendido a natureza e o objetivo da pesquisa, manifesto meu livre consentimento em participar, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação, e que tenho o direito de retirar meu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer penalização ou prejuízo. Ainda me foi informado que o coordenador está ciente de todas as responsabilidades que envolvem a pesquisa e atesta o compromisso de ressarcimento de por eventuais danos que comprovadamente tenham decorrido da pesquisa.

Sim

CPF *

Texto de resposta curta

Idade (opcional):

Texto de resposta curta

Gênero: *

Texto de resposta curta

Organização: *

Texto de resposta curta

Cor/raça:

Texto de resposta curta

•Você se considera uma mulher feminista? Como foi o processo pessoal de "descobrir-se" feminista e entrar em uma organização ou coletivo, ou agir *



Texto de resposta longa

•Como é sua organização atual (caso participe de uma)? Como você caracterizaria seu ativismo? *

Texto de resposta longa

•Você ou sua organização fazem alguma discussão (específica ou não) sobre mídia? Vocês consideram a mídia um espaço da luta feminista? *

Texto de resposta longa

•Como você vê a forma como as mulheres, e homens, são retratados nos meios de comunicação atualmente? E sobre o movimento feminista? Como você enxerga a forma como ele aparece na mídia? *

Texto de resposta longa

•O que falta nessa representação? Como você esperaria que fosse? *

Texto de resposta longa

Você pode indicar duas pessoas ou coletivos para responder a essas questões?

Texto de resposta longa

